

CIÊNCIAS HUMANAS

REVISTA PIBIC 2018





Ciências Humanas

A atividade de trabalho e saúde de serventes de uma escola pública do ensino fundamental do município de Niterói - RJ

Diogo Marques Matta, Mary Yale Neves (Orientadora)

Instituto de Psicologia

INTRODUÇÃO:

A pesquisa realizada em uma escola de educação integral do ensino fundamental da rede pública municipal de Niterói – RJ, contou com a participação voluntária de todas as auxiliares de serviços gerais (serventes) da instituição. O objetivo era, por meio de ‘visitas’, conversas, observações da atividade (do trabalho real) e encontros sobre o trabalho - EST, compreender e intervir nas situações de trabalho dessas trabalhadoras, com vistas à prevenção e promoção da sua saúde. Para tanto, recorreremos aos estudos de Canguilhem acerca da noção de saúde e às contribuições da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho e da Sociologia das Relações Sociais de Gênero, organizadas e orientadas pelos pressupostos ético-epistemológicos e políticos da perspectiva ergológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em seu início a pesquisa contou com a participação de cinco trabalhadoras, com idade entre 38 e 58 anos. As serventes de escolas em Niterói são, em sua maioria, contratadas pela CLIN (empresa de sociedade mista) que exerceram anteriormente atividades de trabalho na rua, como garis. De modo geral, elas são enviadas para a escola após algum tipo de acidente de trabalho ou licença médica,

com a informação de que o trabalho de limpeza a ser realizado na mesma seria mais leve. Situação comum dessas cinco trabalhadoras. Entretanto, elas apontam que o Trabalho de limpeza da escola não é leve e que o número de trabalhadoras é insuficiente, desproporcional ao volume de tarefas por realizar.

Seu tipo de vínculo empregatício, dentre os diversos segmentos profissionais existentes na escola, é o que se apresenta como mais precário e frágil. Funciona como uma espécie de barricada para a constituição e desenvolvimento das relações de trabalho na escola. O setor administrativo, por exemplo, as chama de “meninas da CLIN”, como se estas não fizessem parte da escola, algo que durante muito tempo elas corroboravam, até que, mais recentemente, vieram a se perceber também como trabalhadoras da escola, como educadoras.

As atividades de trabalho se organizam em dois horários diferentes – duas trabalhadoras permanecem na escola das 7h às 16h e outras duas das 8h às 17h. A carga horária de trabalho é de 40 horas semanais, distribuídas ao longo da semana. Embora trabalhem além do horário previsto em alguns sábados letivos ou quando há eventos na escola, essas horas de trabalho não são consideradas como horas extras.

O trabalho das auxiliares conjuga um grande número de atividades simultâneas, que demanda o esforço físico, e a repetição e uso dos instrumentos, alguns não adequados. É um tipo de trabalho que é muito exigente e intensivo. Há situações que requer das trabalhadoras a realização de várias tarefas em um curto tempo.

Utilizam diversos utensílios manuais (vassouras, rodos, pás, baldes, panos de chão) e produtos químicos para a limpeza das salas, banheiros, corredores, baldes de lixo e demais dependências do espaço escolar. Realizam movimentos repetitivos que, por muitas vezes, precisam combinar-se a aplicação de força. As limpezas das mesas escolares exigem movimentos circulares constantes, com força, para que saiam os rabiscos, o que geralmente implica em posturas desfavoráveis à saúde.

Algo que elas sempre demarcavam como uma diferença entre o trabalho na rua e o trabalho na escola é o ritmo do trabalho. Na rua elas poderiam fazer pausas e depois continuar a realização do trabalho, ou seja, elas tinham uma área delimitada a limpar, mas não se sentiam submetidas a certas pressões. Na escola, elas já se sentem mais pressionadas, já que devem limpar as salas, ao meio tempo em que as crianças estão fora delas, seja porque é a 'hora do pátio' ou hora do almoço.

Outra queixa comum em seus relatos concerne à presença de ruídos – o barulho constante das crianças. A escola, por ser de tempo integral, não detém um horário fixo e específico para o recreio delas. As crianças fazem uso do que a escola chama de 'hora do pátio' - que é um horário para uma turma específica ficar pelo pátio, brincando, correndo ou o que for-, o que significa dizer que a todo o momento do dia tem quase sempre uma turma no pátio.

Em algumas situações, elas ainda são demandadas para realizarem outras tarefas, como auxiliam nos 'afazeres' na portaria, na cozinha ou no auxílio do manejo das turmas. Vimos que as auxiliares consideram que fazem um trabalho útil, mas que a sociedade de um modo geral não o valoriza.

Do ponto de vista de vivências de sofrimento e processos de adoecimento, elas apontam: lesões por esforço repetitivo (LER/DORT) devido ao movimento de varreção; alergias ou intoxicação decorrente do contato com determinados produtos químicos; e estresse devido às difíceis relações interpessoais do ambiente escolar.

Ao longo da pesquisa apreendemos suas formas de efetuar o trabalho e como desenvolvem algumas estratégias que visam facilitá-lo e à proteção da sua saúde, tais como: o acoplamento de tubos de PVC aos cabos das vassouras para que não necessitem ficar inclinando o corpo para a realização da varredura; e o uso de água para diluir os produtos químicos, tanto para ficarem menos nocivos à pele quanto para aumentar a duração dos mesmos. Em uma das visitas ouvimos uma das auxiliares dizer que quando o barulho ficava muito incomodo ela simplesmente ia realizar outra tarefa em algum corredor da escola onde não tivesse tanto o barulho, assim como recorria ao uso de fones de ouvido, ou até mesmo ao cultivo de alguma atividade mais relaxante, como o cuidado com a horta da escola.

CONCLUSÕES:

Concluimos que as trabalhadoras não estão passivas em relação à nocividade no trabalho, na medida em que podem desenvolver estratégias que possibilitam uma redução dos danos direcionados à

saúde, tanto física como mental. Nessa direção, ao longo da pesquisa foi construída em conjunto com as serventes uma pauta de recomendações com vistas à melhoria das condições de trabalho e da promoção da saúde, tais como: aumento do efetivo de trabalhadoras, a criação de um espaço de descanso para o coletivo, onde elas possam descansar e guardar seus pertences, assim como a compra de produtos e equipamentos que tornem o trabalho menos nocivo, por exemplo, vassouras e rodos com cabos estendidos, para que não haja necessidade de acoplarem tubos pvc nos mesmos, ou, na falta destes, terem que ficar inclinadas para a realização da tarefa de limpar.

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente gostaria de agradecer às trabalhadoras da Escola Municipal por sempre me acolherem de braços abertos, se não fossem elas, esse trabalho não teria acontecido de forma proveitosa. Agradeço também à Mary Yale Neves e Amanda Hipólito, coordenadora e co-coordenadora do projeto, que possibilitaram à realização dessa pesquisa que me foi muito construtiva como pessoa e como profissional. Por último, mas de forma alguma menos importante, agradeço às colegas que me acompanharam durante esse percurso, sempre compondo comigo a melhor forma de intervirmos no campo, Giselle, Estela, Cassiane, Maryana, Cinthia e Leonardo.



Ciências Humanas

“Teleologia de Husserl”.

Vitória Brito (Bolsista PIBIC/ CNPq) e Gabriel Barbosa Justo (Participação Voluntária). Prof. Carlos Diógenes C. Tourinho (Orientador)

Departamento de Filosofia (GFL)

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a especificidade da posição de Husserl quanto ao lugar reservado à experiência nas origens da fenomenologia. Pretende-se investigar, mais precisamente, em que medida a posição husserliana quanto ao papel da experiência na discussão sobre a relação entre a psicologia e a lógica foi decisiva para o surgimento, no começo do século XX, de uma nova linha de investigação na filosofia contemporânea, a partir da qual nasceria a fenomenologia. Afinal, se os psicologistas (tais como, Stuart Mill, Wundt, Lipps, etc.) propõem uma -física do pensamento, tomando os processos psicológicos como fonte para a fundamentação da lógica, os lógicos anti-psicologistas (Jäsche, Herbart, dentre outros) apóiam-se unicamente em estruturas meramente formais, prescindindo completamente da experiência. O projeto tentará mostrar que Husserl assume, já a partir das *Investigações Lógicas* (1900), uma posição intermediária no referido debate, reservando um lugar específico à experiência (afinal, as leis lógicas não são inferências da experiência, embora só *por meio* dela se possa conhecer). Husserl não incorreria, assim, nem em um empirismo nos moldes psicologistas, nem tampouco em um formalismo logicista. Sua opção seria, conforme a pesquisa pretende mostrar, pela idéia de uma -vivência originária que é, por definição, intencional, mas que não pode prescindir de -dados sensíveis sobre os quais os atos intencionais da consciência atuariam no próprio vivido fenomenológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se dizer que o conceito de -intencionalidade assume, em Husserl, um papel crucial no projeto da filosofia fenomenológica. Como herança do pensamento

de Brentano, Husserl retém a ideia básica segundo a qual a intencionalidade é a peculiaridade da experiência de ser consciente de alguma coisa. Husserl conservará, ao longo do seu percurso filosófico, o sentido primordial desta intencionalidade em relação às vivências cognitivas. Husserl chegará mesmo a dizer, no § 84 de *Ideias I*, que o conceito de intencionalidade é um conceito inicial e fundamental, absolutamente indispensável no início da fenomenologia. O primeiro contato de Husserl com o referido conceito – cuja origem remonta à tradição aristotélico-tomista – se dá por intermédio dos cursos proferidos por Brentano, entre 1884 e 1886, na Universidade de Viena. No que se refere à originalidade de Husserl quanto ao conceito em questão, nota-se, sobretudo, a partir de 1907, nas -Cinco Lições, que as investigações em torno da intencionalidade não habitariam mais o domínio do que é meramente empírico. Amplia-se a esfera de investigação em torno da intencionalidade, cabendo agora examinar os elementos que, no ato intencional da consciência pura, são responsáveis pela constituição das diferentes modalidades do -aparecer enquanto tal. O problema da intencionalidade aparece, a partir deste momento, intimamente associado à ideia da -constituição dos objetos. Conforme ficaria mais claro em *Ideias I* (1913), diferentemente de Brentano, para quem a relação intencional ainda se mantinha em uma dimensão meramente psicológica, Husserl procuraria situar, através da redução fenomenológica, a intencionalidade em uma região transcendental, independente de — e anterior a — toda descrição psicológica, recuperando, assim, de um modo original, a ideia de -objetividade imanente. Tratar-se-á, portanto, com a intencionalidade, de uma propriedade essencial da consciência transcendental cuja presença -vivifica a vivência (*Erlebniss*), tornando-a designativa de um objeto. Porém, para Husserl, nem todas as

vivências (ou atos) são intencionais. O conceito de -vivido¹ remete-nos, então, para o fluxo de vividos em geral, englobando tanto os vividos desse fluxo que possuem a propriedade de -ser consciência de algom, quanto os -momentos reais² que, por serem apenas *dados*, nada designam ainda e, portanto, encontram-se desprovidos de tal propriedade intencional, tais como os dados de sensação (*Empfindungsdaten*). No parágrafo § 85 de *Ideias I*, Husserl retoma o tema em questão, destacando-nos que, no fluxo de vividos, além da -camada intencional³ – que -animall a vivência de significações, tornando-a designativa de um objeto – todo vivido possui um -substrato⁴ sensível e, como vimos, -não-intencional⁵. Segundo Husserl, tal substrato – na medida em que é suporte para uma intencionalidade – se torna uma peça importante para o entendimento da trama que envolve a formação intencional (ou as doações de sentido de diferentes níveis) no vivido como um todo. A -camada intencional⁶ age sobre os momentos sensíveis, -animando-os⁷, dando-lhes sentido (*sinngebende*). Apesar dessa dualidade, Husserl não deixa de enfatizar o laço que os une, uma vez que, no vivido como um todo, os dados sensíveis seriam como a -matéria⁸, ao passo que a camada intencional seria como a -forma⁹ (cujo papel no vivido seria propriamente o de promover a doação de sentido). Ainda que esta doação de sentido não derive da matéria, não começa sem ela, pois é sobre a matéria que a camada intencional agirá, atribuindo-lhe significação. Por fim, Husserl conclui o § 85 de *Ideias I*, afirmando-nos que o fluxo dos vividos (-o fluxo do ser fenomenológico¹⁰) possui uma -camada material¹¹ e uma -camada noética¹². A consideração e análise fenomenológica cuja atenção se concentra especificamente em torno dos dados hiléticos (ou materiais) poderá ser chamada de hilético-fenomenológica; ao passo que a consideração referente aos momentos noéticos poderá ser chamada de noético-fenomenológica.

CONCLUSÕES

Ao tomar a intencionalidade como -objetividade imanente¹³, situando-a em uma região transcendental, Husserl afirma-nos, conforme vimos, que, na trama da constituição intencional, os dados sensíveis assumem um papel decisivo, na medida em que, no fluxo do vivido em geral, os mesmos servem de -suporte¹⁴ para os atos intencionais que, por sua vez, animam o vivido de significações.

Novamente, em linguagem kantiana, reaparece a concepção segundo a qual a doação de sentido dos atos noéticos da consciência intencional não *deriva* dos dados sensíveis (*materiais* ou *hiléticos*), porém, *não começa* sem eles. Aqui, apresentando-nos uma concepção -hilético-morfista¹⁵ do vivido, Husserl expressa, uma vez mais, a lição kantiana, já anunciada ao final do Capítulo Quarto de -Prolegômenos¹⁶: o conhecimento não *deriva* da experiência, mas deve *começar* com ela.

No que concerne à concepção hilético-morfista do vivido, como o próprio Husserl insiste em ressaltar, no § 85 de *Ideias I*, tais dados sensíveis assumem um papel decisivo na trama que envolve a constituição dos objetos intencionais, pois as intenções somente animam o vivido de significações na medida em que atuam sobre este -substrato¹⁷ sensível que, como tal, nada designa, uma vez que é -não-intencional¹⁸. Apesar de tal importância atribuída aos dados materiais na constituição intencional dos objetos, o próprio Husserl é explícito ao dizer que a *hilética* – enquanto uma modalidade de análise fenomenológica – seria incomparavelmente menos importante e, portanto, menos rica que a *noética fenomenológica*. Em Husserl, tal afirmação será determinante do modo como deveremos entender o lema fenomenológico do -retorno às coisas mesmas¹⁹ (*Zu den Sachen selbst*). Em *História da Filosofia no século XX* (1997), Christian Delacampagne chega mesmo a sugerir que, movido por este lema, Husserl parece ter produzido pouco a pouco um desvio do mundo real, manifestando, com isso, -uma certa impotência de pensar o real na complexidade das suas determinações²⁰. Após ressaltar o papel decisivo assumido pelos dados hiléticos (sensíveis ou materiais) na trama que envolve a constituição dos objetos intencionais, Husserl não hesita em estabelecer, no projeto da fenomenologia transcendental, uma hierarquia na qual a hilética se encontraria abaixo da noética fenomenológica, em termos de importância. De uma maneira ou de outra, tal posição husserliana parece ter sido determinante na orientação tomada, na primeira metade do séc. XX, pelos adeptos da fenomenologia que, inconformados com tal

¹ Cf. Delacampagne C. *História da Filosofia no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 19, pp. 36/37.



Grande área do conhecimento: Educação

Título do Projeto: HABILIDADE LÓGICA, LUDICIDADE E AVALIAÇÃO INTERATIVA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

Autores: Paula Savacini, Camila Pereira de Lemos, Juliana da Conceição Peres Leitão, Dra. Cristina Lúcia Maia Coelho (Orientadora)

Departamento de Fundamentos Pedagógicos / Faculdade de

Educação

INTRODUÇÃO:

O presente estudo apoia-se na perspectiva sócio-histórica, que entende a cognição humana na sua indissociabilidade dos aspectos sociais, afetivos e relacionais. A relação entre fatores não intelectuais e funções cognitivas deficientes, tipo e extensão das mediações, modificabilidade cognitiva, processos afetivos e motivacionais têm sido investigados por autores como Haywood e Tzuriel (1992). Segundo Paour (1992), no nível cognitivo, pessoas com deficiência intelectual são caracterizadas por uma discrepância crônica entre o nível do desenvolvimento de suas competências cognitivas e os recursos disponíveis para aplicá-las espontaneamente. Também admite que este grupo manifesta fixações no nível pré-operatório. Entretanto, relata que há evidências que apontam que tais sujeitos são caracterizados por uma relativa plasticidade desenvolvimental e que condições específicas de indução constituem um instrumento de apoio às pessoas com deficiência a terem acesso a um nível de pensamento operatório.

Com base na teoria sócio-histórica, Haywood e Tzuriel (1992) desenvolveram a avaliação interativa que visa o potencial de aprendizagem e evita psicodiagnósticos que enfatizam o aspecto patológico sem analisar o papel da escola no desenvolvimento.

Para Macedo (2005), praticar jogos – e, principalmente refletir sobre suas implicações - pode recuperar o “espírito do aprender” no contexto escolar. É interessante pensar que os jogos podem representar uma nova forma de comunicação e compreensão de conteúdos a

serem apreendidos para além dos recursos tradicionais da leitura e escrita.

Numa metodologia empírica e longitudinal, através da aplicação de um protocolo com 16 atividades com jogos eletrônicos (GCompris), material concreto (Escala de Cuisenaire) e da Caixa Lógico Simbólica, compararam-se os desempenhos dos alunos antes e após a intervenção com a mediação. Participaram da pesquisa 6 (seis) alunos com deficiência intelectual moderada, matriculados na Fundação Municipal de Educação de Niterói, com faixa etária de oito a onze anos, incluídos em turmas regulares do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental e frequentando a Sala de Recursos.

Visando a padronização da avaliação, o instrumento de pré e pós-teste do raciocínio lógico foi elaborado como um protocolo contendo domínios cognitivos como construção do conceito de número, analogias cognitivas e perceptivas, contagem, quantidade e relações espaciais, baseado nos seguintes instrumentos: a Caixa lógico-simbólica¹, a Escala de Cuisenaire, um quebra cabeça de tabuleiro e o jogo eletrônico Gcompris. A pesquisa se dividiu em três momentos, através de comparações longitudinais entre duas ocasiões de testagem: a) Pré-Teste: aplica-se o protocolo do pré-teste sem interferência do mediador para obtermos uma linha de base. b) Intervenção: foram

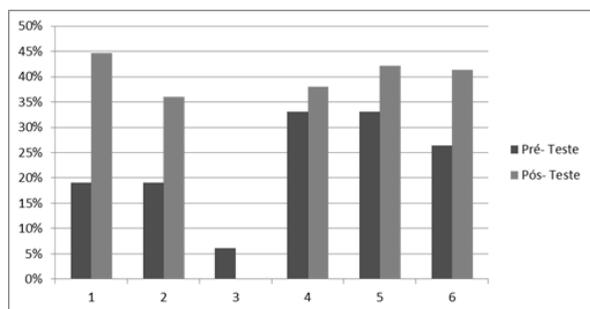
¹ Desenvolvida por Ana Maria Lacombe através do Centro de Estudos Psicopedagógicos Pró-saber no Rio de Janeiro (2016)

realizadas 12 intervenções planejadas, intencionais com base no desempenho no pré-teste na perspectiva da avaliação interativa. c) Pós-Teste: reaplicou-se o protocolo sem mediação para identificar se houve evolução na construção das habilidades lógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os pré-testes foram aplicados para verificação do desempenho de cada aluno com o objetivo de estabelecer um perfil das habilidades lógicas e potencialidades, visando a construção da melhor estratégia de intervenção psicopedagógica. No gráfico 1 são apresentados o desempenho geral do grupo nas categorias lógicas em percentual de acertos no pré-teste e pós-teste.

Gráfico 1 – Desempenho médio percentual do grupo nas categorias no pré- teste e pós-teste



Fonte: da própria pesquisa

O desempenho do grupo no pré-teste indicou a necessidade de proporcionar intervenções lúdicas para auxiliar no desenvolvimento do raciocínio lógico. Os resultados demonstraram avanços nas dimensões com destaque para Contagem e Matrizes Lógicas. Após as intervenções, o pós-teste revelou um avanço quanto às habilidades lógicas, promovendo a mudança de estratégias, a descentração e a reversibilidade.

CONCLUSÕES

A análise comparativa entre os resultados de pré e pós-teste revelou diferenças expressivas indicando que a aprendizagem mediada na perspectiva da avaliação interativa e o estímulo à metacognição pelos mediadores durante as

intervenções psicopedagógicas contribuem para a plasticidade cognitiva, a transcendência da aprendizagem e a autorregulação, indicando a eficácia das intervenções no desenvolvimento do raciocínio lógico em crianças com deficiência intelectual. Ao envolverem o uso dos jogos eletrônicos, as intervenções não se limitaram a desenvolver habilidades lógico-matemáticas, mas disponibilizaram um instrumento computadorizado – que representa uma linguagem contemporânea de aprendizagem e de comunicação entre jovens.

REFERÊNCIAS

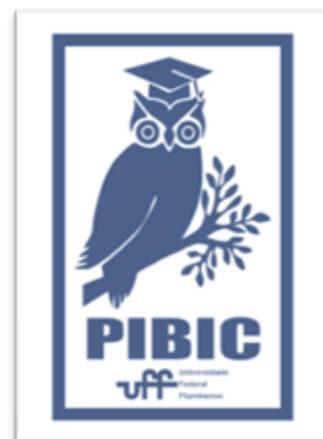
HAYWOOD, Carl H.; TZURIEL, David. **Interactive Assessment**. New York: Springer-Verlag, 1992.

MACEDO, Lino; PETTY, Ana; PASSOS, Norimar. **Os jogos e o Lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PAOUR, Jean Louis. Induction of Logic Structures en Mentally Retarded: An Assessment and Intervention Instrument. In: HAYWOOD, C. E TZURIEL, D. **Interactive assessment**. Springer-Verlag: New York, Inc, 1992

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à Escola Municipal Anísio Teixeira.





GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS

TÍTULO DO PROJETO: MÉTODO DA OBSERVAÇÃO CLÍNICA E MÉTODO DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO: SUBJETIVIDADE E INTERVENÇÃO NA PRÁTICA DO PSICÓLOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

AUTORES: SHAYLA CALIL DE BARROS – LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA (ORIENTADORA)

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA/IPSi/LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - LALIDH

INTRODUÇÃO:

Este projeto comparou os métodos da observação clínica e do materialismo histórico-dialético, a fim de pensar alternativas para a prática do psicólogo na instituição escolar. Tratou-se de uma pesquisa teórica, na qual analisamos artigos publicados em diferentes épocas sobre a prática psi na escola. Encontramos práticas compromissadas com campos conservadores do saber psicológico. Porém, a prática conservadora se revela mesmo quando o discurso manifesto dos psicólogos nomeia o método da psicologia histórico-cultural, o materialismo histórico-dialético, como fundamento. No campo do saber psicológico, a psicologia na escola, aportada na psicologia do desenvolvimento, é uma das ênfases que ainda produz prática e discurso compromissados com o modelo do consenso – que proclama a adaptação do sujeito (universal) ao meio social. Discutimos o tensionamento entre as duas abordagens se dá pela discussão acerca do método, a partir das categorias da subjetividade e da intervenção nas práticas sociais. O objetivo foi entender se há, na réplica entre essas abordagens, perspectivas para se desenvolver práticas psi alternativas na escola. Porém, como veremos no relato do desenvolvimento da pesquisa, encontramos um dado que nos aproximou das relações entre prática psi na

escola e questões de gênero, o que abriu novas perspectivas para este estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para analisar as práticas dos psicólogos na escola, a partir da comparação entre o uso dos métodos da observação clínica e do materialismo histórico e dialético, utilizamos como base teórica o texto “Sobre diferenças individuais e diferenças culturais: o lugar da abordagem histórico-cultural” da Martha Kohl de Oliveira (1997).

Segundo Oliveira (1997), a prática do psicólogo na escola que se fundamenta no método piagetiano pode ser assim resumida: a epistemologia genética de J. Piaget, ao nos apresentar o sujeito epistêmico universal, quando do estudo do desenvolvimento da lógica do pensamento infantil à lógica do pensamento adulto, é a grande representante desta vertente. Piaget não reconhece a importância da diferença entre os sujeitos para a compreensão do funcionamento psicológico, nem pela via da singularidade nem pela da sociogênese e afirma, portanto, um conceito de subjetividade produzido por uma ideia de sujeito a-histórico e, como consequência, um conceito de social apartado das discussões histórico-culturais. Para tanto, Piaget engendra um método – observação clínica, que se não traz o reducionismo das

relações de causa e efeito do método das ciências da natureza, pois o autor não reconhece o fenômeno humano como semelhante ao fenômeno natural, traz a perspectiva da neutralidade na relação pesquisador-sujeito do campo, pois entende que é possível “olhar o fenômeno de fora”, mesmo quando o observamos na forma em que ele acontece. Piaget estava interessado naquilo que se repete no desenvolvimento da inteligência da infância até a vida adulta. Um campo de saber da psicologia vem sendo considerado alternativo ao modelo descrito acima – a abordagem histórico-cultural de Vigotski (*apud* OLIVEIRA, 1997), que propõe a relação do homem com o mundo mediada por discursos e práticas sociais. O psicólogo russo afirmou as subjetivações produzidas nas relações concretas das instituições, numa clara contraposição ao sujeito universal.

Dessa forma, para entender como o próprio psicólogo vê a sua prática, a partir do uso de dados secundários, foram escolhidos dois artigos: “O psicólogo brasileiro: sua atualização profissional” (BASTOS E GOMIDE, 1989) e “Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: concepções práticas” (MEDEIROS E AQUINO, 2011).

Nos dados apresentados pelos dois artigos analisados, os psicólogos dizem colocar em foco a individualidade e afirmam a utilização de testes psicométricos. Eles relatam que um dos objetivos do psicólogo escolar é lidar com as patologias e, numa visão de uma curva normal, o “aluno-problema” deve ser identificado, corrigido e normalizado. Isso tem uma perspectiva mais da psicologia biologizante de fundamentação inatista.

Também fica clara a cobrança que os psicólogos possuem de ter que resolver os problemas de aprendizagem e comportamento, novamente uma prática que corrobora para que haja a curva “normal” de como a criança deveria ser, criando um modelo de aluno ideal e deixando aqueles que não seguem o modelo como anormais. Apesar desse

caráter comportamentalista, encontramos, ainda, abordagens cuja normalização se dá pelo apoio no aporte piagetiano. O que será apresentado e discutido no relatório final.

Além disso, estamos concluindo que, para entender a profissão, é necessário também entender quem são os psicólogos no Brasil. Desta forma, ao analisar dados dos artigos, nos deparamos com um número que chama atenção: 81,9% dos profissionais com registro no CRP são mulheres. Como interpretamos que não seja natural a escolha das mulheres pelo campo, surgiu o questionamento de não naturalizarmos esse fato que vem sendo produzido como verdade a ideia de que a psicologia é uma profissão feminina. O nosso trabalho, a partir disso, seguirá estabelecendo análises acerca dessas práticas com a questão que vem se constituindo em nossos estudos acerca da ideia de a psicologia na escola ser profissão feminina.

Após ter constatado que há de cerca de 90%, de mulheres entre os de profissionais de Psicologia, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) realizou uma pesquisa nacional, em 2012, para avaliar aspectos quantitativos e qualitativos que possam contribuir para a compreensão da influência feminina sobre o exercício profissional. Este estudo deu origem ao texto Uma Profissão de muitas e diferentes mulheres – Quem são as psicólogas brasileiras? (LHULLIER, ROSLINDO E MOREIRA, 2013), que, portanto, apresenta os resultados referentes a diversos dados sobre as psicólogas brasileiras.

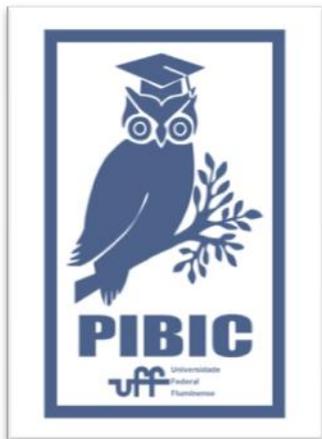
No entanto, mais do que compreender a importância da influência feminina no fazer psi, é necessário produzir modos de desnaturalizar a concepção do imaginário social que trata a psicologia como profissão feminina para, a partir de estudos de identidade e de gênero, instituir ações de uma prática feminista.

CONCLUSÕES:

O campo do psicólogo escolar ainda se mostra bastante confuso para a maioria dos psicólogos que escolheram a área: muitos não sabem muito bem qual seria a sua função dentro das escolas. O que se vê dentro das instituições é a predominância de uma clínica, individual, em que se visa corrigir os alunos que fogem do padrão que é esperado por professores. A predominância de mulheres no campo também chama atenção e merece aprofundamento. Essa será também uma perspectiva a ser estudada em outro projeto de Iniciação Científica.

Agradecimentos:

Agradecemos ao CNPq e à PROPPI.





Ciências Humanas

Título do Projeto: Políticas de inclusão nas universidades federais brasileiras: limites, possibilidades e desafios para a próxima década

Autores: Maria de Fátima Costa de Paula e João Ulisses de Sousa Viturino

Universidade Federal Fluminense/ Faculdade de Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação/ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES)

INTRODUÇÃO:

O projeto tem como objetivo analisar as demandas de acesso e permanência ao ensino superior, tendo em vista o processo de democratização das universidades federais e suas políticas de acesso e permanência oferecidas aos estudantes. Seleccionamos as universidades federais do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de analisar os efeitos dessas políticas nos cursos de alta e baixa demanda/ elevado e baixo prestígio social, inicialmente, realizando uma consulta bibliográfica das políticas de democratização do ensino superior implementadas a partir do Governo Lula, com foco no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na Política de Cotas para ingresso de estudantes de escolas públicas, com vagas reservadas para setores de baixa renda e para as minorias étnicas e nas Políticas de Assistência Estudantil. A seguir, pesquisamos nos sites das universidades federais investigadas os seus principais programas de assistência estudantil, procurando identificar seu alcance, possibilidades, limites e problemas, apontando os desafios para a próxima década.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A democratização do ensino superior brasileiro vem seguindo os debates averiguados em outros países da América Latina, se apresentando como um desafio, ainda, a ser enfrentado.

O ensino superior brasileiro tem historicamente formado as elites nacionais, deixando de fora um enorme contingente de jovens que não

conseguem entrar nessas instituições, ou que, muitas vezes, quando são bem-sucedidos nessa primeira etapa, não têm condições de terminar seus cursos.

A expansão do ensino superior veio para reparar as dívidas sociais ainda remanescentes no Brasil, como primeiro passo para a democratização da educação superior, entretanto, não se mostra suficiente para a inclusão social das camadas subalternizadas.

Pesquisamos os dados sobre as políticas de assistência estudantil oferecidas aos estudantes nas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro: UFF, UFRJ, UNIRIO e UFRRJ. Inicialmente foi possível sistematizar as modalidades oferecidas. Entretanto, constatamos que ainda há um grave problema relacionado à evasão estudantil, que continua atingindo muitos estudantes de baixa renda em seu percurso acadêmico. As universidades investigadas não apresentam dados estruturados sobre a evasão e algumas também não apresentam dados atualizados sobre as políticas de assistência estudantil ofertadas pelos diferentes cursos de graduação.

O problema da permanência na educação superior parece ter sido influenciado por um conjunto de fatores: em parte, pelo processo de privatização das instituições de ensino superior, que em muitos casos inviabiliza a entrada e a permanência de alunos das camadas mais pobres da população; pelo processo de seleção nas instituições públicas, que acaba beneficiando os estudantes oriundos das escolas particulares de elite em detrimento daqueles que fizeram a sua formação nas escolas da rede pública; por uma

ainda reduzida oferta de cursos noturnos nas instituições públicas, o que não permite que o aluno seja também um trabalhador, realidade oposta à camada mais pobre da população; pelas dificuldades enfrentadas por aqueles alunos que conseguiram passar pelo processo de seleção, mas que, em contrapartida, lidam diariamente com limitações de ordem financeira e/ou de formação na educação básica, o que termina por levar o estudante a não concluir o curso.

CONCLUSÕES:

Ao analisar essas informações, é perceptível que ainda há um longo caminho de estruturação das políticas adotadas pelas universidades federais. O aumento do número de vagas para os cursos superiores de graduação não garante a permanência dos estudantes, em especial os de baixa renda. Como aponta PAULA (2011, p. 91-92):

Isto requer investimento significativo em assistência estudantil, incluindo aumento considerável do número de bolsas para atender a demanda por ensino superior, auxílio transporte, alimentação, moradia, entre outros; reestruturação curricular dos cursos e disciplinas; acompanhamento didático adequado dos alunos; melhor formação pedagógica dos docentes, entre outras medidas a serem implementadas nas instituições de educação superior.

Dentro das pesquisas, se destaca ainda a grande invisibilidade dos estudantes diante da sua posição nos cursos, que alegam não só os fatores socioeconômicos, mas, também os processos socioeducativos anteriores. Segundo Ristoff (2014, p. 731): “[...] o *campus*, como um agente social ativo, aguça as distorções existentes na sociedade”.

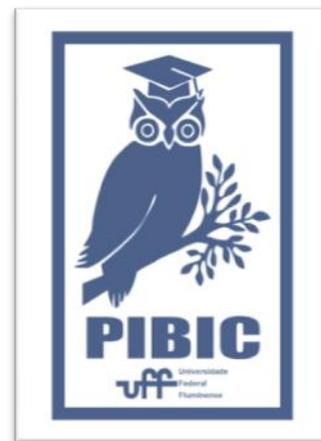
Portando os desafios que se apresentam são em sua maioria relacionados à permanência dos estudantes nas universidades federais. Para que seja efetivada a democratização do ensino superior, as políticas de permanência devem ser intensificadas para que o acesso, já ampliado nas últimas décadas, seja acompanhado da permanência. Como aponta Ristoff (2014, p. 745-746):

[...] Fica, assim, evidente que as políticas adotadas, embora lentas demais na sua execução aos olhos do que delas precisam e dos indignados pela exclusão histórica, apontam para a direção correta: a educação superior brasileira está criando importantes oportunidades de mobilidade social para alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pais sem escolaridade, ampliando significativamente as energias criativas da nação.

Mas, para que o ciclo de democratização seja completado, as políticas de assistência estudantil precisam ser ampliadas, garantindo a permanência dos estudantes nas universidades.

Agradecimentos:

Agradeço imensamente à querida professora Maria de Fátima Costa Paula, pela oportunidade de contribuição com a pesquisa e através da bolsa de iniciação científica conhecer e aprender mais sobre a educação superior nas reuniões do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES/UFF).



Referências Bibliográficas:

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Educação superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In:

PAULA, Maria de Fátima Costa de e
FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (orgs).
*Reformas e democratização da educação
superior no Brasil e na América Latina.*
Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011, p. 53-96.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do *campus*
brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico
do estudante de graduação. **Avaliação**,
Campinas; Sorocaba , v. 19, n. 3, p. 723-747,
nov. 2014.



Grande área do conhecimento: Ciências humanas/Psicologia

Dispositivos afetivos: produção sensível de corpos-sujeitos

Bárbara Gerard Martins e Maria Paula Borsoi Raimundo

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia

INTRODUÇÃO:

Nosso campo de pesquisa se caracteriza por oficinas de sensibilização realizadas no SPA-UFF. A proposta destas oficinas, abertas ao público, é trazer para estes espaços de construção de dispositivos a própria proposta de PesquisarCom, na qual sujeitos, corpos e afetos são construídos em conjunto. Nossa intervenção propicia a articulação entre os pressupostos teóricos e epistemológicos da psicologia e nossa inserção nas oficinas de sensibilização, capacitando-nos a construir uma relação entre corpo e subjetividade que nos faça compreender a nossa “herança psicológica” (Despret, 1999). Por outro lado, intervimos no campo para que, junto com os participantes, possamos elaborar uma nova maneira de se pensar a construção das narrativas de vida levando em consideração também a produção de um corpo que se afeta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Pudemos, nessas oficinas, experimentar percepções-afecções nossas no campo que nos permitiram experimentar as diferentes possibilidades de conexões que tecemos com os objetos nas proposições de atividades que levamos, a produção de vínculos nos grupos

Que se formaram, e como estes vínculos modularam o trabalho, bem como a produção de um sentido nas atividades, que era experimentado durante as mesmas por todos os participantes, e que, em várias situações, emergia fora de um plano inteiramente intencional, nas micro-modulações presentes. Trazemos como exemplo disso uma atividade que propomos na oficina do sétimo semestre, uma oficina das palavras. Levamos letras recortadas de jornais e revistas e propomos aos participantes que recortássemos os nossos nomes escritos por cada um de nós em letras e sílabas. As palavras que seriam criadas seriam a partir desse híbrido do nome real de cada um de nós com as sílabas e letras já trazidas. Propusemos experimentar as palavras formadas em tons diversos numa espécie de telefone sem fio expressivo, e o que ocorreu foi que essas palavras tomaram sentidos que deram um contorno interessante para a comunicação do grupo, como numa conversa circular, na qual só usávamos as nossas palavras.

Também experimentamos esses sentidos que são costurados sem combinação prévia durante as atividades e compartilhados pelo grupo, levando em conta uma dimensão não intencional, no oitavo semestre, numa atividade em que propusemos experimentar um tecido de

acrobacia com músicas, o tecido em muitos momentos se constituiu como algo que o grupo tinha de “cuidar” junto, e algumas vezes era como se encenássemos algo de acordo com a música. O tecido virou ali mais um elemento na cena, fosse este um véu, uma saia, ou que forma tomasse, e nossa relação com ele, dessa forma, se modulou. Pensamos a partir disso, bem como em outras situações expostas no relatório em ambos os semestres, como há certos pactos que vamos firmando nas oficinas, que são sentidos por todos nós e que não sabemos muito bem de onde emergem, mas que vão modulando as afecções no campo e as atividades, modulação esta que não carrega uma intencionalidade, mas se apresenta repleto de sentido.

CONCLUSÕES:

Construímos uma perspectiva de composição com os grupos que não buscavam um ideal de neutralidade, muito pelo contrário, construía um espaço de implicação para com o dispositivo e seus participantes. Os dispositivos das oficinas se compuseram de uma dinâmica própria, e constituída num cuidado pelo manejo. Nesses grupos, as composições de disponibilidade dos participantes (Despret, 2010) não apareceram de forma única, num tempo cronológico linear, mas sim por memórias dos grupos que se atualizava através das novas dinâmicas e novos encontros (Moraes, 2010).

Dessa forma, o que emergiu dos encontros nessas oficinas constituiu um PesquisarCom implicado em ouvir e produzir com sensibilidade as composições de vínculo e a produção dos

afetos em rede, jamais buscando separar tais afecções enquanto unidades independentes, uma vez que tais afecções, quando isoladas ou separadas do dispositivo no qual emergem e dos atores presentes neste, perdem seus sentidos. A produção de afetos então aparece como uma composição de corpos em que os elementos que estão presentes no dispositivo, inclusive os participantes, são ativos e articulam sentidos singulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Despret, V. *Ces émotions qui nous fabriquent. Ethnopsychologie de l'authenticité*. Paris; Institut d'édition Sanofi-Synthelabo, 1999.

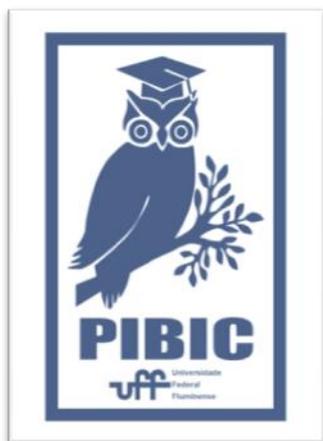
Latour, B.. *Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência*. In. NUNES, J.A. e ROQUE, R. (org.) Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 40-61.

Moraes, M. *PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual*. In. Moraes, M. e Kastrop, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

Agradecimentos:

Primeiramente, ao programa CNPq/**PIBIC** pelo financiamento do projeto e oportunidade de continuarmos pesquisando o corpo. Agradecemos também a cada um que compõe o grupo de pesquisa, que inclusive estiveram presentes nessa escrita, por cada supervisão em que escolhemos trabalhar com os afetos. Agradecemos ainda aos que frequentam o grupo de estudos ao qual esta pesquisa se

vincula, por fazerem deste espaço tão especial e fundamental para este projeto.





Filosofia Antiga

Liberdade e destino, perspectivas e aproximações entre a filosofia estoica e a teologia do apóstolo são paulo.

Eduardo da Silva Machado

Universidade Federal Fluminense; Instituto de Ciências Humanas e Filosofia; Departamento de Filosofia.

INTRODUÇÃO:

Logo nos primeiros meses se reconheceu que o escopo do trabalho estava muito grande e circuncrevemos o nosso objetivo a apenas descrever a noção de destino nos estoicos. Ainda assim, delimitamos o estoicismo dentro do filósofo Sêneca, em especial suas cartas a Lucílio.

O problema que intento levantar nesse trabalho é o marcante e suposto paradoxo entre a liberdade e o Destino no pensamento estoico, dois temas trabalhados desde o estoicismo antigo e que perpassa toda a trajetória estoica até a sua versão romana com notada valorização da ética. Por este motivo, vou delimitar a minha pesquisa no pensamento do filósofo estoico do período romano Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C – 65 d.C), delimitando um pouco mais o tema à sua obra *Epistolas Morales a Lucilio*, importantíssima obra do pensador e, possivelmente, a última em que tratou de filosofia. Embora busquemos considerar a obra de maneira geral no que concerne ao tema, vamos nos aprofundar na carta 107, carta em que Sêneca se detém ao tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Um dos pontos mais polêmicos da filosofia estoica encontra-se na teoria do destino. Importantes pensadores como

Plutarco, Calcídio e Nemésio ergueram sua voz para condenar o estoicismo a uma inescapável contradição entre a independência (*autarkéia*) do sábio e a inevitabilidade determinista do destino¹. Sendo, portanto, um problema para o estoicismo, desde seu nascimento, coadunar a liberdade essencial do homem, base da Ética estoica, com o fatalismo de um destino planificado desde sempre.

A resposta dada pelo Pórtico em nada se assemelha às filosofias intelectualistas de Aristoteles e Platão.

Ao percorrer a obra que será estudada em nosso trabalho, as epístolas Morais a Lucílio, observamos a presença de um conceito caro para Sêneca que os estoicos antigos chamavam de *homologouménos zên* (que se costuma entender nos estudos de filosofia antiga como “viver em harmonia”), ou simplesmente *homología* (“harmonia”).

É notável como Sêneca, ao exortar seu aluno Lucílio na sua busca pela sabedoria, utiliza imagens e exemplos, nos quais percebemos a presença, ora de modo evidente, ora sutil, de referências a uma “harmonia” entre as ações e a natureza, entre a vontade e o destino, entre o corpo e a alma, entre discurso e as ações, entre a vida e o discurso, entre o estilo e o caráter, no

¹ ULLMANN, O estoicismo romano, p. 52.

âmbito das ações entre elas próprias, e assim por diante.

Queremos então demonstrar como o conceito de *Harmonia* é importante para entendermos as soluções que Sêneca dá para o suposto paradoxo *Destino* e *Vontade* dentro do sistema de doutrinas estoicas.

CONCLUSÕES:

Algumas conclusões foram retiradas da pesquisa até aqui feitas:

No sentido de entender o conceito de Harmonia em Sêneca, outras temas do estoicismo antigo tivemos que estudar, tais como a teoria estoica dos valores (que envolve, por exemplo, a divisão dos seres entre “bem”, “mal”, e “indiferentes”), bem como a noção de natureza (*natura/phýsis*) e a definição de destino (*fatum/heimarméne*).

Embora o entendimento consensual de que o termo *homologia* do estoicismo antigo tenha sido convertido para o *conunientia* segundo a personagem ciceroniana no *De Finibus*, Sêneca se utiliza desse termo somente uma vez em sua obra, precisamente na carta 74, há outros termos utilizados por Sêneca que estão dentro de um campo semântico mais amplo e que também se alinham ao mesmo conceito por nós estudado, qual seja a Harmonia (*Homologia*) enquanto conciliação entre Destino e Liberdade ou Vontade como *télos* do sábio estoico. Dentre estes termos latinos temos: *consentire* (Ep. 107 e 119), *consonare* (Ep. 88), *conspirata* (Ep. 84) e *dissidere* (Ep. 95), como termos que se encontram neste campo semântico mais amplo que também consideraremos.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao meu orientador, Professor Marcus Reis Pinheiro primeiramente pela paixão que demonstra ter pelos estudos das filosofias helenistas, paixão esta que tem me motivado a cada dia a estudar estes preciosos ensinamentos do passado, assim como perceber como esta filosofia estava intimamente ligada ao conceito de filosofia como forma de vida.

Agradeço aos meus companheiros de turma que embora tenham outros objetos de pesquisa no amplo escopo da filosofia, sempre enriquecem nossas reflexões quando podemos dialogar sobre filosofia.

Agradeço em especial à minha família, minha esposa Gleiciane Das Silva Costa Machado, que tem me apoiado nos estudos e tem me dado todo o suporte de que preciso, e os filhos, Larissa Oliveira Machado e Jean Lucas da Silva Costa que abrem mão do tempo de convivência para que possa me dedicar à leitura e aos estudos.

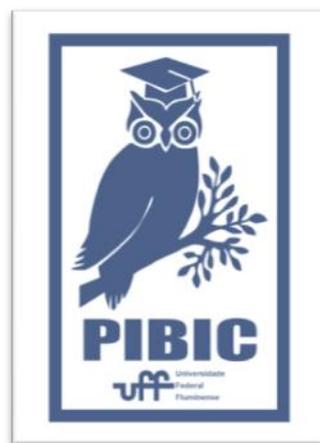


Figure 1: Logo PIBIC



7.05.00.00-2 História (7.05.05.00-4 História do Brasil)

Projeto: “Ordem, lei e justiça: Estado e sociedade no pensamento de José Justiniano da Rocha (1836-1860)”.

Gilson dos Reis Melo Filho

Departamento de História-GHT/SEO (Sociedade de Estudos dos Oitocentos)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho procura discutir a importância do pensamento político do jornalista Justiniano José da Rocha para se pensar o período da Conciliação do Império brasileiro. Tal momento da história ficou particularmente conhecido pela ascensão do Gabinete do Marquês de Paraná no ano de 1853, mantido até 1861, ano da morte do referido ministro. O que se percebe nos escritos do Justiniano é que a prática conciliatória consistiu numa política já pensada na década de 40 e que teve seus efeitos perdurados no começo da década de 60, portanto, tal momento do Império tem que ser pensado de uma forma mais abrangente, de modo que possa ser relacionado com outros aspectos bastante discutidos na historiografia atual sobre a Conciliação, que são: o alcance do poder pessoal do imperador D. Pedro II, a viabilidade de se pensar a Conciliação tão somente como fruto da hegemonia de um só partido (no caso, o Partido Conservador), a influência e o alcance de uma sociedade civil organizada por meio da imprensa e das Câmaras, e, por fim, as disparidades provinciais que só traziam mais complexidade a já difícil missão de organização do Estado. Para alcançar tal discussão historiográfica, pautou-se na leitura dos escritos do Justiniano no jornal *O Regenerador* de 1860-1861, nos debates parlamentares e nos seus folhetos políticos que tiveram um longo alcance tanto no Império quanto posteriormente em interpretações dos historiadores, como o “Ação, Reação, Transação” de 1855, e “Monarquia-Democracia” de 1860. Uma importante menção antes de adentrar os escritos do Justiniano é sobre a acusação de o mesmo ser um “pena-de-aluguel”, como se suas ideias não tivessem validade para se pensar o Império e, além disso, como se o mesmo não tivesse um pensamento político próprio, que diz respeito a problemas vivenciados pelo mesmo ante diversos momentos do Império brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O jornal *O Regenerador*, produzido pelo publicista Justiniano José da Rocha, foi impresso durante dois anos na Rua do Cano nº 140, sob a tipografia de mesmo nome. Era publicado três vezes por semana, às terças, quintas e sábados, porém no ano de 1861 começou a ser publicado diariamente. O número de páginas era costumeiramente 4, número baixo para os padrões dos grandes jornais, pois todo o trabalho de escrever era do próprio Justiniano, ficando o mesmo impossibilitado de produzir sozinho sobre variados assuntos em voga.

O grande objetivo político encontrado no *O Regenerador* é a defesa dos elementos monárquicos que possibilitavam, na sua visão, a tão almejada unidade do país - entre os elementos que considerava fundamentais estavam a religião, o poder moderador, a irresponsabilidade do rei perante erros do ministério, a defesa da ordem e das instituições, e, por outro lado, o ataque ao crescimento dos liberais, principalmente por causa de dois motivos: o progressivo domínio que a imprensa liberal vinha exercendo e também a prática conciliatória que havia sido adotada. Esta última, na sua visão, enfraquecia o partidarismo e causava um racha dentro do campo conservador. Por fim, penso nas edições do *Regenerador* como um balanço das consequências da prática conciliatória, do Gabinete do Marquês de Paraná, da crise partidária, das cada vez mais acirradas disputas na imprensa e no Congresso ao redor de projetos e ideias.

Sobre a Conciliação, percebe-a como a política que culminou no enfraquecimento dos dois partidos que representavam a ideia de uma transação entre a liberdade e autoridade, nem o Partido Conservador, representante da

autoridade, nem o Partido Liberal, representante da liberdade, tiveram um fortalecimento das suas ideias e projetos, e portanto, o país como um todo não teve suas instituições fortalecidas e nem a liberdade garantida pelo o medo da ocorrência de novos distúrbios sociais.

Justiniano mesmo como um conservador, não vê a mudança como um risco a não ser tomado, pois está também interessado na ideia de transação e progresso. E ao se interpretar os seus escritos, percebe-se que a todo o instante o mesmo se posiciona em uma série de questões (instrução, segurança, política externa, exército, eleições e etc.) relacionadas à organização do Estado, o que reforça sua genuína preocupação com a direção do Império. Sua proposta só é entendida conforme separamos a política das questões administrativas. Para ele, a política, representada primordialmente na figura de D. Pedro II deve ser preservada custe o que custar, pois representa um símbolo da unidade brasileira e da centralização. Porém, as questões administrativas são temas que devem ser a todo momento debatido na imprensa e nas Câmaras, e diz respeito a uma melhor gerência das questões materiais nas províncias, a uma autonomia maior dos municípios, a uma “descentralização administrativa” que não faça da Corte uma cabeça inchada.

Ao retomar o assunto da Conciliação, pode-se dizer que o mesmo via esta prática como o enfraquecimento das discussões administrativas e também o começo dos ataques ao “poder pessoal” de D. Pedro II por causa da crise partidária.

Além de demonstrar o enfraquecimento partidário, e o conseqüente empobrecimento dos debates sobre ideias e projetos, Justiniano apresentou em seus artigos deste jornal uma rica complexidade dos efeitos da Conciliação, no ano de 1860. As figuras políticas que surgiram foram as mais variadas possíveis. A lista de novos personagens políticos, em suma, se pautou muito mais pelos interesses individuais e afetivos do que pelos interesses coletivos e partidários, como fora de outrora.

Ao situar tais personagens, chama-os de “cogumelos”, ou “bons moços”, referências obtidas, em grande parte, pela alteração do regime representativo feito por meio da Lei dos Círculos, de 1855, que beneficiou a entrada, nas câmaras, de sujeitos que julgava não ter muitos vínculos partidários e que se criavam sozinhos (cogumelos), bem como de políticos que apelavam para o lado sentimental, mesmo não

apresentando projetos e ideias: eram os bons moços. A reforma eleitoral de 1855 ocasionou, no pensamento de Justiniano no enfraquecimento das chapas oligárquicas, mas no fortalecimento da localidade, dominando o “espírito da localidade”.

Se o rei começou a ter sua figurada atacada, não foi diferente dos saquaremas (os conservadores, no geral) que se enfraqueceram ao perder cargos e poder, estes até mesmo começaram a se aliar com outros membros do partido liberal para se manter na política, ou receber uma troca de favor.

CONCLUSÕES:

Não se pode reduzir Justiniano como uma simples pena-de-aluguel, e nem como uma figura totalmente independente e alheia às discussões da imprensa e da direção do seu próprio partido. Mas para não nos situarmos indecisos com tal afirmativa, é veemente suas críticas à Conciliação no início da década de 60, o que nos remete que suas críticas em relação ao começo do Gabinete da Conciliação de 1853 são, de fato, autênticas, e que puderam sim, ter sofrido influências partidárias do seu Partido Conservador, já que o mesmo defende a unidade e a coesão interna, não fugindo, é claro, da sua própria doutrina. O contrário seria se o mesmo escambasse direto no colo dos liberais (ou dos neoliberais, como afirma Justiniano) que mantinham posturas alheias aos seus partidos ou da direção.

A partir disso, pode-se questionar diferentes termos vinculados ao pensamento de Justiniano e ao contexto histórico vivido pelo o autor na década de 50. Portanto, para o jornalista, fica claro que a conciliação está absolutamente longe de se referir à alguma ideia de transação como pensada por ele em seu folheto político “Ação, Reação, Transação” de 1855, já que não se importava muito com o debate de ideias entre os elementos monárquicos e os elementos liberais, além de que no plano efetivo da política, os dois partidos saíram perdendo com a conciliação.

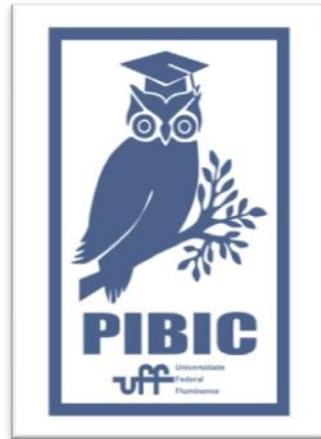
Agradecimentos:

Agradeço em primeiro lugar à população brasileira, que mantêm com seu suor e esperança todas as instituições do nosso país.

Agradeço as instituições públicas de ensino e fomento de pesquisa pela resistência frente aos riscos que atormentam a ciência no país.

Agradeço não menos para os profissionais que me acompanharam até aqui nessa dura caminhada de pesquisa, em especial para minha orientadora Gladys Sabino.

E por último e primordialmente a minha família e amigos pela força para a realização dos meus objetivos.





Ciências Humanas

Contrabando na Tríplice Fronteira: uma investigação necessária

Giovanna de Oliveira Martins

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos/ Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF)

INTRODUÇÃO:

O relacionamento entre Brasil e Paraguai foi e continua sendo contaminado por intensos fluxos ilegais de mercadorias que cruzam a fronteira entre os dois países diariamente. Em razão de um passado histórico comum marcado pelos extensos efeitos da Guerra do Paraguai, o país acabou enfrentando uma falência do seu tecido econômico, social e político junto à destruição do seu aparato burocrático e jurídico. Consequentemente, o Paraguai acaba sendo acometido por uma complexa estrutura ilegal e corrupta de comércio, relações sociais, trabalhistas e políticas que alimentaram o crescimento da atividade contrabandista. Inevitavelmente observa-se o transbordamento desta problemática para o Brasil. Assim, esta se tornou uma questão de altíssimo prejuízo à sociedade, economia e política brasileiras, impondo ao Estado desafios que o mesmo não demonstrou completamente capacidade de superar.

Apesar das diversas consequências negativas trazidas pelo contrabando, ele continua sendo trivializado pela população, mídia e governo brasileiros. Mesmo com o processo de importação da securitização norte-americana do Crime Organizado Transnacional (COT), o contrabando continuou a ocupar um espaço de pouca visibilidade, classificado como delito menor frente ao narcotráfico, por exemplo, que assumiu o topo das agendas de segurança dos Estados. No entanto, esta pesquisa preza pelo entendimento do leitor de que a proposta apresentada não é elevar o contrabando a uma ameaça existencial, securitizando-o, assim como fora feito com o narcotráfico. Pelo contrário, aqui se procura demonstrar que a securitização não vem se apresentando como um exemplo eficaz e positivo a ser seguido em termos de preservação da segurança, na

medida em que é, na maioria dos casos, explorado como uma manobra política eleitoreira em que se cria o medo para se vender a solução, além de não atuar na origem do problema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O contrabando é um crime que está presente na história do Brasil desde sua formação, uma herança das práticas comerciais coloniais, sendo encarado como uma dimensão do mercantilismo. Ernest Pijning conta que o contrabando neste período era tolerado pelas autoridades de acordo com o *status* da pessoa ou país envolvido que a realizava.

Desde seu surgimento no território brasileiro, está diretamente aliado ao aparato estatal e à corrupção, reafirmando a ideia de que o contrabando atua, até hoje, como “braço obscuro” do Estado. Assim, a comunidade política acaba por transmitir aos cidadãos que o contrabando é um crime secundário, de baixa gravidade, que não traz grandes impactos em suas realidades.

Esta pesquisa entende que o contrabando é uma atividade transnacional e multinível que fomenta a criação de uma lógica organizacional marcada por forte hierarquia. O contrabando apresenta como pilares de atuação: a corrupção dos agentes de Estado e do aparato jurídico, a prática da violência etc. Portanto, apesar de ser silencioso, impacta na paz, na segurança pública, nacional e internacional, na economia, na saúde pública, no meio ambiente, na credibilidade e governança democrática, violando os direitos humanos e comprometendo o desenvolvimento econômico, social, cultural, político e civil de uma sociedade.

Como visto, o Brasil importou um processo de securitização norte-americano para com relação

ao COT. No entanto, ficou claro que a importação brasileira desta medida securitária repercutiu no país de maneira completamente direcionada à Guerra às Drogas. Conclui-se que na realidade, o governo brasileiro aplicou uma agenda securitária apenas ao tráfico de drogas e substâncias ilegais, jogando mais uma vez o contrabando “para escanteio”.

CONCLUSÕES:

Portanto, o Estado é também vítima das implicações trazidas pelo contrabando em diferentes níveis de sua presença na sociedade. O contrabando vem sendo beneficiado por conta das ações destes indivíduos políticos que compõem o arranjo estatal, tornando a resolução da problemática quase impossível ao esvaziar as chances de sucesso das medidas resolutivas.

Além disso, o contrabando está, majoritariamente, interconectado com outros tipos de crime, principalmente com o narcotráfico, que muitas vezes faz uso das mesmas rotas e esquemas de corrupção. Apesar de serem pensados em um mesmo ciclo de funcionamento, o contrabando é um crime individual e autônomo que não precisa derivar de outro tipo de crime para existir. Essa imbricação entre contrabando e tráfico acaba por estabelecer uma hierarquia entre eles, o que corrobora para a diminuição do contrabando enquanto crime autônomo e grave.

Não obstante, fica clara a perpetuação de uma lógica militarizada no seio da sociedade brasileira. Historicamente, conforme foi mostrado, o Brasil vem se apoiando em uma cultura militarizada, que implica valores, instrumentos e práticas de militarização frente a problemas de segurança pública. Essa contaminação do meio civil por esta mentalidade militarizada debilita a sociedade civil, graças a extrapolação do meio militar e da capacidade estatal de coerção. Cabe afirmar que a iniciativa de pensar a tratativa do contrabando, de maneira multissetorial, a partir de políticas públicas e projetos de desenvolvimento social, depende de uma mudança de mentalidade coletiva, a qual é um dos propósitos desta pesquisa.

Agradecimentos:

Agradeço ao meu orientador, Victor Leandro Chaves Gomes e à minha colega Anna Clara

Dutra por terem me auxiliado em transformar a paixão pelo estudo do contrabando em uma produção científica que pode trazer benefícios na tratativa do tema, além de facilitar o acesso da comunidade acadêmica e política a informações analíticas e robustas sobre o contrabando.

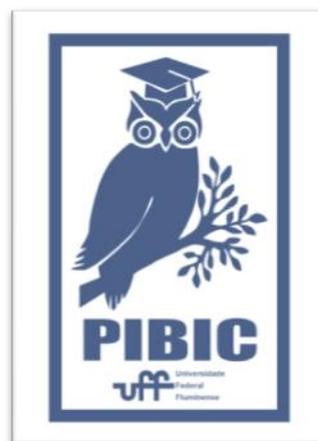


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Sermões de exéquias e a transmissão da coroa portuguesa no Portugal do século XVIII

Rhuan Vetuani Nogueira Pereira (Rodrigo Bentes Monteiro)

Instituto de História / Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

Esta comunicação analisa o objetivo político dos sermões de exéquias proferidos em homenagem a D. João V. Entre os principais objetivos se encontra a análise das formas de propagação do discurso sermonístico, e a ritualística da transmissão da coroa portuguesa no contexto português de meados do século XVIII. O trabalho é resultado do contato direto com os folhetos da coleção Barbosa Machado, um bibliógrafo e clérigo português que viveu no século XVIII e doou todo seu acervo para a Real Biblioteca. Tenho a responsabilidade de aprimorar as fichas produzidas por bolsistas anteriores e disponibilizá-las em uma base de dados que se encontra online. Tal empreendimento se justifica, pelas suas contribuição e utilidade para os pesquisadores do mundo português, uma vez que são encontradas nessa coleção fontes ricas para a produção de conhecimento sobre o império de Portugal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A base fundamental para os resultados obtidos neste trabalho são as fontes primárias obtidas na Biblioteca Nacional do Brasil, os folhetos da coleção Barbosa Machado, em específico os seis tomos referentes aos sermões de exéquias dos reis de Portugal. Folhetos sobre os quais foram feitas leituras com o intuito de coletar importantes informações contidas naquela grande variedade de sermões, impressos entre o século XVI e o XVIII. Os resultados se dão pela forte ligação entre as áreas de atuação e conhecimento no Antigo Regime português, dessa forma não há qualquer contradição entre o ofício de padre e a produção de escritos políticos, que em sua maioria eram produzidos dentro de um formato religioso. Neste presente

trabalho a discussão está circunscrita à transmissão do corpo político do rei para o sucessor de D. João V (1707-1750), seu filho D. José I (1750-1777). O tema dos dois corpos do rei e a problemática da transmissão do corpo político do rei, ou seja, a coroa, está presente no livro *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval* (Kantorowicz, 1998). Mas o papel do clero na transmissão do poder real é também um importante ponto de reflexão. Ao disseminar e propagar um discurso por meio dos sermões, ele tem um papel nesse ritual político de passagem da coroa após a morte do antigo rei. Este debate é encontrado no artigo de Fernando Bouza (Bouza, 2002), "Comunicação, conhecimento e memória na Espanha do século XVI e XVII". Entre os assuntos abordados no artigo acima citado, os principais debates são a transmissão do sermão para a versão impressa, e como este ato amplifica a sua principal finalidade.

A transmissão do corpo político do rei, segundo Kantorowicz, deve ser feita o mais depressa possível, de forma a encurtar o interregno. E sendo o corpo político imortal, e transferível ao sucessor, a transmissão se daria apenas após a morte do corpo mortal, de forma que nela seja incorporado o transcendental e divino corpo do rei. Essa teoria trata, principalmente, dos reis da dinastia Tudor da Inglaterra. Porém, com uma leitura considerável de sermões, foi perceptível a adaptação feita pelo clero do império português no período joanino, pois nos sermões não há qualquer contestação de sua autoridade real, no período em que seu corpo físico estava debilitado por uma doença, ou pela sua pouca idade quando ocupou o trono de Portugal.

O objeto com o qual tive contato para caracterizar um período de interregno entre reinados foram os sermões de exéquias de D. João V. Nessa documentação constatei que, em um grande número de sermões, produzidos

principalmente ao longo desse período em todo o império português, o nome do filho primogênito D. José tinha um relativo destaque. As aparições do nome do sucessor de D. João, comumente precedia partes no texto em que os padres afirmavam que as virtudes joaninas seriam transmitidas para o seu filho, e em seguida aconselhavam o sucessor a seguir os passos do pai, para que tivesse um reinado próspero, sendo assim dessa forma uma extensão do reinado anterior. Garantia-se assim uma maior estabilidade política pela passagem de poder, ao aconselhar que o novo soberano não mudasse a política interna e externa de seu pai, e garantindo para os súditos que as virtudes expostas com tamanha eloquência naquele sermão, seriam transferidas juntamente com a coroa para o próximo rei. O gênero sermonístico seria demasiadamente elogioso, repleto de pompa e alegorias, principalmente nesse período em que, segundo Rui Bebiano (1987), o “barroco” dominou a forma como a sociedade se organizava na corte portuguesa. Por este autor, vemos que o cerimonial da morte fazia cumprir um conjunto de atos de elevado significado social e político, deslocando para a esfera pública uma dor que era em outros meios essencialmente familiar (Bebiano, 1988, p. 150). Explicita-se assim o papel político do sermonista, que dessa forma mantinha no centro do palco o espetáculo da família real, entendendo-se assim não só o reinado finado, mas aquele que o sucederia. Fernando Bouza em seu artigo disserta sobre a passagem do sermão proferido na igreja para a versão impressa, e afirma que o ato de transcrever a pregação tinha o intuito de vencer o espaço de tempo ao qual ela estava limitada, ou seja, tratava-se de expandir as palavras proferidas ali para outros lugares e para serem lidas em outros momentos. Isso indica que havia utilidade na disseminação do discurso, e que provavelmente seriam feitas leituras públicas ao redor do império.

CONCLUSÕES:

Portanto, não havia uma separação clara entre as esferas religiosa e política no Antigo Regime português. E o estado clerical tinha uma participação ativa na política portuguesa, pois seus membros desempenhavam um papel de conselheiros e confessores. Mas essa participação era complexa. Como vimos no item acima, as forças clericais poderiam participar do jogo político de forma a apoiar e legitimar uma

dinastia vigente. No caso estudado era a dinastia de Bragança, ainda recém-consolidada no trono português. A participação política também era dada de outra forma, assegurando-se a manutenção da grandiosidade da figura da família real, ao propagar-se sermões e orações em impressos, e nas igrejas, frequentadas por um número alargado de vassalos. Tratava-se sobretudo de legitimar a transmissão do corpo místico do rei para o seu sucessor, garantindo com sua influência que o processo ocorresse de forma estável.

Agradecimentos:

À PROPPI, pela concessão da bolsa de iniciação científica. A meu orientador Rodrigo Bentes Monteiro.



Figura 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Humanas

Moedas ‘célticas’ do Museu Histórico Nacional na Fronteira Digital

Adriene Baron Tacla (orientadora) e Lucas de Arruda Zanani (Bolsista PIBIC)

Departamento de História/ Núcleo de Estudos sobre Representações e Imagens da Antiguidade.

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa busca trazer moedas celtas e romano-celtas doadas ao Museu Histórico Nacional (MHN) pelo comendador Antonio Pedro de Andrade ao conhecimento público, buscando compreendê-las no que hoje é conhecido como “Arqueologia dos Emaranhamentos Culturais”.

Através da técnica de captura de imagem conhecida como RTI, que é classificada como não destrutiva e capaz de produzir imagens detalhadas e em alta definição das superfícies, foram analisadas 59 moedas.

Fazendo uso da possibilidade de visualização de um número maior de detalhes, o entendimento dos significados e ideias nelas representados se tornam não só mais visíveis, mas também mais acessíveis.

Por isso, “a presente proposta de pesquisa defende que emaranhamentos culturais são evidenciados nas cunhagens celtas antigas. Para o estudo das cunhagens celtas, parte-se da hipótese de que a operação dos emaranhamentos culturais atuam diretamente na transformação da iconosfera das populações célticas (tanto na Idade do Ferro, com o contato com a numismática massaliota e emporitana, quanto frente à ocupação romana)” (Tacla, Com. Pess.).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Depois de uma leitura dos textos selecionados para fundamentação teórica

da tecnologia RTI, seguiu-se uma fase de pesquisa relativa ao Comendador Antonio Pedro de Andrade, responsável pela doação das moedas ao Museu Histórico Nacional (MHN).

Encontrou-se uma dificuldade de verificação das informações existentes sobre o Comendador Antonio Pedro de Andrade e, conseqüentemente, de suas doações ao Museu Histórico Nacional (MHN), devido a uma fragmentação ou simplesmente destruição de informações de fontes verificáveis que pudessem contribuir para um quadro geral desse indivíduo no Brasil. Da mesma forma, o Museu não detinha informações mais específicas sobre o Comendador junto às moedas, limitando-se apenas ao nome do doador e ao livro de tombo.

Após as verificações de possíveis informações referentes ao doador, as moedas foram submetidas a um minucioso processo de classificação. Processo esse voltado para adequar as informações básicas fornecidas pelo museu sobre cada moeda ao padrão internacional de referências numismáticas.

A tabela que compilava informações básicas das 59 moedas que foram submetidas à construção de imagem em RTI possuía problemas quanto à sua constituição e conteúdo, precisando então serem corrigidos. Para tanto, seguimos os parâmetros estabelecidos pela Sociedade Americana de Numismática e pela iniciativa Epidoc.

CONCLUSÕES:

A análise numismática das peças através do método RTI mostra então a relevância desse projeto, nos campos de estudo de História Antiga e de Arqueologia Histórica, o mesmo podendo ser dito dos estudos feitos sobre as sociedades celtas.

No entanto, sua relevância não se limita a essas áreas. Ela também contribui para o campo das Humanidades Digitais, onde percebe-se o desenvolvimento das aplicações de “*softwares*” e “*hardwares*” para visualização. Em termos de Museologia, a aplicação dessa técnica pode ser responsável pela preservação de obras em processo de deterioração, ou em risco de danificação, sendo parte fundamental de novas estratégias de preservação de patrimônio cultural.

Nesse sentido, é possível perceber também a importância das tarefas secundárias que foram completadas. A busca de informações sobre o doador das moedas, e a reorganização da tabela fornecida pelo Museu Histórico Nacional para padrões internacionais.

Resta então terminar um processo já iniciado de produção de anotações sobre as iconografias e padrões das moedas em questão. Com o objetivo de uma maior acessibilidade das mesmas através da internet, passaremos à confecção do catálogo digital dessas peças, onde faremos uma exposição clara e detalhada dessas peças.

Esse trabalho busca, então, avançar nos estudos de visualização digital para História e Arqueologia, permitindo uma maior acessibilidade dos acervos ao grande público.

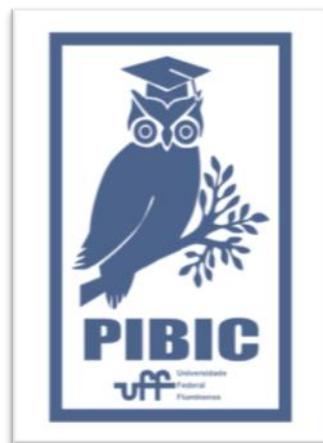
Agradecimentos:

Em primeiro lugar, agradeço à professora Adriene Baron Tacla pela orientação, disponibilidade, apoio e confiança.

Agradeço aos organizadores do site Cultural Heritage Imaging (CHI) pela disponibilização dos programas necessários

para construção e visualização das imagens em RTI.

Agradeço também a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da construção desse projeto, como os funcionários dos acervos da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo da Cidade e Caixa de Socorros Dom João V.





Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS

**Título do Projeto: DIMENSÕES DO PROCESSO CRIATIVO:
LUGARES, HIERARQUIAS E DIVERSIDADE DA ARTE**

Autores: Lígia Dabul e Amanda Lavrador

**Departamento de Sociologia/Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia/ NECTAR - Núcleo de Estudos**

Cidadania, Trabalho e Arte

Bolsista: Amanda P. G. Lavrador (Bolsista PIBIC CNPq 2017 - 2018)

INTRODUÇÃO:

Em continuidade a investigação dirigida experiências artísticas de artistas plásticos das classes populares, em especial o vínculo importante que suas formas de criação artística mantém com lugares, situações e operações de venda, e do caráter repetitivo comumente atribuído a essas formas, o que encobre as diversas operações e os diversos ímpetus inventivos que experimentam , a presente pesquisa aprofunda a análise dos dados encontrados por meio de repercussão pública sobre a Lei de nº 13.180, a Lei do Artesão , movimentação que compreendemos como fundamental para a dinâmica artística que privilegiamos .

Identificando a posição singular das experiências criativas que esses indivíduos vivenciam, encontramos por meio da Lei do Artesão desdobramento reorganizam as diferenças simbólicas e concretas quanto a classificações, espaços, hierarquias e

produção, ao tempo que reanimam questões sobre a dinâmica social sobre o trabalho dos mesmos.

A partir disso debatemos os dados encontrados frente a uma bibliografia e método que pretende compreender igualmente os impactos das construções sobre arte e trabalho que esses indivíduos vivenciam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Confluindo a bibliografia com os dados pesquisados, operamos a configuração de um termo: “classe - que -vive - para -o – trabalho - artístico”. Os identificando com uma parcela da classe trabalhadora e também parcela dos artistas da sociedade, encontram - se nos entremeios da categorização entre o trabalho e Arte (exatamente, o campo artístico ou mundo da Arte em seu *mainstream*), configurada por ter atividades investidas na produção

artística, mas por uma posição debilitada no sistema das concorrências, está exposta a uma série de coerções tanto do ponto de vista formal das normas de trabalho social, quando a classificações e legitimidades perante ao campo artístico. Não apenas artesãos ou trabalhadores em condição de debilidade, quando considerado o ideário que envolve o que é ser um artista, como aspiração e/ou objetivo, mas de uma situação prática que os ensina na experiência a acionar estratégias quando levados pela força das disputas a determinadas posições, vivenciando virtudes e não - virtudes, vantagens e desvantagens de uma posição específica. Identificamos a criação de um *habitus*, um dispositivo de ação e identificação, que os condicionam a poder transitar em meios as disputas e situações, transformando as dinâmicas sociais. Não uma reprodução de perspectiva determinista, mais uma condição de singular.

CONCLUSÕES:

“ A – classe – que – vive – para – o – trabalho – artístico”, é o produto prático das disputa de classificação e distinção, que não se encerram nos seus espaços específicos, mas que confluem categorias e percepções.

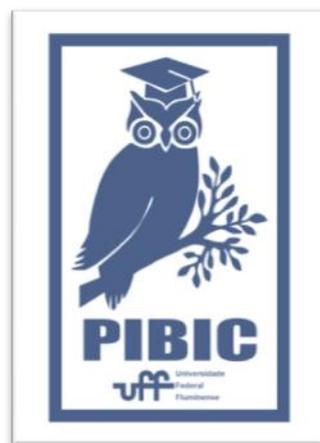
Conectar “viver para” com o termo *classe* denota não uma relação encantada com a forma trabalho (desinteressada, da arte

pela arte), mas sim a necessidade de apontar que as suas formas de manutenção da vida estão diretamente ligadas a produção artística, cujo trabalho criativo é submetido e direcionado das condições de possibilidade de sublimação dessas urgências.

Como continuidade de pesquisa, encontramos avanços no trato metodológico e epistemológico. A pesquisa apresenta amadurecimento, cuja a elaboração do termo é uma das propostas para dar conta do que produzimos até aqui, confluindo o material e, ainda, construindo uma nova chave de análise para uma sociologia sobre as relações de trabalho na arte.

Agradecimentos:

Agradecemos ao CNPq pelo apoio dado ao projeto.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas – História – História do Brasil Colonial

Título do Projeto: Urbanismo, Sociabilidade e Patrimônio: A Cidade do Rio de Janeiro, Corte e Capital do Império Português e do Brasil (1808-1843)

Autores: Yngrid Carrancho Panisset Péres (Bolsista)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Yngrid Carrancho Panisset Péres (Bolsista)

INTRODUÇÃO:

A pesquisa com o título acima teve por objetivo identificar e analisar o processo de mudanças espaciais e urbanísticas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, em termos de novas edificações, concentração de atividades econômicas e administrativas. A chegada da família real em 1808 foi um marco de grande importância à cidade do Rio, visto que proporcionou grandes e profundas mudanças não só na estrutura da cidade, mas também, nos hábitos e na sociabilidade de seus habitantes. O crescimento da cidade nos anos subsequentes à vinda da Família Real, foi inevitável, assim a Coroa dedicou-se a melhorar a infraestrutura urbana, realizando diversas séries de intervenções na cidade, como jardins, chafarizes, construção da casa destinada ao Senado da Câmara, entre outras obras públicas. Desta forma, a estrutura da cidade sofreu algumas transformações como mostraremos nos resultados dessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Vale ressaltar que respaldar a ação de preservação do patrimônio carioca

representa uma contribuição muito importante, já que a pesquisa reuniu e sistematizou dados e informações por meio de levantamento de fontes arquivísticas que foram classificadas e cujo resultado foi incorporado em uma planilha da qual constam informações sobre o tipo de documentação, sua apresentação, em que fundos documentais se encontram, suas ementas, e, no caso específico das indicações de casas comerciais, o tipo de comércio e endereço, como demonstra a imagem abaixo:

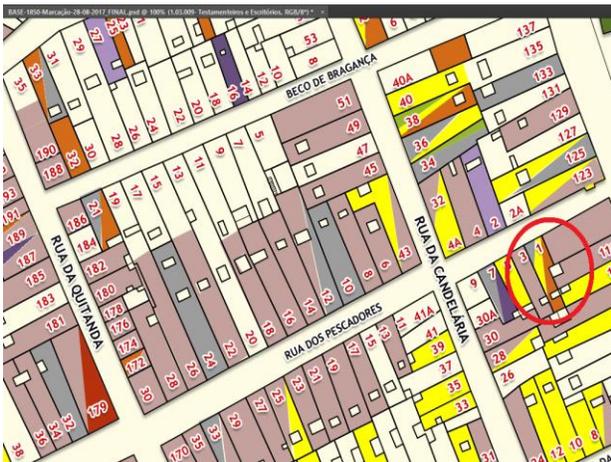
Id	Id do Documento	Id do Fundo	Id do Arquivo	Id do Documento	Id do Documento	Id do Documento	Id do Documento	Id do Documento	Id do Documento
1180	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	Guilherme Ivo	Armazen de Massaras	Rua Direita, nº 125			18 de maio marcado
1181	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	Manoel Pedroz Cláudio	Taberna sem contada	Rua Direita, nº 149			1803-003-227
1182	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	Albino Ferreira de Silva Sábido	Taberna sem contada	Rua Direita, nº 151			1803-003-020
1183	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	Victória Nunes de Carvalho	Taberna sem contada	Rua Direita, nº 161			1803-003-020
1184	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	José Pedro Menezes	Escritório	Rua Direita, nº 125			1803-003-025
1185	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	José de Silva Carvalho	Escritório	Rua Direita, nº 131			1803-003-026
1186	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	Bernardino José Teixeira Leite Costa Escrivão		Rua Direita, nº 141			1803-003-027
1187	BR RANCIO/18.1.46	SI	1810 Câmara Municipal	Francisco Eugênio de Almeida	Escritório	Rua Direita, nº 147			1803-003-028

Tais informações foram processadas e representadas em base cartográfica por meio da construção de um mapa digital a ser, posteriormente, disponibilizado em site na internet. Sua principal meta é produzir

informações relacionadas aos bens arquitetônicos, culturais, comerciais e sociais da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, permitindo amplo acesso e a multiplicação de conhecimento tanto acadêmico, quanto escolar.



O mapa é feito através da ferramenta do Photoshop. Com as informações levantadas nas fontes documentais, preenchemos o mapa digital, mas existem algumas convergências de informações, visto que alguns endereços poderiam conter mais de uma categoria, como por exemplo, uma casa de moradia, uma taberna e uma oficina. Quando isso acontece, dividimos o lote com as categorias representadas.



CONCLUSÕES:

Portanto, o projeto de pesquisa tem uma proposta interessante e renovadora para o meio acadêmico, principalmente a produção de materiais didáticos para os alunos do ensino básico, visto que o material é de alta tecnologia e interativo. Assim, podemos concluir que ainda há muito para se descobrir nos documentos, e é por meio da pesquisa que encontramos temas ainda pouco trabalhados, além de instrumentos que podem proporcionar a elaboração de materiais didáticos renovadores para serem usados não só em universidades, mas também nas escolas do ensino fundamental e médio.

Agradecimentos: Agradeço primeiramente a Deus por essa experiência que me fez crescer como pessoa e principalmente como profissional, à minha orientadora Maria Fernanda Bicalho por ter me confiado esse projeto de pesquisa, pela sua enorme generosidade sempre comigo e por ser um grande exemplo para todos os seus alunos e pela qual tenho grande admiração. E a minha mãe por ser meu porto seguro. Agradeço ao PIBIC-UFF e CNPq por sustentar a pesquisa com a bolsa de iniciação científica, sem a qual ela não teria sido iniciada.

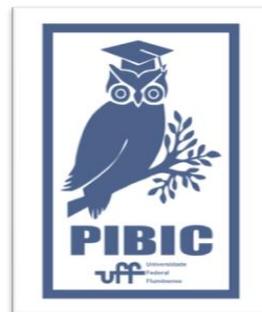


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Gestão Coletiva como operadora de saúde: visita a um Centro de Convivências da cidade do Rio de Janeiro.

Autora: Naiara Duque da Silva Brito

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia / Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde (Nutras)

INTRODUÇÃO:

O movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira, sustentado pela Lei 10.216, é marcado pela reorientação do modelo assistencial em saúde mental que aposta em dispositivos comunitários. O trabalho em rede é o meio prioritário para o cuidado dessa população. Os Centros de Convivência estão entre os dispositivos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Sua direção geral é produzir espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade. Neste estudo focamos em iniciativas de geração de trabalho e renda presentes em um Centro de Convivência na cidade do Rio de Janeiro. Nos interessa discutir como o modo de funcionamento dessas iniciativas, marcado por uma gestão coletiva dos processos de trabalho, podem ser potentes operadores de saúde para os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os Centros de Convivências são dispositivos comunitários pertencentes a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Com a redemocratização do Brasil, surgiram por todo o território brasileiro movimentos sanitários que visavam lutar por melhores condições de vida para a população. Contemporaneamente a essa nova perspectiva de saúde/vida emergiram os Movimentos da Reforma Psiquiátrica brasileira (ALBUQUERQUE, 2010). Amparado anos depois sob a Lei 10.216 / 2001 que “Dispõe sobre a proteção e os

direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”. Reorientando assim, o modelo assistencial em saúde mental, antes hospitalocêntrico em uma Rede de Atenção Psicossocial constituída a partir dos preceitos do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, esses dispositivos são instrumentos fundamentais para essa perspectiva descentralizada e comunitária, uma vez que visam produzir espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade.

Este estudo surge então, a partir de um encontro com diferentes objetivos, mas com uma discussão em comum, que vem a ser pensar sobre os temas saúde e trabalho. Seu ponto de partida se dá como consequência a uma visita realizada em um dos Centros de Convivências da cidade do Rio de Janeiro pelas pesquisadoras do Nutras. O Nutras (Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde), é um grupo de pesquisa integrante do PPG em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, coordenado pela Prof. Claudia Osorio e conta com a participação de diversos outros pesquisadores, sendo eles, mestrandos, doutorandos, docentes e graduandos.

Neste trabalho, focaremos em iniciativas de geração de trabalho e renda e discutiremos como o modo de funcionamento dessas iniciativas, marcado por uma gestão coletiva dos processos de trabalho, podem ser potentes operadores de saúde para seus protagonistas.

Identificamos que nesse trabalho no Centro de Convivências que envolve arte, artesanato, produção e venda de alimentos, esse funcionamento aparece nas assembleias, na integração das diferentes propostas e oficinas, em que as escolhas são feitas coletivamente em relação aos produtos a serem produzidos, aos modos de produção, aos espaços de venda a serem priorizados, entre outros. Essas práticas dizem de um modo de gerenciamento do trabalho que valoriza a cooperação, o diálogo, a participação, valores esses que são base da economia solidária.

A economia solidária (Ecosol) é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. As cooperativas sociais visam promover a inserção social, laboral e econômica de populações marginalizadas, e surge como alternativa a um modelo de produção baseado na exploração, no lucro, na acumulação, na competição. A Ecosol envolve atividades de produção, distribuição, comércio justo, trocas e consumo, valorizando o saber, a criatividade e o bem-estar de seus trabalhadores.

O trabalho é aquilo que o coloca o sujeito em sociedade, onde é possível compartilhar seus interesses, a se desenvolver e principalmente o que o leva a sair de si e a explorar o mundo (CLOT, 2006). É nesse aspecto que entendemos a gestão coletiva como um meio de operar saúde, uma vez que esse modo de trabalhar possibilita trocas materiais e imateriais entre os participantes de modo cooperativo e o desenvolvimento das capacidades criativas, inventivas no trabalho, possibilitando a geração de renda, e produção de subjetividade.

CONCLUSÕES:

Contudo, é importante entender o que chamamos de saúde. Saúde nada tem a ver com a presença ou ausência de doenças. Canguilhem (2009), que é quem nos aproximamos nessa pesquisa

apresenta uma perspectiva onde saúde é caracterizada pela tendência de enfrentar novas situações, instituindo novas normas. A saúde é como o sujeito se rearranja e reage frente aos desafios que se impõem em seu caminho. É vitalidade e criação. A depender de como o sujeito lida com as forças que o desafiam, ora ele está saudável, ora em sofrimento.

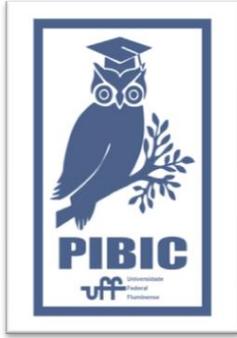
Portanto, o autor afirma que a saúde não é adaptativa, ou seja, não é um bem adaptar-se ao mundo, mas uma criação de normas de vida. Logo, os trabalhadores não apenas adaptam-se ao trabalho, mas como nos aponta Osorio e Ramminger (2014) “o criam e recriam permanentemente. Sendo assim, podemos pensar no trabalho como operador de saúde quando há lugar para a criação coletiva e pessoal, bem como para o reconhecimento do trabalhador em sua atividade”.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a UFF pela bolsa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, Luciana. **Saúde Mental em Rio Bonito: atividade dos trabalhadores no processo de Reforma Psiquiátrica do município**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.
- CLOT, Yves. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 99-107, 2006.
- SILVA, Claudia; RAMMINGER, Tatiana. O trabalho como operador de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 12, p. 4751-4758, 2014.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas/História

Título do Projeto: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO (ABAG) COMO PARTIDO (2003-2013)

Autora: Isadora Braz dos Santos Toledo Cabral

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de História – UFF

INTRODUÇÃO

O projeto analisa a questão das relações entre grupos dominantes agrários e Estado no Brasil – formas de reprodução social e de representação política. Procurou-se enfatizar a análise de um aspecto da dinâmica de funcionamento da *Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG)* – seus Congressos, Fóruns e sua presença no agronegócio internacional – fundada em 1993 por iniciativa das lideranças de outra agremiação patronal agroindustrial como a *Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB*.

Com base em documentação produzida não só pela Associação – como seus boletins e informativos – mas também através de revistas aonde seus ideais são divulgados (como a *Panorama Rural e Agroanalysis*) investigou-se sua dinâmica interna, seus quadros dirigentes e frentes de atuação, com vistas a manter/consolidar sua hegemonia junto às sociedades civil e política no Brasil recente.

Boa parte da historiografia especializada nessa temática provém da Sociologia e da Antropologia. Logo, um dos diferenciais da presente pesquisa é a perspectiva histórico-processual a partir da qual aborda o tema, além de concentrar-se em analisar a dimensão política do “agronegócio”, suas formas representacionais e modalidades de articulação com o Estado restrito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

À época da elaboração do projeto, a documentação escolhida pela minha orientadora encontrava-se facilmente disponível no *site* da ABAG e outras plataformas *online*. Atualmente, não é mais o caso.

O material de análise ao meu dispor, então, limitou-se às edições das revistas encontradas *online* e informações de Fóruns e Congressos que outros pesquisadores e minha própria orientadora conseguiram recolher antes que os mesmos ficassem indisponíveis.

O ponto alto dos periódicos analisados, além de vulgarizar *quatro ideias-força* da ABAG – 1) a dependência direta da economia brasileira do desempenho positivo setor agropecuário; 2) o incentivo à mecanização da atividade como fator de “modernidade”, inclusive para o pequeno produtor¹; 3) a sustentabilidade e, finalmente, 4) o aprimoramento da imagem do Agronegócio mediante seu atrelamento à noção de “responsabilidade social” – era, e ainda é, a divulgação da mais importante feira de tecnologia agropecuária do país, a *Agrishow*, considerada uma vitrine das mais avançadas tendências e inovações tecnológicas para o agronegócio.

Ainda sobre a ação da ABAG e suas estratégias para a construção/consolidação de seu projeto hegemônico, não podemos deixar de citar também os Congressos Brasileiros do Agribusiness (CBA), tendo em 2010 tido seu

¹ O Agrishow é uma [feira](#) internacional de tecnologia [agrícola](#) realizada anualmente em [Ribeirão Preto](#), sendo considerada a segunda maior feira do tipo no mundo e a maior da [América Latina](#). Foi idealizada e é mantida pelas principais entidades ligadas, direta e indiretamente, ao Agronegócio brasileiro: ABAG; Abimaq; ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos); Faesp e SRB- Sociedade Rural Brasileira. No decorrer do período analisado, ela serviu de modelo para várias *Agrishows* regionais, como a Agrishow Cerrados, a Agrishow LEM (cidade Luiz Carlos Magalhães-BA), dentre inúmeras outras que se espalharam pelo país.

nome modificado para Congresso Brasileiro do Agronegócio. O 1º Congresso Brasileiro de Agribusiness (CBA) – marcando, aqui, a ocorrência anual do evento – destacou as potencialidades e a capacidade do Brasil alavancar de forma significativa a produção agropecuária no cenário 2010, mas é apenas em 2003 – com a ida de Roberto Rodrigues, ex-presidente da ABAG, para o governo federal como Ministro da Agropecuária – que o CBA se concretiza de fato no calendário do agronegócio e o evento passa a contar com a presença de figuras ilustres como a do então presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva e o governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin.

CONCLUSÕES:

Ao difundir o projeto/ideologia das frações da classe dominante ligadas ao Agronegócio, exerceu *dupla função “educadora”*: ao “educar” o *consenso intraclasses* expandindo-o além de suas fronteiras num trabalho pedagógico de constante convencimento e ao “educar” a *opinião pública* sobre a imprescindibilidade do setor, instituindo-se em outro instrumento de afirmação da supremacia Abaguiana.

A trajetória político-institucional da ABAG foi solidificada na formação de alianças com o Estado restrito através, parcerias com Ministérios e agências do Estado – CNPq, FINEP, DENACOOOP, etc; participação das gestões preparatórias às negociações com organismos normativos do *agribusiness* internacional (como a *Organização Mundial do Comércio*, a *Cúpula Mundial de Alimentação* e, principalmente, a *Agrishow*); e, talvez um dos pontos mais importantes, a ida do seu então presidente Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura.

A ABAG passa, então, a se afirmar como força hegemônica nacional através da conquista de novos canais de representação política setorial junto ao Estado Restrito, capaz de interferir junto às políticas econômicas dele emanadas. Em segundo lugar, que pelo fato da ABAG ter conseguido “absorver” e “neutralizar” dois processos contraditórios – o da progressiva fusão e concentração de empresas e capitais ligados a atividades concorrentes e o da gestão política das tensões daí advindas, instituindo-se num espaço de neutralização dos conflitos intraclasses dominante, em particular aqueles derivados da crescente financeirização do agronegócio – seu papel como força hegemônica

não apenas nacionalmente, como mundialmente, foi concretizado.

Agradecimentos:

Agradeço, principalmente, à minha orientadora Profª Drª Sonia Regina de Mendonça por me permitir a oportunidade de participar de um projeto que envolveu levantamento, coleta e análise de fontes, acompanhadas por discussões teóricas e metodológicas propostas pela orientadora, o que para mim significou uma complementação e um diferencial em minha formação universitária.

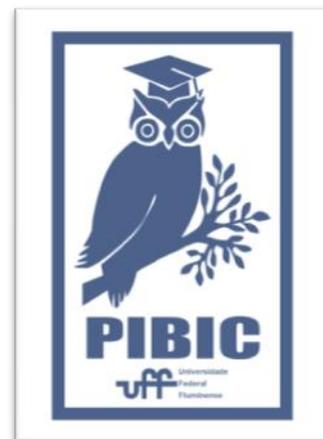


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Letrados do Império: trajetórias, conceitos e linguagens no império luso-brasileiro (1750-1830)

Rafael Cezar Tavares

Departamento de História / Instituto de História / Companhia das Índias – Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna

INTRODUÇÃO:

Desde os primeiros contatos entre nativos-americanos e europeus na bacia do Prata, na virada para o século XVIII, até os conflitos que culminaram na assinatura do Tratado de Madrid de 1750 e na expulsão dos jesuítas da Espanha, em 1767, uma cultura de fronteira se desenvolveu no coração da América do Sul, onde hoje se encontram os limites políticos entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Numa região remotamente equidistante dos principais centros coloniais da América portuguesa e da América espanhola, o braço missionário da Igreja Católica, os jesuítas, protagonizaram a conquista dos povos nativos. O caráter espiritual, e não bélico, de tal conquista opôs-se às relações de fronteira usualmente agressivas e conflituosas em outras partes da América do Sul, mesmo onde havia mediação e presença jesuítica. Para se fazer justiça, é necessário acrescentar que os Guarani, como veio a ficar conhecido o grande grupo de nativos-americanos envolvido no espaço-tempo referido, tinham características particulares que os diferenciavam dos nativos de outras regiões do continente, como seu semi-nomadismo. O resultado desse longo contato intercultural e de trocas e influências mútuas pode ser observado nas décadas que se seguem às tentativas de cumprimento do Tratado de Madrid, quando os Guarani se posicionam enquanto súditos católicos em posição de negociação e demanda frente ao rei da Espanha. O escrutínio das cartas e discursos envolvendo estes diálogos e negociações é instrumento capaz de revelar uma linguagem política muito única, fruto de circunstâncias também únicas e determinantes para a compreensão da região da bacia do Prata não só no período estudado, mas também em outras épocas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As lideranças nativas dos Guarani, em meados do XVIII, demonstraram exímio domínio da retórica católica e dos códigos culturais europeus quando necessitaram se organizar de forma autônoma e se opor aos assédios das coroas ibéricas. O desenrolar dos conflitos na bacia do Prata, em sequência às tentativas de demarcação e aplicação do tratado de Madrid de 1750, prova isso, mesmo após o esfriamento e distanciamento das relações entre nativos e jesuítas, fenômenos caracterizados por uma desconfiança e desilusão crescentes. A leitura cerrada das cartas dos *pueblos*, *cabildos* e *cacicazgos* endereçadas às autoridades coloniais espanholas, mais o entrecruzamento das percepções acerca destas com relatórios oficiais das autoridades ibéricas, como a *Relação abreviada*, de Pombal, decisões imperiais, como a abolição do tratado de 1750 por parte da Espanha, e obras produzidas no embalo da cultura ilustrada europeia da época, como a *Voyage autour du monde*, de Bougainville, *O Uruguai*, de Basílio Gama, *Cândido*, de Voltaire e a anônima *Histoire de Nicolas I, roy du Paraguai et empereur des mamelus*, permitem que investiguemos bem detalhadamente as linguagens políticas envolvidas na bacia do Prata. Da forma complexa e profunda que estas se apresentam no espaço-tempo analisado, quando os nativos são confrontados de maneira repentina a uma situação de autogestão, autonomia e resistência, é de se imaginar que o processo de construção das identidades e linguagens que se manifestam tenham raízes muito anteriores, remontando possivelmente ao século XVII, no início da conquista, ou mesmo anteriormente, enquanto frutos da própria identidade dos grupos que vieram a formar a *nação* Guarani (talvez o que alguns autores dedicados à

crioulização e hibridação cultural chamam de agregatividade).

CONCLUSÕES:

O destrinchamento das mencionadas linguagens políticas revela o reducionismo que existe na tradição historiográfica que versa sobre as relações político-culturais entre europeus e nativos-americanos. É importante ressaltar, contudo, que tal revisionismo é datado e está relacionado mais às insuficiências metodológico-teóricas do que às intenções ou agendas de seus autores. Isso vem sendo remediado em um trabalho colaborativo e gradual há tempos, e embora não possa ser resolvido da noite para o dia, caminha a passos consideráveis. Tratar das relações de fronteira e descentralizar a discussão, favorecendo uma histórica policêntrica, não é escrever história compensatória ou distorcida a favor da atuação dos oprimidos. Pelo contrário, tais atividades são a favor de uma visão acerca da realidade histórica cada vez mais rigorosa em termos de método e teoria, eliminando das análises acerca do passado de paradigmas e preconceitos construídos posteriormente. A complexidade revelada pelos discursos nativos e seus posicionamentos de negociação e barganha com as autoridades coloniais e imperiais dizem muito sobre a capacidade de escolha e a identidade de povos que são normalmente ignorados na história dos grandes acontecimentos ou dos grandes processos, bem como sobre a parcela de influência e determinação que tiveram neles. Tanto o discurso nativo quanto o discurso europeu da época revelam indícios de tal influência e presença determinante, mostrando que o *outro* com frequência assume papéis de destaque e importância no presente, desconfigurando ou reforçando processos decisoriais relacionados ao espaço de domínio político, econômico, cultural e identitário, embora nem sempre seja lembrado na posteridade, quando se olha para o passado.

Agradecimentos:

Meus sinceros agradecimentos ao prof.^o Guilherme Pereira das Neves, à Universidade Federal Fluminense, ao CNPq, seus financiadores e a todos os envolvidos nas circunstâncias que tornam esta pesquisa possível.

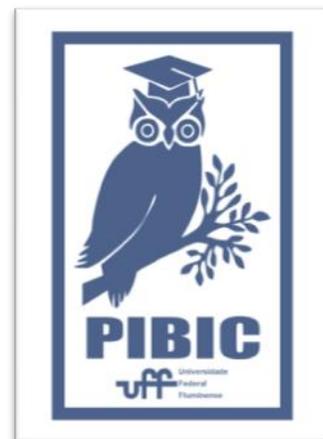


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas - Ensino em Ciências

**Educação Ambiental e Educação em Ciências:
Articulação entre o aporte teórico e as propostas de
ensino desenvolvidas a partir de projetos de pesquisa
e extensão desenvolvidos e aplicados**

Giseli Pereira dos Santos (IC) e Rose Mary Latini

**Departamento de Química (ICEx); Departamento de
Físico-Química (IQ) e Programa de Pós-Graduação em**

Ensino de Ciências (IQ)/UFF

INTRODUÇÃO:

Na Educação Ambiental (EA) e na Educação em Ciências (EC) tem sido discutida a aproximação de conteúdos científicos com as problemáticas reais através de propostas de ensino baseadas em referenciais teóricos que contribuem para a formação de sujeitos sociais, cientificamente alfabetizados e situados histórico e culturalmente (GUIMARAES e VASCONCELLOS, 2004; OLIVEIRA et al., 2016).

Nesse sentido, não somente é preciso trazer o conhecimento dos alunos para a sala de aula, mas também aproximar as discussões em sala de aula de contextos reais para que possam compreender, questionar e propor soluções, correlacionando os conceitos científicos e as temáticas da vida cotidiana apresentadas durante o processo de ensino, permitindo a construção de conhecimentos e generalizações cada vez mais complexas (VIGOTSKI, 2008).

Assim, temos por objetivo analisar a articulação entre aporte teórico e as propostas de ensino elaboradas a partir de projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa “Abordagem Histórico Cultural e Ensino de Ciências”. O recorte se deu pela análise de propostas de ensino que apresentam discussão teórica acadêmico-científico sobre a EA Crítica e as práticas escolares em EC.

Neste estudo, que se constitui pelo método comparativo, foram considerados os materiais de ensino produzidos nos dois últimos projetos desenvolvidos pelo referido Grupo de Pesquisa, que tinham por propósito articular EC e EA. Eles são também fruto de dissertações de mestrado, ligadas a esses projetos. São eles: “Educação Ambiental como Tema Transversal

no Colégio Estadual Nilo Peçanha: interfaces entre o Ensino de Ciências e a Psicologia Histórico Cultural” e “Realidade Concreta e Ensino de Química: uma proposta para o Colégio Liceu Nilo Peçanha a partir do diálogo entre Freire e Vygotsky”, ambos financiados pela FAPERJ e disponíveis em <http://laldh.sites.uff.br>. Embora, originalmente, ligados à uma escola específica as discussões teórico-metodológicas desses projetos foram e são aplicadas em outras escolas que os integrantes do Grupo fazem parte.

O primeiro material de ensino, intitulado Laboratório de Memória Ambiental e Ciências do Colégio Estadual Nilo Peçanha (LAMAC/NILO), tem por objetivo a apresentação de experimentos de física, a partir da “discussão de uma metodologia, fundamentada na psicologia histórico-cultural de Vigotski, que promova a interação entre as concepções prévias dos alunos e a concepção científica.” Ele é composto de uma Apresentação da equipe e do contexto de elaboração do material, seguida de Fundamentação Teórico-Metodológica e de quatro Experimentos de Física (REBELLO, S.B., 2016).

O segundo material, Sequência didática para inserção da temática qualidade do ar no ensino de química, apresenta uma “estratégia didática para aproximação entre a realidade dos alunos e os conhecimentos científicos, com o intuito de minimizar as dificuldades no ensino aprendizagem de química”. É constituído por uma Apresentação do material seguida da Sequência Didática dividida em três etapas. (NEVES, S.R.S., 2016).

A metodologia se baseia no estudo da perspectiva histórico-social, presentes em projetos desenvolvidos pelo Grupo, o qual tem por finalidade o desenvolvimento da interface entre o EC e a Abordagem Histórico Cultural, possibilitando ao projeto aqui apresentado, uma maior compreensão tanto da construção de conceitos científicos, na perspectiva da abordagem Histórico-Cultural, quanto da EA Crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os materiais de ensino foram analisados de forma interpretativa tendo por base as formulações teóricas sobre a EA Crítica e a Perspectiva Histórico-Cultural. A partir desses estudos, foi possível definir as categorias que foram utilizadas na análise dos materiais, sem perder de vista a profícua relação entre estes campos de conhecimento. Dessa forma, os pressupostos da EA e do EC aqui considerados são a sua abordagem interdisciplinar e contextualizada, subsidiados pela perspectiva histórico-cultural de construção de conhecimentos.

Assim as categorias definidas apresentam características marcantes da EA Crítica discutidas por Carvalho (2004) e Guimarães (2004), percorrendo, assim, aspectos que envolvem a compreensão das relações sociedade-natureza. Assim, como também, os estudos de Vigotski (2008) a respeito da construção de conceitos científicos. São elas: Tematização problematizadora e contextualizadora do real, Coletividade e Individualidade e Construção de conceitos científicos e a compreensão do ambiente.

I. Tematização problematizadora e contextualizadora do real

No material *Sequência didática para inserção da temática qualidade do ar no ensino de química*, entendemos que existe um favorecimento para articular conceito científico e questão ambiental uma forma aproximação de problemas socioambientais, sendo uma proposta de conhecimento da realidade e intervenção, presente na primeira categoria. Já o material *Experimentos de física para a abordagem do tema gerador energia e suas transformações: contribuições da psicologia histórico-cultural*, é necessária a inclusão da problematização e formas explícitas da utilização da contextualização a partir do tema gerador utilizado, a fim de que a metodologia

desenvolvida não torne os experimentos apenas ilustrativos, mas sim contendo significado.

II. Coletividade e Individualidade

Ao propor atividades que serão pensadas de forma coletiva e social, somada a ideias individuais, o material do ensino de Química favorece, no dizer dos autores da EA, a formação de um sujeito ecológico e também da de se pensar o eu com o outro sempre em relação. No material de ensino em Física, o material não traz uma forma de trabalhar nessa perspectiva, o que pode dificultar ao leitor a inserção de atividades em sala de aula que promovam tais discussões, deixando a cargo do entendimento do referencial teórico apresentado a possibilidade de inserção.

III. Construção de conceitos Científicos e a compreensão do ambiente

A construção de conceitos científicos na perspectiva histórico-cultural está presente nos dois materiais analisados, embora de formas diferentes tendo em vista a estrutura de cada um dos materiais, sequência didática e oficina pedagógica. O primeiro material, durante a sequência didática traz esse aspecto de forma clara e o material de Ensino de Física não é mencionado de que forma haveria uma interlocução entre as propostas experimentais sugeridas para construção de conceitos da física articuladas com o tema ambiental.

CONCLUSÕES:

Os estudos confirmam a presença da perspectiva histórico-cultural nos materiais de ensino analisados, através das propostas de atividades que promovem a incorporação de conceitos prévios na construção de conceitos científicos, a partir de um tema gerador de cunho ambiental sempre presente na realidade dos alunos. É importante destacar que tais contribuições são evidenciadas de formas diferentes, pois um material traz uma sequência didática e o outro trata-se de material na forma de oficinas.

Porém, observa-se que somente a indicação de leituras e/ou discussões na perspectiva histórico-cultural não seja suficiente. Essa não é mesmo uma tarefa trivial. Portanto, vale ressaltar a importância do professor atuante e mediador, que preconiza ações que estimulam o debate, o diálogo e a difusão de saberes científicos e ambientais, através da politização dos problemas ambientais e conflitos socioeconômicos em toda a complexidade, valorizando a construção da coletividade, da

participação social e com isso, o exercício da cidadania, de forma a melhor articular o EC com os pressupostos da EA crítica e visam à formação de sujeitos sociais emancipados e cientificamente alfabetizados.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, 2004.

GUIMARÃES, M.; VASCONCELLOS, M. das M. N. Relações entre educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. Educar, n. 27. Editora UFPR. Curitiba, 2006, p. 147-162.

LATINI, R., OLIVEIRA, L., SBANO, V. As interfaces entre o ensino de ciências e a psicologia do desenvolvimento: a contribuição de Vigotski. Revista Práxis. v. 8, n. 16. Dez, 2016.

MORAES, M. MORAES, M.; GALIAZZI, M.C. Análise Textual Discursiva. Ijuí: Unijuí, 2007.

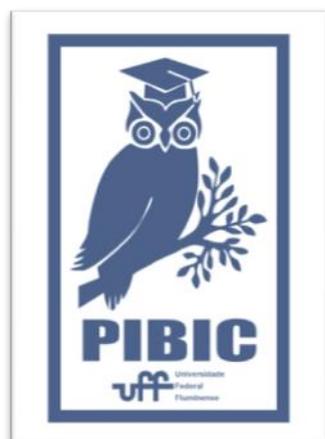
NEVES, S.R.S. Sequência didática para inserção da temática qualidade do ar no ensino de química, 2016.

REBELLO, S.B. Laboratório de Memória Ambiental e Ciências do Colégio Estadual Nilo Peçanha, 2016.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Agradecimentos:

Agradeço a dedicação da minha orientadora, a participação no Grupo de Pesquisa “Abordagem Histórico Cultural e Ensino de Ciências”, ao material disponibilizado para o desenvolvimento da pesquisa e a oportunidade cedida e custiada pelo CNPq/PIBIC UFF para realizar e apresentar esse trabalho.





Ciências Humanas

Análise dos processos saúde-doença em mulheres com câncer de mama

Ingrid Moraes de Siqueira; Virginia Dresch

Departamento de Psicologia (GSI), Instituto de Psicologia (IPSi), Universidade Federal Fluminense

Laboratório de Avaliação Psicológica (LAPSi), Grupo de Pesquisa Saúde, Gênero e Cultura

INTRODUÇÃO:

Neste trabalho, tivemos o objetivo de reconstruir e analisar os itinerários terapêuticos de mulheres com câncer de mama, a partir da perspectiva de gênero. A recomposição dessas trajetórias percorridas após o diagnóstico é feita a partir da revisão de literatura e análise de conteúdo dos dados coletados nas entrevistas realizadas com mulheres diagnosticadas com câncer de mama. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2018), o câncer de mama é a causa mais frequente de morte por esta enfermidade no grupo de mulheres. Além da alta mortalidade, o câncer de mama coloca em cena aspectos que afetam a própria identidade feminina, uma vez que o órgão afetado (mama), ainda que não se trate de mastectomia total, está associado ao prazer e a vida (VIEIRA; LOPES; SHIMO, 2007). Há também modificação nos relacionamentos com pessoas próximas, necessitando a mulher passar de uma posição de cuidadora para ocupar o lugar de quem é alvo de cuidados, criando, de certa forma, relações de dependência (MOLINA; MARCONI, 2006).

A utilização da História de Vida como abordagem metodológica permite investigar de maneira pormenorizada e sensível à subjetividade das participantes a percepção das mesmas a respeito de seus processos de adoecimento, considerando as trajetórias percorridas, após o diagnóstico de câncer de mama, e os impactos gerados em suas vivências dos papéis sociais e culturais atribuídos às mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da análise dos relatos das participantes da pesquisa, foi possível estabelecer duas categorias que abrangem os conteúdos de suas falas: 1) Itinerários terapêuticos na análise das organizações dos serviços, práticas e cuidados formais e informais de saúde; e 2) Itinerários terapêuticos na análise do impacto do diagnóstico e tratamento do câncer de mama nos papéis sociais e culturais referentes às mulheres.

Durante o processo de revisão bibliográfica, coletas de dados e análise das entrevistas foi possível traçar um paralelo entre o conceito de saúde relacionando-o com o bem-estar biopsicossocial. O câncer de mama é entendido nessa ótica não como um fator puramente biológico, mas como um fenômeno que afeta os mais diferentes âmbitos da vida da mulher, com destaque para o abalo na identificação com a concepção do ideal feminino e para a dificuldade em conciliar os papéis socialmente assumidos pelas mulheres com as modificações no estilo de vida, impostas pela condição de adoecimento. Com isso, é averiguado o efeito de questões de gênero nos modos como as mulheres diagnosticadas com câncer de mama experienciam seus processos de saúde-doença. Esses aspectos identificados são capazes de gerar grandes impactos à autopercepção e a qualidade de vida.

O presente trabalho foi finalizado e submetido à publicação no periódico *Fractal*, sob o título "Itinerários terapêuticos de mulheres com câncer de mama, a partir da perspectiva de gênero". Foi também apresentado como comunicação oral, no evento acadêmico XI Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizado pelo Conselho Regional de Psicologia

– RJ em julho de 2017 e no XXVII Seminário de Iniciação Científica, Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, em outubro de 2017.

Também foi apresentado no 12º Congresso de Saúde Coletiva em julho de 2018.

Além disso, será apresentado no *Primer Congreso Latinoamericano de Estudios de Género e y Cuidados*, que será realizado em Montevideo (Uruguai).

CONCLUSÕES:

O presente estudo ganha relevância principalmente pela sua utilização como ferramenta norteadora para a construção de uma rede de saúde que tenha maior articulação com os setores primários e secundários, com o objetivo de melhorar as estratégias de saúde e cuidado que atravessam questões tão profundas como as que perpassam o adoecimento por câncer de mama. As categorias de análise que anteriormente foram elencadas e pormenorizadas (“os itinerários terapêuticos na análise das organizações dos serviços, práticas e cuidados formais e informais de saúde”; e “os itinerários terapêuticos na análise do impacto do diagnóstico e tratamento do câncer de mama nos papéis sociais e culturais”) buscam elucidar as questões a que se propõe e se constituem para além do corpo adoecido e que permeiam o social e, como consequência, tem grandes impactos no âmbito psicológico. Além de abordar, através dos relatos, os itinerários terapêuticos percorridos pelas participantes como forma de elucidar o trajeto que é de fato percorrido por essas mulheres e suas reais repercussões no que diz respeito ao seu diagnóstico, tratamento e futura qualidade de vida decorrente de sua nova condição.

Como continuidade desta pesquisa, na bolsa PIBIC 2018-2019, pretende-se ampliar o espectro de análise, através da coleta de mais dados com foco no “paradoxo câncer de mama: alta curabilidade x alta mortalidade”, a partir da perspectiva de gênero. Pretende-se trazer luz aos processos subjacentes ao adoecimento, procurando entender porque o câncer de mama é considerado como um dos tipos de câncer mais curáveis e, ao mesmo tempo, é o tipo de câncer que mais mata as mulheres.

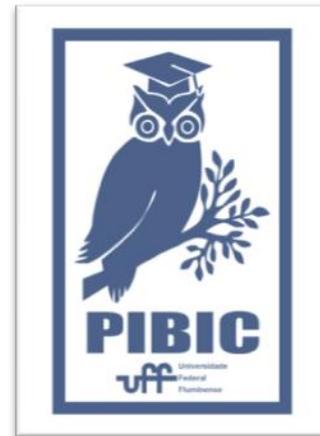
Referências:

Instituto Nacional do Câncer (Brasil): *Controle do Câncer de Mama – Conceito e Magnitude*. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_controle_cancer_mama/conceito_magnitude

Molina, M. A. S., & Marconi, S. S. Mudanças nos relacionamentos com os amigos, cônjuge e família após o diagnóstico de câncer na mulher. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 59, 514-520. 2006.

VIEIRA, C. P., LOPES M. H.B. DE M. & SHIMO A. K. K. Sentimentos e experiências na vida das mulheres com câncer de mama. *Rev Esc Enferm USP*; 41(2): pp. 311-6. 2007.

Agradecimentos:



Com o apoio do PIBIC-UFF, bolsista INGRID MORAES DE SIQUEIRA



Ciências Humanas

Crenças sobre psicologia e psicoterapia construídas por mulheres brasileiras de classe popular

Yara da Silva Padilha/ Luiz Gustavo Silva Souza

Departamento de Psicologia (CPS)/Universidade Federal Fluminense/Polo Universitário de Campos dos Goytacazes

INTRODUÇÃO:

A construção de saberes e práticas psicológicas individualizantes contribuiu para a valorização e naturalização de um ideal de sujeito que pode não contemplar experiências e crenças de pessoas de classe popular. Diferentes teorias destacam a maior vulnerabilidade das mulheres ao sofrimento psicológico, especialmente em função das normas de gênero, assim como de experiências de pobreza e violência. A presente pesquisa objetivou compreender crenças de mulheres de classe popular sobre psicologia e psicoterapia. Participaram dez mulheres adultas, que procuraram o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UFF-Campos para atendimento psicológico e que ainda não haviam iniciado o atendimento em questão. Como método, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais em profundidade, transcritas integralmente e submetidas à análise fenomenológica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As crenças integram quatro categorias: 1) causas percebidas para os “problemas psicológicos”, 2) percepção sobre os modos de manifestação dos “problemas psicológicos”, 3) percepção sobre a busca pela psicologia, 4) resultados esperados com o atendimento psicológico. Na percepção das participantes, experiências do cotidiano podem causar efeitos psicológicos e sintomas experimentados no corpo. As participantes descreveram que a “vida”, (incluindo o mundo, as relações, o trabalho, etc.) faz com que o “corpo” expresse sintomas em função do acúmulo de “tensões” e que a fala funciona como “válvula de escape” para essa “pressão”. Os “problemas nos nervos” foram relacionados pelas participantes do estudo com problemas psicoafetivos, segundo teorias de senso comum. Ao buscar a ajuda da

psicologia, as participantes manifestaram diferentes motivações e crenças sobre os saberes psicológicos. Em estudo realizado por D. R. Knauth, em que o serviço de psicoterapia estava pré-estabelecido no tratamento de pacientes diagnosticadas com HIV, mulheres não percebiam caráter benéfico na psicoterapia, em parte em função de uma avaliação moral que colocava em questão o cumprimento do seu papel social (“dona de casa de verdade não tem tempo para psicólogo”). Ocupar-se com as atribuições sociais era a estratégia para suprimir os sintomas experimentados. Esse fenômeno não foi observado na presente pesquisa. Dentre os resultados aqui encontrados, destacam-se relatos de “sobrecarga” e desgaste associados às obrigações do cotidiano, especialmente àquelas marcadas pelo gênero. Relatos específicos mostraram a relação entre normas de gênero e práticas percebidas como parte da origem dos problemas psicológicos: o cuidado com os filhos, com uma filha com necessidades especiais, com os pais, com a sogra idosa, para além do exercício profissional; as muitas tarefas domésticas; o controle, ciúme e violência por parte do cônjuge; divórcio; problemas financeiros; educação tradicional e idade. As participantes percebiam que a psicoterapia servia para o alívio de tensões, ora vistas como crônicas, ora associadas a eventos “traumáticos” específicos. Enquanto a maior parte das participantes procurava um meio para “desabafar”, uma das entrevistadas demonstrou estar em busca de “organização do pensamento”, o que aponta para uma possível tipologia nas teorias de senso comum sobre a psicologia: 1) terapia como desabafo; 2) terapia como organização pessoal. Os resultados indicam que o papel exercido pelo psicólogo é percebido como singular, sendo diferente dos demais profissionais de saúde, das crenças religiosas e das relações pessoais. D. R. Knauth constatou que mulheres de classe popular

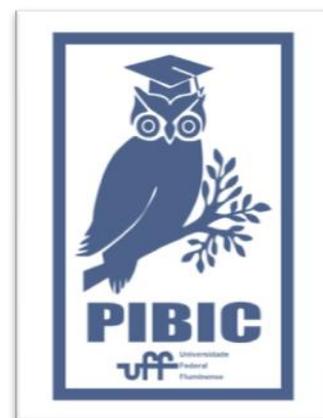
acreditavam poder substituir o psicólogo por uma pessoa mais próxima, com a qual pudessem estabelecer uma relação mais recíproca. Entretanto, na presente pesquisa, o psicólogo foi descrito como alguém preparado para acolher a fala através de uma escuta diferenciada, de caráter profissional. As participantes esperavam ainda que essa escuta fosse sigilosa e livre de juízo moral, o que possibilitaria o estabelecimento de confiança para o diálogo. Um dos fatores que podem ser evocados para estabelecer uma possível explicação para as diferenças encontradas é a pronunciada difusão, em décadas recentes, no Brasil, das práticas e dos saberes psicológicos na cultura de forma geral, na mídia e, especialmente, nas políticas públicas. Verificase que a psicologia e o psicólogo foram representados com recurso a imagens e metáforas relacionadas à técnica, à ciência, ao profissionalismo.

CONCLUSÕES:

As percepções sobre os “problemas psicológicos” das mulheres incluíram temas frequentes e arraigados na sociedade patriarcal, no que diz respeito às possibilidades de expressão da mulher mediante o contexto cultural. As diversas atribuições da mulher no cotidiano aproximam-se das concepções sobre o “nervoso”, considerando a sociedade como “grande mal” que perturba a saúde física e mental. Essa “tensão nervosa” que se acumula, provoca sintomas quando não gerenciada de modo adequado. Para as mulheres, a psicoterapia gerava expectativa de alívio dos sintomas e não uma possível mudança estrutural da pessoa ou do ambiente. Era concebida como solução “individual” e não “coletiva” para o sofrimento feminino.

Agradecimentos:

Agradeço ao professor orientador Dr. Luiz Gustavo Silva Souza pelo apoio na construção deste trabalho e ao CNPq que possibilitou a realização deste estudo de modo a colaborar para o desenvolvimento do conhecimento científico.





Ciências Humanas

Riqueza, Pobreza e População no Pensamento Ilustrado Luso-Brasileiro (1750-1807)

Bianca Racca Musy (Bolsita), Renato Franco (Orientador)

Departamento de História/ Laboratório Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

O presente projeto de pesquisa buscou analisar os discursos morais, econômicos e políticos acerca das populações da América portuguesa entre 1750 e 1807. A segunda metade da centúria se vale do ideário iluminista, por conta disso, é no contexto da ideia de atraso econômico de Portugal e dos reformismos implementados por Pombal, que tinham o objetivo de colocar Portugal em um cenário marcadamente mercantilista, que as reflexões sobre as causas do atraso e a tópicas das populações assumem um caráter de protagonismo. Em decorrência disso, medidas são precisamente delineadas, com o objetivo de aproveitamento dessas populações para a agricultura, nas companhias de comércio e nas milícias. As referências na literatura a vagabundos, vadios e ociosos estavam atrelados a uma ressignificação das tópicas da caridade, pobreza e da marginalidade utilizadas tanto em Portugal, quanto no Brasil. Valiam-se de reflexões atreladas à Razão de Estado, polícia e economia, que tinham por pano de fundo aspectos também culturais comuns a todas as partes do Império.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Portugal no século XVIII já havia deixado de lado a maior parte dos seus problemas econômicos anteriores, o achamento do ouro nas Minas Gerais foi um fator que impulsionou o Império, apesar dos problemas encontrados pela coroa na extração e no recolhimento de impostos durante todo o período. Apesar disso, a ideia da *decadência* com a necessidade de estabelecer novos paradigmas que passavam pela economia, política e pela moral continuam presentes nas obras dos intelectuais. Os diálogos e os tratados do setecentos e do oitocentos são maneiras dissimuladas e prudentes de compor retóricas argumentativas, com o intuito de convencer o

leitor. A escolha de modelos impele a criação de termos epistêmicos, de diferentes critérios de análise, de modo a influenciar nas tomadas de decisão.

A noção de pobreza se transforma em relação aos séculos anteriores na medida em que o apoio mútuo entre as instituições de assistência e os governos civis entra na base dos reformismos do século XVIII, criando uma nova relação entre filantropia, economia política e polícia. Tomando a história para valer de seus projetos de desenvolvimento, as reflexões sobre as populações aparecem a partir da distância do início do século nos discursos para apontar os fracassos dos acordos comerciais traçados anteriormente. É por conta disso, que retomam a discussão sistematizada por Giovanni Botero e seus princípios que apresentam as que populações enquanto recurso econômico e político estratégico, se estendem principalmente do século XVI ao XVIII, é na conservação do número de súditos que estaria a fonte de poder do rei. Além disso, o emprego *útil* da mão de obra se tornou a máxima argumentativa do bom governo, ao garantir a eficiência de grupos considerados enquanto vadios e inúteis. Ideias retomadas antes mesmo do terremoto de Lisboa em 1755, aplicada a região do Grão-Pará e Maranhão criaram um laboratório de práticas que deram o ímpeto final para que a tópicas da população fosse colocada na ordem do dia. A região pouco povoada, necessitava de vassalos úteis para garantir a soberania e a produção de riquezas dependia do trabalho combinada a uma detração dos vadios e ociosos com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a criação do Diretório dos Índios em 1757-1758.

O novo ciclo político que se iniciou a partir do governo de Sebastião de Melo e Castro, fez com que os propósitos econômicos ganhassem novos contornos e preponderância. O investimento régio em políticas de assistência aos pobres, parecem ter se esgotado nas primeiras décadas do seiscentos e até a

segunda metade do século XVIII, não se distinguem ações de grande envergadura no âmbito das instituições. O governo de Pombal, assumiu a responsabilidade pública com objetivos populacionistas e dispositivos duros de contenção a pobreza ociosa. Seu vasto leque de medidas de fiscalização, buscou reprimir comportamentos que eram considerados fora dos padrões com o intuito de gerar utilidade e riqueza por meio do trabalho.

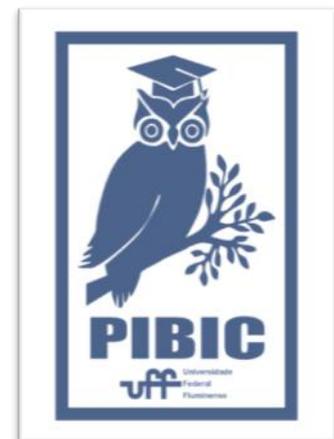
CONCLUSÕES:

As considerações sobre os pobres e o problema da pobreza não surgem a partir da sensibilidade às desigualdades sociais, mas foi um desafio imposto à produção de riquezas e ao desenvolvimento dos Estados. É nesse sentido, que os letrados portugueses irão buscar as causas do atraso português: O peso excessivo da Igreja, a Inquisição, os efeitos do Tratado de Methuen, retiravam as forças do reino. É nesse contexto que as reflexões sobre as populações vão assumir caráter de protagonismo, a defesa da utilidade e a perseguição da ociosidade irão resultar na criação de instituições como a Intendência de Polícia e de aparatos legislativos que buscavam conter essas populações.

A segunda metade do século XVIII demonstra um aumento nas referências aos pobres que estão ligados ao surgimento a economia política, a reforma da assistência e a ideia de polícia. Conjunto de ideias que eram lidos a partir das perspectivas da caridade, que ao se secularizar buscava novas soluções para problemas propostos nos séculos anteriores. O aparecimento de novas formas de tratar os pobres e de maneiras de gerar riqueza e o engrandecimento do Brasil não vinha de uma reflexão estritamente colonial. Presente nos documentos administrativos, cartas, tratados e na literatura a desclassificação era frequentemente coletivizada apesar das especificidades apresentadas pelo contexto local. Portanto, é possível mapear repertórios de ideias que foram compartilhados em um contexto marcadamente imperial, ou seja, presentes tanto nos Estados Ibéricos quanto em suas colônias, levando em consideração o caráter global do pensamento econômico, enquanto um conjunto de possibilidades que não são estadualistas.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço imensamente ao professor Renato Franco pela oportunidade de ter participado do programa de Iniciação Científica e pela dedicação nas orientações. Agradeço ainda ao CNPq e a UFF pelo apoio e financiamento que possibilitou o desenvolvimento do projeto.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais - Sociologia

Título do Projeto: Religião, Política e demandas por laicidade: um estudo sobre a atuação de Marcelo Crivella como prefeito da cidade do Rio de Janeiro

Título da apresentação: Crivella, prefeito: religião e política na gestão da cidade.

Autores: Wallace Cabral Ribeiro e Luiza da Costa Peixoto Barcelos

Departamento/Unidade/Laboratório: Campus Gragoatá, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais

INTRODUÇÃO:

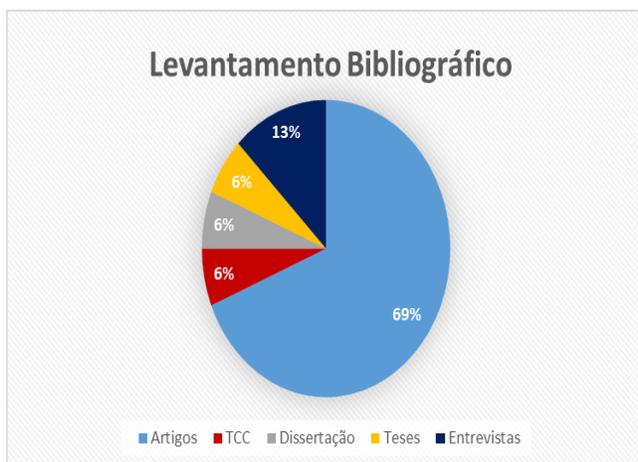
Marcelo Crivella, atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB) tem sua trajetória marcada por alguns fatores que o tornam uma figura interessante à pesquisa e análise. Crivella é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Tendo sua identidade evangélica muito acentuada, Crivella foi acusado de ser representante dos interesses da IURD, tanto no segundo turno das eleições para prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016, como também quando concorreu ao governo do estado em 2014 em segundo turno contra Luiz Fernando Pezão. Isso nos revela que religião e política formam um campo de força, onde se configura uma relação de confluência ativa de reciprocidade, uma relação em que as configurações sociais afetam-se mutuamente. Levando-se em consideração os aspectos mencionados, o principal objetivo de nossa pesquisa é analisar a atuação do prefeito da capital fluminense no período de um ano e meio, buscando captar as possíveis interferências religiosas em sua gestão e o que representa a administração de Crivella na relação entre religião e política no Brasil na conjuntura atual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao longo da pesquisa, durante doze meses, realizamos um levantamento documental, com ênfase em matérias jornalísticas com o objetivo de acompanhar a gestão de Marcelo Crivella a frente da prefeitura do Rio. Foram acompanhados semanalmente órgãos midiáticos de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, a saber, O Globo, Extra e O Dia. No entanto, outros órgãos também foram consultados, como jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Valor Econômico, entre outros, porém em menor escala, de forma complementar. Realizamos uma classificação, dividindo-as por temas específicos, a saber, Cultura, Educação, Esporte, Religião, Social, Turismo, Diversidade Sexual e Sem Tema. Das matérias compiladas o jornal O Globo representa 18,4 % do total, O Dia 26,3%, Extra 42,8% e outros periódicos representam 12,5% do total. As áreas de atuação ficaram distribuídas da seguinte maneira; Cultura 37,2%, Educação 9,8%, Esporte 2,7%, Religião 17,7%, Social 17,7%, Diversidade Sexual 1,7% e Sem tema específico 11,5%.

Para além desse levantamento documental, desenvolvemos também um levantamento bibliográfico. Esta atividade consistiu e, separar e armazenar artigos científicos, teses de doutorados, dissertações de mestrado, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), livros e entrevistas. No total, reunimos dezesseis, sendo onze artigos,

um trabalho de conclusão de curso, uma dissertação de mestrado, duas entrevistas e uma tese de doutorado.



Observamos também o secretariado de Crivella, atentando para as nomeações e exonerações. O objetivo é compreender a composição de seu governo a partir da distribuição de cargos entre seus aliados, conhecendo os nomeados e seu perfil, os partidos a que pertencem e suas afinidades com a gestão.

Ao iniciar a pesquisa identificamos nove partidos políticos compondo o secretariado do governo Crivella, são eles: PROS, PMDB, DEM, PMN, PRB, PR, PSB, PSD e PTN (Podemos). Porém ao decorrer da gestão, pode-se observar que alguns secretários deixaram seus cargos visando concorrer nas eleições de 2018. Após várias mudanças, encontram-se então diretamente representados apenas os partidos: PRB, PROS, PDT e Solidariedade. Acompanhamos também o trabalho do prefeito através dos decretos publicados no Diário Oficial do município, então selecionamos e armazenamos dez decretos que nos fornecem informações mais detalhadas das ações adotadas pela prefeitura dentro das áreas de atuação supracitadas.

CONCLUSÕES:

O objetivo geral desta pesquisa era refletir sobre laicidade e secularismo a partir de uma investigação particular sobre interfaces entre religião e política no âmbito de um executivo. Neste caso, municipal. Estas forças, que na modernidade se apresentam como antagônicas, afetam e são afetadas por outras dimensões da vida social, tais como a moral e a economia.

Com o aumento significativo de evangélicos no Brasil e de sua participação na política partidária, emergem novas pautas e novos modos de “fazer política” articulando o que se convencionou chamar religioso e aquilo que se opunha a ele, o laico.

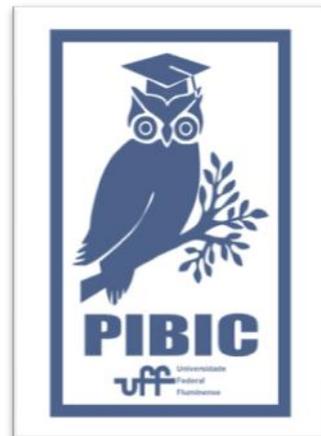
A pesquisa em voga procura captar a nível local, a atuação de um bispo pentecostal na administração de uma das cidades mais importantes do Brasil, do ponto de vista político e econômico, o Rio de Janeiro, e conecta-la com um fenômeno político religioso que se desenrola em território nacional.

Ao longo do processo de análise, observamos a emergência de elementos religiosos no discurso e no posicionamento do prefeito durante a sua gestão, posição pública não assumida durante a campanha na qual tentava, a todo custo, neutralizar a sua vinculação religiosa à Igreja Universal do Reino de Deus. A estes jogos de ocultação e revelação do religioso atribuímos valor estratégico na disputa política. Um jogo que se alterna conforme o público e a temporalidade: após assumir o cargo foi, paulatinamente, tornando-se “mais evangélico” para a sua base e para o grande público. Em meio as controvérsias de parecer favorecer sua própria comunidade religiosa, o prefeito Marcelo Crivella tomou ainda posições que aparentavam ser respostas em busca de remediar uma situação que teve grande repercussão. Um exemplo seria o decreto regulamentando o Quilombo da Pedra do sal como patrimônio cultural, dias depois do “Café da Comunhão”, mesmo que essa demanda já tivesse sido negada semanas antes. De mesma forma também apareceram construções e

reafirmações de alianças com grupos políticos e religiosos importantes para sua permanência no cargo.

Agradecimentos:

Agradecemos à Prof^a. Christina Vital pela orientação desse projeto, por compartilhar conosco sua experiência nos inspirando, com sua pesquisa, a trilhar os nossos próprios caminhos na investigação política e social. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência financiadora do projeto PIBIC, sem a qual não seria possível a realização desta pesquisa. Nossos agradecimentos também a Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição que oferece toda a infraestrutura para realização deste projeto.





Grande área do conhecimento: Sociologia Urbana

**Título do Projeto: Da “justiça dos homens” à “justiça divina”:
Experiências públicas de familiares de vítimas em Campos.**

Autores: Thayna de Araujo Carvalho e Jussara Freire

Departamento/Unidade/Laboratório: Ciências Sociais

INTRODUÇÃO:

O objetivo desta pesquisa é descrever e interpretar as experiências públicas de familiares após a perda de seus filhos assassinados por narcotraficantes e os recursos que mobilizam para lidar com este luto em um contexto urbano marcado por uma ausência de arenas públicas que problematizam “a violência urbana” ou de outras mobilizações coletivas que poderiam ancorar denúncias de mortes de “vítimas do narcotráfico” em uma cidade média e interiorana. A partir de uma análise documental, entrevistas e relatos de vida de mães cujos filhos foram assassinados, em geral, por narcotraficantes, procurei descrever e interpretar as experiências de mães negras em Campos dos Goytacazes, adotando assim um recorte racial para a compreensão de suas experiências públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Campos dos Goytacazes é o mais extenso município do estado do Rio de Janeiro (4.032 km²) e tem a mais numerosa população do interior, estimada em 487.186 habitantes (IBGE, 2016). 50,7% da população deste município se declarou como preta e/ou parda (CENSO, 2010). Ao apresentar dados relativos à segurança em uma audiência pública no ano de 2018, o comandante do 8^a batalhão da polícia militar destacou que o número de homicídios de pessoas negras teria aumentado de 23,1% de 2006 a 2016 enquanto este número para pessoas

brancas diminuiu de 6,8%. Se observamos os dados do Instituto de Segurança Pública

(ISP) de 2016 há um grande aumento no número de homicídios dolosos em Campos. Em 2015, foram registrados 168 casos e, em 2016, 272 casos para Campos dos Goytacazes. D

As mães que foram nossas interlocutoras eram mulheres negras em sua grande maioria (das 7 mães que foram as interlocutoras dos pesquisadores da equipe da pesquisa além de mim, 5 interlocutoras eram negras). Se conseguiram compartilhar suas experiências com os pesquisadores, tinham medo de publicizar os casos de seus filhos em todos os casos, exceto um. Com base no material levantando, pode-se afirmar que a relação do medo x silenciamento da mulher negra pode estar relacionada com ensinamentos que as pessoas negras adquirem no tocante à não poder se posicionar e questionar o estigma sobre o corpo negro. Se este é representado como um corpo perigoso senão criminoso, as mães negras são frequentemente consideradas como geradoras de “bandidas” (Freire, 2017).

Além disso, o distrito de Guarus é uma área de Campos fortemente desqualificada, uma região moral no sentido de Park. Em alguns relatos, as mães e familiares associam às representações negativas sobre esta área desqualificada, logo, as mortes ocorridas nesse distrito tendem a ser vistas como mortes ocasionadas pelo crime violento e como “briga entre bandidos”.

Durante a pesquisa de Campo, o silenciamento ainda se manifestou por meio das inúmeras recusas de mães conversarem com os pesquisadores da equipe. Aquelas que aceitarem relataram suas experiências, dores, formas e consequências da perda do seu ente querido. Não tendo mais a perspectiva que seu filho voltará para casa, em vez de priorizar uma vocalização em ordenamentos cívicos e públicos, as mães que foram nossas interlocutoras preferem lidar com as suas dores em um regime divino

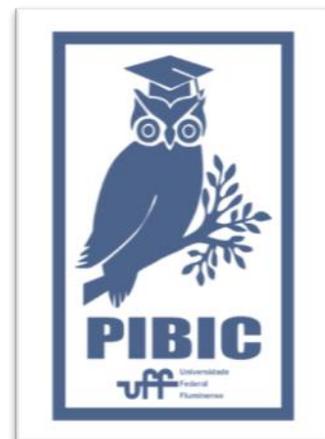
Muitos dos familiares, por vezes ameaçados, apontam para a “descrença”, “resignação” e abandono de esperança quanto à “justiça dos homens”, preferindo investir na “justiça divina” (e logo em engajamentos religiosos, pentecostais em particular) para lidar com a dor gerada pela perda da/o filha/o ou da/o irmã/ao.

CONCLUSÕES:

Diante de represálias e ameaças permanente, além da desatenção pública generalizada quanto à experiência do filho assassinado e da dor de seus familiares, a busca pela “justiça dos homens” é rapidamente descartada pelas mães. O investimento em comunidades religiosas torna-se, então, um dos poucos meios para “seguir a vida” e compartilhar com os “irmãos” das igrejas um luto que será reconhecido apenas por Deus.

Agradecimentos:

Agradeço ao CNPq e à PROPPI/UFF pela concessão da bolsa PIBIC e a Jussara Freire pela orientação durante o período de iniciação científica.





Ciências Humanas

Refugiados Sírios no Rio de Janeiro: Conexões Transnacionais e Construções Identitárias na Diáspora

Gabriel Almeida de Andrade Pires

**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia ICHF –
Departamento de Antropologia GAP – UFF**

INTRODUÇÃO:

Este projeto de pesquisa começou com o objetivo de estudar a questão dos refugiados do Oriente Médio no Brasil. Unindo meu interesse particular pela Turquia com a situação que o país se encontra atualmente, após a tentativa de golpe em 2016, a pesquisa focaliza indivíduos que deixaram a Turquia e reclamam refúgio no Brasil. A princípio, pensei em buscar por esses indivíduos em instituições que trabalham com o tema, mas notei que havia um caminho mais simples para que eu chegasse aos interlocutores que eu desejava e precisava conhecer. Quando cursei aulas de turco numa oficina realizada pelo CCBT (Centro Cultural Brasil-Turquia) em parceria com o Núcleo de Estudos do Oriente Médio da UFF, estive em contato direto com o movimento Hizmet, que é um movimento transnacional de caráter missionário-educacional e tem como organismo de promoção cultural o CCBT. Este movimento, liderado pelo líder religioso Fethullah Gülen, é acusado pelo governo turco como o mandante da tentativa de golpe ocorrida em julho de 2016. Num processo que, segundo relatos de imprensa e de interlocutores, se iniciou há mais de uma década, o governo do Presidente Recep Tayyip Erdogan vem realizando prisões em massa de advogados, professores, médicos e variados profissionais que ele rotula como golpistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O pouco que se ouve falar sobre a Turquia no Brasil não é mero acaso: a mídia independente turca está completamente refém do seu governo. O país tem, atualmente, algo em torno de 73 jornalistas presos, sendo o país que mais prende esses profissionais no mundo. Conversando com o presidente do CCBT e

outros interlocutores, também eles nacionais da Turquia que estão no Brasil, ouvi um pouco sobre os feitos do governo Erdogan nos últimos dez anos, além de práticas de repressão e policiamento que vêm sendo empregadas no país a fim de monitorar e frear possíveis opositores do governo.

Além das visões sobre a Turquia, busquei compreender um pouco sobre o papel do Brasil na vida dessas pessoas. Sobre como o nosso país tem relevância nas decisões que essas pessoas tomaram para fugir de um contexto de perseguição e incertezas. A recepção e o acolhimento que o Brasil oferece aos imigrantes, desde as práticas burocráticas ao convívio e integração à sociedade brasileira. Os principais pontos positivos e negativos com que esses indivíduos se deparam ao chegar para viver aqui.

Em minha ida a São Paulo para a realização da entrevista com o presidente do CCBT, Mustafa Göktepe, aprendi muito sobre a instituição e sua atuação no Brasil, sendo, portanto, o tema que dou maior ênfase em meu trabalho, devido à quantidade de dados que obtive. Nesta viagem, realizei entrevistas com três turcos que pedem refúgio no Brasil. Esse material está sendo explorado em minha monografia.

CONCLUSÕES:

No momento em que escrevo este resumo ainda me esforço para fechar conclusões acerca do trabalho que fiz. Minha ida a São Paulo foi o momento-chave da pesquisa, pois precisei articular uma série de contatos e montar uma logística à qual ainda não estou habituado, como aluno de graduação. Minhas conclusões acerca deste projeto de pesquisa serão propriamente desenvolvidas e

expressas no momento em que eu tiver trabalhado os eixos da minha pesquisa, no caso: a contextualização histórica da Turquia para introduzir um entendimento sobre o que ocorre atualmente naquele país; a história do Movimento Hizmet; as relações diplomáticas e de intercâmbio cultural entre Brasil e Turquia, com enfoque na atuação do CCBT e, por fim; os relatos que obtive conversando com os refugiados.

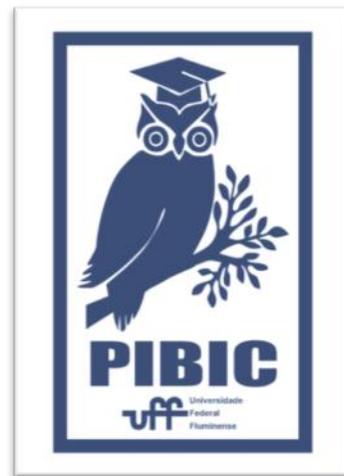
Considero fundamentais as leituras que fiz para embasar minha pesquisa, como a tese acerca dos refugiados palestinos no Brasil, elaborada por Sônia Hamid, e a tese sobre refugiados colombianos, de Ângela Facundo e, de forma mais específica ao meu enfoque, o artigo da pesquisadora e doutoranda em antropologia Liza Dumovich, acerca do Movimento Hizmet.

Avalio que o projeto me apresentou à atividade de pesquisa acadêmica de maneira muito positiva e pretendo retribuir com minha breve colaboração ao conhecimento público sobre um tema de tamanha relevância no mundo atual. Acredito estar estruturando um caminho que seguirei mais adiante em minha vida acadêmica, e certamente estou tendo oportunidades incríveis de me comunicar com meus futuros pares e, de certa forma, me inserir nesse campo do estudo antropológico (ligado aos estudos do Oriente Médio).

Agradecimentos:

Agradeço, em primeiro lugar, a todos os interlocutores deste meu trabalho de campo, pela disponibilidade e interesse em contribuir com a minha pesquisa. Agradeço às pessoas que me apoiam diariamente na vida acadêmica e extra-acadêmica, pois o momento atual do Estado brasileiro não é nem um pouco favorável para o desenvolvimento científico – e como reflexo disso vemos instituições enfraquecidas e espaços de ensino esvaziados, sem vida. A condição psicológica dos estudantes, professores e pesquisadores precisa ser levada a sério por todos que se envolvem com a educação, por isso deixo meu muito obrigado aos que mostraram essa sensibilidade comigo. Agradeço à minha orientadora, Mirian Alves de Souza, por todas as instruções e incentivos que me deu desde o primeiro momento que nos conhecemos, minha disposição para pesquisar é renovada a cada reunião que realizamos. Agradeço ao meu grande amigo e companheiro de curso Tiago Pettenatti, com quem passo grande parte do tempo debatendo e refletindo

assuntos acadêmicos e variados, sendo nossa amizade um verdadeiro (e terapêutico) espaço de pensamento coletivo. Agradeço, é claro, aos meus pais pelo enorme suporte, afetivo e financeiro, que possibilita minha permanência e meu avanço nos estudos.





Ciências Humanas

Anotações de um campo pelas ruínas do açúcar do Norte Fluminense: Santa Cruz, Pureza e Outeiro.

Rodrigo Pereira Pinheiro da Silva

Departamento de Geografia/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Laboratório Cultura, Planejamento e Representações Sociais.

INTRODUÇÃO:

O presente resumo refere-se ao trabalho de campo realizado no dia 25/08/2018, em que foram visitadas diferentes localidades da região Norte-fluminense onde se encontram as chamadas “Ruínas do açúcar”, elementos como engenhos centrais, usinas, estações ferroviárias e outras estruturas, antes fundamentais no funcionamento do sistema sucroalcooleiro na região, mas que agora encontram-se subutilizadas após a decadência desse ciclo produtivo. Essa foi a primeira etapa do desenvolvimento da pesquisa sobre as modificações e permanências na paisagem da Usina de Pureza e seu entorno, que por sua vez, é parte integrante do projeto maior que trata das ruínas do açúcar em toda região norte-fluminense.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O estudo de campo contemplou as usinas ou engenhos de Santa Cruz, Pureza e Outeiro. Foi analisado principalmente o entorno das usinas, as vilas operárias, as estações ferroviárias e estradas de ferro, bem como como igrejas, praças, dentre outros elementos constituintes da estrutura espacial do sistema sucroalcooleiro, em seu período áureo. Apesar da derrocada do sistema sucroalcooleiro na região, muitas das formas pertencentes a tal período histórico permanecem espacializadas, sofrendo ou não alterações, assumindo ou não novas funções, dentro uma nova estrutura, sofrendo diferentes processos.

O percurso, realizado de carro, teve início no centro de Campos dos Goytacazes e seguiu em direção do município de São Fidélis, pela estrada RJ-158 que se localiza paralela à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Foram feitas paradas para observação no bairro de Santa Cruz, em Campos, bem como no distrito central de São Fidélis e no distrito de Pureza. Por fim, retornou-se para Campos dos Goytacazes, através das estradas RJ-234, que liga São Fidélis e Cardoso Moreira, e RJ-356, que segue sentido Campos, à margem direita do Paraíba do Sul, beirando a margem esquerda do Rio Muriaé. Antes de retorno, foi realizada uma última parada, na localidade de Outeiro, nos limites do município de Cardoso Moreira.

As transformações e as permanências, lidas na paisagem, são o principal objeto de análise desse trabalho, que teve como finalidade o registro fotográfico das estruturas que servirão de ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa. Também foram de grande proveito o diálogo realizado com moradores e comerciantes locais, que forneceram grande número de informações como datas, nomes e contatos que também serão de enorme importância para base da pesquisa.

CONCLUSÕES:

A partir do trabalho de campo realizado foi possível observar e analisar parte da materialidade remanescente das usinas, engenhos centrais, estações ferroviárias e estradas de ferro. Percebeu-se que passam

atualmente por processos de desmonte ao que se refere a sua parte metálica, a princípio.

Pôde-se visualizar elementos do padrão espacial imposto pelo sistema sucroalcooleiro, compreendido não só pela estrutura fabril em si, mas também pelas vilas operárias e meios de circulação e escoamento da produção. Com o trajeto foi possível visualizar melhor como se dava a integração dos diferentes fixos desse sistema produtivo a partir das ferrovias, rodovias e da própria rede de navegação fluvial, fornecendo elementos para se pensar como se deu a integração regional a partir da produção e circulação sucroalcooleira e sua influência na configuração geográfica da região norte-fluminense.

Para além da materialidade, também buscou-se entender a relação entre as populações locais e as ruínas em seu atual processo de abandono e desmonte. Visto que tais populações se instalaram nas determinadas áreas em função do funcionamento desses meios-de-produção.

Espera-se que as observações e registros realizados possam contribuir como ponto de partida do projeto a ser desenvolvido. Os registros realizados e informações coletadas devem orientar as próximas etapas da pesquisa, onde se realizará o levantamento histórico de documentos relacionados das usinas e ao sistema produtivo, para que se melhor compreenda as alterações e permanências na paisagem de Pureza e do Norte-fluminense, de maneira geral.

Agradecimentos:

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que tornam possível a realização da pesquisa em desenvolvimento.

Agradeço também a orientadora Prof.^a Dr.^a Elis de Araújo Miranda por todo apoio e suporte dado, bem como aos colegas do Laboratório Cultura, Planejamento e

Representações Sociais (LabCULT) e também ao Prof. Dr. Marcelo Werner, pela contribuição na realização do projeto.

Por fim, agradeço aos demais professores, funcionários e colegas discentes da Universidade Federal Fluminense e do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, localizado em Campos dos Goytacazes- RJ.

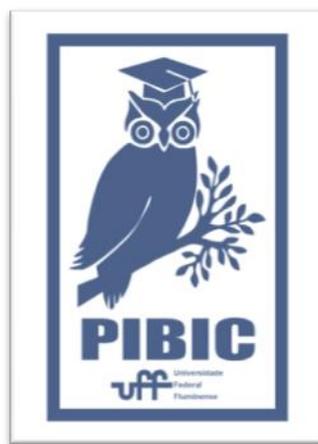


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Humanas

Título do Projeto Inconsciente e linguagem: os discursos na escola – Sobre o brincar e a subjetividade

**Autores Tiago de Castro Aleixo
Maria Angélica Augusto de Mello Pisetta**

Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação

INTRODUÇÃO:

Discutiremos aqui o conceito essencial da psicanálise freudiana: o inconsciente. Nosso objetivo é a articulação deste conceito acerca da relação do brincar com a subjetividade, e dos discursos inconsciente atuantes no ambiente escolar.

Falar sobre o brincar na atualidade é uma tarefa política e social, além de ser uma necessidade teórica, visto que estamos todos vivendo a precarização do brincar na infância, tanto na família quanto na escola, em proveito do avanço da tecnologia e do brincar virtual, mesmo entre crianças muito pequenas. Deste modo, nossa pesquisa visa um aprofundamento teórico das noções de subjetividade no brincar, para um mais eficiente posicionamento político do psicanalista no contexto da escola.

Em Freud, vemos o conceito de inconsciente, suas principais características, os modos como este está organizado e como se manifesta, como eixo condutor de seu trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No panorama histórico, cultural e científico da racionalidade, irrompe o trabalho de Sigmund Freud, neurologista vienense que, contrapondo o senso comum da época, defendeu a ideia de que o homem não responde única e diretamente à sua consciência, porém que estava em jogo também os desejos, afetos, pulsões, e sobretudo, aquilo que ele não conhecia nem dominava de si mesmo. Freud, no artigo que postula seu conceito fundamental vai legitimar e dar lugar teórico ao inconsciente, em virtude de seus muitos e evidentes surgimentos na vida cotidiana. Um dos argumentos apresentados se trata do fato de que os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas, e só poderiam ser explicitadas pressupondo a existência de algo que a consciência não determina nem prova. Outra característica importante desse conceito, é o fato do inconsciente ser atemporal, ou seja a noção de tempo sequer existe no inconsciente, ela estaria estritamente ligada já a função do

sistema consciente, assim como as de negação, dúvida, certeza. (FREUD, 1915).

Freud localiza a topografia psíquica do homem “não como um lugar anatômico, mas regiões dos mecanismos mentais, onde quer que estejam situadas no corpo” (FREUD, 1915.).

Em seu percurso na busca da compreensão do inconsciente, Freud atribuiu alguns grandes pontos de vista. São estes o sentido descritivo, o sentido dinâmico, e o sentido sistemático. Para os autores Caropreso e Simanke (2008) um sentido geral que se pode dar ao inconsciente freudiano, sob o ponto de vista descritivo, é o fato de que, mesmo que um fato psíquico não esteja notavelmente presente ou sendo diretamente percebido pelo sujeito, não significa que ele se encontre ausente na vida mental. Já o sentido dinâmico diz respeito ao fato dos conteúdos inconscientes permanecerem inconscientes, apesar da pressão por se expressarem, não sendo capazes de se tornarem cognoscíveis pela consciência, somente através do tratamento no trabalho de análise. E o terceiro sentido, o sistemático, que usufrui de leis e características particulares, se dá mediante o fato de que os conteúdos psíquicos inconscientes, que não tem a capacidade de se tornarem conscientes, fazem parte de um sistema organizado de maneira diferente do

sistema consciente, o que exige a classificação destes conteúdos psíquicos em uma categoria à parte.

Se tornou necessário para a compreensão e o tratamento em psicanálise, conhecer e decifrar este sistema e as particularidades do funcionamento dessas ideias psíquicas insuscetíveis de se tornarem conscientes. Para que haja a possibilidade de interpretação, os processos inconscientes, reprimidos ou não, seriam cognoscíveis ao sujeito através das condições de neuroses e sonhos. Freud utiliza do recurso da associação livre/fala como metodologia para o tratamento em sua análise, a fim de interpretar essas representações. É, através destes processos que o inconsciente almeja realizar seus desejos. Os sonhos são constituídos por dois elementos essenciais: a condensação e o deslocamento.

A condensação se encontra na interseção das cadeias associativas. Ela é quem liga o conteúdo manifesto (que é menor) ao conteúdo latente (que é maior) no sonho. Ela é, também, uma representação única que está ligada a várias cadeias associativas produzidas pelo deslocamento.

O inconsciente busca o prazer e a redução de tensão do indivíduo a todo custo. Mas seus objetivos nem sempre são alcançados. É neste momento que o deslocamento entra em questão nos sonhos.

Ele pode operar mudando a ênfase de um elemento essencial para a satisfação do desejo do inconsciente. É um mecanismo de defesa, que em contato com a censura produz uma deturpação da importância que tem uma ideia no sonho para uma outra diferente e afastada desta ideia. Esse processo o torna estranho e incompreensível, admitido então facilmente na consciência e levantando o mínimo de resistência ao seu surgimento.

CONCLUSÕES:

Sabe-se do tamanho da importância e do impacto que a invenção freudiana causou tanto no meio científico quanto no funcionamento de fato das práticas no âmbito da saúde mental, que reverbera, inclusive, até dias atuais.



Ciências Humanas

A TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA MARAMBAIA A PARTIR DA CARTOGRAFIA SOCIAL: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM TERRA DE QUILOMBO

Lorena de Jesus Trindade Amorim

Mara Edilara Batista de Oliveira

DGP/ IEAR/CARTONOMIA

INTRODUÇÃO¹:

A partir de uma perspectiva decolonial sobre os processos que envolvem a produção e o uso dos mapas (PORTO-GONÇALVES), este artigo pretende abordar os intensos conflitos vivenciados pelas comunidades e povos tradicionais, diante do desenvolvimento desigual e combinado no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2007), e mais especificamente o caso da comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia situada no estado do Rio de Janeiro. Esta comunidade quilombola possui uma especificidade, principalmente quando falamos de processos de reconhecimento e titularidade da terra, pois os conflitos vivenciados por esses povos estão diretamente ligados à órgãos de caráter militar, mais precisamente à Marinha Brasileira, que possui sede nessa mesma ilha, controlando assim a entrada e saída de pessoas na mesma. Estamos tentando entender mais precisamente como se deu essa sobreposição de territórios. Qual o cenário de relações de poder que possibilitou essa sobreposição do território da Marinha que se instalou no ano de 1971 ao território do Quilombo que já estava desde que o comendador Joaquim José de Souza Breves, comprou a área em 1856, quando instalou um entreposto negreiro para receber os africanos escravizados antes de serem vendidos. Sabemos que a cartografia considerada oficial foi controlada por muito tempo pelos militares, que

ganharam assim o direito de decidir e definir não só recortes territoriais específicos, mas também o de estabelecer critérios e elencar elementos que devem ou não estar registrados nos mapas. Entendendo que a produção de mapas carrega um forte caráter ideológico de quem produz o mapa, o nosso grupo de pesquisa, o CARTONOMIA, assim como uma série de outros grupos de pesquisa no Brasil e na América Latina, vem por meio da metodologia da Cartografia Social, que tem como um dos seus resultados o mesmo instrumento que foi utilizado no apagamento desses mesmos povos, os mapas, agora como uma ferramenta de resistência e reivindicação (GOUVEIA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com as necessidades e pretensões expansionistas das potências europeias, e a constituição do sistema mundo moderno colonial, os mapas acabaram se tornando “poderosos instrumentos de controle, de regulação e de dominação sociais, culturais e políticas ao serviço, não só, da construção de impérios coloniais como também da manutenção das suas lógicas de dominação na época pós-colonial” (RODRIGUES, 2005, p.02).

Mais do que isso, esses mapeamentos serviram como instrumento de apagamento dos nossos povos tradicionais e de suas práticas culturais, que são antes de mais nada espaciais.

¹ Esse projeto de pesquisa possui financiamento de pesquisa de bolsa IC da Faperj.

Atualmente, ocorreram diversas mudanças, seja na natureza dos conflitos, seja nas formas de resistência, mas, ocorreram alterações importantes na política dos movimentos sociais de comunidades e povos historicamente apagados no Brasil. São direitos adquiridos após décadas de lutas, que tem como uma de suas principais conquistas do Decreto 6.040 de 2007 que promulga a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT e a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), resguardando o direito de terem sua cultura, seus saberes, e suas formas de vida como patrimônio histórico e cultural. Entretanto, esses direitos são violados diariamente por processos que invisibilizam de forma intencional a existência desses povos, de sua forma de vida e de seus territórios (GOUVEIA, 2018).

Com esse histórico, a Cartografia Social surge com o objetivo principal de dar visibilidade à situação que esses povos estão imersos em seus territórios, os conflitos postos pelo desenvolvimento desigual do capital no campo, as formas de resistências e de vida, etc. Essa metodologia tem permitido também que esses diferentes grupos pensem mais do que nunca de forma participativa, e olhem para o seu território partindo dos interesses de um coletivo e de suas territorialidades. Contribuindo para um processo cartográfico vivenciado pela própria comunidade, e que permita elencar e por para debate o apagamento de elementos culturais e simbólicos da comunidade, que no caso da comunidade Quilombola da Marambia passará diretamente, por exemplo, pelas ruínas da senzala, que vem sendo destruída pelo tempo por estar hoje em terras da Marinha. Pensamos que a representação desses elementos também deveria negar a padronização das formas de representação na construção de mapas. Muitas das nossas cartografias têm sido elaboradas através de ícones/símbolos desenvolvidos por eles por meio de

desenhos, e georreferenciados em laboratório em colaboração com o grupo de pesquisa. Seguiremos esses mesmos princípios para a vivência do processo cartográfico do Quilombo da Marambia.

CONCLUSÕES:

Indo além de um mapeamento de localização desses povos, a Cartografia Social pode funcionar como uma importante ferramenta metodológica, além de um instrumento de luta, resistência e identidade de comunidade e povos tradicionais. Para essa pesquisa ela significa a possibilidade de construir um mapa produto da comunidade da Ilha da Marambaia, que pode servir de apoio para a resolução de conflitos gerados pela sobreposição de territórios, portanto de interesses políticos. Sendo mais um instrumento de luta para o reconhecimento cultural e territorial do quilombo da Marambaia.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis, por possibilitar o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa, mesmo com algumas dificuldades enfrentadas por ser aluno em um polo de interior. Ao meu Grupo de pesquisa, o Cartonomia, por me proporcionar experiências inesquecíveis e aprendizagens que levarei para a vida toda. Sou grata também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ que me concedeu a uma bolsa de estudo de Iniciação Científica, me ajudando no custo da pesquisa. Agradeço a todos os professores, especialmente a minha orientadora Mara Edilara Batista de Oliveira. Manifesto aqui minha gratidão eterna por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Memória Social e Esquecimento

Autores: Ana Paula Poll e Luiz Ricardo Candido Landim

Departamento/Unidade/Laboratório: VMD/ICHS/Centro de Memória do Sul Fluminense

INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem por finalidade analisar o processo de enquadramento da memória com os alunos que estão concluindo o 3º ano do ensino médio nas escolas estaduais do município de Barra Mansa, interior do estado do Rio de Janeiro, cidade que abrigou um 'centro de torturas', o 1º Batalhão de Infantaria Blindada - BIB -, que funcionou entre os anos 50 até o começo dos anos 70.

Para a realização deste artigo, em um primeiro momento, foi-se feito um estudo sobre o conteúdo teórico no tocante à memória. Fez-se um estudo da temática, através dos textos de Michael Pollak, onde ele faz referências à memória coletiva, de Maurice Halbwachs, e faz também uma explanação sobre o processo de enquadramento da memória. Também fez-se uma análise do Brasil pós-ditadura militar e as escassas políticas públicas que foram adotadas para se reparar os anos de violações de direitos humanos, com o texto de Edson Teles.

Após toda essa análise, será realizada uma pesquisa prática através de uma ida à algumas escolas estaduais, dentre elas uma que fica ao lado do local onde funcionava o 1º BIB, e verificar como se deu o processo de enquadramento da memória entre os estudantes do município, a fim de averiguar se os alunos sabem que o local era um 'centro de tortura', ou se veem os atos de violações de direitos humanos durante a ditadura como algo distante que só ocorria em capitais do Brasil, como no Rio de Janeiro e em São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para a parte teórica deste artigo, foi-se feita um estudo sobre a literatura no tocante ao assunto. Em um primeiro momento no artigo é explicado sobre a origem do 1º BIB, que remonta ainda aos anos 50 e dizendo sobre sua intrínseca relação com a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN -, localizada a 9,4 km de distância uma das outras. Para demonstrar

como eram os casos de perseguição, nesta seção foram ditas sobre alguns casos de tortura que ocorreram no 1º BIB, como o de Júlio Cajazeiras, ainda nos anos 50, o caso de tortura do Padre Natanael de Moraes Campos e o caso dos 4 soldados torturados e assassinados no local.

Após essa seção, é explanado no texto sobre a democracia consensual, tema abordado por Edson Teles no texto "Políticas do Silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura". Aqui é mostrado como a lei da anistia criou uma democracia pautada no consenso e que serviu para apagar as memórias de violações de direitos humanos durante o regime militar e enfraquecer processos de reparação desse período durante anos. Também é abordado sobre como a Constituição Federal de 1988, apesar de elencar e garantir vários direitos fundamentais ao ser humano devido aos anos de repressão, pouco se fez por parte do Estado para reparar o que ocorreram em anos anteriores, sendo a Comissão da Verdade um dos poucos atos de reparação.

Por fim, há uma terceira seção onde se é trabalhado alguns conceitos teóricos sobre a memória, através do texto de Michael Pollak, onde ele demonstra, através da visão durkheimiana de Halbwachs, como que a memória é responsável por reforçar a coesão social e levar a forma mais acabado de uma nação, que é a memória nacional. Porém, dentro disso, Pollak problematiza, trazendo o conceito de memórias subterrâneas, onde algumas memórias são preteridas em detrimento à outras, às deixando no silêncio e no esquecimento. Espera-se, com base nisso, atestar como foi realizado dentro do meio educacional o enquadramento da memória do 'centro de torturas' que funcionou na cidade. Será verificado quando for feita a entrevista na escola com os alunos, se a memória do 1º BIB, hoje parque da cidade de Barra Mansa, é retratado como um 'centro de tortura', ou se essa memória caiu no esquecimento e os

alunos egressos da rede pública pouco sabem da história do local.

CONCLUSÕES:

Como ainda não foi realizado nenhum teste empírico com os estudantes, não podemos ainda tomar conclusões quanto aos assuntos tratados.



Figure SEQ Figure * ARABIC 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Memória Social e Esquecimento: O jornal no processo de enquadramento da memória no caso do município de Barra Mansa

Autores: Ana Carolina Miranda da Silva e Ana Paula Poll

Departamento/Unidade/Laboratório: VMD/ICHS/Centro de Memória do Sul Fluminense

INTRODUÇÃO:

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de enquadramento da memória realizado pelos jornais, e busca entender como esse processo afetou a memória social em um caso concreto no município de Barra Mansa (RJ). Os jornais analisados correspondem ao período datado entre 1968, ano em que o Ato Institucional Número 5 foi emitido, até 1974, ano em que o Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB) deu lugar para o Vigésimo Segundo Batalhão de Infantaria Motorizada (22º BIMtz). A pesquisa empírica é feita de forma eletrônica, no site Hemeroteca, e de consulta ao acervo da Cúria Diocesana, localizado no Centro de Memórias do Sul Fluminense (Cemesf). Os campos de busca na pesquisa desses jornais foram preenchidos de acordo com os elementos que constituem a memória, segundo o sociólogo Michael Pollak (1992), são eles: pessoas, lugares e acontecimentos. A fundamentação teórica do presente trabalho se assenta nos textos do sociólogo Pollak, que parte do expoente máximo da memória coletiva Maurice Halbwachs e conversa com a literatura sobre identidade social e a mídia. A discussão iniciada por Halbwachs e complementada por Pollak trata a memória como um fenômeno coletivo, flutuante, seletivo e que produz coesão social. Entender a dinâmica entre os jornais e a memória é um dos pontos-chaves para compreender como o espaço do 1º BIB ficou marcado na memória social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

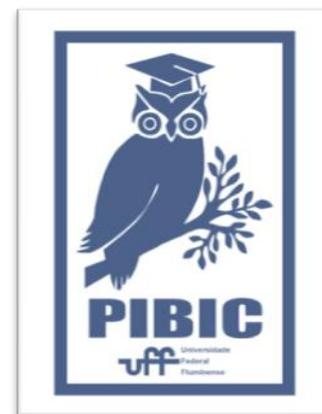
É importante ressaltar, que o espaço do 1º BIB foi palco de várias violações de Direitos Humanos, como relatado pelos Testemunhos da Verdade. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) possui um papel importantíssimo ao investigar os crimes cometidos pelo Estado no contexto da ditadura militar e escutar as vítimas, que foram silenciadas por um longo período. Escutar essas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), mesmo que tardiamente, é importante para o confronto com a memória oficial que se instaurou, memória esta que os jornais ajudaram a consolidar. Os jornais apoiaram abertamente o golpe militar de 1964, portanto, esse fator foi muito importante para que a memória oficial fosse consolidada. Assim, o 1º BIB foi noticiado principalmente como uma instituição que servia para a proteção das cidades de Barra Mansa e Volta Redonda, estando presente com os soldados em eventos importantes de ambas as cidades. O site Hemeroteca não contém todos os jornais do período histórico delimitado disponíveis, sendo necessário a consulta ao acervo da Cúria Diocesana. No entanto, as notícias encontradas na Hemeroteca vinculavam o 1º BIB à segurança das cidades e não como uma instituição que cometia tortura. A perseguição a drogas também apareceu de forma notória, com o Batalhão fazendo campanha antitóxica. Porém, o acontecimento mais emblemático e que conquistou as

páginas dos jornais da época foi o caso da morte dos quatro jovens soldados no interior do 1º BIB. No entanto, mais do que o acontecimento e a acusação de tortura que levou os soldados a morte, o que realmente ficou marcado nos jornais foi como o 1º BIB puniu os agentes que se excederam. O título da Edição 00157 do ano 1973 do Jornal do Commercio ilustra de forma bem clara como a punição dos envolvidos foi de forma exemplar, o título da publicação foi: “Justiça Militar condena a 84 anos torturadores”. Perceber que o jornal é um ator seletivo e que nem tudo vira notícia, como os casos de tortura que os Testemunhos da Verdade relataram, por exemplo, é significativo para entendermos como a perspectiva do conflito abordada por Pollak (1989) acontece em um caso concreto. O trabalho de enquadramento da memória abordado por Pollak (1992), pode ser entendido nesse caso pelos jornais que ajudaram a consolidar a memória oficial. A memória oficial corresponde a memória englobante, enquanto que a memória subterrânea se relaciona a memória de uma minoria e em um dado período. Neste contexto, a memória oficial é a memória que o regime de exceção propagava com o apoio da mídia e a memória subterrânea é a memória das pessoas que foram violadas nesse regime, e que puderam ser escutadas tardiamente na Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV nesse sentido possibilitou uma verdadeira batalha entre memórias, visto que outros acontecimentos passaram a ser conhecidos de forma mais pública. O processo de enquadramento da memória é conflituoso, devido a essa perspectiva do conflito entre memória oficial e subterrânea, e seletivo, pois como já mencionado nem tudo o que aconteceu nesse período virou notícia.

CONCLUSÕES:

Os jornais como meios de veiculação acessíveis e que possuem crédito por

parte da opinião pública, ajudaram a consolidar no final da década de 60 e início da década de 70 a memória sobre o Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada através do que o Pollak chamou de enquadramento da memória. As notícias analisadas reforçam que o Batalhão era uma instituição que servia para proteger e não para torturar, e que se isso acontecesse, como no caso dos soldados, a Justiça Militar puniria de forma exemplar. Essa abordagem pela mídia, e também por outros agentes que trabalham nesse processo de enquadrar a memória verdadeira, em 2012, e consolidou na memória social. No entanto, uma das características da memória é ser dinâmica, o que fez com que vozes ocultadas pudessem surgir em espaços públicos e assim revogaram a memória nacional consolidada. Isso ocorreu com a Comissão Nacional da Verdade claro, portanto, que houve uma disputa quanto a memória naquele período. Atualmente, após o trabalho da Comissão Nacional da Verdade uma outra versão do que aconteceu foi escutada. Todavia, mesmo após esse trabalho muitos cidadãos, sobretudo, os mais jovens das cidades de Barra Mansa e Volta Redonda não sabem o que aconteceu nas dependências do Parque da Cidade, como é hoje conhecido. O espaço que foi palco de episódios de torturas, estupros e assassinatos atualmente recebe shows e eventos festivos. O papel da mídia naquele contexto nos ajuda a entender como hoje um lugar que aconteceu violações aos Direitos Humanos recebe cantores e realiza festivais, não causando nenhum tipo de estranhamento por parte das pessoas que residem por perto.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A comparação de duas políticas de aproximação entre Cuba e o Sistema Interamericano: a da "coexistência" do chanceler brasileiro San Tiago Dantas e a contemporânea do "paradigma democrático" da OEA.

Autores: Stella Bonifácio da Silva Azeredo

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos - DEI do Instituto de Estudos Estratégicos INEST/UFF

INTRODUÇÃO:

O Sistema Interamericano começou a ser criado desde o final do século XIX, após longos processos de negociações entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Ele passou a ter uma forma mais concreta no período pós-Segunda Grande Guerra, quando foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Esses dois marcos, representaram o estabelecimento de um sistema de segurança hemisférica das Américas e a construção de um sistema compartilhado de instituições, regras e normas, pautado pelo paradigma democrático. Em relação a isso, é importante ressaltar que no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente no cenário da Guerra Fria, esses instrumentos contribuíram para a proteção da hegemonia estadunidense na região contra as investidas soviéticas.

No contexto inicial da Guerra Fria, o foco dos EUA não eram as Américas, uma vez que se acreditava que a hegemonia e a influência estadunidense já estavam consolidadas com o amparo da OEA e do TIAR. Porém, essa pressuposição foi se alterando na medida em que Washington foi percebendo a necessidade de dar uma maior atenção para o hemisfério americano. Isso foi consequência das atitudes tomadas por muitos países latino-americanos, durante essa fase inicial desse conflito bipolar, que buscavam alcançar o desenvolvimento econômico e social através da ajuda estadunidense, porém

tinham suas expectativas frustradas ao verem que os EUA estavam voltando seus recursos para outras regiões do globo e não para seus vizinhos, que também contribuíram para os esforços de guerra estadunidense.

O isolamento de Cuba do sistema regional das Américas, por causa da proximidade da ilha com a ideologia socialista, assim como suas relações econômicas, comerciais e diplomáticas cada vez mais próximas da China, Vietnam, Checoslováquia, Hungria, Bulgária e Polônia e principalmente da URSS, representava um dos esforços para a contenção a longo prazo dessas tendências soviéticas.

Em suma, o contexto geopolítico da Guerra Fria afetava diretamente o Sistema Interamericano devido ao medo estadunidense de Cuba conseguir exportar as ideologias socialistas para o restante do Hemisfério, o que colocaria em risco a hegemonia estadunidense na região e a vigência do paradigma democrático.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O isolamento de Cuba no Sistema Interamericano foi diminuindo conforme a dinâmica da Guerra Fria ia chegando ao fim, a partir do final da década de 1980. Isso porque os países americanos passavam por um processo de transição democrática e de busca pela retomada das relações diplomáticas com a ilha. Além disso, desde que a URSS se desintegrou, o governo de Havana estava passando por

uma profunda crise econômica, uma vez que seu grande aliado não estava em condições de manter o relacionamento. Dessa forma, a ilha viu a necessidade de realizar reformas internas que abrissem, aos poucos e cuidadosamente, o sistema econômico para o capitalismo. Outra mudança significativa ocorreu na política externa de Cuba, que passou a ser mais pragmática, abandonando a postura de buscar exportar a revolução. O objetivo passou a ser a busca por novos parceiros em toda a parte do globo.

Dentro deste âmbito, ocorre o estreitamento dos laços entre dois países chave que fazem frente aos EUA, que possuem um forte discurso anti-imperialista e que buscam romper com a ordem internacional vigente. São eles Cuba e Venezuela.

Cuba, desde o colapso de seus parceiros socialistas do Leste Europeu, enfrentava uma profunda crise econômica. Como saída para esse quadro, precisou buscar novos parceiros, entre eles a Venezuela foi de grande importância para a saída desse quadro negativo. Ao longo da década de 1990, o relacionamento entre esses dois países foram se aprofundando, até que no ano 2000, os dois lados assinaram o Acordo de Cooperação Integral, que é baseada em princípios socialistas, e que tinha como objetivo o aumento da interação política e econômica entre Havana e Caracas. Dessa forma, Hugo Chávez se tornou o principal aliado comercial do governo Castro. Parte da receita do petróleo venezuelano passou a ser destinado à Cuba para que pudesse contribuir para a economia e o desenvolvimento da ilha.

CONCLUSÕES:

No caso cubano, é importante lembrar que a ilha vem passando por pequenos processos de mudança desde o final da Guerra Fria, a fim de que conseguisse sobreviver na nova ordem mundial que vinha se construindo desde a desintegração do bloco soviético, a qual

obrigou Havana ser mais pragmática no cenário internacional.

Em relação a essa questão econômica e financeira, Solange Reis (2016), aponta alguns fatores que podem ter influenciado Obama na decisão pelo restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA. Ela afirma que a partir das reformas econômicas que Raul Castro vinha realizando, Cuba passou a representar um potencial tomador de capital estadunidense. A autora ainda destaca que o presidente dos EUA vinha sofrendo pressão de petrolíferas dos EUA, que argumentavam que as restrições comerciais existentes só contribuíam para que as iniciativas estadunidenses perdessem mercado para empresas de outros países. Ademais, ela observa que os EUA deveriam aproveitar a nova situação do empreendedorismo cubano relatada anteriormente, para facilitar o fluxo de bens, serviços e capital para a ilha. Dessa forma, seria uma alternativa mais branda para ir minando o modelo socialista, criando condições para maior receptividade ao modelo democrático-liberal estadunidense.

Outro argumento interessante apresentado pela autora, é que existe um grande número de cubanos vivendo nos EUA, e que é possível observar uma mudança no perfil desses imigrantes. Isto é, a primeira geração desses imigrantes era muito conservadora e crítica ao governo dos irmãos Castro. Eles realizavam forte pressão para que não houvesse uma reaproximação entre os dois países. Entretanto, a segunda e terceira geração, começaram a abandonar esse comportamento anticastrista, que por sua vez passaram a defender o reatamento dos laços.

Em relação ao aspecto de liderança global, Joseph Nye declarou em 2007 que “a imagem e a influência dos EUA no mundo estavam em declínio. Para manter uma posição de liderança nas relações internacionais, os EUA deveriam realizar uma mudança no seu comportamento, indo de propagar o medo e raiva, para incentivar

o otimismo e a esperança.”¹ (Nye, 2007 apud Apeldoorn; Graaf, 2016, p. 204)

Essa perda de credibilidade no cenário internacional era resultado direto do unilateralismo da Era Bush. No contexto regional, a insatisfação do governo de Bush filho se somava ao descontentamento da política estadunidense do século XXI, que também optava por promover os valores liberais-democráticos estadunidenses através da imposição, por meios belicosos e conflitivos. Contexto esse, que levou ao isolamento de Cuba do Sistema Interamericana.

Para enfrentar esses desafios destacados anteriormente, Obama adotou uma postura pragmática, buscando retomar e reforçar a posição de liderança mundial estadunidense, porém, evitando desrespeitar os limites impostos pela multipolaridade. Isto é, os erros cometidos pelos seus antecessores, levou Obama a modificar a abordagem estadunidense na política internacional.

Isso não significa que o presidente deixou de promover e difundir os valores liberais democráticos que são caros aos EUA desde a sua formação. Porém, o que sofreu modificação foi na maneira como isso seria feita, não mais através do emprego do *hard power*, mas sim através da diplomacia cultural e do *soft power*. Em relação a isso, Obama afirma que:

O apoio dos EUA à democracia e aos direitos humanos vai além do idealismo; é uma questão de segurança nacional. As democracias são nossos amigos mais íntimos e têm muito menos probabilidade de ir à guerra. Economias baseadas em mercados livres e abertos têm melhor desempenho e se tornam mercados para nossos produtos.² (Obama, apud, Apeldoorn; Graaf, 2016, p. 210)

¹ Tradução minha. Versão original: “America’s image and influence are in decline around the world. To maintain a leading role in global affairs, the United States must move from eliciting fear and anger to inspiring optimism and hope”

² Tradução minha, versão original: America’s support for democracy and human rights goes beyond# idealism; it is a matter of national security. Democracies are our closest friends and are far less likely to go to war. Economies based

[...] quando procuramos impor a democracia com o cano de uma arma... estamos nos preparando para o fracasso.³ (*Idem*)

Essa postura dos EUA está relacionada à política desenvolvida por Obama para lidar com o Sistema Interamericano de maneira a manter a sua liderança na região. Para isso, não cabia mais uma postura conflitiva, que condenasse o regime comunista cubano. Conforme destaca Solange Reis (2016, p.6), a necessidade de alterar a abordagem de política externa para as Américas, estava relacionado ao contexto de um grande número de governos progressistas na América Latina, que eram solidários a Cuba.

Outro fator que pode ter influenciado os EUA a mudarem sua postura frente à ilha, é em relação ao que foi relatado anteriormente sobre a perda de influência estadunidense no hemisfério americano, principalmente em relação ao aumento da presença chinesa na região. Isso é importante para a liderança dos EUA, pois a China é um dos seus grandes rivais econômicos atualmente, uma vez que passou por um processo acelerado de crescimento econômico, o que gerou especulações sobre a possibilidade de se tornar a maior economia do mundo.

A reaproximação com Cuba é importante nesse sentido de rivalidade econômica com a China, porque os laços entre Pequim e Havana são mais estreitos do que Havana e Washington. Isso porque, conforme apontado anteriormente, China procura contribuir com iniciativas como a ALBA, a qual Cuba faz parte. Ademais, em 2015, além de a relação comercial entre China e Cuba ter crescido 57%, passou a ter voos diretos de Havana e Pequim, facilitando assim o aumento do fluxo de pessoas entre os países. Além disso, China

on free and open markets perform better and become markets for our goods. (Obama, apud, Apeldoorn; Graaf, 2016, p. 210)

³ Tradução minha, versão original: [...] when we seek to impose democracy with the barrel of a gun . . . we are setting ourselves up for failure. (*Idem*)

passou a desenvolver a infraestrutura da internet cubana.⁴

Ademais, Scott MacDonalds (2018) destaca que os dois países possuem muitas semelhanças, como o fato de que ambos passaram por um processo revolucionário, por muito tempo dividiram um sentimento antiperperialista muito forte frente ao poderio estadunidense e realizaram a reforma agrária e nacionalização de empresas estrangeiras. Essas semelhanças são importantes, pois, a disputa pela influência dos países latino-americanos e caribenhos entre China e EUA ocorre “principalmente no campo de batalha de visões conflitantes da ordem liberal internacional e modelos concorrentes de governança econômica e política.”(Piccone, 2016, p.21)

Especialistas como Piccone, Apeldoorn e Graaf ressaltaram que, apesar dessa rivalidade, seria improvável que as disputas tomassem o mesmo rumo da competição bipolar entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria, ou que optassem pelo confronto armado. Isso por causa do pragmatismo do governo Obama, que aparentemente seguia o mesmo pensamento de San Tiago Dantas, quando defendeu o não isolamento de Cuba do Sistema Interamericano, argumentando a favor da coexistência. Já a China não apresentava tendências de se firmar militarmente na região.

Apesar dessa improbabilidade de um conflito armado entre China e EUA, é importante ressaltar que alguns teóricos pensam de maneira diferente. Como por exemplo, John Mearsheimer, que duvida da ascensão pacífica da China. Portanto, nesse contexto, é importante considerar algumas questões do posicionamento estratégico de Cuba, que certamente foi considerado pelos conselheiros de Barack Obama, por mais que não tenha sido um fator determinante para o presidente ter optado para retomar os laços com Havana.

Isto é, Cuba fica muito próxima dos EUA, isso é perigoso, primeiro devido à proximidade da ilha com rotas comerciais importantes, assim como se considerar o episódio da Crise dos Mísseis durante a Guerra Fria. Caso um conflito armado entre EUA e China realmente ocorresse, e Havana estivesse mais próximo da órbita de influência chinesa, os EUA estariam em desvantagem.

Em relação a essa questão territorial, é importante lembrar que até hoje os EUA são bastante influenciados pela geopolítica de Mahan, que aponta para importância das Linhas de Comunicação Marítima (LCM) e suas bases. Isto é, as LCM são as trajetórias de conexão militar e econômica de um país com territórios estrangeiros. Para Mahan, era importante ter o maior número de LCM possível, pois traria ganhos comerciais e seriam importantes para proteger determinado país em caso de guerra. Portanto, seguindo essa lógica da geopolítica clássica, a reaproximação dos EUA com Cuba seria benéfica para Washington, uma vez que Cuba poderia representar uma LCM estadunidense, que por sua vez traria ganhos comerciais aos EUA e facilitaria a defesa estadunidense em casos necessários.

Por fim, essa análise geopolítica possibilitou chegar à conclusão que a atual conjuntura, tanto regional, quanto internacional, demanda uma mudança de postura dos EUA e de Cuba. O isolamento de Cuba do Sistema Interamericano é prejudicial para a questão regional como um todo, uma vez que dificulta uma maior integração. Além do fato que não foi eficiente para que a ilha se enquadrasse nos pressupostos do paradigma democrático. Portanto, é possível afirmar que na atual conjuntura, conforme será apresentado melhor posteriormente, a ideia de “coexistência” defendida por San Tiago Dantas é a melhor opção.

⁴ Dados disponibilizados pela Venture Capital Post, disponível em <<https://www.vcpost.com/articles/118376/20160320/u-s-comptetes-china-business-influence-cuba.htm>>



CIENCIAS HUMANAS

HISTÓRIAS QUE NAO SE OUVEM: INVESTIGAÇÕES ACERCA DO ESTATUTO POLÍTICO DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEOS

Autores: Ana Cabral Rodrigues, Alice Tavares, Raisla Monique das Chagas, Jessica Kelly Soares, Edyara Prince, Eliana Souza

Departamento de Psicologia/ ICHS

INTRODUÇÃO:

Pela análise de territorialidades urbanas, sustentamos uma investigação teórico-prática, de caráter transdisciplinar, do conceito de subjetividade como conceito ético e epistemologicamente capaz de recolher incidências da alteridade, o que nos tem auxiliado na construção de subsídios metodológicos a novas formas de intervenção no campo psi, em especial no que diz respeito às políticas cotidianas de produção de modos de existência.

Afirmamos a condição inventiva (e disputada) da subjetividade, recusando as pretensões de supostos modos mais originais de existência, esquivando-nos de uma via restaurativa ou lamuriosa de vias que se arrogam mais autênticos de narrá-la. É por este movimento que sustentamos aquilo que denominamos *estatuto político da subjetividade*, o qual tomamos como objeto nesta pesquisa. Objeto este inscrito na problemática da narrativa à luz do pensamento de Walter Benjamin. O que significa, em primeira instância, compreender que o declínio – e não a decadência! – das artes de contar histórias entretidas na matéria da vida e na memória comum aponta – sob uma postura radical e assumidamente moderna – para o entendimento de que as tessituras dos modos de existência não se sustentam por si só, mas são regidos pelas práticas e políticas cotidianas. É preciso reconhecer, em suas feitura minúsculas, estas políticas no tempo de agora e evidenciar seus efeitos. E, ainda – em termos operacionais desta pesquisa –, tomar tal objeto assim inscrito significa constituir caminhos narrativos para aquilo que, no cotidiano, em meio à práticas de violência, emerge como fiapos, arremedos de histórias.

Portanto, criar estes caminhos narrativos consistiu em *dizer subjetividade* (e cidade, a um

só tempo) através dos usos de histórias balbuciadas, entrecortada. E, não a despeito, mas a propósito desta precariedade, narrar tropegamente histórias que não se ouvem. Que, se assim são denominadas, não o são por passarem despercebidas nas velocidades do cotidiano, e sim porque delatam uma perda de lastro do arcabouço cultural que poderia mediar uma experiência comum a convocar a atenção daqueles que ali se veriam enredados, e porque, não havendo territorialidade comum entre várias e singulares vidas, não se reconhece que uma história ali está sendo contada, que um modo de dizer subjetividade ali está em disputa, que vidas anseiam, ali dizerem-se em sua dignidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Quando dizemos "estatuto" (político da subjetividade) e não "aspecto", afirmamos que não nos interessa dirigirmo-nos a um princípio de partição-recomposição da subjetividade, ou seja, não nos interessa indagar sobre a sua totalidade, sobre a sua natureza desmembrada e recomposta em diferentes facetas (aspectos biológicos, culturais etc). O que acabaria por conferir um sentido bastante distinto de "político" daquele que propomos sustentar. De modo que – enquanto estatuto – "político" não advém como parte de um todo, e sim como estilhaçamento de um todo.

Assim, durante este ano de trabalho as revisões bibliográficas, sobretudo no que se refere às novas aproximações com a questão da "infância", permitiram solidificar o instrumental conceitual e prático necessário para recolocar em análise e criar novas estratégias para nosso modo de trabalho através de redizeres que, justamente, não visam dizer "mais e melhor" este todo. Retomamos os sentidos das *oficinas*

de montagem, sustentando-as enquanto nosso modo próprio de adentrar estas disputas, estas arenas e visibilizar suas tensões, paradoxos, incompletudes. O próprio ato de *recolher do pesquisador* não como ato de reconhecimento do ali está à disposição, e sim como ato produtivo, como ato de intervir – que é aquilo mesmo que toda pesquisa opera no movimento de construção do conhecimento. Sobretudo no que se refere à territorialidades existenciais que não se confundem, não se equivalem à vivência individual, pessoal. Tampouco funcionam como categorias que se direcionam ou ratifiquem as cotidianas e hegemônicas políticas de privatização da experiência. E isto é precisamente o que vai emergir, nesta pesquisa, como instrumental indispensável para podermos sustentar, efetivamente, por vias prático-conceituais, o estatuto político que aqui se propõe.

CONCLUSÕES:

Uma investigação do conceito de subjetividade que evidencie seu estatuto político a partir da incidência de vetores alteritários – simbólicos, discursivos, sociais – em sua constituição, coloca em jogo a compreensão do trabalho de pesquisar como um ato de intervenção, a partir do qual podemos recolher efeitos e dar lugar a eles no seio da pesquisa. A metodologia das oficinas de montagem, ao tomar a palavra “cidade” como dispositivo, tem-nos proporcionado evidenciar essa implicação no campo, nas territorialidades que constituímos, e sobretudo faz ver e falar as disputas discursivas cotidianas pelos sentidos de cidade e subjetividade. O decorrer da experiência de pesquisa apresentou-se como um modo de compor com o caráter público, coletivo, das territorialidades – como questão identitária, de produção de laço. O que ampara nossa afirmação, como inferência parcial, da importância política da narratividade. Trabalhamos, pois, no sentido de colocar em análise e implicar a própria prática psi na produção da privatização da experiência e na compreensão de seus efeitos no contemporâneo, recolhendo deles as problemáticas que sustentam a urgência e a pertinência de outros modos de intervir no cotidiano.

Agradecimentos:

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

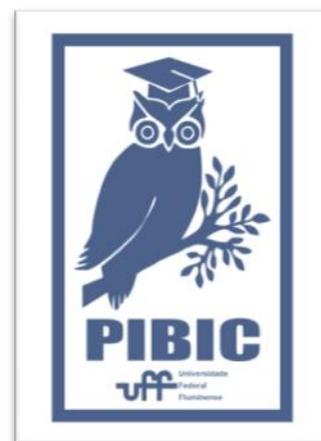


Figure 1: Logo PIBIC



CIENCIAS HUMANAS

Aproximando a Educação Física Escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Lara Holmes R. Serrano e Ana Carolina S. G. dos Santos

Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

A educação é um direito fundamental e garantido por lei (BRASIL, 1996), e entendida como um “privilegio” para poucos, pois grande parte da sociedade não tem acesso a ela ou não tem condições de continuar os estudos. Sendo assim, o surgimento da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivo atender, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96, aqueles que não tiveram acesso ou não continuaram os estudos no ensino fundamental e médio.

A EJA não se restringe apenas à alfabetização. Segundo Jane Paiva (2005) após a Conferência de Hamburgo (1997), se consolidou duas vertentes: 1) escolarização, garantindo uma educação básica como direito de todos; 2) Educação continuada, onde a aprendizagem ocorre através de critérios em que o aluno é o sujeito ativo na construção de seu conhecimento de forma humanizada.

Pensando nesses sujeitos e seguindo a lógica que muitos não tiveram acesso à cultura corporal, a educação física representa a possibilidade desse contato através da desconstrução da ideia do corpo biológico, para o entendimento de um corpo socialmente construído com suas particularidades. Segundo Carvalho (2017), ao dialogar com o Coletivo de Autores (2014), identifica o quanto a perspectiva da Cultura Corporal questiona a aptidão física como base da educação física e, faz relacionar a corporeidade com a filosofia, antropologia, biologia e etc. Pensando em cultura, a percepção da existência de movimentos provisórios antes de um contato direto com a educação física escolar, fica clara quando se leva em consideração a diversidade de formas de expressar uma prática corporal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nossos objetivos iniciais são caracterizar a EJA como um direito; colaborar com o aprimoramento do sentido social e a função pública do projeto pedagógico de formação de professores/as para a educação física, realizado pelo IEF/UFF; e potencializar a produção de práticas pedagógicas que problematizam a cultura corporal hegemônica.

A pesquisa vem ocorrendo em dois momentos: 1) a primeira parte foi realizada uma pesquisa na tentativa de aproximação com as secretarias de educação dos municípios de Niterói, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí, para compreendermos como a modalidade tem sido tratada e a maneira com que os conteúdos eram abordados; 2) na segunda parte estreitamos nossa pesquisa para visitar escolas em Niterói, nas quais a EJA esteja presente.

Ao dialogar com a Fundação Municipal de Niterói percebemos que as unidades são divididas em sete polos pelo município, sendo que um desses polos não contém a modalidade. Foi-nos informado que as aulas eram realizadas das 18h e 30 até às 22 horas e, a educação física está presente em todas as escolas, porém não foi divulgado os conteúdos abordados. A FME também informou que oferece formação continuada aos docentes tanto na escola como na própria fundação (ressaltando o curso que é desenvolvido pela Universidade).

Em nosso planejamento temos a proposta de visitar pelo menos uma escola em cada polo, para identificar como a educação física está sendo desenvolvida (com quais conteúdos os professores trabalham, se os temas atendem as demandas dos alunos) e, como a Universidade pode colaborar com esse processo.

Para fazer as visitas, primeiro fizemos um levantamento sobre as escolas e sua

localização. A ideia é identificar a estrutura e os materiais disponíveis para as aulas e, conversar com o docente, buscando entender a formação do professor, como foi iniciar o trabalho na modalidade, a relação com a FME sobre a formação continuada, como é ministrada a aula, a quantidade de turmas e suas características. Além de observar as aulas para saber como os alunos lidam com a cultura corporal.

CONCLUSÕES:

Dialogar com as escolas não é uma tarefa tão fácil como gostaríamos, na tentativa de visitar algumas unidades dos diferentes polos de Niterói ocorreram alguns empecilhos que nos impediram de observar diferentes contextos. Até mesmo a única visita que conseguimos realizar demorou cerca de um mês para acontecer, devido à paralização (greve) do município e motivos de doença do docente.

Durante a visitação, que ocorreu no polo quatro, o professor se mostrou muito solícito em receber a bolsista, dialogando e permitindo que observasse as aulas. Obtivemos algumas respostas que mostram a realidade da EJA, como ter ido trabalhar na modalidade por conta do horário, mesmo sem ter tido experiência na área; comentou que os próprios docentes de educação física do município criaram um grupo em uma rede social para divulgarem encontros, palestras, cursos, ou se reunirem para trocarem experiências e terem outras visões e percepções sobre a sua prática. Apontou também as diferenças entre os dois ciclos, no 1º e 2º ciclo há presença de mais alunos adultos e da terceira idade, já no 3º e 4º ciclo são alunos mais jovens que evadiram do ensino regular e adultos; afirmou que leva em consideração a especificidade e o interesse da turma na hora de planejar as aulas.

A temática do esporte também foi destacada na entrevista. Porém, é preciso compreender a relevância de alguns fatores externos que contribuíram, e muito, para a globalização do esporte (de alto rendimento) no âmbito escolar, como a indústria cultural e da comunicação de massas, utilizadas como ferramentas para disseminar informação, e acabam transformando o esporte em mercadoria para o consumo. Além de popularizar o gesto técnico, a espetacularização do esporte instiga/motiva os alunos a praticarem/reproduzirem os esportes no seu mais alto nível.

Os objetivos pretendidos com essa primeira parte da pesquisa foram alcançados, porém se tivéssemos conseguido conhecer outras unidades de ensino teríamos outros desdobramentos acerca da problematização da cultura corporal dentro da EJA, resultando em um diálogo que contextualizasse a teoria e a prática (práxis) no âmbito escolar. O que também muito contribui para nossa formação, como futuros docentes.

Portanto, apenas iniciamos o objetivo de interação direta com os professores da área presentes na EJA, e para a nova fase da pesquisa, além de visitar algumas escolas de diferentes polos, também convidamos algumas escolas para estarem no Instituto de Educação Física da UFF, aproximando esses alunos e alunas da Universidade e, nos colocando à disposição da FME para intensificar a presença dessa prática corporal na modalidade, pela perspectiva da Cultura Corporal. O que acontecerá em novembro de 2018.

Agradecimentos:

Gostaríamos de agradecer à Proppi, pelo apoio à pesquisa e a formação das bolsistas, através das bolsas de IC; à nossa orientadora, Prof^a Rosa Malena Carvalho, ao aluno Bruno Nascimento, bolsista de projeto de extensão relacionado à EJA, a todos os participantes do grupo de pesquisa ELAC e, à nossa família e amigos que nos apoiam nessa caminhada de estudos.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Atores financeiros e sua influência na cidade de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ

Autores: Gilberto Eidi Teramoto Oliveira

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia (GGE)

INTRODUÇÃO:

Na década de 1980 o capitalismo sofreu uma série de transformações políticas e ideológicas. Com isso uma visão intervencionista e desenvolvimentista, pautada na revolução keynesiana, vem sendo substituídos por ideias liberais, porém com certas modificações, e foi chamado por muitos de “neoliberalismo”. Desta forma, foi facilitada a entrada de agentes e investidores do mercado financeiro em outras esferas econômicas antes ausentes ou pouco presentes. Dentro deste contexto, pode-se dizer que ocorreu uma transformação do solo urbano como ativo financeiro e um aumento da disputa entre vários agentes financeiros, empresas, companhias e fundos por ele. Esse aumento da importância/interferência do mercado financeiro nas práticas dentro do setor imobiliário (dentre outros) e suas repercussões sobre a cidade tem sido chamado de financeirização. O mercado financeiro aumenta a sua influência no imobiliário e novas dinâmicas surgem nas cidades, principalmente nas capitais e arredores. Assim, analisar os investimentos de certas instituições financeiras e empresas, no caso desta pesquisa os fundos de pensão, os fundos de investimento imobiliário e as property companies (escolhidos por possuírem um grande volume de imóveis e por apresentarem determinados modelos de gestão), contribuem para melhor entender a lógica desses investidores e qual sua influência nas cidades brasileiras, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao coletar os investimentos das instituições e empresas selecionadas foi possível notar uma tendência de investimentos em determinadas regiões e em certos imóveis. Mapeando os 772 imóveis pertencentes a essas instituições no ano de 2015 e 2017 através de softwares SIGs foram percebidas diferenças e semelhanças entre os investimentos e suas localizações. Assim, os fundos de pensão possuem uma maior dispersão de investimentos se comparado aos outros. Porém, mesmo que cada instituição possua determinadas características, algo semelhante entre elas é o grande investimento em imóveis nas capitais e cidades próximas, como no caso de São Paulo e Barueri. Neste caso, é possível relacionar, em partes, a questão da dispersão de investimentos em São Paulo com a desindustrialização. Para certos autores não ocorreu uma desindustrialização paulistana e sim o deslocamento das indústrias e de suas sedes para outros municípios do mesmo estado. Assim, São Paulo ainda concentra um grande número de indústrias e sedes empresariais em suas cidades, indo além das conhecidas regiões industriais do estado, como o ABC paulista. No caso do Rio de Janeiro, os investimentos estão concentrados em determinados bairros como na Barra da Tijuca, Centro e Botafogo. Diferentemente de São Paulo esses investimentos estão em sua maioria na capital e poucos se encontram em outros municípios da região metropolitana ou mesmo do resto do estado. Nos dois

casos, os investimentos, além de estarem presentes em áreas valorizadas das cidades, são caracterizados por serem em grande maioria voltados para edifícios comerciais e shoppings. Por outro lado, os imóveis classificados como centros logísticos e galpões estão mais próximos a estradas como a SP-021 (Rodoanel Mario Covas) e a Rodovia Presidente Dutra. Já os investimentos voltados para uso residencial, hospitais, hotéis, entre outros, são menos presentes e, com exceção do complexo hoteleiro (situado na Bahia) pertencente à FUNCEF, são mais difusos do que os outros investimentos. Um ponto curioso a ser colocado é a entrada desses investidores em determinados setores com características diferentes do seu padrão. O exemplo claro disto é o fundo de investimento imobiliário “Brazilian Graveyard Death and Care Service” que não possui torres comerciais ou shoppings centers e sim cemitérios e crematórios. Esse fundo possui características tão diferentes que mesmo para realizar a descrição dos imóveis não é usado uma medida de metro quadrado para demarcar a área bruta locável (ABL) e sim o número de jazigos presentes em cada imóvel.

CONCLUSÕES:

Portanto, realizando o levantamento de dados, mapeando seus investimentos e comparando as diversas instituições foi possível identificar certos pontos em comum e características próprias de cada uma. Existe uma tendência à concentração de investimentos em escritórios e shoppings em grandes capitais e em áreas caracterizadas por serem centros financeiros. Nas duas capitais focadas, São Paulo e Rio de Janeiro, os investimentos aparecem de forma diferenciada. Enquanto no primeiro caso os investimentos estão presentes na região metropolitana como também em outros municípios do estado, no segundo eles estão em grande parte na capital carioca e poucos são encontrados em outros municípios. Deve-se notar também que a existência de um foco em

escritórios e shopping centers, sendo esse a maior parte dos imóveis registrados. Além disso, setores como residenciais são em menor número e mais difusos se comparados aos anteriores; centros logísticos ficam próximos à rodovias ou estradas que permitem uma maior facilidade no deslocamento para aqueles que usarão dele, mas também se encontram em número reduzido. Outro ponto importante é o alcance da dessa lógica financeira em outros serviços, como por exemplo o funerário. Desta forma, ao mesmo tempo em que os investimentos continuam concentrados em grandes capitais e em áreas específicas e valorizadas, existem novos alcances e possibilidades dessas instituições explorarem setores em que antes não estavam inseridos.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense por dar apoio tanto financeiro como em estrutura física e pelos professores e alunos que auxiliaram durante a realização do trabalho. Também ao professor Daniel e aos colegas do grupo de estudo “Economia e Território”, grupo esse que auxiliou com certas leituras voltadas para esse tema e por conselhos de como organizar os resultados deste trabalho.

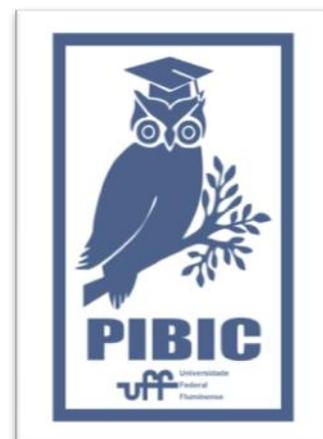


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais

Desenvolvendo o envolvido: Os pré-vestibulares sociais como forma de ascensão das classes populares

Autora: Carolina Alfradique/ Orientador: Rodrigo Monteiro

Instituto de Ciências da Sociedade e do Desenvolvimento Regional

INTRODUÇÃO:

A busca por mobilidade social e distinção simbólica é uma das marcas da contemporaneidade, e em geral para juventudes de classes baixas e/ou moradores de periferias e favelas. Estas, marcadas por inúmeras “etiquetas” buscam o ensino superior como fonte de produção de uma espécie de “rótulo para fugir do rótulo”. Almejam a posição de jovem universitário para não mais ser associado ao possível “jovem envolvido” com o tráfico de drogas.

Ao discorrer sobre uma possível categoria “envolvido”, é automático que se faça uma ligação com os estigmas. Estes, podem ser de classe, cor, ou até mesmo de localidade. Os indivíduos comumente estigmatizados veem os pré-vestibulares sociais (PVSs) como a produção de uma estratégia para driblar esse presente e futuro socialmente imposto. Estar alocado em um PVS serve como diferenciador, que pode permitir o acesso ao ensino superior e consequentemente fazer com que o status de “envolvido” ou desviante (BECKER, 2008) deixe de ser o seu status principal. Este estudo será realizado no Projeto ENEM do CEJAB, localizado em uma escola estadual no município de Macaé, interior do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Colégio Estadual Jornalista Álvaro Bastos está localizado no Parque Aeroporto, bairro de moradia de classes baixa e média. Neste, há grande presença do comércio ilícito de drogas, e inclusive nos arredores da escola. O resultado das pesquisas iniciais realizadas com os discentes transparece a questão do estigma: 60% dos alunos sofreram algum tipo de preconceito, sendo 44% racismo. Sobre a presença do tráfico de drogas no bairro, 78% dos entrevistados concordam que ela exista, ainda assim, 56% classificam seu bairro como “bom”, apesar de 34% de pessoas de fora classificarem o mesmo bairro como perigoso. Isso firma a questão do pertencimento e a importância atribuída a ele. Além disso, 30% dos pesquisados já foram alvo das chamadas “duras policiais”, e 31% dos motivos alegados na abordagem foi o seguinte: nenhum.

Esta pesquisa encontra-se em andamento e os dados apresentados são de caráter inicial, com o intuito de serem aprofundados a posteriori.

CONCLUSÕES:

Falar de uma categoria “envolvido” é falar da condenação de uma relação. Mas essa qualidade de possível desviante é atribuída por processos de

interação muito seletivos e discriminatórios.

O perfil das juventudes dessa escola é justamente o estigmatizado, do aluno pré-destinado ao envolvimento ou para ocuparem cargos de baixa qualificação. Essa pré-destinação fica clara também quando se é perguntado sobre o nível de instrução dos familiares, onde 38% deles não passaram do Ensino Fundamental.

A ação do Projeto ENEM então é focada em agir como uma espécie de “possibilitador” nos processos de afunilamento que são as provas de vestibulares. Tendo em vista o caráter inicial da pesquisa, a conclusão pioneira a qual se pode chegar é que as juventudes presentes nessa instituição são tal qual a tríade definida por Zaccane como os “acionistas do nada”: pretos, pobres e favelados. Aqueles que são “pré-selecionados” ao estigma de desviante, e ainda que não compactuem com atividades ilícitas, o envolvimento coexiste em sua realidade social, e o julgamento exterior os coloca em um mesmo rótulo: suscetível ao crime. O PVS então possibilitaria driblar a sua identidade tida como “deteriorada” (GOFFMAN, 1963) para afirmar um novo tipo de etiqueta: a de jovem pré-universitário.

Agradecimentos:

Ao meu orientador Rodrigo Monteiro que, sempre me acompanhando nas aventuras sociológicas, teve total influência no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao grupo de estudo sobre Educação, juventudes e violência do LAPECS e aos inúmeros debates que tivemos.

À Faperj pelo financiamento concedido.



Ciências Sociais

Verba volant, scripta manent: vivência, política e sensibilidade na correspondência de Pedro e Leonor de Almeida Portugal

Autor do Projeto: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

Autor do resumo: Fabricio Lamothe Vargas

Instituto de História / Núcleo Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

O projeto aqui a ser apresentado é fruto da monografia concebida pela minha pessoa e pelo Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro. O projeto tem como personagens principais D. Pedro de Almeida Portugal e D. Leonor de Almeida Portugal. Durante o período pombalino e, mais especificamente, durante o processo dos Távoras, a família Almeida Portugal viria a sofrer tortuosidades que marcariam sua vida para sempre. A mãe da família, D. Leonor Tomásia, era uma Távora e, porquanto, toda a família fora perseguida e encarcerada até a morte do Rei D. José I em 1777. D. João de Almeida Portugal, pai da família, conde de Assumar e marquês de Alorna, era marido de D. Leonor de Lorena e Távora. Apesar de nomeado embaixador na corte de Luís XV, teve de ficar em Lisboa após o suposto atentado contra o rei, sendo preso na torre de Belém. Sua esposa e filhas (D. Leonor e D. Maria) foram enviadas para o convento de Chelas. Seu filho D. Pedro, de apenas 4 anos de idade, seria deixado sob a proteção dos serviçais de sua casa. Neste cenário conturbado se iniciaria a história dos irmãos Leonor e Pedro de Almeida Portugal, personagens principais em meu projeto de pesquisa e estudo. Tendo sido mandada para o convento de Chelas, D. Leonor usou seu tempo de clausura para o estudo de grandes pensadores como

Rousseau, Voltaire, Montesquieu e Diderot, dedicando-se também à composição de poesias que lhe renderam fama. D. Pedro, o filho caçula, cresceu aos cuidados e vigilância constante dos homens do marquês de Pombal. Foi mandado que estudasse no "Colégio dos Nobres", um dos projetos idealizados pelo ministro para criar a nova nobreza "letrada e útil". Após o fechamento do mesmo, foi enviado para a Universidade de Coimbra. Contudo, apesar de seus bons resultados, abandona os estudos e parte para a vida militar, tornando-se cadete no Regimento da Cavalaria do Cais. Quando crescidos e livres, os irmãos voltariam à sua vida na nobreza e na corte, contudo, sempre carregando o estigma da perseguição exercida por Pombal por onde quer que fossem. Entretanto, cada um deles exerceria papel significativo nos acontecimentos e adversidades futuras na sociedade e na política no final do Antigo Regime português: ela com a pena, suas poesias, cartas e intrigas cortesãs e ele com a espada, com o comando de tropas e a carreira militar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O projeto de pesquisa em questão se encontra quase finalizado. Com o auxílio do Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro, meu orientador, fiz uma pesquisa acerca das

possíveis obras e artigos que poderiam ajudar na construção de uma melhor visão da sociedade portuguesa no período estudado, além dos usos da pena e da espada e, certamente, a história de vida dos personagens centrais. Sendo feita a pesquisa preliminar, partimos para a ação: com a leitura e o fichamento das obras e artigos encontrados e escolhidos. Além disso, através da leitura das cartas puderam ser feitas relações entre a historiografia, a teoria e a fonte.

CONCLUSÕES:

O projeto tem como principal objetivo estudar o caso dos irmãos Almeida Portugal no cenário de um reino de Portugal dividido entre pombalinos e seus opositores. Um reino de Portugal ameaçado pela pressão exercida pela França e pela Espanha no contexto das guerras napoleônicas, onde dinastias centenárias eram depostas ou fugiam de suas terras, quando o Antigo Regime parecia começar a ruir e ser modificado para sempre. Com a fuga da família real portuguesa para as Américas e Lisboa entregue aos franceses, os portugueses que permaneceram tiveram de lidar com constantes mudanças de poder, num ambiente que se mostrava cada vez mais hostil com suas propagandas e discursos de poder. Nesse tempo o futuro de Portugal se mostrava incerto, e se devia apostar onde as lealdades deveriam descansar de fato. Como foi dito anteriormente, os irmãos tiveram de jogar e lidar com as redes em que viviam e nas quais estavam inseridos, cada qual com a arma que dominavam: a pena ou a espada, vivenciando a derrocada do Antigo Regime português. Trabalhavam em acordo pelo bem de ambos, pela continuidade da família e do seu sangue: a pena e a espada em

comum acordo. Através da análise de suas cartas, verificamos não só o funcionamento da corte lisboeta, bem como o papel da correspondência como mecanismo de sociabilidade, de propagação de ideias, de formação de alianças e de sensibilidade.

Agradecimentos:

Agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro. Agradeço também à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, PROPPI.

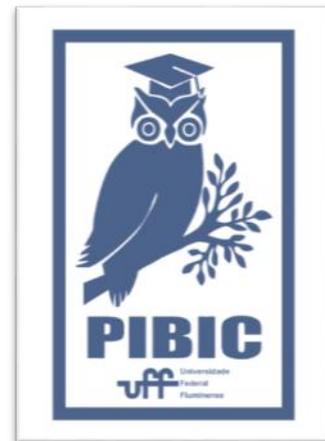


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

A especialização da fruticultura na agricultura familiar no Norte Fluminense

Bruna Alessandra de Freitas Gouveia; Erika Vanessa Moreira Santos

Departamento de Geografia de Campo (GRC)/ Núcleo de Estudos rurais e urbanos (NERU)

INTRODUÇÃO

A região Norte Fluminense foi marcada, ao longo de seu contexto histórico, pela monocultura da cana de açúcar e, no final dos anos de 1970, pela exploração do petróleo e do gás. No que se refere à questão agrária, algumas instituições como a FGV (Fundação Getúlio Vargas), FAERJ (Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) e FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), tiveram o objetivo de introduzir uma atividade econômica que possibilitasse o crescimento econômico da região Norte Fluminense, frente ao declínio da atividade sucroalcooleira.

Como resultado dessas ações institucionais, foi disseminada a fruticultura nos anos 2000, com o Projeto Frutificar. Tal projeto versava a introdução de uma atividade econômica na região, que articulasse a estrutura agroprodutiva com a instalação de agroindústrias processadoras de frutas. Para tanto, o discurso foi enfatizar a diversificação da produção agrícola, a geração de empregos e a parceria dos agricultores familiares com as empresas integradoras no bojo da panaceia do desenvolvimento regional.

A região Norte Fluminense tem uma população de aproximadamente 849.515 habitantes (IBGE, 2010) e é composta por nove municípios (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana) (fig. 1). O presente trabalho tem como objetivo principal caracterizar e analisar a fruticultura na agricultura familiar no Norte Fluminense, mostrando suas possíveis potencialidades de 2000 a 2016, no âmbito da agricultura familiar.

Para tanto, utilizamos como metodologia, tanto os dados primários quanto os de fonte secundária. Realizamos pesquisas

documentais e levantamento bibliográfico sobre a fruticultura, o Projeto Frutificar e a agricultura familiar, além de obter dados no SIDRA/IBGE, em relação a estrutura fundiária e agroprodutiva. Como fonte primária, realizamos entrevista com os responsáveis da secretaria municipal de agricultura, associações de agricultores e Pesagro.

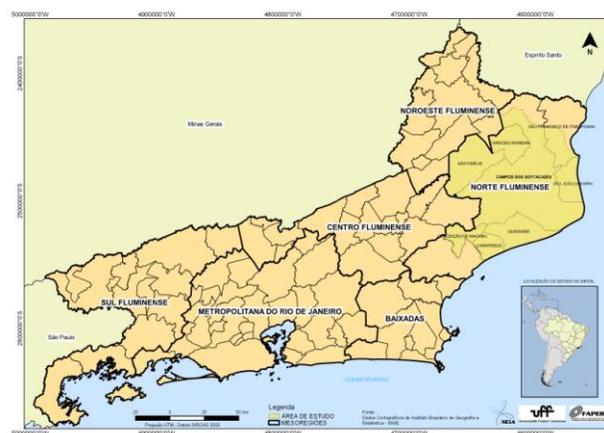


Figura 1: Mapa da região Norte Fluminense.

Fonte: Núcleo de Pesquisa e Estudos Socioambientais (NESA.)

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A agricultura familiar para Wanderley (1996, p.2) é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, mostrando que a gestão do estabelecimento e a produção são indissociáveis. A fruticultura, que se caracteriza como o cultivo de frutas, foi vista como uma possibilidade rentável para os agricultores familiares na região Norte Fluminense, segundo Ferreira et.al (2003, p.436), por conta do “solo, possibilidade de irrigação, proximidade de grandes centros consumidores, instalação de

agroindústrias etc”. O Projeto Frutificar teve a finalidade de fornecer aos agricultores “acesso a novas variedades e modernas tecnologias, através de crédito para financiamento de projetos de fruticultura irrigada, como plantações de abacaxi, maracujá, goiaba e coco” segundo o estudo de CRIBB (2008).

Com base nos dados da PAM (Produção Agrícola Municipal), nos anos de 2000, 2003 e 2016, os três municípios que se destacam no Norte Fluminense no valor total de produção de frutas, são: São Francisco de Itabapoana que se destaca pelo cultivo de abacaxi, goiaba e maracujá; Campos dos Goytacazes com cultivo de abacaxi e Quissamã que tem o coco-da-baía como principal cultivo e, inclusive, é conhecido como um dos maiores produtores de coco do Estado.

Porém, mesmo com o incentivo da produção frutícola, o valor em toneladas da produção de cana-de-açúcar é descomunal comparada à produção de frutas, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal de 2016. Para ter uma noção dessa disparidade, a quantidade produzida de cana-de-açúcar em São Francisco de Itabapoana é de 800.000 toneladas, em Campos dos Goytacazes é de 1.200.000 toneladas e em Quissamã é de 12.000 toneladas, mostrando que a monocultura de cana, mesmo em declínio, ainda é forte na região em termos de produção e área. Somente em Quissamã, o cultivo de frutas, no caso coco-da-baía, é maior que a produção de cana.

Segundo Nascimento (2006) o Projeto Frutificar contava com diferentes agentes (produtores rurais, empresários rurais, agricultores familiares, financiadores, Governo do Rio de Janeiro etc.) que compuseram a cadeia produtiva da fruta na região. Mesmo com o projeto de incentivos de crédito, mudas de árvores frutíferas, assistência técnica e geração de empregos, o Projeto Frutificar, segundo Oliveira (2003), se defrontou com alguns problemas: a falta de certificação das mudas usadas, a falta de escolaridade dos agricultores, mão-de-obra pouco qualificada e a resistência dos agricultores em assistência técnica. É objetivo do presente trabalho, por meio das entrevistas, entender como está à situação dessa atividade econômica para os agricultores familiares dos municípios selecionados (São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes e Quissamã) e reforçar a importância dessa atividade no contexto regional.

CONCLUSÕES

Portanto, o Projeto Frutificar com seus incentivos em assistência técnica, financeiros e tecnológicos, possibilitou a região Norte Fluminense uma valorização frente à economia do Estado e do país, atraindo investimentos para a região. O Projeto Frutificar não teve consolidação na região. Por meio dos dados já coletados no SIDRA/IBGE, podemos concluir que os agricultores familiares, marcados pela monocultura da cana, tiveram dificuldades em se inserir nas expectativas do projeto, pois não estavam anteriormente em circuitos modernos de produção, tendo dificuldades em administrar os recursos que o Projeto Frutificar oferecia. O presente trabalho é necessário para entendermos a importância da fruticultura para os agricultores familiares.

AGRADECIMENTOS

A FAPERJ, pelo auxílio e incentivo, e ao Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU), pela ajuda no desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Antônio Salazar P. O pólo de fruticultura irrigada no Norte e Noroeste Fluminense. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIII - Nº 2 - Abr./Maio/Jun. 2004

CRIBB, André Yves. Verticalização agroindustrial e gestão cooperativista: em busca de subsídios para estratégias produtivas e comerciais na agricultura familiar. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais... – Rio Branco, julho 2008.

FERREIRA, Victor Rodrigues et al. A fruticultura como alternativa para a produção familiar no âmbito do PRONAF nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana – RJ. **Revista Brasileira Frutic.**, Jaboticabal - SP, v. 25, n. 3, p. 436-439, dezembro 2003.

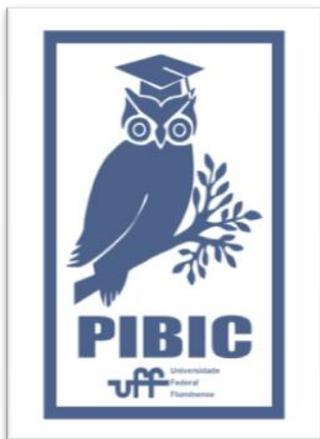
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 06 set. 2018

NASCIMENTO, Denise Cristina de Oliveira. **Uma análise do processo de modernização da cadeia produtiva da fruticultura na região**

Norte Fluminense. UENF. Campos dos Goytacazes, 2006.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **A fruticultura como alternativa aos pequenos produtores rurais: o caso da Região de Dracena.** Dissertação (Mestrado em Geografia), 2003, UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG, Outubro, 1996.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Gestão Coletiva como operadora de saúde: visita a um Centro de Convivências da cidade do Rio de Janeiro.

Autora: Thaís Silva dos Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia

/ Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde (NUTRAS)

INTRODUÇÃO:

O projeto de pesquisa “Trabalho e Saúde: conceitos em debate na psicologia do trabalho” foi criado visando a participação e a inserção de alunos da graduação no campo da pesquisa, com o objetivo de estudar os impactos do trabalho sobre a saúde do trabalhador contemporâneo brasileiro. Esta pesquisa, se encontra em desenvolvimento no grupo de pesquisa *NUTRAS*: Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde, vem a dar corpo aos estudos sobre a saúde do trabalhador se tornando referência no Brasil com suas publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A estudante, na posição de graduanda dentro do grupo de pesquisa, liderado pela professora Cláudia Osório da Silva, entrou em contato especificamente com um dos doutorados em andamento que tem o intuito de construir, investigar e registrar o nascimento e os movimentos dos Centros de Convivência situados no Rio de Janeiro e terá como um dos produtos a tese escrita por Ariadna Patrícia Alvarez. Dessa maneira, teve a oportunidade de experimentar a importância das parcerias e do trabalho coletivo como prática de construir saberes de uma maneira menos hierarquizada em relação a academia num geral. Foi possível se apropriar do trabalho coletivo como implicação para a mobilização da inteligência individual, vínculo este indispensável para a ida ao campo empírico, tornando fluido os primeiros passos de uma graduanda como nova pesquisadora científica.

Pesquisamos com o suporte nas ideias das clínicas do trabalho, acreditando que o estas nos dão ferramentas potentes na intervenção com o objetivo de produção de saúde.

A dinâmica dessa pesquisa aconteceu por meio de uma preparação teórica sobre o campo das clínicas do trabalho, e pela experiência de visita ao campo feita no centro de convivência Colônia - Polo Experimental, em Jacarepaguá. O propósito desta visita foi conhecer as formas de trabalho coletivo com a proposta de economia solidária. Ou seja, neste espaço é realizado oficinas como música, mosaico, bordado, restaurante e com os valores de venda desses produtos produzidos, - ou por demanda, ou por venda do estoque exposto- parte é revestido para a subsistência do espaço, parte é para a compra de material e manutenção das ferramentas e outra é direcionada para esses usuários das oficinas. Essa dinâmica diferenciada carrega consigo potência de fabricação de saúde, isto acontece com oportunidade de invenção de si por meio do trabalho.

Estes usuários foram anteriormente pacientes do CAPS, e/ou de instituições psiquiátricas, mas a participação é também aberta para a comunidade. Com a reforma psiquiátrica vigente no país, aconteceu a necessidade de buscar na rede de saúde, maneiras de compor o cuidado a esses pacientes. O centro de convivência vem com a intenção de ser uma extensão desse cuidado, que vai para além da administração medicamentosa, propondo pensar saúde de uma maneira ampla que

permeia cultura e trabalho também. Nestas condições, inserir-se no mercado de trabalho é uma tarefa árdua, em vista que parte dessas pessoas não têm experiência de trabalho ou até escolaridade. Portanto, aprender um ofício e participar de um dispositivo de geração de renda, torna-se uma solução.

Dessa maneira, reunir esses usuários e suas singularidades em uma dinâmica comum, é poder realizar um trabalho coletivo como dispositivo terapêutico. O trabalho cumpre aí uma função psicológica. Isso quando os usuários direcionam seu produto a um consumidor específico, a um propósito específico - peças simples e baratas para vender mais fácil - o trabalho se transforma em atividade dirigida. No trabalho, há uma distância considerável entre o real e o prescrito que demanda do usuário que ele encontre soluções, e faça suas escolhas diante das opções possíveis. Ao se valer da inventividade diante das possibilidades de recursos disponíveis, seria o que chamamos de clínica da atividade.

CONCLUSÕES:

Por fim, é importante esclarecer que este grupo tem a abordagem da Clínica da Atividade de Yves Clot como pilar, assim abandonando a noção de saúde como ausência de doenças, e partindo das contribuições de Canguilhem para pensar saúde. Em seus escritos, o que caracteriza a saúde é justamente a possibilidade de criação e recriação de mundos, a capacidade de instituir novas normas de vida frente às "infidelidades do meio". Dessa maneira, "O trabalho não é uma atividade entre outras. Exerce na vida pessoal uma função psicológica específica que se deve chegar a definir. E isso, precisamente, em virtude de ser ele uma atividade dirigida" (Clot,2006). Nessa perspectiva, dando a subjetividade atenção fundamental no processo de trabalho. Se a atividade tem uma função na produção de saúde, o trabalho é o meio em que é possível praticar atividade. O trabalho

desenvolvido por Yves Clot toma como ponto de partida os estudos de Vygotski e Bakhtin. Ele faz isso se utilizando das conferências do primeiro, para acessar os conceitos do campo da linguagem do segundo. Clot desenvolve uma revisão no conceito de atividade até então desenvolvido pela ergonomia e a psicologia do trabalho.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a UFF pela bolsa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DEJOURS, Christopher. Outra forma de civilidade: A cooperação **Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação**, Brasília. Paralelo 15, 2012, v.2.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2012.
- SILVA, Claudia; RAMMINGER, Tatiana. O trabalho como operador de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 12, p. 4751-4758, 2014.
- CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes. 2006.





Ciências Humanas

Fotografia Pública: Instrumentalização da Pesquisa

Autores: Paula de Moraes Rodrigues (bolsista)

Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (orientadora)

**Instituto de História / Laboratório de História Oral e Imagem
(LABHOI-UFF)**

Introdução:

A condição histórica da fotografia proporciona um elo entre a imagem fotográfica e o coletivo que faz com que ela seja uma forma de representação social e de produção de um sentido. O projeto *Fotografia Pública: Instrumentalização da Pesquisa* pretende reconstruir o percurso histórico dessa relação procurando ter como destaque a noção de fotografia pública.

Propõem-se analisar a produção fotográfica contemporânea pelos sujeitos sociais, as suas formas de registro, os seus vínculos institucionais e as suas experiências de ver e traçar narrativas visuais públicas, tendo como noção de público a esfera da opinião pública, do espaço público, da expressão coletiva e das instâncias de exercício e controle do poder público.

Por isso, há a ligação do projeto com instituições que promoveram e promovem essa relação entre a imagem fotográfica e o coletivo, como a Sociedade Fluminense de Fotografia (SFF), situada em Niterói, onde são realizadas entrevistas com fotógrafos que representam essa relação, como a Nair Avellar, que será o cerne desse trabalho.

Resultados e discussões:

A Sociedade Fluminense de Fotografia teve um papel importante na Fotoclubismo brasileiro e em outras vertentes de produção e

propagação fotográfica. O fotoclubismo consiste na ligação entre vários fotoclubes nacionais e internacionais, que compartilhavam as suas produções para a realização de exposições, além de ser um ambiente para a difusão da fotografia amadora, do pensar e agir fotograficamente.

A SFF teve um papel de destaque nessa época, ela foi a primeira instituição a ser construída para ser sede de uma sociedade fotográfica, e servia de auxílio técnico e suporte para a criação de outros foto clubes. Podemos perceber esse papel por meio da organização do seu acervo documental e fotográfico durante o projeto.

A relação com a SFF também se dá a partir da produção de entrevistas de fotógrafos que tiveram um papel expressivo nessa propagação da fotografia pública, seja por meio da fotografia documental, fotografia jornalística ou do fotoclubismo amador. Essas entrevistas procuram associar a trajetória de vida com a trajetória fotográfica, uma delas é a trajetória da Nair Avellar.

Ela salta aos olhos por ter sido durante um bom tempo a única fotógrafa da SFF, esse fato é de destaque já que na década de 1960 não era algo comum encontrar mulheres fotografando e participando em exposições dos fotoclubes. Ela é uma figura ilustre dentro da SFF, onde possui um enorme respeito, sendo uma das sócias mais antigas, está na

SFF desde as primeiras décadas da fundação.

Toda a sua trajetória com a fotografia perpassa pela SFF, que conheceu através do seu marido Eledio Nunes, que era sócio da SFF, começou fazendo o curso fundamental de fotografia e revelação, e logo se tornou professora da instituição, além de ter passado por diversos outros cargos. Lá a Nair Avellar ganhou um novo estímulo para a sua vida, pouco tempo depois da sua inserção na fotografia o seu marido veio a falecer, e a fotografia assim como a SFF passou a ser o seu lenitivo, como ela própria costuma dizer.

Porém, por ser a única fotógrafa por tanto tempo nesse fotoclube podemos perceber certos distanciamentos entre ela e os outros fotógrafos homens tanto nos cargos ocupados dentro da SFF, a Nair costumava ocupar cargos que são em geral considerados socialmente femininos, como o de secretária, por exemplo, quanto na seleção de fotografias para os salões e exposições.

A fotografia pública é colocada pelo deslocamento entre produção, circulação, consumo e agenciamento tornando-se pública para cumprir um papel social e político sendo uma representação de formas de poder. Essas seleções perpassam tanto agências de comunicação, jornais, quanto os próprios fotoclubes com as suas seleções de fotos para salões e exposições.

A partir dessas seleções e da trajetória da Nair Avellar pode-se mapear como a prática fotográfica feminina era aceita nesse mundo, até então, preponderantemente masculino. Podemos pensar se as fotografias que não eram selecionadas eram apenas por não terem um sentido estético almejado pelo conselho de divulgação, ou era pelo fato da divulgação do trabalho de uma mulher não ser

tão comum.

Conclusões:

O projeto tem a pretensão de contribuir para o conceito de fotografia pública e seus circuitos sociais, e para isso utiliza da história oral e da fotografia para a contribuição da reconstrução da memória pública.

Dentre esses objetivos há a pretensão da reconstrução da memória da Sociedade Fluminense de Fotografia e dos seus atores sociais, realizada por meio de entrevistas com os fotógrafos mais antigos, que atuam a mais de cinco décadas, como a Nair Avellar, e a organização do acervo fotográfico e bibliográfico da instituição.

Mediante essa reconstrução poderemos atingir o circuito social dessas fotografias, os seus vínculos institucionais, os seus públicos, e as relações de poder sobre essa circulação, como, por exemplo, as relações de gênero.

Agradecimentos:

Agradeço à FAPERJ e ao PIBIC pelo financiamento. Igualmente ao LABHOI e à SFF por me proporcionarem um enriquecimento intelectual e crescimento humano.

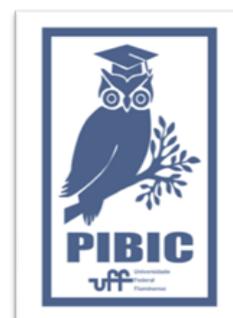


Figure 1: Logo PIBIC



História do Brasil Império

Ordem, lei e justiça: Estado e sociedade no pensamento de José Justiniano da Rocha (1836-1860)

Olavo Passos de Souza – Coordenadora: Gladys Sabina Ribeiro

História (GHT) / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) / Universidade Federal Fluminense (UFF)

INTRODUÇÃO: Justiniano José da Rocha foi jornalista político de longa carreira na história do Império, atuando por múltiplas décadas até sua morte em 1862. Entre os anos de 1853 e 1856, serviu na Nona Legislatura da Câmara dos Deputados. Esta, hoje popularmente conhecida como o Ministério da Conciliação, foi de suma importância na História do Império, definindo período em que os Partidos Liberal e Conservador buscaram cooperação e união, diante de uma série de reformas pendentes. Este Gabinete ao qual Justiniano da Rocha pertenceu, foi liderado por figuras como o Marques de Paraná e o Ministro da Justiça José Nabuco, sendo responsável por uma série de reformas que transformaram o panorama político brasileiro.

O envolvimento de Justiniano nessa Legislatura, seus projetos de lei, discursos e opiniões políticas foram todos analisados nesta pesquisa, realizada através da leitura de ampla bibliografia seguida de pesquisa nos Anais da Nona Legislatura. Através destas fontes foi possível observar o conceito de cultura política se estabelecendo no Parlamento, onde o conflito por diferentes ideais predominava. Entre estes se encontravam discussões sobre o Estado, a Lei, o federalismo e a cidadania. Todos estes tópicos abordados por Justiniano em suas ponderações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A Nona Legislatura teve início em março de 1853, com a abertura sendo realizada por D. Pedro II em um breve, mas claro discurso, que abordava inúmeras questões que necessitavam ser realizadas pela Câmara. Desde o momento de sua abertura, ocorreu conflito, entre aqueles que estavam aderidos a situação política vigente até dito período, e figuras como José Nabuco de Araújo, que acreditavam firmemente na conciliação e na realização de diversos projetos e reformas.

Este conflito que se empunha na câmara era algo cotidiano. Ele não necessariamente era dividido diante de linhas partidárias, com estas sendo, em diversos momentos, tênues. A separação entre Luzias e Saquaremas não garantia a animosidade de alguns perante os outros, muito menos qualquer falta de cooperação.

A oposição de Justiniano a política da Conciliação não teve fundamentos neste ano, sendo encontrada em seu discurso por diversos anos. O termo “quimera”, por si só, foi usado múltiplas vezes para se referir a tentativa de conciliação. Em 1848, Justiniano afirmaria em uma série de artigos, a possibilidade de tolerância entre ambos os partidos, mas a impossibilidade de uma Conciliação.

A oposição de Justiniano a Conciliação ainda em 1853 pode ser uma possível causa de sua falta de envolvimento na Câmara neste mesmo ano. Ao observar os anais, é notável que Justiniano, embora amplamente presente ao longo das sessões, se manifestou apenas uma vez, para propor um projeto de lei que só seria discutido no ano seguinte. Sua mudança de posicionamento perante a Conciliação poderia ser atribuída a entrada do Marques de Paraná ao Gabinete como Presidente do Conselho de Ministros mais tarde no mesmo ano. Paraná defendia a Conciliação, e, portanto, Justiniano passou também a defende-la.

Essa mudança de posicionamento serve para demonstrar a lealdade de Justiniano ao Partido Conservador, e aos ideais que este promulgava. Essa lealdade, no entanto, não era cega, e Justiniano viria a entrar em conflito com o partido anos mais tarde, quando práticas deste colidiram com as suas crenças conservadoras. Os projetos de lei e discursos de Justiniano na câmara foram todos observados na pesquisa. Nestes foi possível encontrar a visão de Justiniano diante de uma série de conceitos e questão de amplo fundamento para a cultura

política do período, como a Conciliação, a Reforma Eleitoral, e a noção de Municipalidade.

CONCLUSÕES: Ao longo da pesquisa, focado principalmente na extensiva leitura dos Anais do Parlamento, pude observar a cultura política que se formava com o Nono Gabinete. Uma cultura de aceitação de maior cooperação oficial entre Luzias e Saquaremas, em favor da manutenção do Império. De figuras como Nabuco, que desde a concepção do Gabinete em 1853 parecem estar convictamente a favor, até Justiniano, que se mostra hostil ao conceito até a entrada do Marques do Paraná, e permanece assim ainda por um tempo, temos então uma ampla visão do pensamento conservador do período. Não só deste, mas das fraturas que se mostrariam expostas em pouco tempo, levando ao conflito de Justiniano com o Partido posteriormente

Uma figura estabelecida no Jornalismo, a participação de Justiniano na Nona Legislatura não foi seu maior marco. No entanto, foi uma grande oportunidade para o jornalista Conservador tentar aplicar suas ideias no Legislativo, levando a suas múltiplas propostas de leis. Na abertura da Nona Legislatura em 1853, vemos um Justiniano José da Rocha de mente e posicionamento já formado, e, no entanto, também podemos observar sua mudança de opinião em relação a Conciliação, mudança esta provavelmente essencial para sua permanência no Gabinete, e continuo envolvimento político.

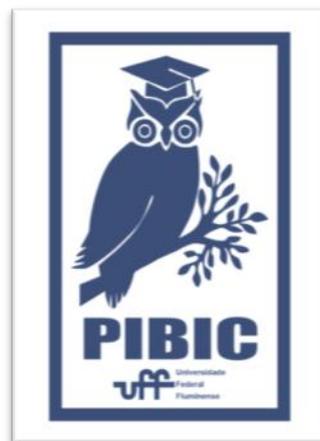
Embora Justiniano tenha continuado ativo no jornalismo até sua morte em 1862, acredito ter sido neste período em que algumas de suas principais e últimas ideias tenham sido formuladas, entre elas seu famoso “Ação, Reação e Transação”.

Através da pesquisa pude compreender melhor o seu posicionamento e sua maneira de pensar, assim como o próprio funcionamento do sistema político Imperial, como observado nos Anais. Uma figura de grande influência no pensamento político brasileiro. Conservador, católico, defensor de um poder Executivo central forte, sobre uma confederação municipal baseada nos direitos individuais, ao mesmo tempo que repudiando o federalismo e a desunião que o acompanharia. Este era o Jornalista e político Justiniano José Rocha, que atuou no Parlamento em um tempo de grande transformação política, onde as supostas barreiras entre Conservadores e Liberais chegavam a seu ponto mais fraco, e uma série

de Reformas tomavam conta dos procedimentos legislativos.

Agradecimentos: Gostaria de agradecer a minha orientadora nesta pesquisa, Professora Gladys Sabina Ribeiro, que me guiou por um longo caminho durante formação acadêmica e me concedeu essa oportunidade.

Agradeço também a meus pais, que sempre valorizaram minha formação cultural, vendo esta como imprescindível. Foi graças ao investimento desses na minha educação que eu desenvolvi minha paixão por história.





Ciências Humanas

Nemo Canabarro Lucas: trajetória de um oficial nacionalista do Exército Brasileiro (1930-1970)

Thatiane Simas Muti Farias

(Karla Carloni – Orientadora)

Departamento de História / IHT / Laboratório Brasil Republicano

INTRODUÇÃO:

O objeto de pesquisa é a biografia política do oficial do Exército brasileiro Nemo Canabarro Lucas (1908-1990), projeto individual da professora Karla Carloni que se integra ao projeto maior “A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura” (edital Memórias Brasileiras n.13/2015 – CAPES – Coord. Jorge Ferreira).

Vivida entre duas ditaduras e um período democrático, as nuances da biografia do oficial desafiam o historiador. Revelam a peculiaridade da identidade forjada pelos militares que se identificavam com os ideais nacionalistas do tenentismo e estabeleceram complexa relação com o autoritarismo e com os movimentos políticos de esquerda e de direita.

O oficial sentou praça em 1930 e se aproximou dos tenentes líderes da revolução que ocorreu no mesmo ano, porém, logo rompeu com o grupo e liderou os oficiais que desacreditavam no Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em final de 1934, Nemo Canabarro integrou o grupo que formou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização heterogênea de esquerda que tinha como objetivo combater o fascismo e o imperialismo. Embora não tenha participado diretamente do Movimento Comunista de 1935,

e não pertencesse aos quadros do Partido Comunista Brasileiro, o então primeiro-tenente foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Foi preso e teve a sua patente cassada.

Ainda em 1936 Canabarro saiu do país e no Uruguai se aproximou do general Flores da Cunha, opositor de Getúlio Vargas que tramava a derrubada do ditador e, juntamente a outros militares, muitos deles integrantes do PCB, construía um discurso antifascista. Em seguida, rumou para a Europa onde lutou ao lado dos republicanos na Guerra Civil Espanhola.

Após retornar ao Brasil, Canabarro foi beneficiado pela anistia de 1945 e reintegrado aos quadros do Exército. A partir de então se tornou destacada liderança militar nacionalista. As bandeiras levantadas por Canabarro eram bastante progressistas, o que levou a ser perseguido e acusado pelas direitas civis e militares de simpatizante ou até mesmo integrante do PCB. Contudo, já o governo de João Goulart, o então coronel criou o Partido Nacionalista e apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964 tecendo, posteriormente, apoio ao novo regime autoritário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O início da pesquisa se deu na data de início da bolsa, vigente no edital. A primeira atividade foi a discussão acerca do tema do projeto com base no texto “A esquerda militar no Brasil (1955 – 1964)” e o livro *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*, ambos da professora Karla Carloni. Igualmente foi lido o verbete "Nemo Canabarro Lucas" presente no *Dicionário Biográfico Brasileiro pós-1930*, publicação do CPDOC da FGV.

A partir da discussão dos textos e do projeto com a orientadora, foram realizadas reflexões a respeito da atuação política do oficial, mais especificamente do papel crucial do movimento tenentista para a formação de suas concepções e ações políticas ao longo de sua trajetória. Igualmente refletimos a respeito da formação de uma esquerda militar, com identidades múltiplas, no Exército e o seu discurso nacionalista.

Sob supervisão da professora, houve o levantamento de periódicos no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A pesquisa compreendeu o período de 1930 a 1964, com edições dos seguintes periódicos: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio*; o período de 1938 a 1945 com os periódicos: *A Noite*, *Correio da Manhã*, e a revista *Diretrizes* – política, economia e cultura; e, por fim, o período de 1946 a 1964, com os periódicos: *Correio da Manhã*, *O Semanário* e *Última Hora*.

Foram realizadas idas semanais ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro para levantamento no acervo da polícia política deste

estado. O processo de consulta foi realizado a partir do nome do oficial. Durante o período da bolsa foram realizadas reuniões mensais, na qual a professora forneceu orientações a respeito dos arquivos e do projeto, além de realizar debate sobre o tema da pesquisa que será objeto de análise da minha monografia de final de curso a ser realizada ao longo do ano de 2019.

CONCLUSÕES:

Com base na documentação levantada no APERJ foi criado um banco de dados e um acervo digital. Juntamente com a professora Karla Carloni, foi analisado um total de 26 dossiês.

Posteriormente foi montado uma segunda base digital de dados a partir do material recolhido na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O tratamento das fontes, seu cruzamento e a análise da bibliografia indicada possibilitaram compreender a formação de uma identidade de esquerda nacionalista, não comunista e não legalista, de um setor do Exército Brasileiro ainda pouco estudado.

Agradecimentos:

Agradeço à CAPES, à professora Karla Carloni e ao professor Jorge Ferreira, pela oportunidade de integrar a pesquisa.

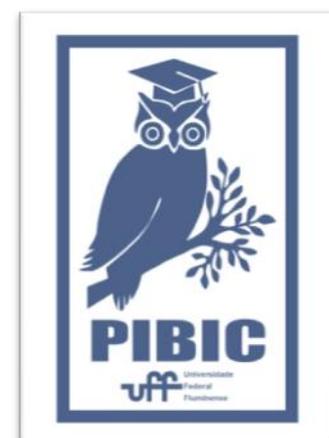


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

O trágico como princípio de contradição: a semântica da guerra, do amor e da harmonia na aurora do pensamento grego

Autores: Bias Busquet Guimarães (Bolsista PIBIC / UFF), Prof. Dr. Alexandre da Silva Costa (Orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Filosofia (GFL) / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) / Biblioteca

INTRODUÇÃO:

Na segunda parte, *Katharmoi* (B¹¹²-B153a), do *Poema de Empédocles*, há interdições relativas a determinadas obras (*érgon*), tais como comer favas e sacrificar animais². Obras estas de ódio (*neikos*), tendo em vista que rompem com o “antigo decreto, eterno, bem selado com amplos juramentos” (EMPÉDOCLES, DK31 B115).

Assim, há uma narração, no fragmento B115, de um estado escatológico, fruto do rompimento do *antigo decreto*, isto é, a desorganização do cosmo, visto que Empédocles cometeu uma obra pior do que comer favas e sacrificar animais: o homicídio³. Portanto, a distinção de Empédocles e, necessariamente, do ente humano para os outros entes que compõem o cosmo parece aclarar-se, na medida em que se outros entes se predam, o ente humano seria a única parte (*méros*) do cosmo que mataria um ente de sua estirpe (*génos*), além de que ele não se conteria em sua desmedida perante matar animais e plantas, desmedida esta que o restante da vida natural (*zoé*) estaria isenta, já que seus acontecimentos conformariam uma mudança qualitativa incessante, portanto, uma medida inalterável, posto que há uma característica de imobilidade nesta mudança.

Eis a narração que mencionamos acima:

dez mil estações eles longe dos abençoados erram, / nascendo pelo tempo em toda espécie de formas de mortais, / que penosos caminhos de vida permutam entre si. / Pois

força de éter os persegue em direção de mar / e mar em solo de terra os vomitou, e terra em raios / de sol luminoso, e este os atirou em turbilhões de éter; / outro de outro os recebe, e os odeiam todos / Destes também eu agora sou, dos deuses banido, errante, / em furioso ódio tendo confiado. (EMPÉDOCLES, DK31 B115)

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A narração acima realizada por Empédocles em seu poema não se limitaria apenas a ele, de modo que, como aludimos anteriormente, Empédocles compartilharia a identidade humana com os outros entes da sua estirpe. Esta identidade ganha contornos mais bem definidos, na medida em que lançamos mão do intento depurador, apresentado no *Poema de Empédocles*, para contornar o estado escatológico. Deste modo, o intento de Empédocles confunde-se com os próprios limites da condição humana que lhe é inerente. Dito de outro modo, a pergunta “o que pode um homem fazer?”, poderia tão e somente ser respondida a partir do domínio (*êthos*) humano⁴. Todavia, Empédocles se concebe como “um dos imortais” (EMPÉDOCLES, DK 31 B112), o que em um primeiro momento suscitaria uma pequena confusão, posto que ele intenta pensar as consequências do *domínio* humano. Porém, talvez esta divinização esteja associada ao intento depurador de Empédocles, já que ele afirma que há formas de vida que favorecem um estado de vida contrário ao escatológico:

adivinhos versados em canto, médicos / e príncipes entre os homens sobre a terra se volvem, / donde renascem como deuses em

¹ A sigla *B* significa a marcação dos fragmentos dos filósofos pré-socráticos no *corpus* da literatura grega, a qual foi estabelecida por Hermann Diels (*Die Fragmente der Vorsokratiker*, 1901).

² Cf. B140; B141; B128, 8; B115, 3.

³ Cf. COSTA, 2012, p. 108.

⁴ Cf. *Ibidem*, 2012, p. 110.

honra supremos.” (EMPÉDOCLES, DK31 B146)

Portanto, as formas de vida divinas, mencionadas no parágrafo anterior, que corresponderiam ao obrar amoroso (*philía*), se materializariam supostamente pelo conhecimento do cosmo⁵, tão destacado na primeira parte, *Peri phýseos* (B1-B111) do *Poema de Empédocles*.

CONCLUSÕES:

Assim sendo, ao afirmamos que os acontecimentos do cosmo sugerem certa imobilidade como consequência do seu caráter perfectível, isto realiza uma harmonia (*harmonía*) do cosmo, ou seja, uma composição entre as forças (amor e ódio) que propulsionam a sua mudança qualitativa. Então, Empédocles/ente humano reconheceria (*gignóska*) a sua comoção pelas forças, na medida em que é uma parte do cosmo, mas, a partir disto, intentaria calcular (*lógos*) o reprocessamento do cosmo para prever os seus acontecimentos⁶.

No entanto, a partir dessa imobilidade mencionada no parágrafo anterior, a qual poderia ser definida também como o caráter cíclico (*kýklos*) do tempo ou cosmo, haveria conseqüentemente a infinidade de obras humanas (amorosas ou odiosas), isto é, a experiência múltipla da vida humana⁷. Empédocles proporia, então, uma mirada unívoca em meio à pluralidade de opiniões, que sustentam as obras humanas, para favorecer o obrar amoroso, assentando-se na suposta previsão dos acontecimentos do cosmo⁸.

Entretanto, a previsão integral dos acontecimentos ou obra perfeita, posto que finalizada fosse, não caberia a Empédocles ou *domínio* humano, porém, ao divino. Apesar de que, a partir do intento de Empédocles ao desafiar a potência divina do cosmo, ou seja, o caráter intransigente e sempiterno do ciclo cósmico, ele realizaria a alegria (*gethosýne*),

⁵ Cf. Ibid. 2012, p. 105.

⁶ O *cálculo* do reprocessamento do cosmo foi um tema que abordamos no relatório final da vigência 2017/2018 da bolsa do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC).

⁷ Cf. COSTA, 2012, p. 106.

⁸ Analisamos também o tema da mirada unívoca de Empédocles no relatório final da vigência 2017/2018 da bolsa PIBIC.

tendo em vista que ao lançar mão do favorecimento pelo obrar amoroso, o divino seria não somente confrontado, mas renteado pelo ente humano, lhe restando à invidia⁹.

Referências bibliográficas:

- COSTA, Alexandre. “Mito e filosofia em Empédocles: a redenção pelo saber”. In: *Anais de Filosofia Clássica*. Vol. VI. N. 11, 2012.
- DIELS, Hermann. Empedokles B. Fragmente. In: *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Zúrique: Weidmann, 1901.
- EMPÉDOCLES. *Fragmentos*. In: Coleção Os Pensadores (Os pré-socráticos). Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Agradecimentos:

Agradecemos ao orientador Prof. Dr. Alexandre da Silva Costa, ao mestre em Filosofia, Jonathan Almeida de Souza, pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e a doutoranda em Musicologia, Ágata Yozhiyoka Almeida, pela Universidade de São Paulo (USP), devido o favorecimento da resistência (amor) na guerra (*pólemos*). Ademais, agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI) pela concessão da *bolsa PIBIC/UFF*.

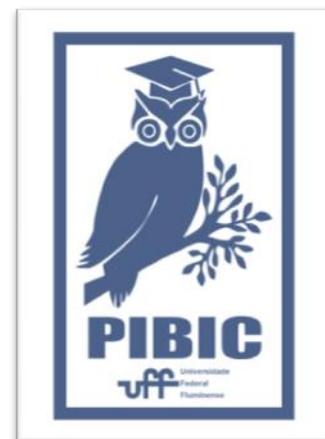


Figure 1: Logo PIBIC

⁹ Ressaltamos o tema da invidia divina no relatório final da vigência 2017/2018 da bolsa PIBIC.



Ciências Humanas

Escravidão, índias e mestiçagem na Bacia do Prata no século XVI: as categorias da conquista

Andressa Inácio de Oliveira / Elisa Frühauf Garcia (orientadora)

Instituto de História / Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

As mulheres tupi-guarani foram fundamentais na conquista e na construção da sociedade colonial na Bacia do Prata no século XVI: no sustento material e imaterial mediante suas atividades produtivas (como a provisão alimentar) e reprodutivas (papel central nas redes de reciprocidade e cerimônias nativas). A presente pesquisa pretende analisar as formas pelas quais estas índias se inscreveram como parte essencial no funcionamento da escravidão e de outras formas de trabalho compulsório. Busca contemplar os conflitos e acomodações que envolvem as diferentes perspectivas sobre o lugar das mulheres nativas e as diversas categorias às quais foram inscritas. Intenta, também, desconstruir a tendência de se analisar a região da Bacia do Prata de forma compartimentada entre os domínios luso e espanhol - calcada na projeção indevida dos limites territoriais contemporâneos que desconsidera as estruturas nativas. Privilegiou-se a consulta a fontes primárias resultantes dos processos de contato e conquista da população indígena na região. Estas, ainda que majoritariamente escritas pelos europeus, podem revelar muito sobre as sociedades nativas¹. Pretende-se acessar nas descrições e narrativas as iniciativas indígenas, sobretudo, das mulheres. Em diálogo com as fontes, buscou-se a bibliografia especializada nos campos da História Indígena e das relações interétnicas, e, História das Mulheres e das relações de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram selecionadas para análise, à luz do nosso tema de pesquisa, crônicas de três viajantes da costa sulamericana e Bacia do

Prata na primeira metade do século XVI: O relato de 1519 do italiano Antonio Pigafetta², integrante da expedição de Fernão de Magalhães que passou pela costa do Rio de Janeiro; Os *Comentários*³ sobre a trajetória do espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca rumo a Assunção através do caminho *Peabiru*, na década de 1540; e a *História Verdadeira*⁴ do alemão Hans Staden que passou nove meses cativo dos tupinambás na região litorânea de Ubatuba por volta de 1540-50. Segundo Cunha⁵, o relato de Pigafetta fornece algo como um *dictionnaire des idées recues* - um relato condensado das primeiras impressões e das generalizações sobre os sujeitos nativos -, já a partir de 1555, o conhecimento sobre a região e seus povos passa a se precisar de duas maneiras divergentes: através de autores não-ibéricos ligados às atividades de trocas de bens com os nativos, e, autores ibéricos ligados diretamente à colonização da terra e dos nativos. Na primeira categoria se inscreve Hans Staden e na segunda, Cabeza de Vaca. Com base nessas fontes, diversas no tempo, espaço e forma, buscamos confrontar as diferentes visões e versões sobre as índias e suas conexões com a escravidão.

CONCLUSÕES:

Duas noções são constantes nas narrativas analisadas: A importância central das mulheres indígenas tanto nas atividades produtivas quanto nas reprodutivas das sociedades nativa e colonial. De início, pode-se afirmar que Cabeza de Vaca não conseguiria atravessar o planalto platino sem a provisão de alimentos produzidos pelas índias guarani - tampouco receber informações preciosas quando estava preso em Assunção. Hans Staden, na condição

de cativo e em sua luta para não ser comido pelos tupinambá, observou e apontou como a tarefa de “domesticação do cativo” era exclusivamente feminina. As mulheres possuíam um papel proeminente não só no ritual de produção das vítimas, mas também nas próprias cerimônias antropofágicas. Whitehead⁶ propõe que talvez a performance do sacrifício tupi tenha parecido extremamente transgressora aos olhos europeus mais em decorrência da subversão das hierarquias políticas e dos papéis de gênero do que derivada dos elementos canibalísticos em si. Pigafetta relata o oferecimento de mulheres tupi em troca de mercadorias e nessas ocasiões grafa estas como “escravas”. Garcia⁷ aponta que tal prática de oferecimento com o objetivo da criação de redes de reciprocidade com potenciais aliados era amplamente disseminada na área ocupada pelos tupi-guarani. Ademais as lógicas nativas, os europeus compreendiam tal prática através de suas próprias lógicas e empregavam sentidos familiares e convenientes ao que lhes era estranho. Diferentes percepções de escravidão, portanto, conviviam e se confrontavam – por um lado, aquela manejada pelos índios, relacionada a suas próprias noções, às guerras interétnicas e aos rituais antropofágicos e por outro, aquela trazida pelos europeus. De qualquer forma, os atores europeus souberam identificar nas relações com mulheres indígenas uma forma de inserção na hierarquia das sociedades nativas e de acesso a riqueza material produzida por elas. Os caciques souberam também se utilizar desse poder para estabelecer relações com estes primeiros. Resta a questão: Como as mulheres em si operavam essas relações? Garcia aponta que, certamente, esta lógica não lhes era desconhecida e que estas, muitas vezes, se movimentaram com habilidade nestas situações. Em conclusão, para se analisar as diversas dimensões das hierarquias coloniais se faz fundamental compreender os significados das categorias que atravessam as relações daquele contexto e, ainda, o fato de que a estrutura de diferenciação social não se construiu apenas sobre termos étnicos, mas também de gênero – sendo estes indissociáveis⁸.

Agradecimentos:

À Elisa Frühauf Garcia, pelos ensinamentos;
À Daniel Carvello, por todas as ajudas;
Aos camaradas da revista Aurora;

E ao fomento do PIBIC/Cnpq/UFF.

Notas:

¹ WHITE, R. *The Middle Ground*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

² PIGAFETTA, A. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Trad. Jurandir S. dos Santos. Ed. Carlos Amoretti. Porto Alegre: L&PM, 1985.

³ CABEZA DE VACA, A. N. *Naufrágios & comentários*. Trad. Jurandir S. dos Santos. Porto Alegre: LP&M, 2007.

⁴ STADEN, H. *Warhaftige Historia [...]*. Hans Staden's true story: an account of cannibal captivity in Brazil. Ed. Neil L. Whitehead; Trad. Michael Harbsmeier. Durham: Duke University Press, 2008.

⁵ CUNHA, M. C. da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. *Estudos Avançados*, São Paulo, Edusp, v.4, n.10, 1990.

⁶ WHITEHEAD, N. Introduction. In: STADEN, H. *Op.Cit.*

⁷ GARCIA, E.F. Conquest, sex and slavery in the river plate basin: Asunción and São Vicente in the mid-1500s. *Americanía. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época (Sevilla), n. 2, p. 39-73, jul-dic, 2015.

⁸ *Idem*.

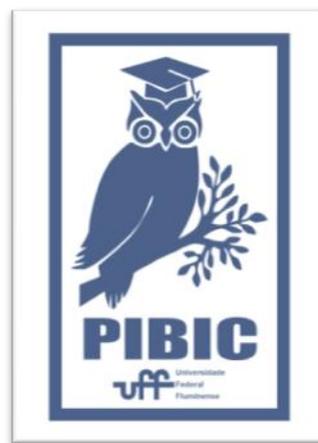


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências humanas

Cursos de licenciatura e ingresso na carreira: contribuições de um grupo interdisciplinar para as práticas de professores da educação básica

VASCONCELLOS, Mônica de Oliveira Farias; MENDES, Rayllon

UFF/ Universidade Federal Fluminense

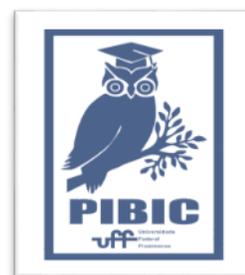
INTRODUÇÃO:

Ao estudar os autores que desenvolvem pesquisas acerca do ingresso na profissão docente (HUBERMAN 1997; MARIANO, 2006; TARDIF, MARIANO 2006, entre outros) verificamos que seus trabalhos evidenciam esta fase da carreira como marcada por situações complexas e significativas, além de repleta de aprendizagens que influenciam a trajetória profissional. Os primeiros contatos do professor com a realidade da sala de aula, normalmente, envolvem conflitos, alegrias e medos, considerando que, nesse momento, há o enfrentamento de dificuldades para as quais os docentes não se sentem preparados. É com este entendimento que a presente pesquisa pretende identificar contribuições da formação inicial para as práticas de professores iniciantes. Os sujeitos são alunos das licenciaturas da Universidade Federal Fluminense (UFF) que atuam como membros de um grupo vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET), ligado ao Ministério da Educação, desde 2015. O PET desenvolve continuamente ações de natureza pedagógica em escolas públicas do município de Niterói. O trabalho articula ensino, pesquisa e extensão e as informações coletadas têm sido registradas por meio de anotações em cadernos de campo, atas, fichas de avaliação, fotos, áudio e filmagens. Todo o material representa um considerável quantitativo de dados produzidos e requer análise cuidadosa. Em decorrência disso a bolsista e a proponente deste projeto atuam em colaboração, desenvolvendo a investigação na organização, descrição, categorização e análise destas informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Diante das inúmeras possibilidades de se encaminhar uma pesquisa, optamos pelo enfoque qualitativo numa análise ampla e

crítica da realidade. Nessa análise, aspectos relevantes como as crenças e os valores que tanto o pesquisador quanto os sujeitos envolvidos na pesquisa possuem, serão considerados (GATTI, 2002). No caso de uma investigação pautada por este enfoque, os estudiosos do assunto (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2002) recomendam que o pesquisador busque no momento da pesquisa, a utilização de instrumentos científicos que produzam explicações satisfatórias e que sirvam de subsídios para a elaboração de novas produções. Compactuamos com este entendimento e, em função disso, optamos por analisar os dados registrados em diários pessoais dos integrantes do grupo PET já mencionados, as fichas de observação das aulas, os formulários de avaliação, além das atas das reuniões semanais que o grupo realiza na UFF. Acreditamos que a análise dos dados produzidos favorecerá a: produção de conhecimentos relativos às relações entre a formação inicial e o início da carreira do magistério; construção de conhecimentos referentes à docência, relacionados aos estudos desenvolvidos na graduação e às situações vividas nas escolas participantes; identificação das alternativas produzidas e/ou mobilizadas pelos sujeitos na fase inicial da carreira, cujas relações remetem à formação inicial.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do projeto: Espaços de formação docente: memórias e narrativas estéticas.

Autora: Aurea Raquel Fernandes Maia dos Santos

Orientadora: Prof^a Dr^a Luciana Esmeralda Ostetto

Departamento Sociedade Educação Conhecimento/Faculdade de Educação/Grupo de Pesquisa FIAR

INTRODUÇÃO:

A pesquisa de iniciação científica aqui apresentada está articulada ao projeto “Espaços de Formação Docente: Memórias e Narrativas Estéticas”, coordenado pela Professora Dra. Luciana Esmeralda Ostetto, da Faculdade de Educação da UFF, e tem por objetivo analisar os percursos de formação estética dos licenciandos em Pedagogia e Arte, discutindo a contribuição de experiências sensíveis para a formação e prática docentes. Seus objetivos específicos são: Analisar proximidades e discrepâncias nos caminhos de formação estética trilhados por estudantes de Arte e de Pedagogia, apontados em seus memoriais de formação; Problematizar a contribuição da formação escolar e universitária nos percursos biográficos dos licenciandos-sujeitos da pesquisa; Identificar, nos registros das histórias de vida fertilizados pela ação do rememorar, tempos e espaços de formação estética, recorrentes e mais significativos; Discutir possibilidades investigativo-formativas do “ateliê biográfico de projeto”. A referida pesquisa, de caráter interinstitucional, está

sendo desenvolvida em colaboração entre professoras da Faculdade de Educação da UFF e da Escola de Belas Artes da UFMG. O presente trabalho dá visibilidade às atividades desenvolvidas com um grupo de 29 estudantes de Pedagogia da UFF, e diz respeito à análise dos materiais biográficos por eles produzidos nos encontros-ateliês promovidos no âmbito da pesquisa, integrando uma das dimensões investigadas Para chegar às narrativas dos licenciandos, professores em formação, a pesquisa inspirou-se teórico-metodologicamente na dinâmica constitutiva do “ateliê biográfico de projeto” (DELORY-MOMBERGER, 2006). A proposta formulada pela autora permite lançar luzes sobre as dimensões experienciais e formativas inerentes aos percursos de vida-formação docente, abrindo espaço para narrativas que podem ser compostas na articulação entre memórias, lembranças, esquecimento e experiência. Os discursos da memória revelam aspectos formativos que constituem subjetividades e identidades docentes. As narrativas de percursos pessoais, que contam histórias do vivido, são acessadas por meio do pensar sobre si, que conduza à

tomada de consciência de si. Parar para pensar nas experiências vividas, permite um movimento singular de investigação sobre os percursos pessoais; investigação que pode iluminar saberes e fazeres que constituem a pessoa e, assim, ajudam a dar visibilidade aos fios de histórias particulares que se entrelaçam em trajetórias reveladas no presente. Por meio do exercício da memória, a história é revisitada pelo olhar que se volta ao passado e reflete sobre suas marcas no presente, oferecendo elementos para a compreensão do percurso e, desta forma, para o desenho de novas tramas, em direção ao futuro. Inspirada nessa formulação teórico-metodológica, o projeto de investigação desenvolve-se por meio de encontros-ateliês com estudantes do Curso de Pedagogia da UFF e do Curso de Artes da UFMG, sendo que o presente artigo se refere ao percurso investigativo com os estudantes de Pedagogia da UFF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

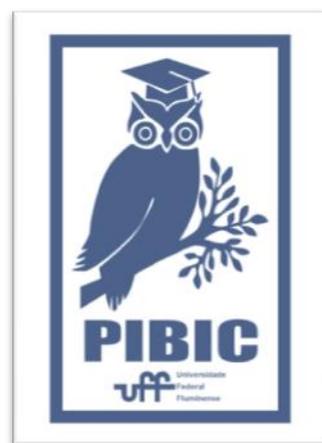
Na direção apontada, os dados foram produzidos em quatro etapas, chamadas de movimentos: 1. Movimento inicial: ativação das memórias, pergunta-provocação-formulação oral: “o que você poderia dizer sobre seu encontro com a arte?”; 2. Segundo movimento: Vivências corporais e produção de atividades plástico-pictóricas, pressupondo a imersão nas histórias vividas – por onde se deu a formação do olhar, do sensível, do estético?”; 3. Terceiro movimento: Exercício-esboço de escrita de si, projeto de memorial de formação, conduzido pela questão – “Que experiências estéticas me

constituíram?”⁴. Movimento síntese: A narrativa de si, o memorial de formação estética, materializado no “Diário poético das miudezas”. Convidar a pensar em sua história de contato com a arte, de tempos brincantes e criativos e abrir oportunidade para ampliar o repertório dos estudantes foi um primeiro - e importante - passo dado pela pesquisa. O princípio estava posto: como ampliar o repertório da criança/aluno, se o repertório do professor é encurtado, empobrecido, segue o padrão da mídia, do mercado de consumo, da “massa”? E, pensando dessa forma, ancora-se a ideia de que, em primeira instância, é preciso ampliar as dimensões sensíveis do professor. E os indícios localizados nos dados produzidos reafirmam a necessidade de trazer para um programa formativos: as cirandas, as danças, cantigas, brincadeiras e fazeres a mão do professor em formação. O fazer a mão para falar de si, especificamente, marcou os encontros-ateliês de maneira significativa: reafirmou, como alguns autores já indicam, que é preciso trazer o corpo para o momento aprendente. É preciso trazer os sentidos e sentimentos, acionar dimensões adormecidas. Foi possível perceber, acompanhando os encontros e analisando os memoriais produzidos, que no começo das experiências propostas alguns corpos se mostravam travados, com dificuldade para movimentar-se, porém, pouco a pouco, com a ajuda das lembranças e memórias afetivas relacionadas com as discussões e atividades expressivas propostas, os estudantes se entregaram e participaram ativamente.

CONCLUSÕES:

O processo de formação marcado pelo engessamento dos corpos dentro e fora da escola é marcado na fala e expressão dos estudantes de Pedagogia que participaram da pesquisa. Dificuldades em expressar-se através de outras linguagens que não o texto acadêmico, apareceram nos diálogos tecidos ao longo dos encontros-ateliês. Um ponto que ganhou destaque nos encontros foi a percepção, por parte dos estudantes, do quão escasso é o espaço próprio para expressão artística dentro da universidade: falta espaço para dança, poesia, para os cantos, brinquedos e brincadeiras próprios da infância. Tais movimentações foram experimentadas nos encontro-ateliês e evocaram sentidos e memórias significativas nos estudantes, que se projetavam em desejos e necessidades: é preciso experimentar e criar na formação para, então, ser criativo com as crianças! Por outro lado, o Diário Poético das Miudezas, como espaço de memória, apresenta-se como importante ferramenta de evocação do sensível e da autoria para os estudantes. Abre espaço para a reflexão e compreensão de si mesmo como produtor de história, capaz de fazer a mão, abandonando concepções de certo e errado, deixando-se levar pela inspiração musical, plástica, visual, poética e tantas outras, para criar algo com identidade, que fala sobre si e sobre o mundo. O movimento de se reconhecer capaz é que capacita o professor a reconhecer as potencialidades e positividade das criança. Nos processos da pesquisa acompanhados ao longo de um ano como bolsista PIBIC, foi possível perceber que as dimensões narrativas, criativas, estéticas e

artísticas se apresentam cada vez mais necessárias à formação docente. A pesquisa aponta caminhos que se abrem para novas indagações e percursos de estudo.





Ciências Humanas

Análise das estratégias das multinacionais do setor automobilístico na década atual: o caso Jaguar-Land Rover

Autoras: Carolina Borges & Laila Borges

Grupo de Estudos do Desenvolvimento do Sul Fluminense e Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

Na década de 1990 houve uma reestruturação na indústria automotiva, consequência de alguns fatores como uma crise de produtividade em nível internacional, recessão no mercado interno e principalmente pressões políticas. No Brasil, graças a incentivos fiscais, tal conjuntura resultou na construção de novas fábricas e reestruturação das antigas, abrindo um processo de re-especialização da indústria (RAMALHO, 2005).

Este processo se inseriu em uma mudança mais ampla na qualidade e na estruturação do comércio global, em decorrência da organização da produção em redes de fornecimento globais que têm por consequência um processo de fragmentação das várias etapas de produção e de serviços não apenas entre firmas e fornecedores, mas também entre variados espaços geográficos (CARNEIRO, 2015). Foi nesse período que o Sul Fluminense se tornou um polo automotivo, fruto tanto de dinâmicas locais quanto desses movimentos em maior escala.

Uma primeira geração de estudos sobre a indústria automotiva na região foi marcada por uma ênfase nas dinâmicas e redes sociopolíticas locais (RAMALHO, 2005; LIMA, 2005; SANTOS, 2006). Estudos mais recentes chamaram atenção para a necessidade de um olhar mais estrutural (MONTEIRO, LIMA, 2015), perspectiva que norteia este trabalho

tendo como referência as produções de Barros e Pedro (2011) e Lima (2015) sobre cadeias globais de valor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados do levantamento empírico se baseiam nas análises de relatórios anuais da empresa no período entre 2011-2018 e são organizados sob o modelo do Informe das Corporações: Brasil (SANTOS, 2015). Os relatórios da Jaguar Land Rover informam desde questões de financiamento a distribuição global de vendas. O objetivo é buscar, através de suas estratégias, a atuação da empresa no Brasil (mais precisamente no Sul Fluminense) e no mundo. Posteriormente, o modelo de análise será aplicado ao caso de outras empresas atuando na região.

A empresa possui unidades em diversas localidades do globo, estratégia essa que passou a ser adotada pela Jaguar após a aquisição da companhia pelo grupo indiano TATA. No Brasil, mais precisamente Rio de Janeiro, prevalecem as operações de montagem e manufatura de veículos, além da existência de um escritório regional de negócios. Em Graz, na Áustria, e em Changshu, na China, também se opera a manufatura de veículos, bem como está planejado para a unidade que será inaugurada em 2018 em Nitra, na Eslováquia. Em Pune, na

Índia, há a coleta de veículos. Há centros de testes nos Estados Unidos, na Arábia Saudita e na França. Porém a concentração das atividades de tecnologia se fixam no Reino Unido, onde a empresa investe em inúmeros centros de desenvolvimento tecnológico em parceria com universidades.

Nesta pesquisa utilizamos 6 dimensões de análise das informações coletadas durante o processo de estudo dos relatórios da empresa, foram elas: financiamento, mercados, manufatura e engenharia, tecnologia, trabalhadores e *responsible business*. Entretanto, para a apresentação deste trabalho nos concentraremos em 3 categorias específicas, são elas: mercados, manufatura e tecnologia.

CONCLUSÕES:

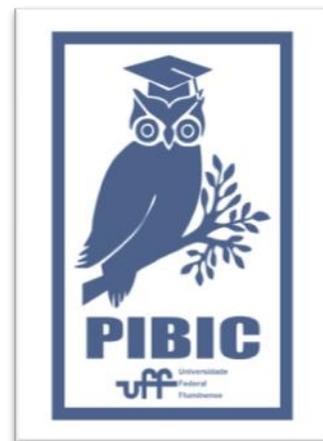
A Jaguar Land Rover se instala em distintos países do globo, porém não se fixa da mesma forma em todos eles, enquanto a empresa foca seus esforços em investimento de desenvolvimento de ciência, tecnologia, mão de obra e engenharia em países desenvolvidos, países emergentes ficam de fora dessa redoma, sendo utilizados como suporte de montagem de peças e mão de obra mais barata.

A Jaguar Land Rover vem mostrando desde 2011 um interesse em se instalar em países emergentes, e seu principal impulso para fazê-lo vem da recessão de vendas do mercado automotivo nos países já desenvolvidos. A empresa notou que investir em países já desenvolvidos não trazia mais o retorno esperado, e a recessão dos mesmos em conjunto com a desvalorização da moeda e a crise econômica desses países, fez com que as empresas se voltassem para o globo e analisassem outras alternativas mais viáveis e lucrativas. Tendo em vista que a recessão não atingira os países emergentes, a JLR enxergou uma oportunidade de colocar em prática sua estratégia *overseas* expandindo suas atividades produtivas e se instalando em países como

Brasil. A partir da inclusão do Brasil na cadeia produtiva da Jaguar, o que antes era visto como ator principal, hoje é posto como ator secundário, e algumas vezes até terciário no pano de fundo do mercado econômico da empresa. O país foi perdendo sua importância ao mesmo passo que outros países foram se destacando e ocupando essa posição.

Agradecimentos:

Agradecemos ao CNPq e a FAPERJ pelas bolsas de iniciação científica, que tornaram possível o desenvolvimento desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: História

Título do Projeto: **USOS DO PASSADO E HISTÓRIA PÚBLICA: COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DE ITAIPU- DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA ÀS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS**

Departamento/Unidade/Laboratório - Departamento de História / Instituto de História
Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI

Aluno bolsista (PIBIC/CNPq): **Ademas Pereira da Costa Junior**

Orientadora: **Juniele Rabêlo de Almeida**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou compreender os usos do passado para a construção de uma *história pública* da comunidade de *Pescadores Artesanais de Itaipu*. Problematicou se as demandas socioambientais decorrentes aos impactos causados por obras executadas pelo poder do Estado assim como o processo de urbanização que acompanhou os interesses do mercado imobiliário, entre os anos de 1979 e 2013. Tendo como locus de observação e reflexão as tradições desenvolvidas por essa comunidade localizada em Niterói/RJ, em especial o Arrasto de Praia. As *trajetórias de vida* dos Pescadores Artesanais de Itaipu nos orientam a refletir sobre as rupturas do cotidiano e o surgimento de um posicionamento crítico desse cenário de transformação. Isto é, enquanto tal posicionamento e perspectiva foi refletido dialeticamente com o contexto. A sua análise só se torna possível quando reconhecido o conteúdo simbólico e representativo das relações vitais no mundo junto aos elementos tradicionais de pesca artesanal que lhe emprega sentido. Atualmente a comunidade se vê inserida progressivamente em uma dinâmica social que impõem padrões de relação distintos dos costumeiramente empregados em seu cotidiano. Assim observou-se os traços paradigmáticos compreendidos como parte das relações estabelecidas pelo grupo dentro de um quadro amplo de possibilidades, que poderiam ser expressos em suas narrativas.

Para cumprir tais objetivos organizou-se:

- ❖ Acervo de História Oral “Pescadores Artesanais de Itaipu” (LABHOI/UFF). **Os registros em áudio/vídeo e as transcrições das entrevistas foram disponibilizados no** “Laboratório de História Oral e Imagem” (LABHOI/UFF).
- ❖ Acervo de Documentos “Pescadores Artesanais de Itaipu” (LABHOI/UFF) – **reportagens de jornal associadas à temática entre os anos de 1960-2013. Documentos oficiais**
- ❖ Acervo de Etnográfico “Pescadores Artesanais de Itaipu” (LABHOI/UFF) - **vídeos e fotos de campo.**

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O marco inicial da década de 70 permitiu considerar diversas dimensões do cotidiano da comunidade de Itaipu, da sua tradição de pesca de arrasto, a relação dos pescadores entre si e com a natureza. Também foi possível dimensionar os impactos causados pelas obras da Veplan e pelo processo de adensamento urbano vivido pela região oceânica que era representado para a comunidade em três momentos que

marcam o início das transformações. 1) A chegada da Veplan, as vezes descrita como a “especulação imobiliária” ou o “progresso”. 2) A saída das famílias dos pescadores da beira da praia. 3) A divisão de Itaipu e a criação de “Camboinhas” com a abertura do canal, a praia é lembrada como “uma praia só”. Robinho sintetiza essa relação no seguinte trecho da sua entrevista- “quando a gente fala que Itaipu é uma praia só a gente *conhece* e *reconhece* Itaipu como uma coisa só”. Dimensionado a relação com a sua tradição como marcadores temporais subjetivos que são articulados enquanto parte dos “usos do passado”, condição necessária para pensar historicamente.

Os eventos mencionados, a partir da década de 80 impactaram diretamente no equilíbrio ecológico, diminuindo a quantidade e a qualidade dos peixes, que somado ao afastamento do pescador da beira da praia fez crescer o estímulo por outras modalidades de pesca. Como o Emalhe que pela sua dinâmica melhor se adaptava a esse contexto. Alguns pescadores também exerciam funções em outras atividades econômicas que se desenvolviam junto ao crescimento urbano. Principalmente no turismo vinculado ao espaço da praia. Assim com a construção dos acervos de entrevistas, de imagens do campo, e com as reportagens de jornal se contextualizou os desdobramentos das transformações dentro da tradição da comunidade e da sua percepção do tempo. Esses elementos eram agenciados como parte fundamental das referências que constituíam a identidade narrativa dos entrevistados. E a partir deles o sentido atribuído à experiência do presente de um modo amplo, como uma margem contextual, se expressava. Indicando como os pescadores assimilavam novas dinâmicas ao quadro de significação das relações do seu cotidiano, com a comunidade e com a natureza.

A partir das entrevistas para construção da história pública dos pescadores de Itaipu, foi possível identificar que os colaboradores do projeto faziam parte de uma geração de “transição”. Visto que os membros da comunidade de uma ou duas gerações anteriores são lembrados com saudosismo, reconhecidos como representantes máximos de uma “era de ouro” da pesca em Itaipu. Enquanto os mais jovens, seus filhos ou sobrinhos, são pouco estimulados a seguirem na vida da pesca artesanal. Isso se esclarece pelo fato de que no contexto que abrange o recorte da pesquisa os colaboradores estavam começando a ser socializados na pesca de Arrasto no final da década de 70, início dos anos 80. Momento em que as transformações provocadas pela especulação imobiliária se consolidavam como a nova dinâmica de um cotidiano mais intenso e acelerado sobre a Região Oceânica de

Niterói. Em decorrência desse processo, suas narrativas expressam as lembranças da infância associadas ao cotidiano da praia e à pesca de Tainha, como um marco identitário e uma referência que possibilita estabelecer um contraste entre passado e presente, justificando suas ações, e orientando uma perspectiva de futuro.

Ambos os eventos preenchiam de significação a experiência do cotidiano desses sujeitos. O Arrasto, segundo o antropólogo Roberto Kant de Lima, reproduz uma condição à manutenção da sociabilidade da pesca em Itaipu, compondo um “tempo estrutural” que se refletia a movimentação dos cardumes de Tainha entre o “Inverno” e o “Verão”. Com o desenvolvimento urbano acelerado, os impactos ambientais reverberavam na dinâmica da pesca. Fazendo um dos entrevistados afirmar “...não tem mais o pescado do inverno. E também não tem mais o pescador para a Tainha”. Justificando que os mesmos se afastam da praia devido às dificuldades que encontram para garantir a manutenção de suas atividades.

A partir da década de 90 a sua articulação política ficará cada dia mais necessária, tornando-se progressivamente mais direta e participativa. Nesse momento alguns pescadores tornavam-se representantes não só da comunidade, mas também de uma categoria homogênea que passou a se reconhecer como “pescadores artesanais” dentro do espectro das “populações tradicionais”. Assim, as movimentações em torno das instituições do Estado surgiam como parte de reivindicações a políticas públicas, pautadas na garantia de acesso e à manutenção da sua “cultura e tradicionalidade”. Culminando no ano de 2013 com a institucionalização da RESEX-Itaipu. Paralelamente chegavam novos empreendimentos a Região.

CONCLUSÕES:

A análise desse processo permitiu evidenciar uma alteração considerável das formas de relação com a dinâmica do cotidiano constituída em referência a possibilidade de manutenção das suas tradições e da reprodução dos seus “laços de sociabilidade”. Paralelamente a esses fenômenos, as formas de representação das transformações articulavam as referências do passado como justificativa a sua perspectiva de ação no presente. A continuidade dessas mudanças nos faz supor então - com embasamento nas entrevistas, nas experiências de campo e nas demais fontes - que, a forma de expressão característica à sua identidade narrativa estava condicionada ao contraste entre o passado representado pela imagem da “tradição” e o presente, em “progresso”, ainda dentro dos termos da pesca de Itaipu, especialmente aos elementos que se refletem no tempo bipartido do Arrasto. Demonstrando a existência de uma forma e um conteúdo que lhe permitiam pensar historicamente. Sintetizadas nesse contexto como parte das *demandas socioambientais*. Assim é possível afirmar que os pescadores, diante das condições do presente, reformulavam seus padrões de memória indicando para uma mudança de postura na percepção do tempo vivido, e também na sua forma de se relacionar com a natureza, definidos tanto em narrativas como nas formas assumidas no cotidiano. Permitindo uma associação com os desdobramentos do desenvolvimento urbano na região de Niterói promovida por empreendimentos do setor imobiliário.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço principalmente a comunidade de pescadores de Itaipu e todos os representantes que colaboraram com essa pesquisa. Agradeço igualmente a minha orientadora Juniele Rabelo de Almeida por ter sido atenciosa e acompanhar de perto o desenvolvimento de todas as etapas da pesquisa. Principalmente em relação aos fundamentos do trabalho de pesquisa em história oral. Agradeço infinitamente a minha mãe e ao meu tio, pois sem eles nada disso teria sido possível.

Acervo - história oral “Pescadores Artesanais de Itaipu” (Labhoi/UFF)

Entrevistas concedidas à Ademas Pereira da Costa Junior. Transcrições: Ademas Pereira da Costa Junior.

- ❖ ROBSON DUTRA (Pescador de Itaipu, Mestre da pescaria de Arrasto de Mauro, membro de família tradicional, conselheiro da Resex Itaipu) Entrevista realizada no dia 27/2/2018, às 10 horas, na praia de Itaipu (Niterói-RJ)
- ❖ MAURO DE SOUZA FREITAS (Pescador de Itaipu, dono de uma Campanha de Arrasto, membro de família tradicional, representante do Arrasto no conselho da RESEX, e presidente da AMAITA) Entrevistas realizadas nos dias 9/11/2017 e 27/1/2018 em Itaipu (Niterói-RJ)
- ❖ CELSO DE SOUZA FREITAS (Pescador de Itaipu, Irmão de Mauro, pesca com rede de espera) Entrevista realizada no dia 28/2/2018, às 11 horas, em Itaipu (Niterói-RJ)
- ❖ JAIRO AUGUSTO DA SILVA (Pescador de Itaipu, membro de família tradicional, conselheiro da RESEX e da AMAITA) Entrevistas realizadas nos dias 9/11/2017 e 27/1/2018 em Itaipu (Niterói-RJ)
- ❖ ABELARDO JOSÉ DE SOUZA. (Pescador de Itaipu, membro de família tradicional, pesca junto a Mauro em sua campanha) Entrevista realizada no dia 27/2/2018, às 9 horas, em Itaipu (Niterói-RJ)
- ❖ JOÃO BATISTA (Pescador de Itaipu, membro de família tradicional, atualmente é dono de um bar na beira da Lagoa de Itaipu) Entrevista realizada no dia 6/11/2017
- ❖ JORGE NUNES (Pescador de Itaipu, também é mergulhador, e mais recentemente abriu um bar em Itaipu, também é conselheiro da RESEX e da AMAITA) Entrevista realizada no dia 9/11/2018, às 10 da manhã, em Itaipu (Niterói-RJ)

Acervo de Documentos “Pescadores Artesanais de Itaipu” (Labhoi/UFF)

- ❖ Atas da Câmara Municipal de Niterói 1979-1982
- ❖ Relatório da CPI da especulação Imobiliária 1978
- ❖ Reportagens do Jornal O Fluminense 1970-2010
- ❖ Reportagens do Jornal do Brasil 1970-2010
- ❖ Reportagens do Jornal do Comércio 1970-2010
- ❖ Reportagens do Diário de Notícias 1970-2010
- ❖ Reportagens da Tribuna da Imprensa 1970-2010
- ❖ Material de divulgação do Fórum das Comunidades Tradicionais.
- ❖ Livreto do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Acervo de Etnográfico- “Pescadores Artesanais de Itaipu” (Labhoi/UFF)

- ❖ Total de 77 vídeos que compreendem as mais variadas atividades do cotidiano da comunidade.
- ❖ Puxada da Rede
- ❖ Subida da Canoa sobre as estivas
- ❖ Separando o peixe
- ❖ “Atando” a rede
- ❖ Embarcando a rede
- ❖ Imagens do cotidiano e do espaço de Itaipu



Ciências Humanas

Educação do Campo e Povos e Comunidades Tradicionais: da demanda às conquistas em Territórios Rurais e Costeiros em Paraty, RJ

Luíza Peres França Pinto Gama

Mara Edilara Batista de Oliveira

DGP/ IEAR/CARTONOMIA

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a implantação do segundo segmento, a partir de uma proposta de educação diferenciada, em escolas de difícil acesso localizadas em comunidades caiçaras, na Zona Costeira do município de Paraty. Essa análise foi feita a partir da ciência geográfica e sob a metodologia de análise escalar de poder (SMITH, 2005), dessa forma, não nos deteremos em uma análise pedagógica do processo e sim das questões políticas e de poder, entendendo que os movimentos sociais constroem suas próprias estruturas escalares, e a apropriação “desde baixo” das políticas públicas tem se convertido em importantes espaços de conformação dessas tessituras. Para isso consideramos essa ação, enquanto parte da Política Pública Nacional de Educação do Campo e do PRONERA, em escala local. A consolidação de projetos em torno da demanda por uma educação específica e diferenciada para comunidades tradicionais do município de Paraty vem ocorrendo desde a aprovação do Plano Municipal de Educação - PME em 2015, o qual foi construído com ampla participação dos sujeitos demandantes desse direito. Este documento foi reconhecido, pelos movimentos sociais da região, como um marco histórico na luta por educação do campo no município. Para nos aproximar dessa ação local, entendendo-a como parte de uma política nacional, além do acompanhamento das formações e da construção curricular, realizamos entr

vistas junto à representantes da Secretaria Municipal de Educação de Paraty; com coordenadores e formadores da UFF – IEAR; com representantes do Fórum de Comunidades Tradicionais – FCT, movimento social que representa os povos tradicionais da região da Costa Verde onde Paraty está inserida; e professores das escolas atendidas. Em uma perspectiva mais geral essa pesquisa busca contribuir com a construção e funcionamento das políticas de educação para os povos do campo em escala local, sob uma perspectiva geográfica por meio da metodologia de análise escalar de poder (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Estamos entendendo as políticas públicas em Educação do Campo como fruto e constructo de um Estado ampliado marcado pelas lutas sociais no campo. É uma luta por direitos, que traça demandas e cria projetos outros, e que de forma dialética e contraditória ocupa espaços em disputa, ora sendo subordinada, ora construindo formas de autonomização “desde baixo”. (OLIVEIRA, 2015). O movimento pela implantação da educação diferenciada nas comunidades tradicionais de Paraty é formado por diversos atores, entre os quais, caiçaras, indígenas, quilombolas, professores e pesquisadores, formando o Coletivo de Educação Diferenciada em Paraty. Esses sujeitos articuladores da

demanda começaram desde 2015, após a aprovação do PME, e fazendo valer a Meta 7 desse documento, a reunir e a criar documentos que dessem suporte legal a esse processo de implantação de uma educação diferenciada. O processo de reorientação curricular, assim como a própria oferta do segundo segmento nas escolas da Zona Costeira de Paraty, tem todo seu processo regulamentado, em leis que pensadas em uma estrutura escalar do poder, são de caráter tanto, municipal quando falamos do PME, como de âmbito escalar nacional, via políticas públicas. Fruto dessa articulação, foi a aprovação, no dia 19 de outubro de 2016, pelo Conselho Municipal de Educação de Paraty (RJ): o Decreto Municipal que institui as normas e princípios para a implementação da “Educação Básica do Campo”, assim como, cria a categoria “Escola do Campo” no âmbito da Educação Básica deste município; e a Resolução Municipal que altera o Regimento Escolar do município regulamentando a implantação dos anos finais do Ensino Fundamental em escolas da Zona Costeira, na categoria Escolas do Campo.

Para esse processo de implantação do segundo segmento se fez necessário também o desenvolvimento de uma metodologia própria e que desse conta de trazer à tona uma educação diferenciada, tanto diante de seus limites, assim como de suas possibilidades. Para isso a metodologia empregada tanto para a reorientação curricular, assim como para a formação continuada de professores, está fundamentada em três eixos centrais: o trabalho pedagógico foi dividido em duas etapas: estudo de uma nova visão das áreas; elaboração de projetos pedagógicos baseados em rede temática com temas geradores extraídos do diagnóstico¹. Desta forma, o currículo em construção nas

¹ Ver Caderno Pedagógico. In.:

<https://educadiversidade.wixsite.com/educadiversidade>

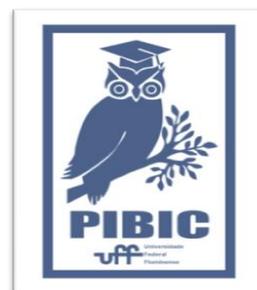
escolas caiçaras de Paraty buscou desde o processo de implantação respeitar e valorizar as formas de vida dessas comunidades. Para que isso ocorra durante todo o processo o FCT e o Coletivo de Educação Diferenciada de Paraty, têm acompanhado de perto esse processo. Eles registram e estudam as dificuldades e entraves que se interpõe ao pleno direito das comunidades tradicionais em relação à educação diferenciada, nesse caso.

CONCLUSÕES:

Pensando a implementação do segundo segmento nas escolas caiçaras de Paraty enquanto uma ação local da política pública nacional de Educação do Campo, percebemos que apesar de abraçar vários dos preceitos dessa política, muitos elementos ainda distanciam essa experiência do previsto nesse Decreto, como precarização na forma de trabalho do professor, professores de fora das comunidades, um calendário escolar adequado, etc. Entretanto, as conquistas em torno da formação continuada de professores, construção curricular, os projetos pedagógicos realizados ou em curso, já são de grande relevância para a consolidação da Política Nacional em escala local. Nesse sentido, a pesquisa e a reflexão sobre o tema tornam-se instrumentos de luta e pressão para que a Educação Diferenciada torne-se uma realidade ampla e concreta.

Agradecimentos:

Primeiramente agradecer ao grupo de pesquisa o Cartonomia pelo apoio que aportou a essa pesquisa. Assim como a orientadora da pesquisa a professora Mara Oliveira por ter acreditado nessa pesquisa. E por fim ao CNPq/UFF pelo aporte financeiro a essa pesquisa por meio da bolsa PIBIC.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Acompanhamento e Treinamento de Futuros Professores

Autores: Marcio Lopes Gevegy, Daniel Costa de Paiva

Departamento/Unidade/Laboratório:

Departamento de Ciências Exatas, Biológicas e da Terra, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (PEB - INFES - UFF)

TECGrupo.Com e Grupo de Educadores Google de Santo Antônio de Pádua (GEG-Pádua)

INTRODUÇÃO:

Muito se tem discutido sobre a inserção tecnológica a partir da necessidade da informatização na vida de indivíduos. O que se espera neste projeto é um processo de capacitação dos participantes proporcionando a convivência, o desenvolvimento de potencialidades e a profissionalização. Conhecer a realidade e o dia a dia de sala de aula, além da preparação de conteúdo, são fundamentais para a qualidade dos profissionais de educação.

Este projeto se justifica também pelo vínculo do proponente com as disciplinas de informática educativa do curso de computação e a tocante necessidade de treinamento prático para os docentes de todos os níveis de ensino.

A realidade nas escolas é de alta demanda de profissionais de educação e ausência de capacitação, o que acarreta a necessidade de aproveitamento de pessoal de outras áreas para atuação em funções para as quais não possuem formação.

É possível identificar dois aspectos mais relevantes da contribuição do projeto sob a visão acadêmica. O primeiro refere-se ao contato e a vivência com a realidade, proporcionando dessa forma um crescimento pessoal e social. Já o segundo aspecto diz respeito ao desenvolvimento das habilidades de comunicação e expressão em função da preparação e aplicação do treinamento. A aquisição do conhecimento na utilização de computadores, através das aulas práticas nos laboratórios da universidade (de informática e de recursos audiovisuais) com equipamentos

que permitem a prática de todo o conteúdo do treinamento é um facilitador e contribui para que futuros professores atuem de forma menos traumática perante os avanços tecnológicos.

O objetivo geral aqui foi colocar o futuro professor em contato com conteúdos de Informática Educativa abordados no INFES-UFF. Já os objetivos específicos englobaram: a preparação do bolsista para pesquisa de técnicas de aprendizagem contextualizada, propiciar que ele experienciasse aulas ministradas por diferentes professores buscando relacionar os conteúdos, também ministrando aulas usando como referência o material elaborado nas observações.

METODOLOGIA E RESULTADOS PARCIAIS

Para a realização deste projeto o bolsista acompanhou atividades de ensino em cinco disciplinas na graduação elaborando relatos e observando a atuação de docentes e participação dos discentes. Informática Educativa 1 e 3, Informática e Sociedade, todas do curso de Licenciatura em Computação, além de Instrumentação 3 do curso de Ciências Naturais e Pesquisa na Educação do curso de Pedagogia. Nos acompanhamentos foram realizadas notas de aula, também foram realizadas pesquisas bibliográficas, busca e seleção de vídeos úteis aos conteúdos com alto índice de reprovação. Estes vídeos foram interessantes para analisar postura, linguajar e facilitar a preparação dos treinamentos.

Após o material obtido e a relevante contribuição, o bolsista gerou um banco de

conteúdos de Informática na Educação no âmbito do INFES-UFF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo apresenta sucintamente informações da bolsa PIBIC referente ao projeto Acompanhamento e Treinamento de Futuros Professores. O projeto teve desempenho acima do esperado na obtenção de materiais e integrou o grupo de pesquisa Tecnologia, Educação e Cognição (TECGrupo.Com), o grupo de Educadores Google de Santo Antônio de Pádua (GEG-Pádua).

Diante dos feitos, fica como trabalho futuro a elaboração de um documento que englobe todas as notas de aula e inclua maior quantidade de referencial teórico complementar, a apresentação a maior quantidade de licenciandos e profissionais da educação atuantes.

Agradecimentos:

Agradecimento especial à Pro-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPLI) da Universidade Federal Fluminense pelo fomento através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Também ao TECGrupo.Com e ao Grupo de Educadores Google de Santo Antônio de Pádua (GEG-Pádua) por todo o apoio e por tornarem possível a realização deste projeto.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

GARCIA, Célio; SANTOS, Wagner. Fatores no cérebro que contribuem na aprendizagem. A formação dos professores, a licenciatura em foco. IX EnFEFE. Niterói, 2005.

ICLOC. Práticas na Sala de Aula. 616 projetos para contribuir com seu trabalho. São Paulo: Moderna, 2015.

MEDNICK, S.A. Aprendizagem, Curso de Psicologia Moderna Quarta Edição, Zahar Editores 1973.

MERCADO, L. P. L. Formação Docente e Novas Tecnologias. Novas Tecnologias na educação: reflexões sobre a prática. EDUFAL, Maceió, 2002.

NOVA ESCOLA. O dia a dia do professor. Como se preparar para os desafios da sala de aula. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

PAIVA, D. C. de, PAIVA, V. M. N. de. E se eu "vendessem" conteúdo? Proposta de Uso de

Técnicas de Comunicação Social para Melhorar o Engajamento Estudantil. In. II Encontro Internacional Tecnologia, Comunicação e Ciência Cognitiva. São Bernardo do Campo. 2015.

PLÁCIDO, M. E. S. Formação continuada de professores para a utilização das novas tecnologias. Anais do II seminário educação, comunicação, inclusão e interculturalidade, 2009.

ZABALA, Antoni. A prática Educativa - Como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.



SOCIOLOGIA

GRANDES EMPREENDIMENTOS E A PRODUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS: MEIO RURAL E AS QUESTÕES AMBIENTAIS EM ITABORAÍ-RJ

Luana Resende Vieira

Depto de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais

INTRODUÇÃO:

Os estudos e pesquisas sobre a relação rural-urbano é central na sociologia rural e tem avançado enormemente nos últimos anos. Um dos seus focos recentes refere-se ao processo de construção do plano diretor de cada município e às políticas públicas que emergem de tal plano e que afetam a relação rural-urbano. Nesse sentido, as atividades que foram desenvolvidas a partir da bolsa de Iniciação Científica buscou analisar a revisão “participativa” do Plano Diretor conduzida pelo poder público junto a população local de Itaboraí. Com o foco centrado nas audiências de discussão da proposta de revisão, observa-se que: “a reunião” organiza o encontro entre processos que se desenvolvem em escalas muito distintas : por um lado, o mundo local das relações interpessoais, por outro, o universo burocrático - jurídico do poder tutelar.” (L’ESTOILE, 2015, p. 259). Isso é resultado tanto de mudanças práticas no que diz respeito ao desenvolvimento urbano quanto de renovados interesses dos mediadores sociais presentes nos espaços em que discute-se os temas de desenvolvimento integrado da revisão do plano diretor de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram realizadas atividades de campo que envolveram entrevistas semi-abertas , transcrição dos áudios das audiências públicas e participação em atividades que ocorreram em diversos distritos : Itambi, Manilha, Porto das caixas, Cabuçu, Visconde de Itaboraí, Pachecos,

Área central de Itaboraí na prefeitura para fase final Para evidenciar o resultado da dinâmica que se estabeleceu entre os moradores e o poder público as alterações propostas foram foi cotejadas com o ITADADOS, um documento que reúne dados sobre Itaboraí e o conteúdo vigente do Plano Diretor elaborado em 2006. A apesar de boa parte da população dos oito distritos não ter comparecido nas audiências públicas, naquele evento ficou evidente a postura do poder público de que o documento viesse a registrar novas mudanças na cidade, foi utilizado slides em cada distrito apresentando qual a vocação de cada um, e a fase do planejamento que se deu na primeira, segunda, terceira e quarta etapa. A etapa 3 foi encarada pelos organizadores como uma leitura comunitária, afirmando que nessa fase o intuito era recuperar também a macrozona rural, o resumo da contribuição para a secretaria é a ausência de espaços públicos, sinalização, ciclofaixas, falta de iluminação e revitalização de campos de futebol por exemplo , são apresentados também as fotografias de patrimônios históricos. Apontou-se para a necessidade de construir uma nova Itaboraí. Deve ser mencionado que todo este processo de elaboração “participativa” da revisão do Plano Diretor depende ainda da aprovação ou não pela câmara dos vereadores. Isso deixa a população em dependência direta do poder público evidenciando, dessa forma, uma concentração de poder em certos agentes políticos. Nesse sentido, tanto a política partidária quanto a política de representação aparecem de forma intimidatória nesses espaços e apesar de não ser o foco da pesquisa,

o descrédito da população em relação ao poder público se apresentou como fator importante durante entrevistas e audiências públicas.

CONCLUSÕES:

A participação nas audiências públicas como direito garantido na constituição ainda não se efetiva em resultados concretos. É comum que os programas que trazem fortes apelos participativos, como foi o plano diretor propondo a população uma construção integrada mas que têm, na verdade, um pequeno conteúdo real de intervenção da comunidade. A ideia das políticas públicas como desenvolvimento local e transformação da realidade ainda é de veras controversa para alguns moradores que se posicionaram nas audiências, o medo do poder público foi um dos elementos identificados nas falas dos moradores, ao passo de não se comprometerem nem mesmo com suas assinaturas em atas. Dessa forma, estabelecer contato e confiança recíproca é uma dificuldade enfrentada durante a pesquisa, como conflito e resultado da pesquisa a indagação que fica é o porque é tão difícil o planejamento de uma cidade de forma participativa e para além disso o plano diretor pode ser visto sob uma ótica de necessidade ou ilusão? As entrevistas realizadas permitem vislumbrar, no entanto, importantes elementos para entender o universo participativo no campo das políticas públicas e as relações de poder subjacentes. Primeiro, aquilo que de suma importância, o tipo de população que o plano diretor quer atender, e a homogeneidade ou não das classes existentes e suas respectivas demandas, e mais ainda o poder dominante que está elaborando de forma direta nesse projeto político e econômico organizacional das cidades com mais de 20.000 habitantes. Sendo um projeto desafiador corre-se o risco de cair em desuso quando sua aprovação não for objeto de um amplo debate com todas as camadas da sociedade. Analisando os atores presentes, os setores econômicos tanto os empregados como empregadores tiveram pouca participação efetiva nos debates,

apesar da proposta inclusiva do plano diretor abordar a população de forma homogênea e igual, existe tal impossibilidade pelas classes sociais terem poderes políticos e econômicos diferentes como também diferentes métodos de atuação.

BIBLIOGRAFIA

L'ESTOILE, B. A reunião: ferramenta e ritual de governo. Relações pessoais e mundo do Estado num assentamento na Zona da Mata de Pernambuco. *Antropolítica*, n.39, Niterói, 2º semestre, 2015, pp.248-282.

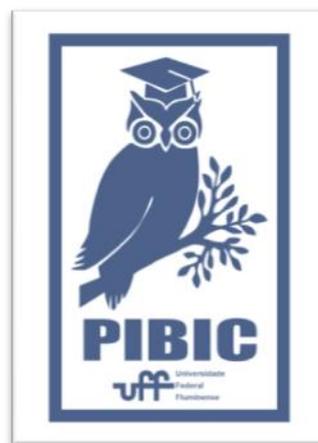


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas/História/História Antiga e Medieval

As artes da cura: a doença e os agentes da cura na Gália Merovíngia

Edmar Checon (orientador); Marcos Chacon (bolsista)

Instituto de História / Departamento de História/ Scriptorium -
Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos

INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem como proposta compreender a ação e a interação de indivíduos e grupos reconhecidos como agentes da cura no Ocidente da Alta Idade Média, mais especificadamente na Gália Merovíngia durante os séculos VI e VII. Nestes grupos de agentes estão presentes especialistas como médicos e curandeiros populares, assim como agentes legitimados pelas autoridades religiosas, caso dos santos e suas relíquias. Tendo como foco a análise do último caso, este estudo buscou elucidar e tratar as relações entre as principais enfermidades que acometiam a população, os métodos de cura empregados, tais como tratamentos medicinais e milagres taumatúrgicos, assim como o perfil e *status* social dos enfermos, através das obras hagiográficas de Gregório de Tours, Venâncio Fortunato e Baudonívia, por meio das quais, foi possível a análise dos mencionados elementos nas vidas, feitos e milagres de São Hilário de Poitiers, São Juliano de Brioude, São Martinho de Tours e Santa Radegunda, dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Através da leitura e análise das fontes *Virtutibus Sancti Martini Episcopi*, *Gloria Martyrum*, *Gloria Confessorium*, *Vitae Patrum* de autoria de Gregório de Tours, assim como ambas as *Vitae Radegundis*, escritas por Venâncio Fortunato e Baudonívia nos séculos VI e VII, respectivamente, procedeu-se à realização de um banco de dados sob a forma de tabelas, por meio das quais seria possível organizar de forma pragmática a relação entre as doenças que afligiam o homem medieval, a qualificação destes enfermos (por idade, sexo e *status* social) e o procedimento médico ou método de cura empregado pelo santo, assim como outros dados, tais como o local em que se procedeu a cura e demais comentários e observações

julgados pertinentes. Tendo como base o banco de dados coletados, pode-se, com maior facilidade, analisar diversos panoramas, tais como: (i) examinar a preponderância de determinadas doenças no período estudado; (ii) verificar a possibilidade de um predomínio dos milagres taumatúrgicos sobre os demais empreendidos pelos santos; (iii) apurar em que medida os milagres foram realizados mediante o contato direto com o santo, se tal contato envolveu alguma espécie de tratamento médico, ou se, *a contrario sensu*, foram efetivados mediante pura intervenção espiritual do santo; (iv) averiguar em que razão os milagres foram executados durante a vida ou após a morte dos santos; (v) aferir o perfil social dos enfermos tratados pelos religiosos, no que tange ao sexo, idade e estatuto social. Tendo em mente tais exames, foi possível a construção de gráficos explicativos, permitindo uma melhor visualização dos mesmos.

CONCLUSÕES:

Diante do banco de dados elaborado, conclui-se que na obra “Os milagres do bispo São Martinho”, os livros mostram maiores detalhes tanto do procedimento de cura quanto em relação à descrição dos curados (nome, idade, grupo social e cidade de origem) e às datas dos milagres. Sendo assim, o maior número de detalhes nesta obra se dá possivelmente pelo fato de Gregório ter se tornado bispo de Tours em 573 e poder vivenciar muitos dos milagres descritos por ele, principalmente nos dois últimos volumes da obra. O maior detalhamento dos acontecimentos também pode ser percebido em “*Liber Vitae Patrum*”, obra que reúne 20 personalidades religiosas da Gália do século VI, pois seu texto é composto por uma breve descrição da vida dos santos que em sua maioria eram conhecidos por Gregório de Tours ainda em vida e os milagres atribuídos a eles em vida e aos seus respectivos cultos.

Panorama diferente é encontrado nas obras “A glória dos mártires” e “A glória dos confessores”, em que em grande parte dos relatos de curso não é possível identificar o local e o procedimento preciso cura, nem condições mais específicas dos curados. No caso de Santa Radegunda, encontram-se difusos nos 39 capítulos da *Vita* escrita por Venâncio Fortunato e nos 28 capítulos da *Vita* escrita por Baudonívia, os relatos de milagres e práticas médicas e curativas, que podem ser classificados em: relatos vagos, que, ou não precisam o número de enfermos tratados, ou não os qualificam quanto a sexo, posição social ou idade; e em relatos precisos que, em sentido diametralmente oposto, trazem tal classificação. Além desta classificação, as descrições foram organizadas em: relatos de práticas essencialmente médicas ou curativas, sem invocação do sagrado ou sobrenatural, relatos de milagres com indícios de práticas medicinais, e relatos de milagres taumatúrgicos realizados plenamente pela intervenção divina. Partindo de tal análise, foi possível: (i) verificar a preponderância da cura de cegueiras e oftalmias dentre as demais doenças; (ii) examinar que os milagres curativos empreendidos pela santa compõem a maioria dos seus milagres; (iii) inferir que a maioria dos milagres foram realizados mediante o contato físico direto com a santa; (iv) sendo realizados, portanto, durante a vida da mesma; (v) também foi possível observar, dentro dos casos menos vagos, que a maior parte dos enfermos tratados pela santa eram mulheres; (vi) que pertenciam ao clero e; (vii) adultos, apesar de que devemos tratar tais estimativas com cautela, visto a considerável quantidade de relatos vagos e imprecisos presentes nas obras hagiográficas.

Agradecimentos:

Ao CNPq e à PROPPI/UFF.

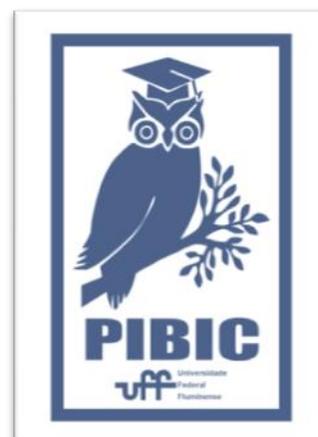


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Trabalhadores e leis municipais no Rio de Janeiro (1889-1906)

TERRA, Paulo Cruz; REZENDE, M. K. C.

GHT- Departamento de História / UFF - Niterói

INTRODUÇÃO:

O início do governo republicano na cidade do Rio de Janeiro foi de intensas modificações na organização do cenário urbano, principalmente durante o mandato de Pereira Passos (1902-1906). Dessa forma, intenso também era o movimento popular durante o período, fruto do conflito de interesses de classe. A classe trabalhadora, por exemplo, por meio de greves e manifestações, lutava. Entretanto, essas não eram suas únicas formas de reivindicação. É possível observar durante esse íterim a apropriação do legislativo pela classe trabalhadora, sendo também um espaço de disputa para os mesmos na proposição das leis, principalmente no âmbito municipal. Esse projeto, portanto, pretende analisar a legislação municipal da cidade do Rio de Janeiro, de modo a observar a regulamentação do trabalho e a participação popular na constituição dessas leis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa baseou-se, para além da leitura da bibliografia, na análise dos Boletins da Intendência Municipal do Distrito Federal, entre os anos de 1891 e 1900, presentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Em tal fonte, em especial a partir de 1893, podemos observar as leis promulgadas, relatórios do prefeito e seus vetos, mensagens e circulares, além de alguns dos requerimentos feitos à Câmara Municipal pela população. Dos 789 decretos emitidos pelo Legislativo, 266 referenciam-se ao trabalhador e exercício de sua profissão; já dos 214 decretos do Executivo municipal, 83 são sobre trabalho.

Essa subdivisão se dá em 1893, pois, em 1892, há a criação do poder executivo pela Lei Orgânica do Distrito Federal (lei n.85 – de 20 de setembro de 1892), instituindo o cargo de prefeito. Tal fato altera a dinâmica da Câmara na medida em que enquanto os intendentes eram eleitos, o prefeito do Distrito Federal era

escolhido pelo presidente da República, com a função de administrar a capital brasileira. Em diversos momentos podemos notar as tensões entre intendentes e prefeitos, principalmente em questões sobre o funcionalismo público.

O funcionalismo público, em especial, na visão dos prefeitos José Cesário de Faria Alvim (1899) e Antônio Coelho Rodrigues (1900) era o principal fator para a crise econômica vivenciada pelo Rio de Janeiro, por suas demasiadas “regalias”. Dessa forma, culpabilizavam diretamente os funcionários, chegando-se à tentativa de redução do salário de todo corpo de funcionários em 10%, em janeiro de 1899, que não foi bem aceita pela população e acabou sendo revogada.

Esses direitos do funcionalismo público acima mencionados foram conquistados ao longo dos anos anteriores, pela influência dos próprios trabalhadores e suas demandas feitas à Câmara. Por exemplo, em julho de 1891, estipulou-se o regulamento do montepio dos empregados municipais, ou seja, um fundo financeiro aos quais os trabalhadores depositavam parte de seus vencimentos de modo a poder retirá-los em caso de invalidez ou em forma de pensão à sua família após sua morte. Já a partir do decreto n. 66, de 16 de janeiro de 1894, a licença tornou-se um direito a todos os funcionários municipais, garantindo que pudessem se afastar do serviço por motivos de moléstia. Por sua vez, a aposentadoria após, no mínimo, 15 anos de serviço em caso de invalidez é regulamentada em novembro de 1898, pelo decreto nº 616; porém, por já estar nesse momento de ataque ao funcionalismo é vetada pelo prefeito em seguida e reformulada em abril de 1899.

Os funcionários tinham de fato uma participação intensa na Câmara Municipal. Entre os anos de 1894 e 1900, foram 1821 nomeações e 653 exonerações além de 1290 requerimentos aprovados requisitando licenças médicas, 45 por aposentadoria e 44 por gratificações, num

universo com cerca de 1800 funcionários. Como coloca Marcelo Magalhães, mesmo que em outros casos fosse negado, o ato de requerer em si já demonstra uma legalidade daquele espaço, tal como o esforço da resposta dos intendentes e do prefeito mostra a preocupação em estabelecer vínculos de representação. (2004, p.157)

Essa abordagem diverge da corrente historiográfica seguida por José Murilo de Carvalho (1897), que observa na sociedade brasileira uma negação das instituições republicanas como um todo, tendo a população só reagido àquelas medidas que lhes eram indesejáveis ou buscando vantagem por meio do Estado. Para outros historiadores como Marcelo Magalhães e Gladys Sabina Ribeiro, a ação da sociedade não era apenas reativa, mas também propositiva.

Mas não só no funcionalismo público observamos a regulamentação. Outro campo que merece destaque é o comércio e prestação de serviços. Por exemplo, em junho de 1896 é criada a matrícula geral do serviço doméstico, uma carteira que conteria os dados pessoais desses servidores junto de seu histórico profissional devidamente assinado pelo patrão. No transporte temos, como exemplo em outubro de 1897, a proibição de carros com molas nos eixos. Já comércio, o decreto nº 676, em maio de 1899, regulando a venda em padarias e confeitarias, permitindo apenas que os alimentos fossem expostos em caixas de vidro que somente deveriam ser abertas na hora da venda. Enfim, dos 266 decretos relacionados ao trabalho entre 1893 e 1900, 10 referem-se ao setor de transporte, 22 ao comércio e 13 a outras atividades.

CONCLUSÕES:

Assim, demonstra-se como essa participação se dava na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, observando a relação dos trabalhadores da cidade com a mesma. Dessa forma, podemos ver nos resultados que a população recorria à Câmara por meio de abaixo assinados e requerimentos individuais em busca de regulamentar questões do seu dia a dia, contestando leis já vigentes ou propondo novas alternativas. Logo, não só reagiam, mas sim agiam, para além das ruas, por meio da burocracia e assim o faziam em prol de interesses coletivos e de classe.

Para além do funcionalismo público, que vivia ainda mais intensamente a Câmara Municipal,

requerendo direitos trabalhistas tais como aposentadoria e licença médica, podemos notar pelo trabalho outros movimentos de propor e solicitar regulamentação de medidas. Esse é, por exemplo, o caso dos trabalhadores do comércio com suas demandas de funcionamento ou fechamento de seus estabelecimentos dependendo da hora ou local. Com isso, podemos concluir que a intensidade vivida na cidade contemplava também a política cotidiana na municipalidade. Dentre os dez anos que foram possíveis de ser abarcado nessa pesquisa (1891-1900), é possível notar, em todos, a presença desses trabalhadores refletida nos decretos, fazendo com que 35% dos mesmos sejam relacionados a eles – em meio a outros sobre obras, orçamento e concessões feitas a empresas. Além dos decretos, podemos observar pelas fontes os múltiplos requerimentos que eram feitos à instituição, mostrando essa participação popular, e também breves relatos pelos prefeitos sobre greves e movimentos desses trabalhadores, reivindicando aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

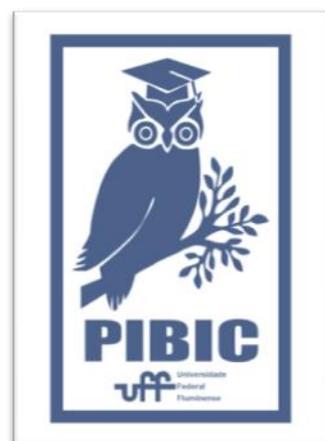
Agradecimentos:

Primeiramente, um agradecimento à CNPQ e a UFF, pelo investimento ao projeto com a bolsa de iniciação científica, de extrema importância para a viabilização da pesquisa.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sempre muito solícitos, tornando o ambiente ainda mais agradável.

Agradeço também a todos meus amigos, pelo constante apoio e pelas discussões sobre o tema, enriquecendo a pesquisa.

Enfim, um agradecimento especial ao meu orientador, Paulo Terra, pela paciência, disponibilidade e apoio em todos os momentos dessa pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Acesso e permanência na UFF: estudantes, cursos e instituição em contexto de novas políticas para o ensino superior

Autores: Hustana Maria Vargas (orientadora) e Maria Izabel Santos Curado (bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: SFP - Faculdade de Educação – Laboratório sobre Acesso e Permanência na Universidade (LAP/UFF)

INTRODUÇÃO:

No contexto das recentes políticas de expansão e democratização do ensino superior, essa pesquisa busca acompanhar a evolução do perfil de ingressantes que acedem à UFF em diferentes cursos de graduação, compreender os condicionantes de sua permanência e seu encaminhamento para o mundo do trabalho, buscando subsidiar políticas públicas e práticas institucionais através da investigação, sistematização e divulgação de resultados da pesquisa. A análise selecionou para estudo dois cursos, distintos segundo seu prestígio social, segundo vários critérios de hierarquização: Engenharia de Produção (considerada de maior prestígio social), e Pedagogia (considerada de menor prestígio social). Nossos questionamentos são: 1) como se caracteriza o perfil socioeconômico de calouros de Pedagogia na UFF, principalmente considerando-se o pós-REUNI? Em série histórica, esse perfil tem se democratizado? 2) E quanto a estudantes de camadas populares em Engenharia de Produção? Quais têm sido as condições de permanência e suas perspectivas de encaminhamento profissional? Os dados foram levantados junto a calouros de Pedagogia dos dois turnos por meio de questionários socioeconômicos aplicados pelas pesquisadoras por três semestres (2017.1, 2017.2 e 2018.1) na ocasião do “Acolhimento Estudantil”, o que garantiu quase 100% de respostas, e junto a bolsistas veteranos de Engenharia de Produção na forma de entrevistas semiestruturadas. Como suporte teórico central, adotamos os conceitos de capital cultural e social em Bourdieu (2002), afiliação estudantil em Coulon (2009) e Dubet

(2012) e democratização do ensino em Vale e Silva (2003).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Um primeiro achado diz respeito à similaridade de perfis socioeconômicos entre os calouros que ingressam no primeiro semestre do ano, ao contrário dos que ingressam no segundo semestre. Aqueles tendem a configurar um perfil socioeconômico e cultural mais alto, são mais jovens e menos engajados no mercado de trabalho. Além disso, observamos entre os calouros de 2018.1 um importante indicador de diminuição da média de idade, tomando como *proxy* o recente ano de conclusão do ensino médio, o que revela trajetórias escolares não acidentadas, e a situação de dependência econômica da família. Em pesquisas anteriores (SANTOS e VARGAS, 2015), que abarcavam um momento pré-SISU, esse perfil apresentava calouros mais velhos e mais autônomos financeiramente. Essa nova configuração, em se confirmando, pode impor à Faculdade, senão à universidade, ajustes didático-pedagógicos, considerando-se ainda o vasto uso da *internet* pelos estudantes e as declarações de intenção de mudança de curso, na casa dos 30%. Entendemos que esse perfil está mais associado às possibilidades abertas pelo SISU que pela aplicação de ações afirmativas. Chama a atenção, também, o fato da maioria dos calouros de Pedagogia ingressar no curso por meio da ampla concorrência, o que também fala a favor de uma elevação do perfil socioeconômico do curso. Comparando com dados de 2012 (SANTOS e VARGAS, 2014), em que 71,9% dos alunos eram oriundos da escola pública, nos semestres analisados, esse

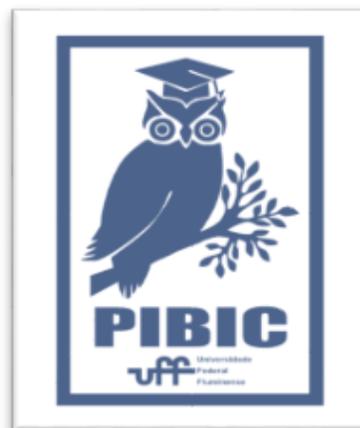
percentual não chega a 50%. O nível de escolaridade dos pais também aponta um perfil mais elitizado de alunos, considerando-se que em torno de 70% possui ensino médio, superior e pós-graduação, bem acima da média de escolaridade dos brasileiros. Nesse sentido, o que os dados apontam, é que a inclusão de alunos pertencentes a grupos sub-representados no ensino superior brasileiro, basicamente aqueles oriundos de escolas públicas, com pais pouco escolarizados, (NOGUEIRA *et alii*, 2017), não estaria sendo efetivamente representada na nova dinâmica de acesso instaurada pelo SISU. Com relação aos veteranos oriundos de camadas populares da Engenharia de Produção, o que teriam a nos relatar em termos de suas experiências universitárias e suas perspectivas profissionais? Identificamos uma série de problemas enfrentados pelos respondentes, muitos deles de ordem material, mas também dificuldades quanto à ambientação na vida universitária, oriundos de déficits no capital cultural requerido pela universidade (COULON, 1997; PORTES e SOUZA, 2012). Muitas vezes, o que se percebe é um abismo entre as condições de estudo e permanência do perfil tradicional de estudantes de universidades federais e o novo perfil de ingressantes, como bem expressa a fala de D. A.: “(...) o que considero que deveria mudar é em relação à grade horária, pois pelo fato de ser integral acaba impossibilitando o estudante a trabalhar, o que sobrecarrega ainda mais a vida financeira da minha família, pois os materiais necessários para as aulas são caros e a passagem também é, entre outros fatores que poderiam ser amenizados se eu pudesse trabalhar, estes horários oferecidos dão a entender que só quem pode completar a faculdade é quem tem uma família com uma condição financeira boa”. Com relação à preparação e aproximação com o mundo do trabalho, encontramos, uma vez mais, uma série de graves dificuldades, de natureza institucional e social. Agora, a ausência de uma rede de contatos/capital social que os favoreça (BOURDIEU, 2012) aparece como um elemento determinante, considerada a estrutura de empregos brasileira. Os currículos e temporalidades dos cursos também apresentam obstáculos a uma aproximação mais precoce e amigável com o mundo do trabalho. Ressaltamos, também, a disparidade de acesso a qualificações extras exigidas pelo mercado de trabalho entre os bolsistas e não bolsistas. Ademais, destacamos uma assimetria de

informações (PITOLI, 2004) e de tempo disponível entre os dois grupos, dificultando aos bolsistas o conhecimento de oportunidades oferecidas dentro e fora da universidade, bem como de tempo e possibilidade de se apropriar das mesmas, em função de fatores como local de moradia e carência financeira para deslocamentos, o que acarreta a necessidade de concentrar o tempo de permanência na universidade no mínimo de dias possível. Como nos relata D.: “*Sim. São poucas vagas e as vagas que tem, tem muito requisito que eu não tenho. Ah, geralmente são inglês fluente que eu não tenho, comecei o curso de inglês junto com a faculdade, ainda tô no nível intermediário, então geralmente eu não consigo e Excel, VBA... que eu também não tenho. Eu me sinto preparado já pro mercado de trabalho. Tenho conhecimento em algumas coisas já pra atuação, faço alguma coisa... mas, é difícil a oportunidade mesmo, não tem nada, aquele primeiro estágio, eu nunca consegui, pra ter a oportunidade de vir outros... nunca consegui. Geralmente o pessoal que consegue estágio é muito indicação. A maioria dos que conseguem, né. A maioria é parente, conhecidos que já trabalham na empresa e vão e puxam eles*”.

CONCLUSÃO:

Com respeito ao curso de Pedagogia, a situação dos calouros pós-SISU aponta desafios adicionais. Pode-se antever que expressivo percentual de ingressantes de Pedagogia escolheu o curso motivado sobretudo pela possibilidade de ingressar em curso de uma Universidade Pública. Esse novo enseja a suspeita se permanecerão na Universidade ou pelo menos, no curso. Já a realidade relatada pelos veteranos bolsistas evidencia que, além de terem que superar dificuldades econômicas, enfrentam outros desafios, como a adaptação ao meio acadêmico, o preenchimento das lacunas do Ensino Fundamental e Médio, e os impasses da convivência com colegas de origem socioeconômica e cultural mais elevada. Do meio para o fim do curso, o novo e grande desafio que se coloca é o do enfrentamento da vida profissional, com as enormes dificuldades para estagiar ou conseguir o primeiro trabalho, o que precisa ser encarado pela universidade como um desafio a mais em sua missão democratizadora. Sabemos, enfim, que essa missão depende de esforços conjuntos, de políticas públicas efetivas, e do

acompanhamento crítico da pesquisa educacional. Nessa época obscura e incerta para os investimentos sociais, resta-nos redobrar esse acompanhamento e vigilância.





Ciências Humanas

Uma análise sobre a construção e classificação do papel da “vítima” atendida no Centro Especializado de Atendimento à Mulher da cidade de Volta Redonda/RJ

Autores: Letícia Esposte Itaborahy (bolsista)

Lúcia Eilbaum (orientadora)

Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/InEAC)

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa se propôs a identificar como e quais as formas de se construir o papel de “vítima” no Centro Especializado no Atendimento à Mulher em situação de violência (CEAM) de Volta Redonda/RJ. Teve como objetivo compreender a construção da “vítima” através das relações entre as mulheres “agredidas” e os funcionários do CEAM levando em conta as narrativas, as experiências profissionais e os valores morais envolvidos e construídos nessas interações. Além disso, analisou como o papel da “vítima” também influencia na dinâmica judicial que envolve revogação de “medida protetiva”. Para tanto, contemplou uma variedade de métodos e técnicas de pesquisa qualitativa, priorizando, contudo, a etnografia, abrangendo a realização de trabalho de campo a partir da observação e interlocução direta com os atores envolvidos.

Sendo localizado no segundo andar da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Idosos e Direitos Humanos, o Centro Especializado ao Atendimento à Mulher é composto por psicólogas, assistentes sociais, advogada e coordenador. Tem como dever prevenir futuros atos de agressão e de promover a interrupção do ciclo de violência efetuando o atendimento em quatro fases: acolhimento, orientação, diagnóstico aprofundado e

atendimento, monitoramento do atendimento e encerramento do atendimento (Norma Técnica de Padronização, 2006)¹.

Aparentemente, a relação de confiança que construí com os interlocutores me possibilitou assistir somente os atendimentos das assistentes sociais, pois argumentaram que os atendimentos psicológicos, que ocorrem sempre após os atendimentos com as assistentes sociais, eram muito íntimos e eu poderia constranger as mulheres ali assistidas.

As assistentes sociais são responsáveis pelos acolhimentos, que seria o primeiro atendimento, atendendo consultas marcadas através da Patrulha Maria da Penha² e também atendendo

¹ Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, Presidência da República. Norma Técnica de Padronização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília. 2006.

² O programa funciona por meio de uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Idosos e Direitos Humanos (SMIDH) e a Guarda Municipal de Volta Redonda. Tem como objetivo garantir a integridade física e proteger a mulher que está sob medida protetiva. É composta por dois guardas municipais, um homem e uma mulher, que mantem contato direto com as vítimas durante todo o período da medida protetiva e as encaminham para o CEAM para atendimento com as assistentes sociais e se caso necessitem, com as psicólogas.

as mulheres que chegam sem nenhuma marcação, o que elas chamam de “fazer plantão”, com o objetivo de fazer encaminhamentos, esclarecer dúvidas e passar informações necessárias de acordo com cada caso.

Com o objetivo de analisar a construção das “vítimas”, assisti alguns atendimentos, onde me fora pedido e acatado que não levasse comigo em nenhum tipo de atendimento algo que eu pudesse anotar ou gravar o que estava sendo falado. Fazia então minhas observações e logo após, na sala da coordenação, fazia minhas anotações.

Os resultados aqui apresentados foram divididos de forma a colocar os casos como elementos centrais. Partindo da ideia de que cada caso é um caso³ e entendendo as particularidades de cada um, os separei em dois grupos - casos “espontâneos” e casos da “medida protetiva” - por serem essas duas categorias, que diferenciavam as “vítimas” e também os atendimentos, de acordo com minhas observações de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Pude identificar em todos os atendimentos que assisti a presença de um procedimento padrão de aconselhamento e encaminhamento e, em meio a estes, certa especificidade de orientação criada a partir das relações construídas em cada acolhimento. O padrão seria o aconselhamento e encaminhamento jurídico. Porém, cabe ressaltar que o desenvolver do atendimento cria aconselhamentos fora do padrão, que transparecem os valores e pensamentos das funcionárias e que vão além dos simples encaminhamentos e

aconselhamentos à DEAM, Defensoria Pública e Núcleos de Prática Jurídica.

Os casos “espontâneos” tem a especificidade de serem sobre situações que estão acontecendo no momento. O atendimento sempre é iniciado com a pergunta: o que está acontecendo? Seguida de frases como “eu não aguento mais” e “eu não sei o que fazer”, percebe-se a ida ao Centro de Atendimento pela procura de um imediatismo na resolução do problema por parte da mulher atendida.

O atendimento de caso “de medida protetiva” é voltado para o que aconteceu, algo que provisoriamente foi resolvido, diferente dos atendimentos considerados “espontâneos”. Voltado para o que aconteceu, o padrão do atendimento é construído em torno da relação vivida antes do ápice que fez com que uma atitude fosse tomada por parte da mulher agredida, seja conseguindo a expedição da medida protetiva ou não. O ápice não é um fator preponderante na análise da assistente social e isso é demonstrado na busca da certeza de que a mulher não voltaria atrás nas suas escolhas apresentadas.

Enfatizo fundamentalmente como percepções sobre o vestuário, sexo, idade, características raciais e aparência – que são relativamente fixos dentro de um espaço de tempo (GOFFMAN, 1995)⁴ configuram e constroem o perfil das mulheres atendidas e, em especial, seu perfil como vítimas. Percebi também outro elemento que compõe a construção da vítima nas interações entre as funcionárias e as mulheres: a narrativa. O que a mulher atendida diz e como diz influenciam drasticamente no papel que será construído. Não se pode supor que o que é dito por ela é somente factual e sem importância de ser também analisado, uma vez que considero

³ Expressão usada por Cláudia Fonseca no artigo “Quando cada caso não é um caso” (Fonseca, 1999).

⁴ GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: vozes, v. 17, 1995.

que a mulher contribui para a construção do seu próprio papel.

CONCLUSÕES:

A partir dos atendimentos, percebi que por mais que haja um padrão de atendimento a ser seguido, cada caso é um caso (FONSECA, 1999)⁵, e estes por sua vez são construídos na sala de atendimento. As diversas classificações eram criadas pelos funcionários com base na idade, comportamentos, expressões, atitudes, além das informações sobre renda e sobre a relação conjugal com o agressor, para criar e categorizar determinadas “vítimas”. As técnicas e estratégias que os profissionais utilizavam e as decisões que tomavam iam se modificando em função das interações e, fundamentalmente, das percepções que constroem sobre a gestualidade e a corporeidade das mulheres assistidas (EILBAUM, 2012; GRAZIANO, 2017)⁶. Através dessas classificações eram dadas orientações, aconselhamentos e encaminhamentos. É interessante perceber que as orientações e aconselhamentos eram feitos a partir do que o profissional considerava correto e melhor de acordo com sua vivência profissional e valores morais. Não estava em jogo quem “eram” essas mulheres, mas quem “deveriam ser” (GRAZIANO, 2017) daquele atendimento a diante.

Além da visão por parte dos profissionais tentei também apontar para a forma como a mulher atendida também se constrói enquanto vítima,

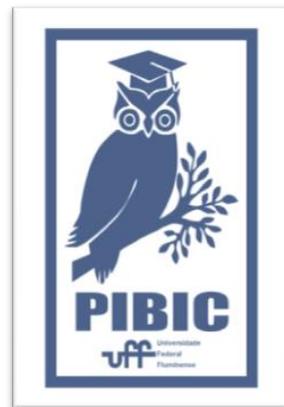
⁵ FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso. Revista Brasileira de educação, v. 10, p. 58-78, 1999.

⁶ EILBAUM, Lucia. "O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.; GRAZIANO, Florencia. Pequeños juicios: Moralidades y derechos en la administración judicial para "menores" en la ciudad de Buenos Aires. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Antropofagia, 2017.

nas diversas formas de narrar a queixa, influenciando assim no papel que ali será construído. A proposta da pesquisa foi evidenciar a importância da relação criada entre a profissional e a mulher atendida. O papel da “vítima” é construído de forma relacional, coletiva, aonde os diversos profissionais vão criar diversas interpretações de uma só mulher graças também a forma como ela se mostra para esses profissionais. Desse modo, a partir de uma análise das dimensões relacional e contextual dos atendimentos, que lhes conferem uma dinâmica própria (SARTI, 2009)⁷, essa pesquisa, através do enfoque etnográfico, buscou identificar como e quais as formas de se construir o papel de “vítima”.

Agradecimentos:

À Universidade Federal Fluminense e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela bolsa concedida. À orientadora Lúcia Eilbaum pelo incentivo e pela confiança depositada ao longo da pesquisa.



⁷ SARTI, Cynthia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana, n. 1, p. 89-103, 2009.



Filosofia

Nietzsche e as teorias contemporâneas da metáfora

Autor: Heyson Figueiredo Mello

ICHF/ UFF- Gragoatá

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa teve por objetivo abordar em aspectos gerais a concepção de linguagem exposta por Nietzsche, sobretudo, em seus textos de juventude. Dentre eles, seu *Nascimento da Tragédia no Espírito da Música*, seu *Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral* e seu *Rhetorik*. Nesse trato com a linguagem procurei traçar as relações fundamentais, do ponto de vista da dinâmica de seus textos, entre a mesma e as noções de metáfora, de retórica, de “figura”, bem como atravessamentos com a música e poesia. Em meio a essa pesquisa, procurei dialogar com interlocutores bem conhecidos de Nietzsche como Heidegger e Deleuze. Desenvolvi também seções dedicadas à abordagem de dois intérpretes relevantes do mesmo, Sarah Kofman e Clive Cazeaux.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As discussões envolvidas nessa pesquisa giram em torno de uma concepção de linguagem enquanto um fenômeno estético e artístico. No sentido dessa temática, trago à tona com Nietzsche a questão a respeito de como se deu o desenvolvimento da linguagem metafísica e como ela se liga a uma compreensão fisicalista ou materialista mais atual, e como ambos se conectam em sua raiz a uma distinção entre o que foi considerado no sentido “próprio” e “figurado”. Nietzsche chega à conclusão de que não se sustentam as bases para tal distinção. Não há um discurso próprio e necessário em contraponto a um discurso arbitrário, estilístico, metafórico ou mentiroso. O que torna toda a base materialista e fisicalista, uma noção completamente incoerente a ser aceita. Dentre outras questões que estão envolvidas nessa pesquisa, enfatizo os problemas relacionados à noção de linguagem conceitual a partir de sua noção ampla de linguagem e sentido tomando por base os textos

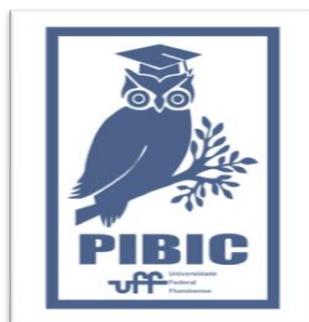
mencionados. Como resultado de todos os atravessamentos expostos na introdução, a linguagem é concebida ao mesmo tempo como musical, poética, retórica, imagética e plástica.

CONCLUSÕES:

Com os resultados de minha pesquisa, em linhas gerais, concluo, a partir de Cazeaux, que conceber uma ontologia no pensamento de Nietzsche é absolutamente problemático. A partir de Kofman, que conceber a metáfora enquanto um conceito filosófico seria completamente contraditório com o pensamento do autor, sobretudo quanto às considerações do momento de maior ênfase no tema. A partir de Heidegger, que a atrelar a metáfora à tradição metafísica como se metáfora fosse tropologia é também completamente reprensível.

Agradecimentos:

Meus agradecimento a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que fosse possível essa pesquisa, sobretudo, aos deuses. Meus agradecimentos ao orientador da pesquisa Diogo Gurgel, que teve sempre uma paciência praticamente sacrossanta com minhas inabilidades. Assim como à excelente equipe de professores de filosofia da UFF, sempre pronta a ajudar. Sem esquecer da eficiente gestão do PIBIC que também tornou e torna essa modalidade de pesquisa possível.





Ciências Humanas

Refugiados Sírios no Rio de Janeiro: Conexões Transnacionais e Construções Identitárias na Diáspora

Gabriel Almeida de Andrade Pires

**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia ICHF –
Departamento de Antropologia GAP – UFF**

INTRODUÇÃO:

Este projeto de pesquisa começou com o objetivo de estudar a questão dos refugiados do Oriente Médio no Brasil. Unindo meu interesse particular pela Turquia com a situação que o país se encontra atualmente, após a tentativa de golpe em 2016, a pesquisa focaliza indivíduos que deixaram a Turquia e reclamam refúgio no Brasil. A princípio, pensei em buscar por esses indivíduos em instituições que trabalham com o tema, mas notei que havia um caminho mais simples para que eu chegasse aos interlocutores que eu desejava e precisava conhecer. Quando cursei aulas de turco numa oficina realizada pelo CCBT (Centro Cultural Brasil-Turquia) em parceria com o Núcleo de Estudos do Oriente Médio da UFF, estive em contato direto com o movimento Hizmet, que é um movimento transnacional de caráter missionário-educacional e tem como organismo de promoção cultural o CCBT. Este movimento, liderado pelo líder religioso Fethullah Gülen, é acusado pelo governo turco como o mandante da tentativa de golpe ocorrida em julho de 2016. Num processo que, segundo relatos de imprensa e de interlocutores, se iniciou há mais de uma década, o governo do Presidente Recep Tayyip Erdogan vem realizando prisões em massa de advogados, professores, médicos e variados profissionais que ele rotula como golpistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O pouco que se ouve falar sobre a Turquia no Brasil não é mero acaso: a mídia independente turca está completamente refém do seu governo. O país tem, atualmente, algo em torno de 73 jornalistas presos, sendo o país que mais prende esses profissionais no mundo. Conversando com o presidente do CCBT e

outros interlocutores, também eles nacionais da Turquia que estão no Brasil, ouvi um pouco sobre os feitos do governo Erdogan nos últimos dez anos, além de práticas de repressão e policiamento que vêm sendo empregadas no país a fim de monitorar e frear possíveis opositores do governo.

Além das visões sobre a Turquia, busquei compreender um pouco sobre o papel do Brasil na vida dessas pessoas. Sobre como o nosso país tem relevância nas decisões que essas pessoas tomaram para fugir de um contexto de perseguição e incertezas. A recepção e o acolhimento que o Brasil oferece aos imigrantes, desde as práticas burocráticas ao convívio e integração à sociedade brasileira. Os principais pontos positivos e negativos com que esses indivíduos se deparam ao chegar para viver aqui.

Em minha ida a São Paulo para a realização da entrevista com o presidente do CCBT, Mustafa Göktepe, aprendi muito sobre a instituição e sua atuação no Brasil, sendo, portanto, o tema que dou maior ênfase em meu trabalho, devido à quantidade de dados que obtive. Nesta viagem, realizei entrevistas com três turcos que pedem refúgio no Brasil. Esse material está sendo explorado em minha monografia.

CONCLUSÕES:

No momento em que escrevo este resumo ainda me esforço para fechar conclusões acerca do trabalho que fiz. Minha ida a São Paulo foi o momento-chave da pesquisa, pois precisei articular uma série de contatos e montar uma logística à qual ainda não estou habituado, como aluno de graduação.

Minhas conclusões acerca deste projeto de pesquisa serão propriamente desenvolvidas e

expressas no momento em que eu tiver trabalhado os eixos da minha pesquisa, no caso: a contextualização histórica da Turquia para introduzir um entendimento sobre o que ocorre atualmente naquele país; a história do Movimento Hizmet; as relações diplomáticas e de intercâmbio cultural entre Brasil e Turquia, com enfoque na atuação do CCBT e, por fim; os relatos que obtive conversando com os refugiados.

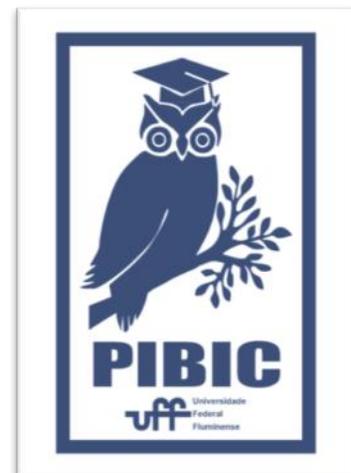
Considero fundamentais as leituras que fiz para embasar minha pesquisa, como a tese acerca dos refugiados palestinos no Brasil, elaborada por Sônia Hamid, e a tese sobre refugiados colombianos, de Ângela Facundo e, de forma mais específica ao meu enfoque, o artigo da pesquisadora e doutoranda em antropologia Liza Dumovich, acerca do Movimento Hizmet.

Avalio que o projeto me apresentou à atividade de pesquisa acadêmica de maneira muito positiva e pretendo retribuir com minha breve colaboração ao conhecimento público sobre um tema de tamanha relevância no mundo atual. Acredito estar estruturando um caminho que seguirei mais adiante em minha vida acadêmica, e certamente estou tendo oportunidades incríveis de me comunicar com meus futuros pares e, de certa forma, me inserir nesse campo do estudo antropológico (ligado aos estudos do Oriente Médio).

Agradecimentos:

Agradeço, em primeiro lugar, a todos os interlocutores deste meu trabalho de campo, pela disponibilidade e interesse em contribuir com a minha pesquisa. Agradeço às pessoas que me apoiam diariamente na vida acadêmica e extra-acadêmica, pois o momento atual do Estado brasileiro não é nem um pouco favorável para o desenvolvimento científico – e como reflexo disso vemos instituições enfraquecidas e espaços de ensino esvaziados, sem vida. A condição psicológica dos estudantes, professores e pesquisadores precisa ser levada a sério por todos que se envolvem com a educação, por isso deixo meu muito obrigado aos que mostraram essa sensibilidade comigo. Agradeço à minha orientadora, Mirian Alves de Souza, por todas as instruções e incentivos que me deu desde o primeiro momento que nos conhecemos, minha disposição para pesquisar é renovada a cada reunião que realizamos. Agradeço ao meu grande amigo e companheiro de curso Tiago Pettenatti, com quem passo grande parte do tempo debatendo e refletindo

assuntos acadêmicos e variados, sendo nossa amizade um verdadeiro (e terapêutico) espaço de pensamento coletivo. Agradeço, é claro, aos meus pais pelo enorme suporte, afetivo e financeiro, que possibilita minha permanência e meu avanço nos estudos.





Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Violência obstétrica como violência de gênero e seus efeitos na assistência

Autores: Beatriz Malheiros Brito (bolsista); Prof^a. Dr^a. Paula Land Curi (orientadora)

Instituto de Psicologia / Departamento Psicologia - Niterói

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa parte de indagações surgidas no âmbito do estágio curricular obrigatório, em psicologia, realizado no Hospital Universitário Antônio Pedro, mais especificamente, em sua maternidade. Ao percurso de estagiária somou-se o ativismo feminista, a luta pela garantia ao acesso à saúde e por práticas assistenciais não violentas e discriminatórias. Assim, tomamos a violência obstétrica como objeto desta pesquisa.

Sabemos que o tema da violência obstétrica se encontra bastante em voga, mas o que vemos são discussões limitadas que a circunscreve no âmbito das práticas violentas, omissas e/ou negligentes exercidas pelos profissionais de saúde, em sua maioria médicos, contra a mulher na hora do parto.

Ainda evidenciamos a hegemonia do discurso tecnicista neste contexto, apesar das tentativas ministeriais de humanizar a assistência à mulher durante a gravidez, parto, puerpério e abortamento, através de suas políticas e programas. Contudo, não poderíamos discutir a violência obstétrica sem levar em consideração a produção de práticas de agenciamentos dos corpos femininos que resultaram no surgimento das especialidades médicas da obstetrícia e, posteriormente, da ginecologia.

A partir de surgimento destas, na passagem do século XIX para o século XX, as relações engendradas, produziram efeitos diretos não só no modo de viver das mulheres, mas também na assistência prestada às mesmas, em especial durante o ciclo gravídico-puerperal. Consequentemente, aquilo que se circunscrevia em um campo exclusivamente feminino, a exemplo do parto, tornou-se, a partir de então, um ato médico, realizados pelos chamados “homens da ciência”, os “especialistas em mulheres”.

A ciência moderna veio corroborar, ainda mais, os discursos moralistas que colocavam as mulheres em lugares sociais específicos. E, neste sentido, ser mãe tornou-se o destino de suas vidas. Todavia, nos moldes científicos, isso também significou a sua expropriação de seus próprios corpos.

Os fenômenos da vida, a exemplo do parto, tornaram-se problemas médicos. A medicalização do parto fez com que as mulheres deixassem de protagonizá-lo, participando apenas com corpos presentes. Silenciadas, anestesiadas, amarradas e agora, inclusive violentadas, tornaram-se objetos das intervenções médicas.

A ciência, através de seus representantes - homens letrados - forjou tudo aquilo que o corpo feminino deve suportar. E, por isso, discutir violência obstétrica se impõe como fundamental. Porém, não sem se demarcar a necessária perspectiva de gênero.

Tendo essas considerações como pano de fundo, tomamos, para fins desta pesquisa, a violência obstétrica como violência de gênero, produzindo efeitos diretos na assistência prestada às mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi realizado uma revisão bibliográfica integrativa sobre a temática a ser trabalhada, em bases de dados como SCIELO, BVS e PEPSIC. Para isso, foram utilizados os seguintes descritores “medicalização”, “corpo”, “mulher”, “gênero” e “violência obstétrica”. Apesar de encontrarmos um número imenso de publicações para cada um desses descritores, quando foram combinados, nenhum registro apareceu em nenhuma das bases de dados

escolhidas. Limitamos a busca aos artigos publicados nos últimos 5 anos (2012-2017).

A falta de bibliografia que combinasse essas temáticas foi o primeiro obstáculo com o qual deparamo-nos. Porém, optamos por tomar a falta de dados como um importante dados de pesquisa a ser trabalhado.

A presença constante de discussões sobre práticas violentas, incluindo omissão e negligência, exercidas pelos profissionais contra às mulheres, levou-nos a indagar sobre a assistência prestada assim como o incremento da judicialização da vida. As práticas violentas são indefensáveis, mas nos restringimos a pensá-las a luz de sanções impostas pelos operadores de direito é não tratar aquilo que se localiza no âmago da questão: as relações entre ciência e gênero, naquilo que subjaz a medicalização do corpo feminino. Tornou-se necessário, a partir de muitas imprecisões inclusive conceituais percebidas, um mapeamento sobre origens, definições e impactos da violência, obstétrica de gênero, sobre a saúde materna e a assistência prestada às mulheres nas instituições de saúde.

Tomamos a nossa experiência de estágio no Hospital Antônio Pedro, em sua maternidade, como meio de dialogar com a literatura. Apesar de (infelizmente) encontramos práticas bastante próximas as descritas, práticas violentas que poderiam ser repensadas a partir de uma perspectiva de gênero, também pudemos verificar uma disponibilidade de se incluir na assistência prestada uma nova lógica de cuidados, que (re)incorpora a mulher, produzindo certo COM-partilhar da experiência da parturição.

CONCLUSÕES:

O trabalho consistiu na exploração de material bibliográfico com o intuito de compreender a chamada violência obstétrica, a partir de um recorte de gênero. Para isso, percorremos o caminho pelo qual a mulher foi, paulatinamente, sendo expropriada de seu próprio corpo, pelo discurso científico.

Fomos capazes de compreender como práticas discursivas, ditas científicas, forjaram lugares que contribuíram/contribuem para a legitimação e perpetuação de práticas opressoras e violentas, que atravessam os corpos das

mulheres, em especial, quando no exercício da sua “função biológica”, “natural” – a reprodução.

É evidente que ao nos referirmos ao discurso medico-científico não temos por intuito negar a relevância de benefícios reais produzidos. No entanto, objetivamos chamar atenção para certos movimentos para que criemos formas de nos utilizarmos destes saberes, de suas tecnologias, subvertendo-as em tecnologias de cuidado em saúde, não violentas e não misóginas.

Agradecimentos:

Agradecimentos ao CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelo apoio dado. Ao IPSi, pela formação acadêmica. Ao HUAP, e a sua maternidade, por dar lugar a uma discussão ainda tão pífia nos cursos de graduação em psicologia.

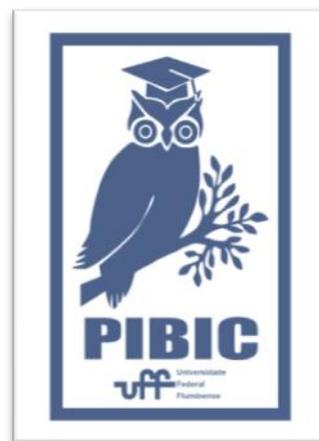


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Estruturando a Igreja na Alta Idade Média Ibérica – séculos IV/VIII

Caio Amorim Feo

Departamento de História/ Gragoatá/ *Translatio Studii*

INTRODUÇÃO:

A pesquisa em questão tem como tema a Igreja Ibérica em seu processo de implantação e estruturação na península, ou seja, entre os séculos IV e VIII. Nesse sentido, a pesquisa dá ênfase à análise das relações sociais no interior desta “comunidade eclesíastica”, que se revela altamente hierarquizada, seus principais postos dominados por membros aristocráticos. Ainda sobre essas relações sociais, vale ressaltar o fato de que eram marcadas por diversos vínculos de subordinação, que eram semelhantes àqueles que estruturavam o mundo laico. Este último ponto revela uma das questões fundamentais desta pesquisa, ou seja, a profunda similaridade entre a Igreja e a sociedade, sobretudo no âmbito das relações sociais. Ou seja, a pesquisa rompe com qualquer abordagem que analise a Igreja como realidade exterior à sociedade, partindo da crítica a uma ampla tradição historiográfica que tende a situar a Igreja como instituição fechada e paralela ao “mundo”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Tendo em vista o tema da pesquisa, deve-se ressaltar o objetivo primordial de que o bolsista tivesse o mais amplo “contato” possível com a história da Igreja num âmbito geral, e, também específico, ou seja, o da Igreja tardo-antiga, baseado no trato com as fontes primárias e secundárias que fundamentaram o desenvolvimento do projeto.

Visando ao aprofundamento temático, boa parte das atividades concentrou-se na leitura e no fichamento da bibliografia geral. Tais obras integram o acervo pessoal do orientador e o de várias bibliotecas do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, na busca de obras que dizem respeito ao tema da pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico em quatro bibliotecas: Biblioteca Central do Gragoatá (UFF), Biblioteca de Pós-graduação em História, Antropologia e Ciência

Política (UFF), Real Gabinete Português de Leitura e Biblioteca Nacional.

Os resultados desta busca reafirmam a grande dificuldade de encontrar obras mais específicas sobre a Alta Idade Média Ibérica, sobretudo no tocante à Igreja e seus pontos essenciais a esta pesquisa. Com exceção da Biblioteca Nacional, em que se pôde encontrar um número maior de obras específicas, as outras bibliotecas - em menor escala o Real Gabinete - são marcadas por uma deficiência no tocante ao tema e ao período. Vale ressaltar que essa pesquisa assume como eixos centrais de interesse, ou palavras-chave, as seguintes: História da Igreja; História da Igreja na alta Idade Média; Monaquismo; História da Península Ibérica visigótica.

CONCLUSÕES:

Nesta fase, a pesquisa concentrou-se no estudo das atas conciliares ibéricas, abordando as frequentes e diversas expressões da hierarquia e dos estatutos sociais no interior da Igreja, configurando as manifestações da ascendência episcopal e senhorial na sociedade no período em questão.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer pela experiência de pesquisa oferecida pelo PIBIC-UFF através do financiamento do CNPq, e por último, porém não menos importante, ao meu orientador Mário Jorge da Motta Bastos por todos os conselhos e ajuda neste primeiro ano de pesquisa.



Ciências Humanas

“A Historiografia em Trabalho-Educação e o Pensamento Crítico - Como se escreve a história da educação profissional”.

Lisia Nicolliello Cariello

NEDDATE - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação.

INTRODUÇÃO:

O presente texto reúne dados referentes à minha participação como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC – UFF – CNPq) no Projeto “A Historiografia em Trabalho-Educação e o Pensamento Crítico - Como se escreve a história da educação profissional”. O Projeto, segundo Ciavatta (2012), busca conhecer como se escreve a história da educação profissional, como se constroem as categorias na produção do conhecimento sobre a relação trabalho e educação. Neste percurso, chega-se a discussão da historiografia, um tema não apenas corrente entre os historiadores, mas, principalmente, de amadurecimento do campo científico que pensa sobre seu próprio fazer.

Assim, a historicidade traz consigo questões de natureza conceitual e de conteúdo. É importante, pois, acompanhar os acontecimentos e o debate no campo das políticas educacionais, bem como situar o debate da história e da historiografia entre os historiadores de ofício e analisar as categorias e conceitos que são úteis para a pesquisa.

Nesse sentido, Ciavatta abre mão tanto de uma visão da história como sucessão de fatos empiricamente comprovados; quanto de uma visão da história com uma teleologia definida para o futuro; ou como uma ficção comparável à literatura, ou à identificação entre realidade e linguagem. História é ciência e, como tal, é tratada com rigor metodológico e teórico.

Para análise histórica, portanto, é importante a utilização de documentos (fontes escritas, orais, iconográficas) que tratam das experiências humanas de trabalho e da educação para a produção da existência, em tempos e espaços determinados, ou seja, o tempo histórico da sociedade capitalista onde vivemos.

Assim, os fenômenos educacionais e sua conceituação, tais como políticas de educação profissional, formação integrada, história do tempo presente, a contextualização dos fenômenos, a historiografia, o historicismo, o comparativismo e o pensamento histórico-crítico também estiveram presentes na realização da pesquisa, sendo abordados frequentemente.

Entendemos a importância deste trabalho como uma contribuição para o desenvolvimento da pesquisa, a fim de compreender como os autores do campo Trabalho e Educação se apropriam da prática historiográfica e como utilizam as categorias que são próprias do campo.

Com base nestas questões, o projeto busca a articulação dos seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Conhecer como se produz o conhecimento e a prática em Educação Profissional, partindo dos conceitos e das questões teórico-metodológicas da pesquisa histórica e historiográfica e questões afins.

Objetivos específicos:

- a. Identificar e analisar as principais categorias da pesquisa histórica e historiográfica na prática político-pedagógica das instituições pesquisadas.
- b. Oferecer oportunidade de aprendizado de pesquisa histórica para alunos bolsistas e orientandos de mestrado e de doutorado.
- c. Contribuir para o resgate da memória (escrita, oral e iconográfica) da educação profissional nas instituições e comunidades onde elas se inserem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esta pesquisa contribuiu muito para meu crescimento acadêmico, devido às

oportunidades dadas a mim pela Prof. Maria Ciavatta. O contato com mestrandos e doutorandos, bem como com outros pesquisadores da área deixou as discussões mais ricas e profundas. Além disso, pude ter contato com outros colegas graduandos de diferentes cursos nos plantões semanais no Neddade (Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação), ampliando vínculos profissionais e afetivos.

No Neddade, trabalhei em parceria com a bibliotecária da UFF, Joanilda dos Santos, na organização do acervo do Núcleo. Para isso, começamos a implementar uma base de dados que vá atender melhor os pesquisadores e bolsistas, pois possibilitará acesso rápido às obras, periódicos, dissertações e teses que são de interesse dos membros do Núcleo.

A pesquisa me possibilitou, ainda, aprofundamento em questões próprias do campo Trabalho e Educação com o contato que tive com as obras historiográficas estudadas. O primeiro semestre letivo de 2018 foi um momento de transição, porque a professora Maria Ciavatta estava finalizando esta pesquisa e iniciando um novo projeto. Por isso, ofereceu para a pós-graduação em Educação da UFF a disciplina “História de Trabalho-Educação e a fotografia como fonte de pesquisa” que visava fazer essa transição através de dois movimentos. O primeiro foi dando aporte teórico-metodológico sobre o uso da fotografia como fonte, com autores como Ciavatta (2002) e Kossoy (1989). O segundo foi a partir de leituras de autores do campo Trabalho-Educação que utilizaram fotografias em seus trabalhos para discutir de que maneira eles a utilizavam, como ilustração ou como fonte. Caso usassem como fonte de pesquisa, de que maneira se apropriavam deste vestígio de passado para contar a história. Assim, retomamos, sob essa nova perspectiva, o trabalho de Lima (2007), de Ciavatta e Alves (2004), de Ciavatta (2002 e outros).

Além desse trabalho, também participei, mensalmente, dos Seminários de Estudo do Grupo THESE - Projetos Integrados em Trabalho, História, Educação e Saúde (Certificado pelo CNPq), reunindo pesquisadores, pós-graduandos e bolsistas da UFF, UERJ e EPSJV-Fiocruz, que é coordenado pela Prof.^a Maria Ciavatta, ao lado do Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto e da Profa. Dra. Marise Ramos.

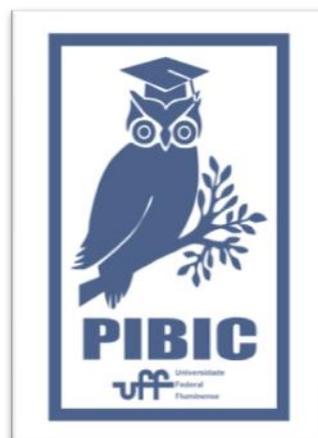
CONCLUSÕES:

As atividades desenvolvidas contribuíram para o avanço, análise e compreensão das questões teórico-metodológicas abordadas no projeto de pesquisa, “A Historiografia em Trabalho-Educação e o Pensamento Crítico - Como se escreve a história da Educação Profissional”, onde o embasamento teórico evidenciou sua importância para o desfecho da investigação no que se refere ao seu conteúdo documental e às questões conceituais.

Posso, então, concluir que houve uma discussão em torno do tema trabalho e educação, direcionada à sua reconstrução histórica ou como se escreve a história da relação trabalho- educação, a partir do uso das categorias e também sobre a História do Tempo Presente, sobre Pensamento Crítico que são temas de suma importância para compreendermos os fenômenos além das aparências. Percebi a discussão em torno do trabalho como princípio educativo, que possibilita um maior conhecimento do processo de trabalho dentro da totalidade social, o que, segundo Ciavatta (2007), significa estudar um fenômeno através do conjunto de relações que lhe dão forma e significado, dos processos sociais ou mediações complexas que o constituem historicamente.

Agradecimentos:

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Ciavatta.
Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UFF).
Ao Grupo THESE – Projetos Integrados e Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz).





Psicologia

Perceber sem Ver: Corpo e Percepção Entre Pessoas Cegas e Com Baixa Visão

Keyte da Silva Pestana

Instituto de Psicologia

INTRODUÇÃO:

A pesquisa-intervenção Perceber sem Ver, orientada pela professora Márcia Moraes, ocorre desde 2004 no Instituto Benjamin Constant, desde 2015 na Associação Fluminense de Amparo aos Cegos e desde 2017 no SPA da Universidade Federal Fluminense. Realizamos semanalmente oficinas de experimentação corporal com reabilitandos cegos e com baixa visão.

Buscamos modos de experimentar e reorganizar os sentidos, mobilizando e sensibilizando o corpo e suas conexões. Tecemos o que trabalharemos a partir de nossos encontros, pensando nas reuniões de equipe, sempre seguindo as dicas que ficaram nas oficinas. Ferramenta muito importante neste processo é nosso diário de campo, sua escrita acontece junto das oficinas e pactuamos com os participantes que podem ditar o que gostaríamos que ficasse registrado ali.

Nosso direcionamento ético-político fundamenta-se no PesquisarCom (Márcia Moraes, 2010). Pesquisamos na radicalidade do encontro, seus conflitos e reposicionamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A chegada de alunos com deficiência na universidade ainda é bastante reduzida, hoje contamos com a parceria de Wanda, pesquisadora cega, que chegou até nós por um dos campos de atuação, como participante das oficinas e aos poucos as coisas foram se transformando. Contudo, ainda é um desafio pesquisar com pessoas cegas e de baixa visão sem cairmos no lugar fácil e cômodo de pesquisador-colonizador. Na verdade, este lugar sempre estará em jogo, estar atenta a produzir um movimento oposto a ele, não apaga essa marca em nós, nossa tentativa se parece mais com uma redução de danos.

CONCLUSÕES:

Quando chegam à UFF para as oficinas a relação de pesquisa segue se modificando, ainda mais intensamente, os participantes interferem cada vez mais nas anotações, construindo um corpo co-pesquisador. No entanto, a escrita feita à lápis no papel não faz sentido para todos, uma vez que a leitura era acessível apenas para videntes.

Durante a oficina Maíra diz que estamos escrevendo no diário de campo naquele momento, ela sugere que eles também escrevam, mas com gravação. Existem várias formas de escrever e juntos trabalhamos na criação do termo “escregravar”. Alguns participantes dizem que podem fazer diários por áudios no Whatsapp, mas nem todos têm, então surge a possibilidade de usarmos um gravador, que circulará entre eles. Um dos participantes trabalha com isso e se prontifica a procurar um bom gravador, todos gostamos da ideia (Trecho de diário de campo).

Assim eles sugerem um “escregravar” dos diários e essa nova forma nos convoca outros meios e ferramentas, que mudam radicalmente quem conta as histórias que conduzem nossa pesquisa. O gravador ainda não chegou, mas eles não o esperam para “escregravar”, em uma das oficinas levamos trechos em áudio de uma hashtag que circulou nas redes sociais, a #ecapacitismoquando, que pretendia explicar pelas vivências das pessoas com deficiência o que era capacitismo, como o preconceito com pessoas com deficiência se mostrava em nossa sociedade. Após a escuta eles quiseram também falar e por áudios eles escregravaram:

“É capacitismo quando um cego vai subir no ônibus e o motorista embarga dizendo não pode subir porque aqui não pode pedir.

É capacitismo quando o deficiente visual vai dançar e chega alguém surpreso e pergunta ‘ué você dança?’

É capacitismo quando o deficiente visual está em algum lugar e alguém pergunta ‘como você namora?’

É capacitismo quando estão entregando convites para uma festa e se exclui um cego, quando são questionados, perguntam ‘ué, cego vai em festa?’

É capacitismo quando se coloca um refratário com pavê em uma mesa onde estão pessoas reunidas, dentre elas algumas cegas, e se fala assim ‘não é pra comer, é só pra ver’”

Agradecimentos:

À Marcia Moraes, professora e companheira do pesquisar e viver.

À todo o grupo do Perceber sem Ver, que me mostra todos os dias novos sentidos do estar COM.

À FAPERJ e ao CNPQ, pela bolsa concedida.

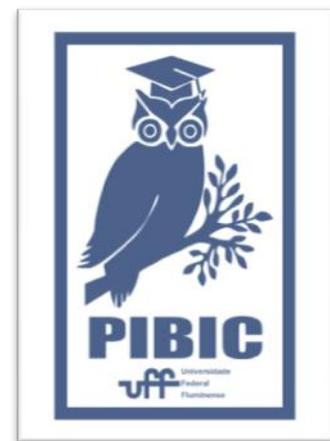


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Geografia dos Movimentos Sociais na América Latina

Carlos Walter Porto Gonçalves e Marlon Nunes Silva

Departamento de Geografia / Instituto de Geociências

Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e

Territorialidades - Lemto - UFF

INTRODUÇÃO:

Partimos de uma fundamentação teórica em que toda sociedade é um modo próprio de estar-junto, uma proximidade, conforme Michel Maffessoli (Maffessoli, 1998). Assim, toda sociedade ao se constituir como tal constitui, ao mesmo tempo, sua geografia e não antes ou depois. Não existe sociedade a-geográfica, assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim, como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade. Afinal, o espaço geográfico é constituído pela relação que os diferentes entes estabelecem entre si na sua materialidade e, no caso da espécie humana, acrescida da sua dimensão simbólica atravessada pelas relações sociais e de poder.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A razão de ser desse projeto de pesquisa está, justamente, no encontro, contraditório, entre, o “espaço concebido” e o “espaço vivido” (Henry Lefebvre), ou seja, entre o

espaço que emana da proposta de uma integração regional que se origina de um lugar de enunciação preocupado com um “regionalismo aberto” que privilegia uma integração competitiva aos mercados globais, uma “janela de oportunidades aberta pelo crescimento da economia chinesa”, conforme a expressão do cientista social Carlos Eduardo Martins, e outros espaços de onde emanam grupos sociais em situação de subalternização – classes, etnias, povos – que tendem a ser atingidos por aquelas ações e que demandam outras mediações sociais e políticas capazes de fazer com que a integração possa ensejar uma sociedade que não mais reproduza o profundo fosso social que nos vem caracterizando há 500 anos e que tem a mais desequilibrada concentração de riqueza do mundo!

CONCLUSÕES:

É sabido que a gestão do território se apresenta como uma atribuição do Estado.

Com o Estado territorial (Westfallia, 1648) surge todo um segmento social específico de gestores territoriais de que fazem parte, sem dúvida, os geógrafos, os cartógrafos, os juristas, os diplomatas e os militares, entre outros. Destaque-se que o império da lei tem uma dimensão espacial geográfica que é até onde a lei impera, ou melhor, até onde um determinado poder, que é sempre relacional (Foucault), faz valer a sua lei. Geografia, Direito e Poder têm uma relação mais próxima do que se admitiu até aqui. Quando a voz depende de meios outros, como os que se exige quando a escala local tende a ser submetida a outras escalas, como a nacional, a princípio e, hoje, a mundial, a reinvenção do espaço público precisa se tornar tema central de pesquisa. A Geografia se constitui, assim, como uma prática (que, como tal, sempre implica um saber, conforme nos ensina Michel de Certeau), criada a partir do Estado, com aquele olhar que Hanna Arendt viria chamar de olhar de sobrevôo, onde a população deveria ser controlada e, para isso, recenseada e georeferenciada para melhor controle por meio da gestão do espaço geográfico. Acreditamos que os resultados de nossa pesquisa possam contribuir para desvelar padrões comuns de conflitos sociais, mesmo em diferentes contextos de formações sociais nacionais da América Latina, assim como proporcionar condições para identificar

especificidades locais, regionais ou nacionais. Acreditamos que os lugares onde ocorrem os conflitos por serem constituídos, como todo lugar, por meio das relações sociais não são externos às formações sociais. Deste modo, o mapeamento dos conflitos sociais na América Latina nos ajuda a compreender os limites e possibilidades dos movimentos sociais na construção/reinvenção de uma determinada ordem social.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Cnpq pelo financiamento da pesquisa e aos Movimentos Sociais pelo acolhimento, persistência na construção de um horizonte de sentido mais digno e justo para a reprodução da vida. E também pela paciência para/com os pesquisadores.

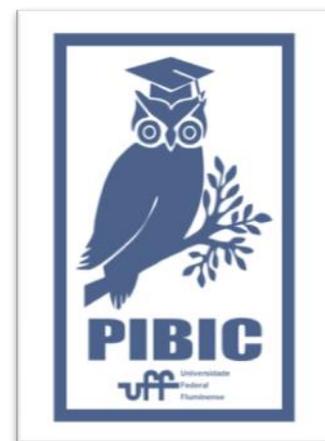


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Antropologia

Título do Projeto: Uma análise etnográfica inicial dos aspectos da burocracia presentes no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) - Microbacias II realizado junto às populações indígenas aldeadas do Estado de São Paulo.

Autor: Danilo Borghi Gonçalves Pinto

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo visa apresentar uma análise inicial acerca do quadro burocrático existente no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) Microbacias II – Acesso ao Mercado que está sendo realizado pelo governo do Estado de São Paulo em parceria com o Banco Mundial e que tem como intuito aumentar a competitividade da agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental da agropecuária paulista. O projeto, que tem como público alvo os agricultores familiares do estado, atende também populações indígenas e quilombolas, por conta da política de “salvaguarda social” exigida pelo Banco Mundial para financiamento de projetos. A temática deste artigo está inserida no contexto de um projeto de pesquisa mais amplo que propõe uma análise das situações sociais relacionadas ao PDRS em questão, com enfoque nas concepções atreladas à ideia de “desenvolvimento rural sustentável” e na análise dos dispositivos de governança adotados por esse projeto no âmbito da participação de duas comunidades indígenas da Terra Indígena Araribá.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O artigo busca analisar o modo pelo qual a burocracia funciona como um mecanismo

excludente no que tange à participação das populações indígenas aldeadas do estado de São Paulo no projeto. Apesar dos esforços por parte de seus gestores em proporcionar às chamadas populações tradicionais um modelo próprio de etnodesenvolvimento, de modo a “respeitar” suas identidades culturais e diferenças sociais e maximizar suas oportunidades de inclusão e participação, os mecanismos burocráticos do Microbacias II, que são os mesmos para todos os participantes do projeto – indígenas e não-indígenas – se tornaram um empecilho à proposta inclusiva da “salvaguarda social”, resultando na exclusão de um elevado número de comunidades indígenas da condição de potenciais beneficiárias do projeto. Buscou-se construir uma tipologia da burocracia, caracterizando-a como de natureza i) jurídico-agrária ii) organizacional iii) operacional, que se constituem em barreiras ou filtros burocráticos do projeto a partir dos quais é possível problematizar a questão do acesso indígena ao mesmo, mostrando as dificuldades enfrentadas por estes na tentativa de se enquadrar neste tipo de racionalidade que é exigida como forma de acesso aos recursos do projeto. A análise apresentada no artigo foi elaborada com base nos documentos oficiais do

Microbacias II e no material etnográfico coletado em duas aldeias participantes.

CONCLUSÕES:

As diferentes tipologias apresentadas no artigo nos permitem caracterizar as práticas burocráticas acionadas pelo projeto Microbacias, evidenciando suas contradições, especialmente quando pensadas em relação aos objetivos mais amplos do etnodesenvolvimento, e sua proposta inclusiva. Trata-se de um conjunto de modalidades de gestão diferentes ou estranhas aos modos de organização das comunidades indígenas, que se impõem sobre elas, pois condicionam o acesso aos recursos do Banco Mundial.

A complexa burocracia do Microbacias II abordada neste artigo exerce um papel central para uma compreensão não somente do modo administrativo-operacional dos projetos realizados por órgãos do estado de São Paulo em parceria com o Banco Mundial, mas também dos impactos - econômicos, sociais, culturais e até mesmo educacionais - gerados pelo PDRS nas comunidades indígenas beneficiadas. Além disso, a burocracia funciona como um ponto de contato e diálogo importante entre o Estado e as próprias comunidades indígenas, ainda que esse não seja o único eixo de diálogo entre as duas partes no escopo do projeto.

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente, agradeço aos Terenas das aldeias Kopenoti e Ekeruá da Terra Indígena Araribá pelo consentimento e apoio a esta pesquisa, e ao PIBIC/CNPq por me conceder uma bolsa de um ano para a realização deste estudo. Agradeço também a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e seus funcionários e ex-funcionários por

disponibilizarem os documentos da instituição relacionados ao Microbacias II e contribuírem de diversas maneiras à pesquisa em questão. Por fim, agradeço a minha orientadora Deborah Bronz por sua valiosa orientação e motivação na elaboração e realização deste estudo etnográfico.

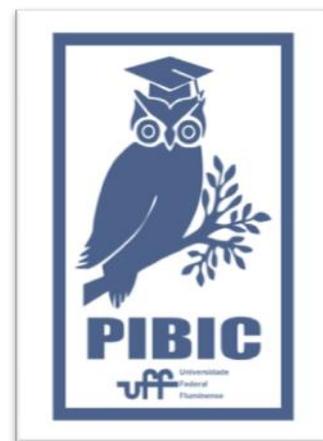


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Diretrizes internacionais para a formação de professores

Beatriz Maldonado Pinto e Flávia Monteiro de Barros Araújo

Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminenses

INTRODUÇÃO:

O relatório em questão apresenta o andamento do projeto de iniciação científica que tem como tema as diretrizes internacionais para a formação de docentes no Brasil. No relatório final, são expostas informações sobre alguns dos organismos responsáveis pelo financiamento de diversos projetos educacionais implementados em território nacional nas últimas décadas. Tais projetos têm como justificativa a busca da ascensão dos níveis de desenvolvimento. É considerada ainda a influência que instituições multilaterais exercem no desenvolvimento das políticas educacionais, com ênfase na atuação do Banco Mundial (BM).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em síntese, os resultados obtidos foram decorrentes do esforço de pesquisa que envolveu a identificação, coleta e análise de arquivos e conteúdos de programas de assistência realizada pelo Banco Mundial ao país que tiveram como foco a educação básica. No decorrer do estudo, foram analisados diversos programas desenvolvidos com auxílio financeiro do Banco Mundial para educação. Neste esforço, busca-se destacar as dimensões e ideias preconizadas por esta agência para formação de professores. Como bem

enunciado, destacam-se as propostas para a formação continuada e para a qualidade da educação básica, dois dos principais insumos apontados pelo órgão como caminhos passíveis de serem utilizados a fim de alcançar as resoluções almejadas.

CONCLUSÕES:

Desse modo, ao finalizar o projeto apresentamos as considerações finais da pesquisa apontam expõe um conjunto de questões que possuem diferentes caracteres e se interseccionam de maneiras díspares no contexto em pauta. Esses tópicos, por sua vez, abordam pontos divergentes como a centralidade do papel do professor, a disposição e acesso de arquivos e documentos pertencentes ao Banco Mundial e a vida útil dos programas por ele implementados e fomentados.

Agradecimentos:

Agradeço, primeiramente, a Professora Doutora Flávia Monteiro de Barros Araújo, minha orientadora, pelas instruções no decorrer do projeto, bem como a oportunidade de ingressar no campo da pesquisa e pela aquisição de novos conhecimentos. Ao Cnpq, pelo subsídio

aos bolsistas de iniciação científica. Ao Professor Doutor Jorge Najjar por estabelecer o elo primário entre a Professora Flávia e eu. Por fim, agradeço a Universidade Federal Fluminense pelo espaço de troca de saberes multilateral.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A comparação de duas políticas de aproximação entre Cuba e o Sistema Interamericano: a da "coexistência" do chanceler brasileiro San Tiago Dantas e a contemporânea do "paradigma democrático" da OEA.

Autores: Stella Bonifácio da Silva Azeredo

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos - DEI do Instituto de Estudos Estratégicos INEST/UFF

INTRODUÇÃO:

O Sistema Interamericano começou a ser criado desde o final do século XIX, após longos processos de negociações entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Ele passou a ter uma forma mais concreta no período pós-Segunda Grande Guerra, quando foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Esses dois marcos, representaram o estabelecimento de um sistema de segurança hemisférica das Américas e a construção de um sistema compartilhado de instituições, regras e normas, pautado pelo paradigma democrático. Em relação a isso, é importante ressaltar que no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente no cenário da Guerra Fria, esses instrumentos contribuíram para a proteção da hegemonia estadunidense na região contra as investidas soviéticas.

No contexto inicial da Guerra Fria, o foco dos EUA não eram as Américas, uma vez que se acreditava que a hegemonia e a influência estadunidense já estavam consolidadas com o amparo da OEA e do TIAR. Porém, essa pressuposição foi se alterando na medida em que Washington foi percebendo a necessidade de dar uma maior atenção para o hemisfério americano. Isso foi consequência das atitudes tomadas por muitos países latino-americanos, durante essa fase inicial desse conflito bipolar, que buscavam alcançar o

desenvolvimento econômico e social através da ajuda estadunidense, porém tinham suas expectativas frustradas ao verem que os EUA estavam voltando seus recursos para outras regiões do globo e não para seus vizinhos, que também contribuíram para os esforços de guerra estadunidense.

O isolamento de Cuba do sistema regional das Américas, por causa da proximidade da ilha com a ideologia socialista, assim como suas relações econômicas, comerciais e diplomáticas cada vez mais próximas da China, Vietnã, Checoslováquia, Hungria, Bulgária e Polônia e principalmente da URSS, representava um dos esforços para a contenção a longo prazo dessas tendências soviéticas.

Em suma, o contexto geopolítico da Guerra Fria afetava diretamente o Sistema Interamericano devido ao medo estadunidense de Cuba conseguir exportar as ideologias socialistas para o restante do Hemisfério, o que colocaria em risco a hegemonia estadunidense na região e a vigência do paradigma democrático.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O isolamento de Cuba no Sistema Interamericano foi diminuindo conforme a dinâmica da Guerra Fria ia chegando ao fim, a partir do final da década de 1980. Isso porque os países americanos passavam por um processo de transição

democrática e de busca pela retomada das relações diplomáticas com a ilha. Além disso, desde que a URSS se desintegrou, o governo de Havana estava passando por uma profunda crise econômica, uma vez que seu grande aliado não estava em condições de manter o relacionamento. Dessa forma, a ilha viu a necessidade de realizar reformas internas que abrissem, aos poucos e cuidadosamente, o sistema econômico para o capitalismo. Outra mudança significativa ocorreu na política externa de Cuba, que passou a ser mais pragmática, abandonando a postura de buscar exportar a revolução. O objetivo passou a ser a busca por novos parceiros em toda a parte do globo.

Dentro deste âmbito, ocorre o estreitamento dos laços entre dois países chave que fazem frente aos EUA, que possuem um forte discurso anti-imperialista e que buscam romper com a ordem internacional vigente. São eles Cuba e Venezuela.

Cuba, desde o colapso de seus parceiros socialistas do Leste Europeu, enfrentava uma profunda crise econômica. Como saída para esse quadro, precisou buscar novos parceiros, entre eles a Venezuela foi de grande importância para a saída desse quadro negativo. Ao longo da década de 1990, o relacionamento entre esses dois países foram se aprofundando, até que no ano 2000, os dois lados assinaram o Acordo de Cooperação Integral, que é baseada em princípios socialistas, e que tinha como objetivo o aumento da interação política e econômica entre Havana e Caracas. Dessa forma, Hugo Chávez se tornou o principal aliado comercial do governo Castro. Parte da receita do petróleo venezuelano passou a ser destinado à Cuba para que pudesse contribuir para a economia e o desenvolvimento da ilha.

CONCLUSÕES:

No caso cubano, é importante lembrar que a ilha vem passando por pequenos processos de mudança desde o

final da Guerra Fria, a fim de que conseguisse sobreviver na nova ordem mundial que vinha se construindo desde a desintegração do bloco soviético, a qual obrigou Havana ser mais pragmática no cenário internacional.

Em relação a essa questão econômica e financeira, Solange Reis (2016), aponta alguns fatores que podem ter influenciado Obama na decisão pelo restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA. Ela afirma que a partir das reformas econômicas que Raul Castro vinha realizando, Cuba passou a representar um potencial tomador de capital estadunidense. A autora ainda destaca que o presidente dos EUA vinha sofrendo pressão de petrolíferas dos EUA, que argumentavam que as restrições comerciais existentes só contribuíam para que as iniciativas estadunidenses perdessem mercado para empresas de outros países. Ademais, ela observa que os EUA deveriam aproveitar a nova situação do empreendedorismo cubano relatada anteriormente, para facilitar o fluxo de bens, serviços e capital para a ilha. Dessa forma, seria uma alternativa mais branda para ir minando o modelo socialista, criando condições para maior receptividade ao modelo democrático-liberal estadunidense.

Outro argumento interessante apresentado pela autora, é que existe um grande número de cubanos vivendo nos EUA, e que é possível observar uma mudança no perfil desses imigrantes. Isto é, a primeira geração desses imigrantes era muito conservadora e crítica ao governo dos irmãos Castro. Eles realizavam forte pressão para que não houvesse uma reaproximação entre os dois países. Entretanto, a segunda e terceira geração, começaram a abandonar esse comportamento anticastrista, que por sua vez passaram a defender o reatamento dos laços.

Em relação ao aspecto de liderança global, Joseph Nye declarou em 2007 que “a imagem e a influência dos EUA no mundo estavam em declínio. Para manter uma posição de liderança nas relações

internacionais, os EUA deveriam realizar uma mudança no seu comportamento, indo de propagar o medo e raiva, para incentivar o otimismo e a esperança.”¹ (Nye, 2007 apud Apeldoorn; Graaf, 2016, p. 204)

Essa perda de credibilidade no cenário internacional era resultado direto do unilateralismo da Era Bush. No contexto regional, a insatisfação do governo de Bush filho se somava ao descontentamento da política estadunidense do século XXI, que também optava por promover os valores liberais-democráticos estadunidenses através da imposição, por meios belicosos e conflitivos. Contexto esse, que levou ao isolamento de Cuba do Sistema Interamericana.

Para enfrentar esses desafios destacados anteriormente, Obama adotou uma postura pragmática, buscando retomar e reforçar a posição de liderança mundial estadunidense, porém, evitando desrespeitar os limites impostos pela multipolaridade. Isto é, os erros cometidos pelos seus antecessores, levou Obama a modificar a abordagem estadunidense na política internacional.

Isso não significa que o presidente deixou de promover e difundir os valores liberais democráticos que são caros aos EUA desde a sua formação. Porém, o que sofreu modificação foi na maneira como isso seria feita, não mais através do emprego do *hard power*, mas sim através da diplomacia cultural e do *soft power*. Em relação a isso, Obama afirma que:

O apoio dos EUA à democracia e aos direitos humanos vai além do idealismo; é uma questão de segurança nacional. As democracias são nossos amigos mais íntimos e têm muito menos probabilidade de ir à guerra. Economias baseadas em mercados livres e abertos têm melhor desempenho e se tornam mercados para

¹ Tradução minha. Versão original: “America’s image and influence are in decline around the world. To maintain a leading role in global affairs, the United States must move from eliciting fear and anger to inspiring optimism and hope”

nossos produtos.”² (Obama, apud, Apeldoorn; Graaf, 2016, p. 210)

[...] quando procuramos impor a democracia com o cano de uma arma... estamos nos preparando para o fracasso.”³ (*Idem*)

Essa postura dos EUA está relacionada à política desenvolvida por Obama para lidar com o Sistema Interamericano de maneira a manter a sua liderança na região. Para isso, não cabia mais uma postura conflitiva, que condenasse o regime comunista cubano. Conforme destaca Solange Reis (2016, p.6), a necessidade de alterar a abordagem de política externa para as Américas, estava relacionado ao contexto de um grande número de governos progressistas na América Latina, que eram solidários a Cuba.

Outro fator que pode ter influenciado os EUA a mudarem sua postura frente à ilha, é em relação ao que foi relatado anteriormente sobre a perda de influência estadunidense no hemisfério americano, principalmente em relação ao aumento da presença chinesa na região. Isso é importante para a liderança dos EUA, pois a China é um dos seus grandes rivais econômicos atualmente, uma vez que passou por um processo acelerado de crescimento econômico, o que gerou especulações sobre a possibilidade de se tornar a maior economia do mundo.

A reaproximação com Cuba é importante nesse sentido de rivalidade econômica com a China, porque os laços entre Pequim e Havana são mais estreitos do que Havana e Washington. Isso porque, conforme apontado anteriormente, China procura contribuir com iniciativas como a

² Tradução minha, versão original: America’s support for democracy and human rights goes beyond# idealism; it is a matter of national security. Democracies are our closest friends and are far less likely to go to war. Economies based on free and open markets perform better and become markets for our goods. (Obama, apud, Apeldoorn; Graaf, 2016, p. 210)

³ Tradução minha, versão original: [...] when we seek to impose democracy with the barrel of a gun . . . we are setting ourselves up for failure. (*Idem*)

ALBA, a qual Cuba faz parte. Ademais, em 2015, além de a relação comercial entre China e Cuba ter crescido 57%, passou a ter voos diretos de Havana e Pequim, facilitando assim o aumento do fluxo de pessoas entre os países. Além disso, China passou a desenvolver a infraestrutura da internet cubana.⁴

Ademais, Scott MacDonalds (2018) destaca que os dois países possuem muitas semelhanças, como o fato de que ambos passaram por um processo revolucionário, por muito tempo dividiram um sentimento antimeritista muito forte frente ao poderio estadunidense e realizaram a reforma agrária e nacionalização de empresas estrangeiras. Essas semelhanças são importantes, pois, a disputa pela influência dos países latino-americanos e caribenhos entre China e EUA ocorre “principalmente no campo de batalha de visões conflitantes da ordem liberal internacional e modelos concorrentes de governança econômica e política.”(Piccone, 2016, p.21)

Especialistas como Piccone, Apeldoorn e Graaf ressaltaram que, apesar dessa rivalidade, seria improvável que as disputas tomassem o mesmo rumo da competição bipolar entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria, ou que optassem pelo confronto armado. Isso por causa do pragmatismo do governo Obama, que aparentemente seguia o mesmo pensamento de San Tiago Dantas, quando defendeu o não isolamento de Cuba do Sistema Interamericano, argumentando a favor da coexistência. Já a China não apresentava tendências de se firmar militarmente na região.

Apesar dessa improbabilidade de um conflito armado entre China e EUA, é importante ressaltar que alguns teóricos pensam de maneira diferente. Como por exemplo, John Mearsheimer, que duvida da ascensão pacífica da China. Portanto, nesse contexto, é importante considerar

algumas questões do posicionamento estratégico de Cuba, que certamente foi considerado pelos conselheiros de Barack Obama, por mais que não tenha sido um fator determinante para o presidente ter optado para retomar os laços com Havana.

Isto é, Cuba fica muito próxima dos EUA, isso é perigoso, primeiro devido à proximidade da ilha com rotas comerciais importantes, assim como se considerar o episódio da Crise dos Mísseis durante a Guerra Fria. Caso um conflito armado entre EUA e China realmente ocorresse, e Havana estivesse mais próximo da órbita de influência chinesa, os EUA estariam em desvantagem.

Em relação a essa questão territorial, é importante lembrar que até hoje os EUA são bastante influenciados pela geopolítica de Mahan, que aponta para importância das Linhas de Comunicação Marítima (LCM) e suas bases. Isto é, as LCM são as trajetórias de conexão militar e econômica de um país com territórios estrangeiros. Para Mahan, era importante ter o maior número de LCM possível, pois traria ganhos comerciais e seriam importantes para proteger determinado país em caso de guerra. Portanto, seguindo essa lógica da geopolítica clássica, a reaproximação dos EUA com Cuba seria benéfica para Washington, uma vez que Cuba poderia representar uma LCM estadunidense, que por sua vez traria ganhos comerciais aos EUA e facilitaria a defesa estadunidense em casos necessários.

Por fim, essa análise geopolítica possibilitou chegar à conclusão que a atual conjuntura, tanto regional, quanto internacional, demanda uma mudança de postura dos EUA e de Cuba. O isolamento de Cuba do Sistema Interamericano é prejudicial para a questão regional como um todo, uma vez que dificulta uma maior integração. Além do fato que não foi eficiente para que a ilha se enquadrasse nos pressupostos do paradigma democrático. Portanto, é possível afirmar que na atual conjuntura, conforme será apresentado melhor posteriormente, a ideia

⁴ Dados disponibilizados pela Venture Capital Post, disponível em <<https://www.vcpost.com/articles/118376/20160320/u-s-comptetes-china-business-influence-cuba.htm>>

de “coexistência” defendida por San Tiago
Dantas é a melhor opção.



Grande área do conhecimento

Título do Projeto: Potencialização subjetiva e grupalidade: cartografia da construção de um espaço de acolhimento para familiares de presos.

Autores: Cristina Mair Barros Rauter.

Walter Passos Vasconcellos Neto

Instituto de Psicologia. Núcleo Transdisciplinar Subjetividades Violências e Processos de Criminalização. (TRANSCRIM)

INTRODUÇÃO:

Este relatório é produzido a partir do trabalho de pesquisa-intervenção com familiares de pessoas privadas de liberdade, visando a construção de estratégias clínicas capazes de produzir potencialização subjetiva dessa clientela. Durante o desenvolvimento da pesquisa frequentamos a fila de espera para a visita dos internos do Instituto Penal Edgard Costa. Nele nos utilizamos do Método Cartográfico em Psicologia, bem como da metodologia de trabalho clínico denominada “Clínica Peripatética”, na qual a intervenção clínica se dá no território.

O projeto é uma das linhas de pesquisa do Núcleo Transdisciplinar Subjetividade, Violências e Processos de Criminalização (TRANSCRIM).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para fazermos contato com essas familiares fomos semanalmente à fila do presídio Edgar Costa, em um primeiro momento chegávamos entre 7:30h e 8:00h onde já as encontrávamos sentadas ou de pé na calçada esperando. Levamos para estes encontros um pequeno café da manhã, que inclui bolo e café. Temos um duplo propósito esse oferecimento: tanto nos serve como uma maneira de nos aproximarmos delas quanto de fornecer-lhes um alimento pela manhã, já muitas saem muito cedo de suas casas, sem se alimentar. Através deste dispositivo criamos ali um ambiente descontraído que permitiu tanto nossa aproximação delas, quanto delas em relação a nós. Neste momento aproveitamos para conversar, conhecer suas histórias, suas experiências, e assim poder compartilhar um pouco de suas realidades. Estas aproximações acontecem tanto de modo individual (algumas não querem se levantar para conversar na

frente de várias pessoas e pedem para conversar ali onde estão) quanto em situações onde ou sentamos com elas nas calçadas ou ficamos de pé ao seu lado. Outras vezes porém algumas se aproximam ou nos aproximamos já na fila formada e conversamos com grupos inteiros ali, muitas das vezes em pequenos grupos que já estavam juntos e que com nossa aproximação nos incluem e a outras pessoas ou pequenos grupos que ao ouvir a conversa ou pedir o café e/ou bolo passam a também fazer parte, formando assim um grande grupo orgânico. Tanto este grupo quanto nossas conversas individuais nos parecem produzir potencialização subjetiva naqueles indivíduos que as vezes choram, as vezes sorriem e outras vezes se demonstram aliviados ou seguros por encontrar um espaço onde suas versões da sua história e da de seu ente querido é acolhida sem questionamentos ou julgamentos. Isto já demonstra a potência deste trabalho com as famílias, que também demandam por outras ajudas ou informações que nos dispomos a oferecer ou encaminhar para quem lhes possa efetivamente ajudar.

Uma outra atividade realizada na pesquisa e que teve grande importância foi o convite que recebemos para participar de uma reunião no SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária) através de uma representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da FAFERJ (Federação das Favelas do Rio de

Janeiro). Nesta reunião pudemos intervir no processo de restituição das carteiras de visitas a familiares de presos. As carteiras tinham sido suspensas como forma de sanção a certas condutas reprovadas e pudemos intervir no processos de restituição das mesmas, que significava para as familiares poder voltar a visitar seus parentes presos.

CONCLUSÕES:

Esta pesquisa-intervenção se mostrou frutífera em suas realizações e tivemos a possibilidade de fazer alguma diferença nesse triste cenário do cárcere. Pudemos estar juntos na entrega das carteirinhas de visita das familiares, quando nossa presença foi um ponto institucionalmente importante para validar e possibilitar que as mesmas pudessem ser entregues e permitir ao menos a garantia do direito de visita a essas mulheres que estavam com seus direitos sendo violados em muitos casos já há anos.

Outro ponto importante a ressaltar é a diferença que faz nossa presença na fila da visita, no dia a dia daquelas mulheres, criando um espaço de troca e acolhimento muito interessante e potente, por criar um espaço onde elas puderam se olhar naquele cenário e estar ali de outra forma, mais inteiras e potentes, no encontro com seus entes queridos.

A nossa decisão de realizar o grupo de familiares não num consultório do Serviço da Psicologia Aplicada da Uff ou outro espaço, mas de realiza-lo na fila da visita se mostrou muito rico e produtivo, com o grupo acontecendo onde elas estão, e onde nós pudemos ir ao seu encontro. Ao fazer o grupo acontecer ali naquele espaço, pudemos partilhá-lo com elas. Acreditamos que isso teve um efeito positivo sobre aquelas mulheres, ao mesmo tempo que permitiu que nos aproximássemos de seu cotidiano. Pudemos dessa forma entender melhor as condições em que vivem e as situações pelas quais passam, contribuindo para potencializá-las e fomentar os laços grupais entre elas. Pudemos ver e trabalhar para acontecer realmente uma “Clinica Peripatética”, o que foi muito gratificante para nós e importante para elas como pudemos perceber.

Os seminários dos quais participamos foram valiosos tanto nos contatos que fizemos que nos rendem parcerias atuais e futuras, tanto para um bom aprendizado quanto para a produção dos eventos organizados pela pesquisa, que contribuiram para difundir outros modos de lidar com a questão prisional no Brasil, para além do os discursos punitivos atualmente hegemônicos.

Temos acesso a um espaço para atendimento em grupo no SPA da UFF, porém como optamos por fazer o grupo na própria fila

este não está sendo usado. A atividade na fila não exclui a possibilidade de realizar atendimentos individuais, como o que estou realizando no momento no SPA, quando a esposa de um detento nos foi encaminhada a partir da parceria que estabelecemos com a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Participamos também de seminários e palestras em que entramos em contato com pessoas de outras universidades que também fazem trabalhos em unidades prisionais, além de outros psicólogos, advogados, promotores, agentes dos direitos humanos entre outros que estão lutando para melhorar de alguma forma essas engrenagens carcerárias tanto entendendo melhor o funcionamento do sistema como tomando atitudes que visem retificar os erros que vem sendo cometidos.

Nestes mesmos espaços pude encontrar com familiares que fazem parte de pequenos grupos e que lutam pelo direito daqueles que estão aprisionados, além de outros que buscavam por informações sobre os seus direitos, sobre se aquilo que passavam nas visitas era correto, entre outras informações. Com isto e nossas reuniões acordamos uma parceria com o SPA da UFF possibilitando que familiares que necessitem de atendimento psicológico na universidade possam ser atendidos no SPA.

Deixo por fim para futuras pesquisas o questionamento de porque são tantas mulheres a visitar os presídios e porque tão poucos homens o fazem. Foi possível visualizar na atual pesquisa que este é um campo de estudo interessante e pouco explorado. Diversas causas estão envolvidas, desde aquelas ligadas ao papel social reservado à mulher, ainda muito presente na sociedade (cuidadora, ...) até a causas institucionais, como limitação do número de homens que podem entrar para visitar em determinada instituição por dia. Este pode ser um campo importante de estudos, que pode nos ajudar a entender melhor o funcionamento das engrenagens carcerárias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as mulheres familiares de presos com quem pudemos conviver no período da pesquisa e com quem pudemos aprender um pouco mais sobre a realidade brasileira, num momento em que o país se constitui num dos que mais encarcera no mundo. Agradecemos também aos militantes da Frente Estadual pelo Desencarceramento”, ligada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade de conhecer mais de perto os problemas vividos pelas pessoas privadas de liberdade em nosso estado.



Ciências Humanas

A formação médica na produção de autonomia através da Gestão Autônoma de Medicação (continuação)

Matheus Lemos Rodrigues de Souza, Carla Graziela Paes Ladeira, Vitor Talarico Campomizzo, Márcio Loyola de Araújo, André Miranda de Oliveira, Eduardo Henrique Passos Pereira

Instituto de Psicologia em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva

INTRODUÇÃO:

Durante o período de dois anos, os quais incluíram o projeto PIBIC 2016/2017 anterior e o presente PIBIC 2017/2018 (continuação), onde abordou-se sobre o impacto da Gestão Autônoma de Medicação (GAM) na Formação Médica, se articulou a produção de cuidado e conhecimento, através da pesquisa do próprio processo de formação dos acadêmicos de medicina nela envolvidos. Queremos trazer, neste resumo, as contribuições mais relevantes desta pesquisa para a formação em saúde, mas com destaque maior à formação médica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O desenvolvimento da pesquisa sobre as repercussões da estratégia GAM na formação médica tem alcançado eventos distintos, que podem atribuir sentidos novos ao fluxo da pesquisa. A atividade do Grupo de Intervenção GAM, composto por pesquisadores, usuários e trabalhadores do ambulatório de Saúde Mental de Pendotiba em Niterói/RJ, tem um horizonte de ação delimitado e, agora, uma perspectiva de finalização de sua atividade. Além disso, a trajetória de intervenção participativa que a pesquisa construiu assumiu nova configuração como na proposta executada em dispositivo curricular da formação médica na forma de uma disciplina de iniciação científica, na faculdade de medicina da UFF, a ser desenvolvida no segundo semestre de 2018. Movimentos e deslocamentos continuam integrando a

realidade de transformação do curso da pesquisa e dos pesquisadores no trânsito da metodologia cartográfica que acompanha processos, enquanto entende dinâmicas e opera novos sentidos para a formação em saúde.

Diante do histórico de constituição das experiências coletivas referenciadas tão frequentemente nas atividades do Grupo de Intervenção GAM no referido ambulatório da rede de saúde de Niterói, este se torna não apenas instrumento metodológico de consumação do objetivo de intervenção na medicalização do cuidado. Sendo assim, o dispositivo: grupo GAM no ambulatório de Saúde Mental de Pendotiba, opera através de diversos sentidos clínico-políticos, os quais atravessam a implementação da estratégia GAM, com usuários e trabalhadores numa experiência singular entre cuidado e formação. E que, ao conduzir o processo de finalização da presença da pesquisa no ambulatório, demanda dos pesquisadores cuidados tão ou mais sensíveis que outros momentos delicados de permanência ou alteração das ações no campo desta intervenção

O Grupo de Intervenção GAM já vivenciou as fases avançadas da implementação do Guia GAM e da fundamentação do grupo como entidade coletiva de autonomia do cuidado para os usuários nele envolvidos. Os momentos de escrita sinalizavam para a necessidade de processos de análise do material já produzido pelo grupo na forma de relatórios, gravações de áudio e

apresentações de trabalhos. Restava ainda o desejo de avaliar o impacto da experiência de cogestão sem a vivência de longitudinalidade, na pesquisa, e sem o acesso direto ao Grupo de Intervenção GAM naquele ambulatório. Assim, constituiu-se a proposta de uma nova instância de análise e intervenção da pesquisa: a realização de uma disciplina de Iniciação Científica V, na Faculdade de Medicina da UFF. Foram retomados pontos metodológicos da abordagem cartográfica e, junto a contribuições do Grupo de Supervisão, foi elaborado o programa da disciplina, que não deveria conter aulas expositivas, mas sim uma estruturação de trabalho coletivo com vistas à validação da experiência do Grupo Intervenção na Formação Médica. A Disciplina de Iniciação Científica foi proposta para ser uma optativa dentro da oferta curricular da faculdade de medicina da UFF, no segundo semestre de 2018, e configura-se como estágio docência para o doutorando participante desta pesquisa.

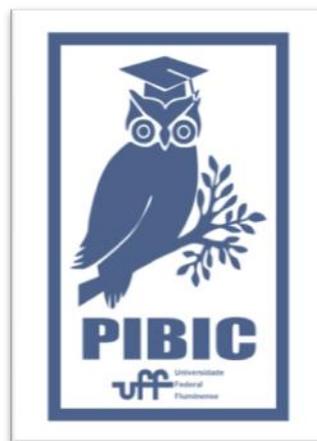
CONCLUSÕES:

Nestes dois anos de percurso de pesquisa, dez alunos de medicina tiveram a oportunidade de participar da pesquisa, sendo que três deles foram contemplados como bolsistas de iniciação científica. Além da relevância para a formação destes pesquisadores, que participaram dos grupos-dispositivos de intervenção no ambulatório de saúde mental e de intervenção na formação médica, articularam-se com estes projetos de iniciação científica: um mestrando de psicologia da UFF, que defenderá sua dissertação em 26/09/2018, e um doutorando que desenvolve a pesquisa sobre a forma como estes projetos impactam a formação médica. O referido doutorado incluirá os dois projetos: PIBIC 2016/2017 e, esse de continuação, em suas análises na tese: A FORMAÇÃO MÉDICA NA PRODUÇÃO DE AUTONOMIA ATRAVÉS DA GESTÃO AUTÔNOMA DA

MEDICAÇÃO. Cabe aqui ressaltar que a pesquisa produziu material para um novo projeto, e este inclui parte dos acadêmicos que participaram da pesquisa, na disciplina de iniciação científica acima referida. A disciplina de iniciação científica V pretende validar o dispositivo de intervenção na formação médica, com o objetivo de reverberar a proposta de cogestão e de produção de autonomia na formação de mais alunos de medicina. Todo este trabalho será incluído na tese de doutorado em curso no Instituto de Psicologia em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da UFF a ser defendida em agosto de 2019. Este esforço coletivo articula produção de conhecimento e cuidado, saberes da experiência dos usuários com trabalhadores da rede de saúde de Niterói. Assim contemplando os princípios de participação da comunidade, da universidade e dos serviços públicos de saúde na produção da Educação Permanente, em seu viés de formação em serviço e produção de conhecimento, para o cuidado em saúde. O que está em sintonia com a política de inclusão de diversos atores sociais na consolidação do SUS.

Agradecimentos:

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFF,
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA DA
UFF E AMBULATÓRIO DE SAÚDE
MENTAL DE PENDOTIBA COM SEUS
USUÁRIOS E TRABALHADORES DA
REDE SAÚDE PÚBLICA DE NITERÓI**





Ciências Humanas

A dicotomia imperial: Os Estados Unidos entre uma América de nações iguais e a supremacia da república norte-americana nos discursos de Joel Roberts Poinsett sobre a independência mexicana (1821-1825)

Kaio Tavares Rodrigues

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (DEI-INEST-UFF)

INTRODUÇÃO:

O político, diplomata e latifundiário da Carolina do Sul, Joel Roberts Poinsett foi um dos maiores representantes da relação paradoxal dos Estados Unidos com a América Latina na primeira metade do século XIX. Se, por um lado, a república norte-americana apoiava as independências da ex-colônia espanhola, desejando constituir um mercado para seus produtos e uma zona de influência política, por outro, os norte-americanos colocavam seu experimento republicano, suas declaradas pureza racial, liberdade civil e religiosa como características superiores. Poinsett participou dos processos de independência de Buenos Aires e do Chile e, ao retornar a seu país, foi considerado um especialista no assunto. Eleito para a Câmara de Representantes dos EUA, foi um dos principais defensores do apoio e reconhecimento das independências, numa espécie de pré-monroísmo. Por outro lado, durante sua viagem ao México, em 1822, escreveu “Notes on Mexico”, em que criticava o sistema político, a mistura racial, a Igreja e outros pontos da sociedade mexicana. Esta comunicação promoverá uma análise comparativa entre discursos de Poinsett em favor do reconhecimento das independências e seu livro “Notes on Mexico”, entendido como um relato de viagem e um discurso político sobre a chamada superioridade dos EUA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A corrente pesquisa promoveu uma análise comparativa de discursos de Joel Roberts Poinsett, um congressista norte-americano e futuro ministro plenipotenciário de seu país no México, no Congresso dos Estados Unidos em defesa do reconhecimento da independência

das ex-colônias espanholas em 1822, e um relato de sua viagem ao México no mesmo ano na condição de agente especial.

Desenvolvemos uma metodologia que nos fornecesse instrumentos de análise de relatos de viagem. Considerando conceitos como “universo cultural”, “lugar de enunciação” e “zonas de contato”, partimos para a elaboração de um panorama cultural do viajante norte-americano e europeu na América Latina do século XIX e da história de Poinsett antes de seus discursos.

Os materiais de análise foram vistos dentro da ótica da Doutrina Monroe, evocada um ano após a autoria das fontes. Para tanto, buscamos oferecer um debate sobre as origens históricas e teóricas da Doutrina. Foi necessário também buscar fontes sobre as origens da independência mexicana que pudessem nos dar um panorama do momento político, social e econômico encontrado por Poinsett no país um ano após sua independência.

Trabalhamos também a política externa norte-americana em relação à desintegração do Império espanhol nas Américas, para além da Doutrina Monroe. Por fim, pudemos analisar comparativamente as duas fontes, procurando evidenciar as dualidades do discurso norte-americano em relação à América Hispânica em termos de raça, política, religião e interesses econômicos

CONCLUSÕES:

A análise das fontes históricas mediante os instrumentos metodológicos demonstrou semelhanças e inconsistências entre o discurso político no Congresso e o relato pessoal de viagem. Foi possível observar também as particularidades do pensamento de Poinsett em

relação à América Latina e as influências desse universo cultural geral em sua fala.

Na ótica da Doutrina Monroe, foi possível entender que os discursos expressavam argumentos específicos que eram costumeiramente utilizados para convencer o reconhecimento das independências. Sobretudo aqueles que apontavam possibilidades e interesses econômicos.

Por fim, ficou clara a dualidade de discurso entre o papel dos Estados Unidos como defensores da ideologia liberal e anticolonialista para a América e seus interesses econômicos por trás dessa ideologia. Foi possível ver como a ideia de independência e reconhecimento estava ligada ao rompimento com a ordem colonial anterior e a aceitação aos novos valores, no sentido de que um México monárquico não correspondia ao modelo ideal de Estado pós-colonial americano, e, portanto, era necessário avaliar e contestar a legitimidade e a estabilidade do governo imperial mexicano.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Gabriel Passeti, meu orientador no presente estudo, que além de sempre ter se colocado à disposição para me ajudar em todas as partes da pesquisa, e na indicação de bibliografia, acreditou e me deu todo o apoio num período complicado em minha vida. Além disso, teve uma importância ímpar desde o início da minha graduação e na minha vida acadêmica, tendo me recebido em seu grupo de pesquisa no meu primeiro período na universidade, e dado todo o apoio e instrução possível. Sem dúvida, seu apoio foi de importância singular para a confecção do presente trabalho. Agradeço também aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado dando todo o suporte, à minha namorada Andressa Chagas, que esteve ao meu lado, me apoiando nos momentos difíceis para o desenvolvimento desta pesquisa, e aos meus irmãos, sobretudo à minha irmã, a Prof. Dr. Vanessa Schottz, que também sempre me encorajou e acreditou no meu potencial para a execução desta pesquisa, e, desde sempre, foi meu maior exemplo para adentrar a academia seja como aluno ou pesquisador de iniciação científica. Agradeço também aos meus professores da Universidade Federal Fluminense, e ao CNPq, que me garantiu o aporte financeiro para o desenvolvimento do presente estudo, sem o qual, dificilmente conseguiria chegar a esse resultado.

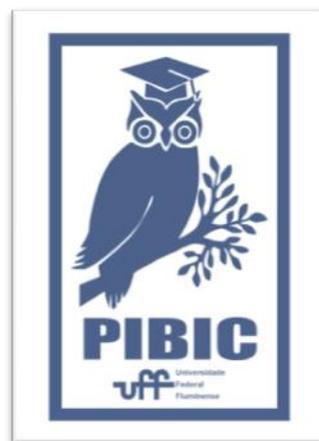


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: O corpo em perspectiva: da antropometria à virada ontológica – Gilmar Rocha (orientador)

Autor: Raabe Andrade

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Artes e Estudos Culturais/ Curso de Produção Cultural / Universidade Federal Fluminense (Rio das Ostras/RJ)

INTRODUÇÃO:

Sendo o corpo um meio privilegiado de expressão e representação do “eu”, operador simbólico de nosso modo de ser e estar no mundo, seu significado vem se transformando no tempo e no espaço. Segundo Le Breton (2003), “pensar o corpo é uma outra maneira de pensar o mundo”. Dessa forma, a antropologia do corpo nos auxilia a ler esse conjunto de representações e práticas que nos levam a conhecer o corpo e, conseqüentemente, o mundo, em determinado tempo e espaço social. Este projeto tem como objetivo central apreender o significado do corpo nas antropologias de Franz Boas, Marcel Mauss e Bronislaw Malinowski, e dentro da perspectiva fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty que muito contribuiu para a virada ontológica nas ciências sociais em tempos mais recentes. Como bem cantou Elis Regina, “e o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir”, ou seja, faz-se necessário apreender as reflexões destes pensadores clássicos, para que o conhecimento possa de fato ser incorporado e para que assim possamos nos engajar no tempo presente como agentes de transformação gerando novas reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Minha relação com a antropologia ainda estava apenas do campo do interesse, eu ainda não havia adentrado de “corpo e alma” neste universo. Por isso, a priori, dentre a rica bibliografia sugerida por meu orientador, Prof.

Dr. Gilmar Rocha, optei pelas obras que poderiam me oferecer uma maior compressão da antropologia em si, me proporcionar uma relação mais íntima com as figuras centrais desta pesquisa e um apanhado geral da antropologia do corpo, mais especificamente. Como exemplo, o primeiro artigo lido e fichado, “*O corpo na teoria antropológica*”, de Miguel Vale de Almeida, foi peça fundamental para dar um primeiro passo, pois o texto apresenta a trajetória de uma epistemologia e metodologia desenvolvidas sobre o corpo desde os primórdios à sua institucionalização na década de 1960, apresentando os principais antropólogos que se debruçaram sobre o tema, entre eles Franz Boas e Marcel Mauss, sem deixar de mencionar a importância da fenomenologia de Merleau-Ponty, principalmente. Depois disso, li as principais obras de cada um sobre o tema para melhor compreender suas reflexões.

Somado a tudo isso, o estudo da fenomenologia de Merleau-Ponty e suas teorias acerca da percepção e da incorporação me levaram a pensar em minha própria trajetória enquanto artista, produtora cultural, cidadã, e agora, bolsista de iniciação científica. Em que medida o conhecimento apreendido tem de fato sido *experienciado* e tem contribuído para minhas reflexões acerca do corpo dentro da arte e da cultura?

Tendo em Vinicius de Moraes uma identificação pessoal, e sendo nítida uma mudança em sua *corporalidade* – entendida como idioma simbólico por meio do qual podemos analisar uma representação corporal – ao longo do tempo, a pesquisa também me trouxe reflexões

acerca do corpo em sua obra. Passei a refletir como se deu a apreensão da cultura afro-brasileira na vida e obra do poeta por meio da incorporação das tradições, da musicalidade e corporeidade baiana. Como Vinicius e, conseqüentemente, sua obra foram se aproximando deste imaginário cultural – um imaginário que não se opõe à realidade, mas a trata como simbólica – conforme ele se aproximava da cultura afro-brasileira – que veio a ser elemento fundamental de sua criação –, o que também me levou a pensar em questões relacionadas ao racismo ainda tão fortemente presente em nossa cultura.

CONCLUSÕES:

Além do estudo e análise da bibliografia indicada no início da pesquisa, busquei por outras obras que pudessem contribuir para o embasamento do diagnóstico proposto. Com isso, fui levada a escrever o artigo intitulado “*Vinicius de Moraes: uma biografia corporal*” – enviado ao ENECULT 2018 –, e agora venho me aprofundando em tal reflexão e trazendo seus desdobramentos em meu trabalho de conclusão de curso – também sob orientação do Prof. Dr. Gilmar Rocha –, a ser apresentado ao final deste semestre.

A experiência da pesquisa antropológica me abriu novos caminhos, direcionou meu olhar para horizontes jamais vislumbrados. Minha experiência como pesquisadora neste projeto de iniciação científica aumentou significativamente meu interesse pela carreira acadêmica – visto que pretendo dar continuidade a este trabalho em um projeto de mestrado – e as inspirações a mim – pessoa, musicista e produtora cultural – concebidas proporcionaram memoráveis e enriquecedoras aventuras.

Agradecimentos:

Minha eterna gratidão à minha mãe, minha maior incentivadora e investidora, que sempre me lembra do que somos feitas e do que somos capazes. Ao Prof. Dr. e Amigo Gilmar Rocha que, ao ver em mim potencial para este projeto,

me apontou um novo horizonte e me deu os remos para que pudesse me lançar: “navegar é preciso”; à Universidade Federal Fluminense, ao curso de Produção Cultural e aos demais professores que cruzaram meu caminho em salas de aula, nos palcos da vida ou em mesas de bar – com toda certeza, o que sou hoje construí com a participação de vocês. Aos meus amigos, irmãos de alma, que estimulam meu crescimento e no reflexo de seus olhos sempre me mostram minha melhor versão. Ao Poetinha, por toda inspiração e por me ajudar a viver. *Nosso tempo é quando*. E à vida, que é a arte do encontro, por fazer com que cada uma dessas pessoas, de uma maneira ou de outra, cruzasse meu caminho.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Miguel Vale. “O corpo na teoria antropológica”. *Revista de Comunicação e Linguagem*, v. 33, p. 49-66, 2004.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. CASTRO, Celso (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004b.
- CASTELLO, José. *Vinicius de Moraes: uma geografia poética*. Rio de Janeiro: Relume, 2005.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*. Campinas: Papirus, 2003.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. CHAUI, M. (Org). São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- MORAES, Vinicius de. *Orfeu da Conceição*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. *Samba falado: (crônicas musicais) / Vinicius de Moraes*. JOST, Miguel; COHN, Sérgio; CAMPOS, Simone (org.). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- ROCHA, Gilmar. *Mauss & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011..
- _____. “Paisagens corporais na cultura brasileira”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 80-93, 2012.
- TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. “Educação, antropologia, ontologias”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 27-38, 2016.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. *Entre a gira e a vitrola: afro-religiosidade na obra musical de Vinicius de Moraes*. Franca: [s.n.], 2016.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Área: Antropologia

Sub-área: Antropologia Urbana

**Expressões culturais e sociabilidades urbanas: o bloco
Mulheres Rodadas no carnaval carioca**

Autores: Julia Alves Pinheiro

**Orientadora: Profa. Renata de Sá Gonçalves
Departamento de Antropologia / ICHF /UFF**

Núcleo de Antropologia das Artes, Ritos e Sociabilidades urbanas

INTRODUÇÃO:

Ao tomar como ponto de partida o carnaval enquanto prática urbana, popular e contemporânea, esta pesquisa dedica-se a observar as expressões culturais manifestadas neste festejo popular, trazendo à luz as questões políticas manifestadas nos blocos e coletivos carnavalescos.

Partindo do estudo etnográfico do bloco carnavalesco carioca “Mulheres Rodadas”, foram investigadas as redes de mediação e sociabilidade promovidas em torno da questão de gênero através das expressões artísticas no carnaval. A pesquisa resgata a trajetória do feminismo e do carnaval no Brasil, propondo estabelecer um diálogo com as produções teóricas e metodológicas sobre as manifestações culturais, tendo como panorama o carnaval na cidade do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho foi elaborado utilizando como referências teóricas as produções de pesquisas da área da Antropologia. A historicidade do carnaval foi remontada a fim de verificar o contexto sócio-histórico onde o bloco se insere para, a partir daí, dedicarmos os esforços a analisar as

manifestações artísticas do coletivo dentro e fora do período festivo.

O carnaval aparece nas produções científicas brasileiras como uma festa tradicional, popular desde a metade da década de 1890. A construção da identidade carnavalesca em torno da categoria “cultura popular” é expressão da composição cultural marcadamente urbana, que não somente coloca em relação hierarquias sociais, mas também noções de poder e organização através da oposição entre povo e instituições.

O carnaval, consolidado como uma festividade tradicional e urbana, se sustenta e se ressignifica através de símbolos bastante difundidos que representam a irreverência da festa, reconhecida por ser o espaço de inversão de papéis sociais e suspensão dos valores morais. Esta narrativa reafirma a existência de normas sociais significativamente consolidadas.

A historiografia do carnaval na cidade do Rio de Janeiro aponta, a partir dos anos 1980, a intelectualização e politização dos jovens de camadas médias, que vislumbram a possibilidade da ocupação das ruas como forma de expressão. Este momento é sucedido pelo *boom* do carnaval de rua, com surgimento de 304 blocos entre 2000 e 2014, ampliação do calendário carnavalesco e a redescoberta e

revitalização de espaços boêmios e do samba. É importante destacar que este movimento de revitalização do carnaval de rua redefine uma estética sonora dos blocos, e abre espaço para novas configurações de coletivos carnavalescos. É nesta configuração de tempo e espaço que se insere o surgimento do bloco Mulheres Rodadas, o primeiro bloco carnavalesco feminista na cidade. Com o propósito de verificar as possibilidades identitárias suscitadas pelo bloco e sua militância política, este trabalho investigou histórica e socialmente a trajetória do feminismo e suas segmentações políticas. Nesse sentido, discutimos as noções de unidade e identidade articuladas através do compartilhamento de vivências – ou da ausência delas. Foram trazidas perspectivas teóricas de sexo, gênero, normatividade e sexualidade para analisar os discursos fomentados pelo coletivo. A pesquisa centraliza a investigação sobre a agência do bloco enquanto coletivo, verificando que as atividades performáticas dentro e fora da festa são utilizadas como instrumentos de empoderamento feminino desconstrução da normatividade - determinações de gênero que se assentam em tipos ideais estéticos, morais, sexuais, afetivos e comportamentais.

CONCLUSÕES:

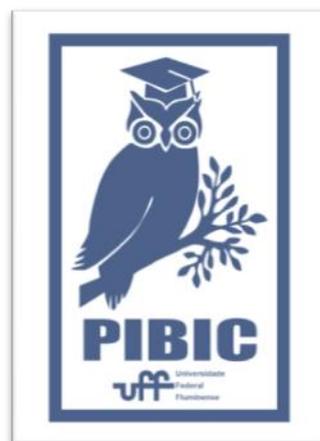
O bloco Mulheres Rodadas concentra em sua existência a noção de subversão e transgressão através da agência das mulheres que o compõem. O grupo se propõe a ressignificar e desconstruir a normatividade de gênero confrontando símbolos sacralizados do carnaval, além de romper com as estruturas de poder do da dominação masculina.

A elasticidade da noção de tradição do carnaval de rua que é articulada entre diferentes elementos da festa (as músicas, o corpo de instrumentos, a segurança, a organização, os temas dos blocos) permitem a aproximação do Bloco Mulheres Rodadas à reinvenção dos blocos de rua

como festa popular: informais, sem amplificações, com uso de sambas e marchinhas e o posicionamento de enfrentamento ao processo de mercantilização do carnaval de rua. Por outro lado, se insere em um contexto de atualização do passado, em um movimento de estender o lugar de memórias às novas identidades reivindicadas socialmente.

Agradecimentos:

Ao bloco Mulheres Rodadas pela abertura para uma vivência franca de pesquisa e participação.





Grande área do conhecimento Educação

Título do Projeto: Memória, Narrativas e Tecnologia nos anos iniciais da educação básica e as “artes de fazer” no trabalho docente

Autores: Rejany dos S. Dominick/ Cirlene B. da Conceição/ Paula Fernanda de B. Barbirato/ Ana Cristina M. M. Vieira/ Talita Davi de Oliveira Remigio / Valéria A. Assis/ Cíntia S. Flores/ Gesana Barcelos

Departamento/Unidade/Laboratório: SSE - Faculdade de Educação - FORMAR

INTRODUÇÃO:

Identificamos que há presença de artefatos tecnológicos informacionais nas escolas, mas pouco uso dos mesmos. Identificamos como importante resgatar e organizar algumas histórias locais em diálogo com as tecnologias disponíveis, na escola e na universidade, para a construção de registros sobre a memória dos estudantes, bem como do bairro do Fonseca, em Niterói-RJ. Buscamos aprender mais sobre a história local e o uso das tecnologias procurando gerar benefícios múltiplos e aprendizados marcados por experiências instigantes, pela troca de saberes entre escola, universidade e os docentes em formação inicial e continuada.

Acreditamos que o compartilhamento de conhecimentos permite reflexões críticas sobre o meio social que nos envolve e que é produzido por todos. O objetivo geral do projeto PIBIC foi o de “Aprofundar e produzir conhecimentos com os professores em formação inicial e continuada sobre a memória da Vila Ipiranga, em Niterói, por meio de narrativas e usando novas e velhas tecnologias educacionais”. Buscamos articular os projetos de pesquisa, inovação e extensão estimulando as narrativas, usando, apresentando e construindo conhecimentos com os artefatos tecnológicos disponíveis na escola, por meio de oficinas estruturadas a partir dos princípios dialógicos de pesquisa, nos pautando no caminho da ciência aberta.

Nossas movimentações seguiram princípios propostos por Thiollent (1994) e Brandão (1987 e 1990), mantendo um diálogo teórico constante com as elaborações do Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004) e dialogando com os interesses locais.

Cultura da participação (SHIRKY, 2011), produção colaborativa (PRETTO, 2010) e os movimentos colaborativos (BONILLA e

PRETTO, 2015) perpassam as discussões dos projetos na escola (PE). Eles acontecem a partir de um tema definido pelos interesses dos graduandos em diálogo com o projeto gerador. Os PE ganham contornos das interações específicas com a realidade e se efetivam no contato direto com a escola. As atividades precisam estar articuladas ao planejamento do professor, pois nos movimentamos em direção aos sujeitos, uma vez que “toda pesquisa-ação possui um caráter participativo, pelo fato de promover ampla interação entre pesquisadores e membros representativos da situação investigada” (THIOLLENT, 1994, p. 21).

Buscamos formar docentes pelo caminho da pesquisa visando contribuir para a geração de uma pedagogia inovadora em que o professor deixa de se perceber apenas como transmissor de saberes e transforme-se em um mediador que propõe questões, provoca o pensar para um trabalho de construção de conhecimento compartilhado, colaborativo e sistematizado singularmente pelo grupo e seus participantes. Rompendo-se com o falar-ditar do mestre ou de tecnologias ligadas à racionalidade instrucional, abre-se o espaço para o exercício da “participação sensório corporal e semântica e não apenas mecânica. Capaz de superar a centralidade da modalidade tradicional de aprendizagem, em favor da aposta na modalidade interativa, da dinâmica comunicacional da cibercultura e da educação autêntica” (SILVA, 2010, p. 44).

No ano de 2017 desenvolvemos o projeto com o grupo de referência 4B (GR4B), composto por 18 estudantes. A faixa etária das crianças variou entre 9 e 11 anos. Com exceção de dois alunos: uma com 15 anos, diagnosticada com TEA (transtorno do espectro autista), e o outro com 13 anos, que veio da turma de aceleração e foi “atrasado”, segundo a professora, devido a um

erro administrativo. A professora de referência era a Valéria Augusto de Assis e trabalhava com esse grupo há 3 anos consecutivos, construindo um vínculo afetivo forte. Havia também a professora de apoio, Cintia Schettine Flores.

No ano de 2018, o grupo indicado pelos gestores foi o GR3A constituído por 21 crianças com idades entre 8 e 9 anos, a professora de referência Gesana Barcelos e também uma estagiária de apoio, estudante de pedagogia da UFF, Isabela, que acompanhava um dos discentes diagnosticado com hiperatividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Quando, em agosto de 2017, iniciou a vigência do projeto nós já estávamos na escola desde maio. Já havíamos nos apresentado e feito o levantamento sobre os interesses do grupo de referência 4B (GR4B) e suas professoras de referência e de apoio. Participaram bolsistas PIBIC, PIBITI e LICENCIATURA. Foram realizadas 11 oficinas, dentre as quais destacamos a “Reconhecendo meu bairro”, que se dividiu em etapas: 1. Conhecendo o Horto Florestal do Fonseca; 2. Memórias do Bairro do Fonseca; 3. Aula passeio (ARAÚJO e CASTRO, 2013).

Na primeira etapa as crianças foram estimuladas a entrar no serviço *Google Maps* e navegar. Alguns já sabiam ligar os computadores e usar o serviço, outros precisaram de ajuda. Aos que sabiam mexer, pedimos que explicassem o funcionamento. Começaram animadamente a pesquisar a rua da escola e seu próprio endereço. Outros alunos se interessaram em buscar novos países, queriam saber onde ficava a Europa. Diziam: “Eu nunca fui à Itália!”, “Eu já fui à China”, “Vamos lá no Paquistão?”. Explicamos que a ferramenta *Street View* possibilitaria acesso a visão de diversos lugares mediante imagens captadas pelo satélite, e que ela nos possibilita caminhar virtualmente por diferentes espaços.

Na segunda etapa desta oficina solicitamos aos estudantes que fizessem uma pesquisa com os seus familiares acerca do horto do Fonseca, ambiente pouco frequentado por eles e dificilmente visto como um espaço educativo informal ou, até mesmo, como uma área de lazer para os moradores daquela região. Conseguimos estimular a participação de mais sujeitos da comunidade e discorremos sobre o sentimento de pertença, quase sempre não evidenciado nas falas das crianças, e sobre as

demarcações de limites impostas pelas diferentes facções daquela região, impedindo o convívio e as práticas sociais dos estudantes.

Deixamos os discentes livres para escolherem as ferramentas que iriam utilizar para registrar as informações. Na semana seguinte formamos um círculo no chão da sala de referência e iniciamos a leitura coletiva dos dados coletados. Para podermos ouvir as contribuições estabelecemos que somente “A Bola da vez” falaria, pois alguns dos princípios com que trabalhamos buscam o respeito ao espaço e ao tempo com o outro. O celular, neste momento, foi utilizado para garantir aos discentes que, na posse dele, teriam o seu momento para lembrar, questionar, responder, ratificar/retificar certezas/incertezas construídas. Os primeiros efeitos despontaram em meio a roda de conversa, na forma de chiados profundos e pequenos dedos indicadores frente à boca sinalizando: “Xiiuu! Agora é a vez de fulano. Você já teve a sua vez!”. Essa experiência inovadora trouxe a percepção de que qualquer objeto pode ser utilizado como tecnologia para dar suporte à relação do ensinar-aprender, desde que este seja utilizado com criatividade. Questionamentos acompanhados de reflexões cada vez mais complexa foram surgindo. Nesta etapa os discentes iam compreendendo a importância do respeito à voz do outro. Surpreendente foi quando percebermos que crianças que se calavam, com visível medo de se expressar, passaram a reivindicar seu espaço para falar.

A discussão em sala de aula trouxe um número significativo de informações sobre a localidade e durante a conversa percebemos uma melhor compreensão dos objetivos da proposta, se envolveram ainda mais no tema e buscaram a participação da família como importante interlocutora sobre como era o local onde moram. As vozes foram ouvidas, incluídas e suas memórias (re)significadas.

A terceira e última etapa foi uma visita ao Horto Florestal do Fonseca. O primeiro espaço que visitamos foi o Instituto Baía de Guanabara (IBG). Esta etapa foi mediada por uma funcionária do IBG que nos explicou de maneira bastante didática os temas discutidos nas palestras organizadas pelo instituto. Lá, pudemos ver uma exposição itinerante com painéis ilustrativos destacando as diversas formas de poluição da Baía de Guanabara e os animais que sofrem em consequência da poluição. A funcionária também apresentou para os discentes um artefato que explicava

como os diversos seres contribuem para a compostagem no processo de formação do húmus, que é indispensável para a manutenção das florestas. Os estudantes puderam identificar insetos, cascas de frutas, de legumes e folhas de árvores dentre outros elementos. Puderam segurar nas mãos um gongolo, minhoca e pequenas baratas. Foi apresentado pela funcionária o importante papel desses animais para a manutenção da vida humana.

O momento seguinte da aula passeio aconteceu na área de proteção do horto. Foi realizada uma caminhada mediada também pela funcionária do IBG e pelo grupo de estudantes do CIETH (Centro Integrado de Estudos em Turismo e Hotelaria). Foram distribuídas várias lupas para que os discentes pudessem apreciar detalhes da diversidade de espécies da flora e fauna. No lago do horto, as crianças tiveram a oportunidade de alimentar os peixes com a ração adequada, recebendo maiores informações sobre os motivos de não poderem lançar no lago outros tipos de alimentos.

A partir do passeio, conversas e reflexões acerca das memórias, das questões de segurança pública, da cultura e de algumas tradições e transformações no bairro foram estimuladas. As crianças exercitaram o olhar etnográfico pelos locais por onde passaram e contaram histórias vividas ou sabidas. Percebemos uma ampliação do nível de consciências sobre a importância de cuidarmos do nosso meio ambiente e de conservarmos a natureza que ainda existe. Muitas conversas e histórias sobre boas experiências locais foram surgindo, como a de passeios familiares no espaço. Mas, apareceu também a narrativa de que o aluno X “estava proibido, pelos caras, de colocar os pés do outro lado da Alameda”. Diferentes pontos de vista sobre a localidade foram surgindo, mas agora não somente ligados à violência.

Na semana seguinte, no GR4B, desenvolvemos atividade de escrita de cartas a serem enviadas ao prefeito. As dúvidas sobre digitação foram: como dar espaço entre as palavras, como fazer parágrafo e como colocar letra maiúscula. Os discentes queriam saber se a grafia estava correta e os estimulamos a pesquisar em dicionário online, pois estávamos naquele dia com acesso à internet. Ao término da escrita, cada discente inseriu desenhos e formas para enfeitar as produções e perguntaram se o prefeito realmente as leria se fossem enviadas. Constatamos a preocupação deles com a escola e com o bairro em que viviam. Suas

reivindicações se pautavam na melhoria das instalações da instituição, desde o sistema de refrigeração à qualidade da internet, dos livros didáticos e da quantidade insuficiente de cadeiras no Laboratório de Informática.

No segundo semestre da pesquisa, 2018-1, dialogamos com 21 crianças, com a docente do grupo de referência do terceiro ano regular do primeiro ciclo (GR3B) e com uma estagiária de apoio. Estiveram envolvidas três bolsistas de PIBIC, PIBITI e EXTENSÃO.

Em nosso primeiro contato com as crianças, nos apresentamos e perguntamos o que eles mais gostavam de fazer na escola. A intenção era preparar um projeto com base também nas necessidades da professora e dos interesses das crianças. Animados com a novidade, responderam que adoram ler e fazer dever. Segundo os próprios educandos, essas são as suas atividades favoritas na escola.

Foram realizadas 7 oficinas com as crianças, dentre elas destacamos a confecção do livro digital, quando buscamos, junto com as crianças, criar uma coletânea com suas produções. A nossa oficina aconteceu em etapas. A primeira delas foi a construção da história em três pequenos grupos e cada um teria uma bolsista como mediadora. Na semana seguinte, demos início ao esboço dos personagens e dos cenários dos nossos livros por meio de atividade de desenho. Os desenhos produzidos seriam a base para os trabalhos a serem desenvolvidos na semana seguinte. Faríamos modelagem com massinha. A terceira etapa foi a modelagem dos personagens e dos cenários que as crianças já haviam criado no esboço da semana anterior. As crianças improvisaram, pois a quantidade de massinha que levamos não foi suficiente. Assim, surgiram personagens metade massa, metade lápis... o processo criativo estava acontecendo. Nas semanas seguintes, trabalhamos no laboratório de informática da escola que infelizmente nos decepcionou muito. No ano anterior a escola se propôs várias vezes a intervir neste local para criar condições mínimas de trabalho, mas nesse ano nos deparamos com o abandono do mesmo. Havia a perspectiva de obras no local e não havia condições para o trabalho. Com algumas dificuldades conseguimos finalizar o livro digital com as crianças no LI. Pela curto espaço de tempo e pela precariedade das máquinas, as bolsistas editaram as histórias das crianças e juntaram todas em um único arquivo para que no último dia pudessemos apresentar o material já diagramado para eles.

CONCLUSÕES:

O projeto procurou ouvir e possibilitar que jovens e crianças das comunidades afetadas por diferentes formas de violência expressassem suas vivências e buscassem, no contato com parentes ou moradores mais velhos, algumas memórias daquele espaço para ressignificá-lo e tornarem-se também narradores, não apenas das tragédias, mas de vivências que pudessem ressignificar a afetividade pelo espaço da cidade onde vivem. Tais histórias não devem ficar no esquecimento, pois elas podem potencializar atitudes e mobilizações cidadãs.

Sentimos a necessidade de encaminhar com o primeiro grupo, o trabalho em direção a memórias, buscando uma releitura sobre o espaço urbano do bairro, que os ajudassem a pensar em seus papéis cidadãos, a conhecer para além da escola, da subida para o morro e do comércio local. Saber sobre o bairro também a partir de seus espaços de lazer, de prazer e de serviços para produzir reflexões sobre a dignidade que todos merecem.

Com o segundo grupo optamos por trabalhar a literatura por se tratar de uma turma diferenciada, elogiada por todos da escola e apontada como um grupo com excelente aproveitamento. Resolvemos que primeiro desenvolveríamos as histórias de forma livre, visando a confecção do livro digital e que segundo semestre trabalharíamos sobre as memórias do bairro, porém não conseguimos ir além da primeira etapa neste ano, pois não foram renovadas as bolsas de PIBITI e PIBIC..

Concluimos que muito mais que um transmissor de informações, as tecnologias informacionais podem ser aliadas efetivas nos processos de ensino-aprendizagem, quando a docente efetua práticas menos diretivas e assume a perspectiva de mediação da aprendizagem. Os artefatos tecnológicos foram vistos sob o enfoque da tecnologia social e apropriados visando estimular o interesse do aluno para aprender, pesquisar e explorar. Dentro da perspectiva da Tecnologia Social realizamos parcerias com instituições localizadas no próprio bairro, interagimos com outros centros de formação profissional e ampliamos nossas ações envolvendo, ainda mais, diferentes sujeitos. Com isso, todos os atores sociais puderam participar ativamente da pesquisa, em busca de ampliar a compreensão sobre a realidade em que estávamos inseridos e de pensar soluções,

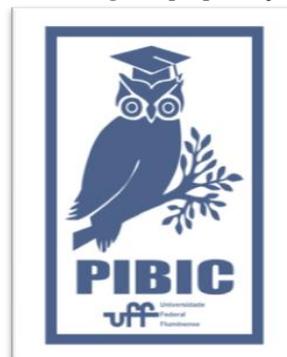
gerando inovações pedagógicas fundamentais para o avanço de um trabalho colaborativo de pesquisa, onde professores e alunos têm voz e participam ativamente de sua escola e da comunidade gerando conhecimentos sobre a realidade e sobre a leitura e a escrita de forma a gerar conhecimentos científicos mais abertos.

Agradecimentos:

Agradecemos à E.M.I Dom José Pereira Alves e todo seu quadro administrativo; às professoras de referência e a de Apoio. Não podemos esquecer das crianças, um dos principais atores sociais do projeto desenvolvido sempre presentes com suas ideias, sugestões e ações indispensáveis para avançarmos em nosso percurso. Agradecemos à PROPPI e à PROEX, que incentivam a nossa formação de professor pesquisador inicial e continuada.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, M. F. F. de; CASTRO PRAXEDES, G.. A aula-passeio da pedagogia de Célestin Freinet como possibilidade de espaço não formal de Educação/The field investigation classroom of Celestin Freinet pedagogy as a possibility of non-formal educational space. Ensino em Re-Vista, n. 1, 2013.
<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23226>. Acesso: julho 2017.
- BRANDÃO, C. R. (org.). Repensando a pesquisa participante. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____ (org.). Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BONILLA, M. H.; PRETTO, N. de L. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 94, p. 2340, jul./dez. 2015. Disponível em:
http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/revista_completa_em_aberto_94_marcoswachowicz.compressed.pdf. Acesso em abril. 2017
- ITS (Instituto de Tecnologia Social). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. In: **ITS. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro: 2004. (pp. 117-133). Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/infoteca/tecnologia-social/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento>>. Acesso em: 15 Out 2013.
- PRETTO, N. de L. Redes colaborativas, ética hacker e educação. **Revista em Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 305-316, dez. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300015. Acesso em: 20 ago. 2016.
- SILVA, M. **Formação de professores para a docência online**. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2831356-Formacao-de-professores-para-a-docencia-online-marco-silva.html#show_full_text>. Acesso em: 27/07/2018.
- SHIRKY, C.. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. S. P.: Cortez, 1994.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Tendências da produção em Etnomatemática dos Congressos brasileiros

Autores: Maria Cecilia de Castello Branco Fantinato (orientadora) e Marilene Lourenço da Silva (bolsista PIBIC-CNPq)

Unidade: Faculdade de Educação da UFF, Niterói

INTRODUÇÃO:

Conhecer e respeitar as diferenças culturais e seus variados contextos é pressuposto da Etnomatemática, linha de pesquisa que investiga as raízes históricas e culturais das ideias matemáticas presentes nos saberes de diferentes grupos sociais.

Nesta perspectiva, o presente projeto busca identificar as tendências da produção em Etnomatemática dos últimos congressos brasileiros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, onde estão sendo considerados como material de consulta os trabalhos publicados em forma de resumos e/ou texto completo de anais de eventos acadêmicos realizados no Brasil, voltados especificamente para a Etnomatemática, entre 2012 e 2016. Os procedimentos metodológicos da pesquisa incluem: leitura e identificação dos resumos dos eventos; tratamento estatístico das informações básicas dos mesmos; seleção de uma amostra intencional de trabalhos; leitura e análise dos textos completos dos trabalhos selecionados; levantamento de questões acerca da temática em foco; escrita de relatórios com sínteses dos resultados. A pesquisa tem como propósito final, levantar desafios e contribuições da Etnomatemática para a prática docente e as propostas educacionais.

Este resumo apresenta uma síntese das principais atividades desenvolvidas pela bolsista no período de janeiro a julho de 2018, sob orientação da coordenadora do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No ano de 2017, havíamos estabelecido cinco categorias de análise dos trabalhos, buscando compreender relações da Etnomatemática com aspectos educacionais: (1) trabalhos que descrevem práticas docentes/escolares na perspectiva da Etnomatemática; (2) trabalhos que anunciam a possível implicação da pesquisa para as práticas pedagógicas; (3) trabalhos com perspectivas teóricas que possam vir a contribuir para as relações entre Etnomatemática e Educação; (4) trabalhos que abordam a perspectiva da Etnomatemática na Formação de Professores e (5) trabalhos que englobam a articulação entre saberes matemáticos escolares e saberes matemáticos do cotidiano. Tais categorias foram utilizadas para sistematizar os dados coletados com informações concernentes às duas temáticas mais específicas: *Etnomatemática e culturas afro-brasileira e Etnomatemática e as intercessões com a cultura Indígena*. Posteriormente criamos também uma sexta categoria – (6) trabalhos que abordam ou evidenciam os saberes e fazeres do cotidiano de grupos socioculturais - visando contemplar estudos etnográficos de grupos indígenas ou quilombolas.

Ao optar pelo aprofundamento na temática indígena, por ser esta muito significativa na produção em Etnomatemática, outros encaminhamentos foram dados. Achamos

pertinente fazer um mapeamento das etnias citadas e investigadas nos trabalhos, em seus contextos e localização, tabulando as informações acerca da aldeia, Território Indígena, Estado e Região.

Classificando os trabalhos de acordo com nossas categorias, pudemos chegar a alguns resultados estatísticos. Verificamos que no CBEm 4, as categorias 1, 2 e 4 foram as mais discutidas nos trabalhos com temáticas Indígenas, entre os que foram selecionados para análise, obtiveram 24% respectivamente e a categoria menos investigada foi a 6ª, alcançando 9%. Entretanto, no CBEm 5 a 4ª categoria foi a mais discutida, alcançando 27%, seguida pela 6ª categoria, com 23%, a 5ª e a 1ª categoria com 18% respectivamente a 2ª e a 3ª categoria foram menos investigadas, atingindo um percentual de 9% e 5% respectivamente. No Etnomat-Rj, a categoria mais discutida foi a de número 2, com 50%. A 3ª e a 6ª categoria, atingiram um percentual de 25% cada. Assim pudemos inferir que, no CBEm 4, as discussões foram mais centradas nas diversas possibilidades de diálogos interculturais, onde cultura escolar e cotidiano não estão separados.

No CBEm 5, a formação de professores foi a categoria mais presente nas discussões, atingindo 27% da totalidade de trabalhos analisados. Com 23% a articulação entre saberes matemáticos escolares e saberes matemáticos do cotidiano (5ª categoria), com 18% a descrição de práticas docentes na perspectiva da Etnomatemática (1ª categoria) e com 9% e 5% respectivamente, a 2ª e a 3ª categoria.

Com relação às etnias estudadas ou representadas por autores dos trabalhos – tendência de protagonismo indígena em crescimento - obtivemos alguns resultados.

No CBEm 4, foram citadas e/ou pesquisadas 17 etnias. No entanto, 2 etnias foram mais citadas nos trabalhos apresentados: Rikbaktsa (4 trabalhos) e Krahô (4 trabalhos). No CBEm 5, foram

citadas 23 etnias, sendo o povo Guarani, o mais investigado (9 trabalhos) e Kaiowá (6 trabalhos). Levantamos a possibilidade de investigar essa ocorrência.

CONCLUSÕES:

A pesquisa em Etnomatemática nos mostra possibilidades e também nos ajuda a pensar a educação matemática sob outros paradigmas. Para tanto, urge a necessidade de que a escola seja diferenciada, que respeite a cultura do outro e que não pretenda “civilizar” esses grupos culturais, que possuem um cotidiano rico em saberes matemáticos muito sofisticados e complexos.

Agradecimentos:

A todos os membros do Grupo de Etnomatemática da UFF, pelo incentivo e pelo acolhimento, mas principalmente pelas reflexões provocadas e pela generosidade em ensinar e aprender.

Ao CNPQ pela oportunidade concedida e pela bolsa de Iniciação Científica.

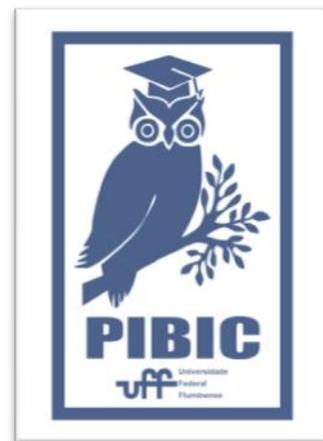


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA: Uma análise do funcionamento do Conselho Comunitário de Segurança de Niterói e do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Luciane Patrício Barbosa Martins

Aluno: Pedro H. Morais de Almeida

Departamento de Segurança Pública – InEAC Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos

INTRODUÇÃO:

O presente projeto de pesquisa teve como objetivo, a partir da observação sistemática e continuada de dois conselhos de segurança pública – o Conselho Comunitário de Segurança Pública da cidade de Niterói (no Rio de Janeiro) e o Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ) – investigar como se dão, funcionam e operam os mecanismos de participação social no campo da segurança pública.

A importância desses espaços nasce da necessidade de se observar a problemática da participação social na administração dos serviços públicos no Brasil. Essas instâncias de participação são criadas para suprir a necessidade de que se crie ferramentas para que os cidadãos possam exercer o seu dever de participar da segurança pública, como postulado na CF 88.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O CONSPERJ – Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo institucional formular e propor diretrizes de políticas públicas na área de segurança pública, mostrando assim a sua tendência de ser uma espaço técnico. Os Conselhos Comunitário de Segurança, nascem

de uma resolução da Secretaria de Estado de Segurança Pública, no ano de 1999. Elas foram divididas pelas AISP's, as Áreas Integradas de Segurança Pública.

No primeiro espaço, o CONSPERJ, os representantes são entidades eleitas por um sistema de votação dos candidatos e membros já eleitos, que conquistam um mandato de um biênio e por esse caráter mostram um fator importante do Conselho o que o faz diferir dos CCS's, que é o da horizontalidade, onde todos os membros possuem um status de igualdade.

Os conselhos comunitários tem basicamente três tipos de participantes: a dos membros natos, que são as autoridades de segurança pública da área, os membros eleitos e os membros participantes.

O principal elemento de disputa nesses dois espaços é da palavra, a comunicação nesses espaços é feita quase que em sua totalidade de maneira oral. Assim se cria a disputa de narrativas, a representação do poder está em quanto tempo se fala, se sua fala é prestigiada e ouvida pelos presentes.

“A exuberância da palavra não está na sua desmedida profusão, mas na sua parcimônia, na sua partilha, ainda que necessariamente

assimétrica e cuja distribuição não seja uniforme” (PATRICIO, 2016).

O trecho acima levanta uma questão central para analisar as falas, a importância delas não está necessariamente em seu conteúdo, mas sim no prestígio de tempo e de ser ouvido que o interlocutor possui.

CONCLUSÕES:

A instituições participativas representam uma importante ferramenta para a democracia, elas viabilizam o exercício da cidadania na perspectiva de assumir a discussão das políticas para administração de serviços públicos, se fazendo desnecessário interlocutores para que os cidadãos exerçam os seus direitos e deveres como responsáveis pela segurança pública.

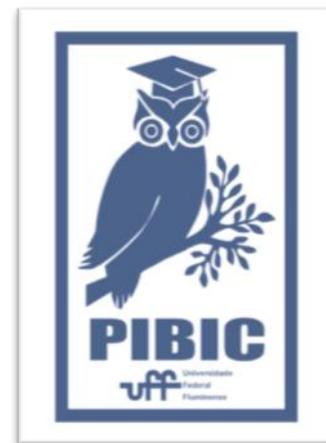
No decorrer da pesquisa foi percebido que o prestígio desses espaços não estão atrelados unicamente ao fato de se privilegiar as narrativas de um grupo ou ator, mas sim muito pela necessidade que esses espaços suprem, sendo eles instâncias únicas onde a população civil pode falar cara a cara com agentes da segurança pública e da administração pública como um todo. Nesses locais, é comum que seus participantes se sintam mais privilegiados e atendidos, pelo menos nas suas inquietações.

Agradecimentos:

O primeiro agradecimento é para a minha orientadora a Professora Dra. Luciane Patrício que acreditou no meu potencial e dedicou seu tempo e conhecimento para me guiar nesse projeto de pesquisa.

Um agradecimento ao Conselho Nacional de Pesquisa e a Universidade Federal Fluminense por terem subsidiado minha bolsa e por serem instituições de extrema importância para a Ciência Nacional e a Universalização do Ensino.

Um agradecimento aos meus companheiros de campos Gustavo Martins e Thiago Magalhaes, pelas companhias nas inúmeras idas a campo. Sem me esquecer de todos e todas que comigo compõem a Ilumina – Estratégia e Inovação em Segurança Pública, empresa júnior do curso de bacharelado em segurança pública e social.





Ciências Humanas

Paradoxo do Mentiroso: soluções contemporâneas e medievais

Yuri dos Santos Nascimento

Departamento de Filosofia

INTRODUÇÃO:

Verdade é um conceito central em diversas áreas da Filosofia. Discussões no domínio da Lógica, Epistemologia e Semântica, por exemplo, estão diretamente relacionadas com teses sobre a verdade. Uma teoria da verdade tem por objetivo definir em quem consiste a verdade, e além disso, estabelecer quais coisas são verdadeiras e o que as torna verdadeiras.

Um problema central colocado para qualquer teoria da verdade é a proposição de um modo satisfatório de lidar com o conhecido Paradoxo do Mentiroso. Porque o surgimento de tal paradoxo é completamente indesejável numa teoria por torná-la inconsistente. O paradoxo surge quando se tenta determinar, em base de suposições aparentemente seguras, o valor de verdade de sentença como “Eu estou mentindo” ou “Esta sentença é falsa”.

Assim, o objetivo desse projeto foi a) analisar as principais soluções propostas para o Paradoxo do Mentiroso em dois períodos da história da lógica, a saber, na lógica medieval e na lógica contemporânea. Com relação ao período contemporâneo, foram consideradas as soluções de Tarski e Russell, e com relação ao período medieval, as soluções *restrictio*, *cassatio*, *transcasus*, as soluções de Thomas Bradwardine, Rogério Swineshead e Guilherme Heytesbury.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A formulação do paradoxo do mentiroso é atribuída ao filósofo megárico Eubulides de Mileto, no século IV a.C. Um mentiroso quando diz apenas “Eu estou mentindo”, mente ou fala a verdade? Ao longo da história da lógica, esse paradoxo foi discutido na Antiguidade, sobretudo pelo filósofo Crísipo de Solis, retomado com grande interesse na lógica medieval e, por fim, na lógica contemporânea.

Se a sentença do mentiroso é verdadeira, então ela diz o que é o caso, portanto, ela é falsa. Mas, se ela é falsa, então o que ela diz não é o caso, portanto, ela deve ser verdadeira. Por fim, somos levados a concluir que a sentença do mentiroso é verdadeira e falsa, o que é uma contradição.

A busca por solução desse paradoxo é motivada não apenas pelo interesse em formular uma teoria consistente, mas também pelo desejo de fornecer uma definição consistente de ‘verdade’ e ter à disposição uma teoria que permita chegar a conclusões verdadeiras quando tomamos por base certas suposições verdadeiras e princípios lógicos válidos.

Na lógica contemporânea, duas soluções são importantes: a de Russell, baseada no princípio do círculo vicioso (PCV) e a solução de Tarski, baseada na distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem.

Segundo Russell, a sentença do mentiroso viola um princípio, segundo o qual qualquer coisa que envolva tudo de

uma coleção não pode fazer parte dessa coleção. Um exemplo disso é a formulação de uma sentença que diga algo sobre todas as sentenças, incluindo ela mesma. Sentenças que violam esse princípio são sem sentido. A sentença do mentiroso viola esse princípio porque pode ser parafraseada da seguinte maneira: não é verdadeiro de todas as proposições que ou eu não as estou afirmando ou elas são verdadeiras. Por essa razão, ela é uma sentença que tenta dizer algo sobre todas as sentenças, inclusive sobre si, o que é uma violação do PCV.

A solução de Tarski é uma das mais fecundas na lógica contemporânea. O ponto chave dessa abordagem está na distinção entre níveis de linguagem, a saber, entre uma linguagem-objeto e uma metalinguagem, e na restrição da aplicação de predicados semânticos que ocorrem numa dada sentença. Como os predicados semânticos aplicados a sentenças de uma certa linguagem-objeto pertencem apenas a metalinguagem, a sentença “esta sentença é falsa” se torna a inofensiva “esta sentença é falsa-na-linguagem-objeto. E por isso ela é simplesmente falsa, e não paradoxal.

No período medieval, no escopo da literatura dos “Insolúveis” (*Insolubilia*), várias foram as tentativas resolver o paradoxo. Dentre elas, foram populares, especialmente entre os séculos XII e XIII, as abordagens chamadas *restrictio*, pautada na restrição da autorreferência e *cassatio*, segundo a qual sentenças paradoxais como a do mentiroso são sem sentido. A literatura sobre os Insolúveis alcançou alto nível de desenvolvimento no século XIV, quando Thomas Bradwardine propôs sua solução. Bradwardine define certas condições de verdade para sentenças, e faz uso do teorema segundo o qual toda sentença que afirma falsidade de si mesma, afirma ser verdadeira e falsa. Além de Bradwardine, outro lógico importante fora Guilherme Heytesbury que oferece uma solução levando em conta o

contexto das disputas lógicas chamadas de *Obligationes*.

CONCLUSÕES:

Analisou-se as teorias contemporâneas da verdade e as soluções por elas propostas para o Paradoxo do mentiroso, bem como foram apresentadas as soluções medievais para o mesmo problema. Além disso, buscou-se identificar pontos de aproximação e divergência entre as soluções propostas nesses dois períodos da história da lógica.

Algumas semelhanças podem ser notadas entre as abordagens medievais e as contemporâneas. Há autores, como Simmons (1987, p. 122-3), que argumentam que as teorias medievais foram capazes de antecipar em vários níveis o quadro de soluções propostas na lógica contemporânea. Nos limitamos a analisar as aproximações e diferenças entre a teoria *restrictio* e a solução de Tarski baseada na distinção entre metalinguagem e linguagem-objeto.

O ponto comum entre as duas teorias é a restrição imposta a sentença do mentiroso. A *restrictio* determina a restrição da autorreferência em base do conceito de suposição, ao passo que Tarski impõe uma restrição a aplicação dos predicados “verdadeiro” e “falso”. Mas, é notável o fato de que ambas identificam como problemática a possibilidade de uma sentença dizer algo de si mesma (NOVAES, 2008, p. 239).

Um aspecto fundamental da teoria tarskiana é a distinção entre a linguagem-objeto, para qual ‘verdade’ está sendo definida, e a metalinguagem, que contém os predicados semânticos da linguagem-objeto. Na solução do paradoxo, o ponto chave consiste em: a afirmação “esta sentença é falsa” é uma sentença da metalinguagem, já que contém o predicado semântico “falso”, que por sua vez é uma forma abreviada de “falso-na-linguagem-objeto”. É importante

para a solução de Tarski o fato de que a restrição dos predicados semânticos a metalinguagem torna impossível o surgimento do paradoxo.

Na solução medieval conhecida sob o nome de restrictio, o predicado semântico pertence a própria linguagem para a qual a sentença está afirmando ser falsa. O ponto chave da solução consiste na postulação de regras que restringem a autorreferência, de modo que o paradoxo seja evitado, mas sem fazer uso de uma hierarquia entre níveis de linguagem. A ideia que permite aproximar a solução de Tarski e a *restrictio* é o reconhecimento de que a autorreferência é um problema e que por isso deve ser bloqueada.

Do ponto de vista filosófico, a principal diferença consiste nas lições extraídas do paradoxo. Os paradoxos representam para as teorias modernas um sinal de ‘patologia semântica’, capazes de ameaçar toda a construção de uma teoria formal. Por outro lado, os lógicos medievais consideravam os paradoxos quebra-cabeças difíceis, que certamente permitiam extrair lições teóricas importantes, mas que não chegavam a representar uma ameaça contra a construção de uma teoria, como ocorre no paradigma contemporâneo (NOVAES, 2008, p. 257-8).

Agradecimentos:

Agradeço ao professor-orientador Guilherme Wyllie pela dedicação na orientação.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Ao CNPq pela concessão da bolsa.

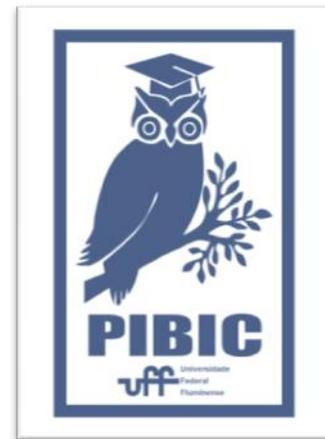


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: OFERTA E CARACTERÍSTICAS

Prof^a. Dr^a Jaqueline Ventura e Thays Oliveira Espindola Cruz

**Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Educação/
Departamento Sociedade Educação e Conhecimento/Núcleo de**

Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa consiste no mapeamento da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no nível médio, no estado do Rio de Janeiro, bem como no levantamento das principais temáticas produzidas no meio científico que abordam o tema EJA de nível médio (EJA/EM). O presente trabalho tem por objetivo contribuir com o levantamento, sistematização e análise e de produções acadêmicas relativas ao ensino médio na EJA, buscando compreender como este tema tem sido abordado no âmbito acadêmico, de informações normativas e institucionais referentes à configuração da oferta da EJA de nível médio no Rio de Janeiro a partir de 2003 e de dados estatísticos sobre a demanda e oferta da EJA no ensino médio no estado do Rio de Janeiro, considerando suas regiões administrativas e as várias redes que ofertam esse nível. Ademais, o estudo em processo de realização tem como objetivo final compreender as condições de oferta e de realização da educação de jovens e adultos no estado, especialmente considerando: as variadas ênfases formativas das redes, programas e cursos que compõem a oferta; bem como os padrões de formação a eles vinculados, envolvendo informações sobre o público-alvo, o seu efetivo alcance populacional e finalidades, as condições institucionais para sua realização e os principais parâmetros de realização do processo formativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Referenciado no pensamento histórico crítico, o projeto envolve os seguintes procedimentos: levantamento e análise de produções científicas que tratam sobre a EJA/EM; levantamento e análise de documentos normativos incidentes na configuração da oferta educacional EJA/EM no estado; levantamento e análise de dados

estatísticos demográficos, econômicos e educacionais.

Quanto ao processo de busca realizado, pela atual bolsista, no Portal de Periódicos da CAPES, este teve por objetivo identificar artigos oriundos de pesquisas científicas que de alguma forma dialogassem com a Educação de Jovens e Adultos de nível médio.

Dessa maneira, a primeira etapa dessa investigação contou com dois movimentos, a saber, a utilização das palavras-chave: "Educação de Jovens e Adultos + Ensino Médio" e a leitura de títulos, resumos e introduções, afim de selecionar os trabalhos que contemplassem o tema da pesquisa.

Como resultado dessa busca, foram obtidos 1.056 resultados ao todo. Todavia, cabe ressaltar que este número é deficitário, uma vez que foram encontrados artigos duplicados; artigos que, em sua maioria, tratavam sobre o ensino de alguma disciplina no ensino médio/EJA; artigos que, absolutamente, em nada se relacionavam com o tema em questão. Sendo selecionados, portanto, apenas 25 artigos para serem analisados.

Em um segundo momento, foi realizada a sistematização dos dados de cada texto em quadros-sínteses, bem como a leitura e análise dos trabalhos na íntegra. De forma que os 25 artigos encontrados foram divididos em três eixos principais: 1) *Ensino médio na modalidade EJA*; 2) *PROEJA*; 3) *EJA/EM como locus da pesquisa*; e distribuídos entre as temáticas mais recorrentes como *currículo, formação docente, evasão e retorno*, dentre outras.

Diante da constatação da escassez no âmbito das produções acadêmicas quanto ao tema aqui investigado, cabe ressaltar que apesar destes 25 artigos terem sido selecionados, estes não tomam o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como temática central em seus estudos. Nesse sentido,

optamos por levar em consideração artigos que de alguma forma abordassem a EJA/EM, com o objetivo de trazer uma perspectiva mais ampla dos resultados encontrados mediante esta investigação.

Assim sendo, verificamos que dentre os trabalhos que abordam o PROEJA, destaca-se a produção de artigos que dizem respeito à *implementação* deste Programa e às questões referentes ao *perfil e permanência dos estudantes*, de forma que, respectivamente, um reúne o total de 4 e outro 3 artigos. Em contrapartida, com apenas 2 artigos cada uma, constata-se uma menor produção relativa à temáticas como *currículo e formação docente*. Ao todo, contando com 11 trabalhos, é possível observar que os artigos referentes ao PROEJA representam uma parcela significativa dentro de um universo de 25 produções.

Quanto aos 11 trabalhos que abordam a EJA de nível médio apenas como o lócus da pesquisa, constatamos uma diversidade de temáticas. De forma que, 4 artigos abordavam a temática *relação trabalho-educação*, apenas 2 tratavam sobre *evasão e retorno* e os 5 trabalhos restantes analisavam assuntos como escrita, formação docente, percepção ambiental, dentre outros, que tinham como pano de fundo a EJA/EM.

Por outro lado, 3 dos 25 artigos selecionados na plataforma, traziam a EJA/EM com a finalidade de apresentar dados que complementassem fenômenos verificados no ensino regular ou com o objetivo de tornar mais abrangente a investigação realizada acerca do ensino médio. Assim, é possível dizer que as produções encontradas não tinham como objetivo principal investigar e analisar a EJA/EM como objeto em si mesmo, verificando-se, dessa maneira, a falta de autonomia conferida à educação de jovens e adultos no meio científico.

CONCLUSÕES:

Com isso, concluímos que a produção acadêmica voltada ao tema educação de jovens e adultos de nível médio é escassa. Tendo em vista que a maioria dos trabalhos analisados que tratavam sobre a EJA de nível médio abordavam questões relacionadas ao PROEJA ou à algum assunto que se passava dentro do contexto da EJA/EM e, em menor número, os estudos incorporavam a EJA/EM afim de trazer dados que complementassem fenômenos verificados no ensino regular ou com a finalidade de tornar mais ampla a investigação

realizada acerca do ensino médio como um todo.

Essas constatações nos levam a crer que há uma lacuna acadêmica com relação à essa temática ao mesmo tempo em que nos levam a questionar o motivo da escassez de trabalhos acerca desse tema. Essa situação, embora seja intrigante também é preocupante e reflete, de certa maneira, a posição que a EJA e, neste caso a EJA/EM e a EJA/EM no RJ ocupam no cenário das políticas educacionais. Seria a EJA de nível médio relegada a segundo plano na academia tal como o é na esfera governamental? Essa é uma das indagações a conclusão deste trabalho nos suscitou.

Agradecimentos:

Gostaríamos de agradecer o fomento direcionado à esta pesquisa, a qual toma como objeto de estudo um tema que, como foi observado nos resultados encontrados, carece de atenção no meio científico e que se faz tão relevante, principalmente, diante de um cenário de desmonte da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

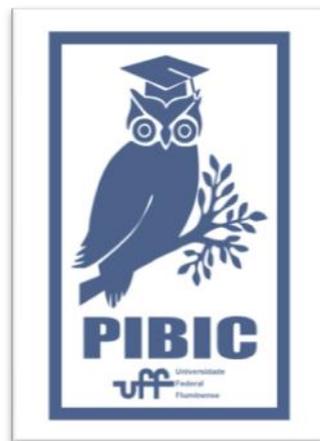


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Sociabilidade e gênero no Atletismo Adaptado

Camilla Silva de Araujo

Departamento de Antropologia/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Esporte e Sociedade.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho é o relatório final da pesquisa realizada através da oportunidade oferecida pela bolsa do PIBIC ao professor Luiz Fernando Rojo e a mim, que durou de março de 2017 à setembro de 2018. Busco aqui demonstrar os desdobramentos obtidos a partir do projeto de pesquisa desenvolvida pelo professor Luiz Fernando Rojo: “Construções da corporalidade e noções de saúde entre atletas de esportes adaptados da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF)”. A primeira etapa deste trabalho foi desenvolvida pelo antigo orientando do professor Rojo, Orlando Nunes de Souza Neto, que construiu a partir de uma pesquisa em campo seu Trabalho de Conclusão de Curso, que focava na construção da identidade de crianças e adolescentes a partir da inserção na prática do esporte adaptado em equipes de alto rendimento na ANDEF.

Esta segunda etapa do projeto surgiu com o objetivo de criar uma planilha para ser alimentada a partir de visitas a lugares por todas as regiões do Rio de Janeiro em que

houvesse alguma instituição que oferecesse a oportunidade de praticar esportes paraolímpicos, com o intuito não só de conhecer esses lugares, mas também de divulgar na internet suas localizações, mais uma vez focando na questão fundamental do trabalho geral: a visibilidade do esporte adaptado. A planilha foi montada a partir das seguintes questões:

- 1) Quais as modalidades trabalhadas no local e para qual tipo de deficiência?
- 2) Qual a quantidade de pessoas que praticam esporte no local?
- 3) Qual a faixa de idade das pessoas que praticam esporte no local?
- 4) Estas pessoas já participaram das Paralimpíadas Escolares? (no caso de serem crianças ou adolescentes.)
- 5) Qual o sexo das pessoas que praticam esporte no local?

Após analisar os dados já organizados na planilha, foi possível observar os seguintes dados:

- A quantidade discrepante de homens e mulheres praticando esporte adaptado
- A prática constante de três esportes em especial: bocha, atletismo e natação.
- A maioria dos locais que oferecem a prática do esporte adaptado trabalham essencialmente com deficiência intelectual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os dados construídos e expostos acima no tópico da introdução foi o ponto de partida inicial para o começo da realização desta pesquisa

O primeiro ponto que preciso destacar é que, apesar de haver muitas instituições onde teria a oportunidade de desenvolver uma boa pesquisa, tinha o interesse de trabalhar com deficiência física, o que foi o primeiro passo para refinar e definir meu tema, pois a maioria das instituições trabalhavam apenas com deficiência intelectual.

O segundo ponto importante foi perceber que de todos os esportes oferecidos, apenas dois que entravam no campo da deficiência física tinham um destaque muito grande, o que não era visível só nos locais que visitei, como

também nas mídias: o atletismo e a natação. Das instituições apresentadas na planilha, apenas três trabalham com deficiência física, sendo uma focada na natação e duas no atletismo. Deste modo, esse foi o segundo passo para o refinamento do meu tema, escolhi trabalhar com o atletismo.

O terceiro e último ponto que explica a escolha do meu recorte é o fato de, apesar das duas instituições terem uma equipe de alto rendimento no atletismo, na ADEZO a equipe é formada na sua maioria homens, tendo apenas uma mulher e na ASSOCIAÇÃO ROSINHA SANTOS ser formada na sua maioria por mulheres, tendo apenas um homem.

Desta forma explico que, apesar de entrar em campo um pouco perdida, o mesmo me mostrou as questões que seriam pertinentes no desenvolvimento do trabalho.

Isto posto, pretendo começar expondo os resultados da minha pesquisa com a primeira questão. Depois de algumas entrevistas com atletas de ambas as instituições, percebi que a visibilidade da natação e do atletismo eram maiores, pois se tratavam de esportes individuais.

O segundo ponto, no que diz respeito a mídia, decidi pesquisar os resultados obtidos pelos medalhistas brasileiros em ambos os esportes. A quantidade de medalhas conquistadas pelos

atletas paralímpicos, segundo o site do comitê paralímpico, na natação é de 102, sendo 32 de ouro, 34 de prata e 36 de bronze. Enquanto que no atletismo o total de medalhas obtidas é de 142, sendo 40 de ouro, 61 de prata e 41 de bronze. Feita essa pesquisa foi possível concluir que de fato o atletismo tem um rendimento maior do que a natação. A partir disso podemos usar a fala de Simone Guedes (1998): “[...] As possibilidades de representação estão diretamente associadas ao sucesso.” (Pág 1998, 41), ou seja, o fato do resultado do atletismo ser maior, também gera a maior visibilidade e procura do esporte.

A segunda questão é uma questão relacionada a antropologia do gênero, que foi uma das primeiras questões que se mostrou bastante evidente para mim. Particularmente não tinha interesse em estudar nada que discutisse gênero, mas não pude evitar, o campo o tempo inteiro me mostrava essa possibilidade muito marcante. Escolhi essa em especial por querer tratar também no trabalho de uma questão política importante, e como diz Vale de Almeida “quando se fala de gênero, se está a ser político” (pag 18).

Apesar de haver aparentemente um discurso de igualdade, onde não se aplica absolutamente nenhuma diferença na prática esportiva de

homens e mulheres tanto na Associação Rosinha Santos quanto na ADEZO, há também um discurso inverso coexistindo dentro destes ambientes.

A terceira questão surgiu um pouco depois, da seguinte maneira: a primeira vez que fui a Sulacap visitar a ADEZO, havia marcado a primeira entrevista com Jonas, e durante nossa conversa no facebook, o mesmo me perguntou se havia a possibilidade de levar uma estagiária de fisioterapia para a entrevista. Tentei até conseguir, pois não entendia bem o pedido, mas achei que o descumprimento do próprio me atrapalharia, mas como foi inviável, segui para a entrevista sem a fisioterapeuta que havia cancelado algumas horas antes. Chegando ao local, Jonas estava reunido com outros rapazes, que não haviam nenhuma deficiência. Faziam uma pequena competição amistosa entre si para saber quem conseguia levantar mais peso.

Dentre todos os rapazes, Jonas era o único com alguma deficiência física, e competia com outros rapazes que não tinham a mesma condição que ele de igual para igual. A consequência disto foi, logicamente, um ferimento grave e a impossibilidade de participar de uma competição que se aproximava, devido a sua lesão. Entendi de imediato a necessidade de uma fisioterapeuta, mas pude ver outras coisas além disso. Surgiram algumas questões para firmar ainda mais meu

trabalho no campo da antropologia do gênero:
1) quais eram os marcadores de gênero naquele ambiente? 2) poderiam os atletas paralímpicos serem considerados mais “feminilizados” do que outros atletas por terem algum tipo de deficiência? 3) como é construída a masculinidade naquele local?

O trabalho sobre masculinidade hegemônica em pardais escrito por Vale de Almeida foi essencial para o questionamento, e minha ideia é se apoiar nos conceitos de masculinidade desenvolvidos pelo próprio.

Sendo assim, a pesquisa me apontou três caminhos diferentes a serem desenvolvidos a partir da análise dos dados levantados e construídos em campo:

- 1) A questão da visibilidade do esporte, como desde o princípio, o fundamento principal de toda a pesquisa, me apoiando neste desdobramento da observação do esporte individual: atletismo e natação, focando principalmente no atletismo.
- 2) O Discurso duplo que coexiste em relação a homens e mulheres no atletismo adaptado, fazendo um comparativo entre as duas instituições que descrevi acima
- 3) A construção da masculinidade e marcadores de gênero, focando principalmente na ADEZO, onde pude

observar melhor a possibilidade desta temática.

CONCLUSÕES:

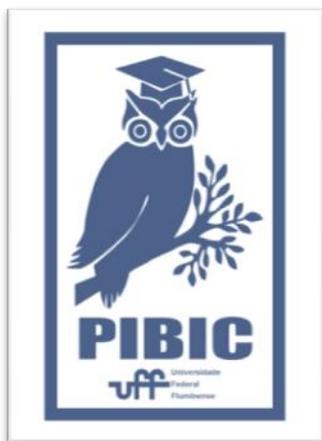
Antes de tudo, é fundamental dizer numa conclusão a importância e o peso de um trabalho na carreira antropologia de um graduando. As problemáticas levantadas e discutidas ao longo do projeto possuem, sobretudo, um fundo político importante nas discussões atuais, o que na minha concepção, é um ponto essencial em um trabalho: demonstrar a utilidade de um estudo antropológico. Para além disto, o desenvolvimento desta pesquisa contribui para a área da antropologia do esporte, que é uma área pouco explorada ainda hoje no Brasil.

Deste modo, o que a meu ver tem um peso mais importante são as discussões sobre questões sociais atuais e que contribuem para a formação de outros pontos de vistas necessários para esses debates, que são no caso questões de gênero e a inclusão de pessoas que ficam de certo modo “a margem” da sociedade, pois para que mais serviria a antropologia senão para isto?

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao meu querido orientador que me deu muita força e muito incentivo. A

minha família que me apoiou e aos meus colegas da faculdade.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

**Título do Projeto: “POLÍCIA DE PROJETO SOCIAL, POLÍCIA DE OPERAÇÃO POLICIAL”:
UM ESTUDO SOBRE AS DISPUTAS E
APROPRIAÇÕES DE SENTIDO ENTRE
POLICIAIS MILITARES E OPERADORES NAS
INTERVENÇÕES SOCIAIS NO MORRO DA
PROVIDÊNCIA.**

Autores: Professora Orientadora: Jacqueline de Oliveira Muniz – SIAPE: 1372320

Orientanda-bolsista: Julliene Rosa de Carvalho – Matrícula: 215102119

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) / Departamento de Segurança Pública.

INTRODUÇÃO:

Esse estudo surgiu em decorrência das discussões levantadas pelo projeto PIBIC, apresentado em 2016, intitulado “Saberes e práticas em disputa no Porto Maravilha: um estudo sobre as formas de produção e apropriação de conhecimentos entre policiais militares, moradores e operadores sociais no Morro da Providência”. Como proposta de aprofundamento e continuação da investigação a respeito das intervenções sociais realizadas no Morro da Providência, especialmente por policiais militares. Infelizmente, a inserção nesse campo em específico não foi possível por conta dos diversos confrontos armados que ocorreram no local durante todo o período de vigência da bolsa, assim, em substituição, os esforços foram dedicados à análise da maneira como se desenvolvem as disputas, a convivência entre os agentes públicos e os moradores de comunidades com UPP e seus reflexos, mas não mais em relação direta com o Morro da Providência e sim no que toca a essas intervenções policiais-sociais e policiais de modo geral, buscando compreender como ocorre, efetivamente ou não, o controle social por meio dos esforços de estruturação da ordem local e suas consequências nos locais compreendidos como “pacificados” ou em

processo de “pacificação” no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo central dessa pesquisa esteve focado em investigar as disputas relativas aos projetos sociais em áreas classificadas como “degradadas” e seus sentidos atribuídos principalmente pelos policiais militares no contexto das UPP, considerando ainda o processo de declínio do Programa de Pacificação e a situação de crise econômica no Estado do Rio de Janeiro.

A principal estratégia adotada para a coleta de dados correspondeu a uma abordagem qualitativa de matiz antropológica. Isto correspondeu realização de entrevista semiestruturada com o interlocutor da bolsista do projeto citado anteriormente, um policial militar que trabalhou pelo período de seis anos na UPP Providência. Buscou-se, com isso, compreender a realidade das práticas de controle e os motivos para que a presença no campo tenha sido impossibilitada. Foram realizadas, ainda, outras entrevistas com policiais militares, praças e oficiais, com vivência em projetos sociais e com vivência restrita ao policiamento ostensivo, a fim de obter uma perspectiva mais ampla relativa aos pontos de vista dos policiais militares sobre o que seria o “verdadeiro

trabalho da polícia” e o emprego de policiais em projetos sociais nas favelas.

Além disso, foi realizada visita de campo no Complexo do Alemão, onde também foi realizado um focal gestor, nenhum deles policial, de projetos sociais em comunidades populares do Rio de Janeiro. Isto propiciou compreender o modo como os gestores civis estabelecem e lidam com os demais atores envolvidos nos projetos sociais nessas comunidades, possibilitando contrastar com a atuação policial-social.

Como parte do trabalho de pesquisa foram realizados o mapeamento e a sistematização de referências bibliográficas relacionadas à problemática científica da pesquisa. Priorizou-se o levantamento em periódicos científicos disponíveis nos sites acadêmicos. Esta atividade se deu durante o andamento de pesquisa, de modo a possibilitar a reflexão teórica à luz dos dados levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Observou-se que todos os policiais militares com os quais foi estabelecido contato “enxergam com maus olhos” a realização de trabalho social por parte da polícia, especialmente no contexto das UPP. Apenas um dos interlocutores considerou o “trabalho social” feito por PM como útil a imagem da polícia. Contudo, não como parte de suas competências. Os PMs entrevistados caracterizam o que chamam de “trabalho social” como algo fora de sua função enquanto policial, como excesso ou desvio de função, não correspondendo à sua missão enquanto agente público.

Além disso, os entrevistados afirmaram que o tráfico em momento algum deixou de estar presente, o que teria acontecido, na melhor das hipóteses, foi uma convivência “pacífica” entre grupo criminoso e UPP. Ou seja, em meio à rotina policial em comunidade “pacificada” estariam estabelecidos acordos informais entre os dois grupos com a finalidade de uma paz negociada onde um não atrapalha o trabalho do outro, o tráfico não perturba a polícia e a polícia não fica no caminho do tráfico.

O término da “convivência pacífica” entre PMs e grupos armados no mesmo território, teria sido um dos elementos que ocasionou a “falência”

das UPP. Esta, por sua vez, teria sua motivação justificada, segundo interlocutores, na existência de um acordo entre o tráfico e o Estado, de maneira que terminado esse período os grupos armados locais retornaram à sua conduta violenta tradicional. E também na decadência em relação aos investimentos financeiros nas UPP e o conseqüente desânimo dos policiais alocados nas UPP por conta do sucateamento das unidades e do “contexto de guerra” em que foram paulatinamente introduzidos na conjuntura de seu trabalho.

Outro ponto importante mencionado pelos entrevistados foi que o policial recém-formado, no jargão policial o “mais moderno”, não foi uma garantia de bom contato com a comunidade. Isto porque, segundo eles, já no curso de formação se pode observar em parte dos candidatos e dos PMs recém-formados o chamado ethos guerreiro” ainda que sem o “jogo de cintura” adquirido pela prática. Seria o chamado currículo informal e oculto, demonstrado em diversos estudos sobre a formação policial, onde instrutores e policiais mais antigos, procuram ensinar aos novatos que a “prática é outra coisa” diferente do que se aprendeu na sala de aula. Assim, fica em aberto o questionamento se de fato seria uma iniciativa eficiente somente o emprego de jovens policiais em territórios instáveis das UPP, sob a crença de que não teriam os vícios dos mais antigos.

CONCLUSÕES:

As mudanças que se fizeram necessárias por conta da impossibilidade de presença no campo do Morro da Providência afetaram o alcance dos objetivos que haviam sido propostos inicialmente, pois estes o foram num momento em que a comunidade era um ambiente considerado mais tranquilo e de pouquíssimos confrontos armados. Isto implicou num redimensionamento do alcance da pesquisa mantendo-se o seu propósito original.

Assim foi possível, através de estratégias de contorno ao “fechamento do campo”, buscar apreender os sentidos atribuídos às intervenções sociais feitas por PMs nos territórios de UPP e confronta-los com o ponto de vista de gestores civis de projetos sociais em áreas conflagradas. As expressões de tensão e conflito no âmbito dos

processos de implementação de políticas sociais foram investigadas e expostas com a discussão dos resultados, assim como o modo como as políticas policiais interagem, ou não o fazem em determinados casos, com as políticas sociais, sejam elas implementadas pelas UPP ou por gestores e organizações não policiais. Bem como foram discutidos ao longo da pesquisa os meios de mediação e negociação dos conflitos gerados por reconhecimento ou negação dos locais em relação aos introdutores das políticas policial e social, sua adesão ou não a elas e os impactos desses processos.

Agradecimentos:

Fica o meu agradecimento ao CNPq por fomentar minha pesquisa de iniciação científica e conseqüente introdução à carreira acadêmica além da semeadura de minha monografia, tendo possibilitado apoio financeiro para que eu pudesse desempenhar com maior aptidão cada passo dessa pesquisa.

Gostaria de agradecer também a todos os interlocutores que compartilharam comigo suas concepções, vivências e seu tempo, todos foram muito solícitos para que essa pesquisa acontecesse da maneira mais completa e mais produtiva possível.

À minha orientadora Jacqueline Muniz fica também o meu agradecimento, não só por um projeto tão importante para a nossa sociedade e academia, mas também por acreditar no meu potencial. Cada parte dessa pesquisa foi uma honra e um imenso aprendizado em sua companhia.

A partir dessa pesquisa começa a ser traçada a minha monografia e trajetória enquanto acadêmica. Sei que cumpro com dedicação, mas espero ter cumprido também com os resultados esperados. Por fim, tenho certeza de que muitas coisas renderão ainda desses esforços e do crescimento que eles proporcionaram.

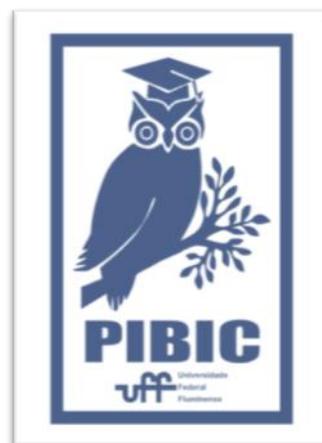


Figure 1: Logo PIBIC



Filosofia

PRIVATIZAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS E COLETIVAS: UMA ANÁLISE ÉTICA À LUZ DE HANS JONAS E FRANÇOIS OST

Lucas de Almeida Antônio

Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS

INTRODUÇÃO:

A pesquisa buscou abordar a questão da privatização de áreas de relevante interesse natural e coletivo, questionando a viabilidade dos mecanismos atuais diante da necessidade de preservação como forma de garantia do direito de acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado das gerações vindouras. Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica junto às obras de François Ost e Hans Jonas, além de outros autores relacionados às áreas da filosofia, do direito e da ética ambiental. Dentre os principais autores utilizados, Hans Jonas propõe uma ética da responsabilidade, tendo em vista os interesses das gerações futuras, enquanto François Ost propõe a noção de patrimônio como algo herdado das gerações passadas e que precisamos administrar responsabilmente, sem prejudicar as gerações vindouras. Dessa forma, serão abordados ao longo deste resumo o estado dos bens de grande interesse natural que estão privatizados, a dificuldade de acesso a recursos que tais privatizações podem acarretar, bem como a possibilidade de uso desequilibrado e devastação que o manejo privado e sem fiscalização de tais bens podem causar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Brasil possui uma grande riqueza natural, representada pelo grande número de áreas que possuem grande interesse ecológico, sendo uma das regiões do planeta que mais contribui para o equilíbrio dos ciclos naturais. Essas áreas possuem, além disso, grande interesse econômico e social. Muitas dessas áreas, por vezes, são ocupadas historicamente por populações tradicionais, de forma equilibrada, cuja presença causa efeitos mínimos ao ecossistema local. Ocorre, também,

que muitos desses locais possuem potencial econômico: seja o potencial atrelado à exploração de matéria prima e produção de bens, sendo objeto de cobiça para a instalação de mineradoras e fazendas de perfil extensivo que avançam sobre as florestas e áreas de preservação, seja o potencial econômico atrelado ao imóvel, como nos casos de condomínios e casas de luxo com suas “praias particulares”. Inúmeras experiências, como o que ocorre com a Floresta da Cicuta, em Volta Redonda, e várias praias tornadas privadas de fato em Angra dos Reis indicam esses problemas. Em ambos os casos, o que se percebe é um afastamento entre as comunidades e as áreas situadas em sua região que possuem um importantíssimo papel ambiental. Essa alienação com relação aos bens naturais situados na proximidade dificulta o contato com as questões ambientais e um desenvolvimento da consciência ambiental como um todo. Esse afastamento da comunidade acaba permitindo que tais regiões sejam usadas conforme os critérios de seu proprietário o que, em muitos casos, acarreta o uso indevido e predatório, contrário à ideia de responsabilidade que Hans Jonas propõe. Para Jonas, reconhecido o valor inerente à vida, diante de uma situação em que esta seja colocada em risco, o agente que tem o poder de resolver a questão não tem outra opção que não seja a de intervir de forma a proteger a vida ameaçada. Dessa relação desproporcional entre a vida que, apesar de frágil, possui todo o direito de existir e o indivíduo com a faculdade de solucionar o caso, surge o conceito jonasiano de responsabilidade. Com todos os problemas que a propriedade privada traz para a concretização da ideia de responsabilidade de Jonas como resolver, então, essa questão? Ost afirma que as raízes dessa crise estão na ética judaico-cristã que, de certa maneira, favoreceu o

desenvolvimento da sociedade privada e o avanço descontrolado da técnica até chegar à visão predominante atual, em que a natureza aparece como mera portadora de um valor instrumental, submissa à técnica. Ost propõe, então, que se estabeleça um estatuto diferenciado para determinadas áreas que não precisam ser totalmente desvinculadas da ação humana. A ideia de patrimônio se apresentaria como uma solução para essa questão exatamente por sua capacidade de realizar uma ligação entre as ações humana e natural, fazendo com que toda a identidade das pessoas ali inseridas seja perpassada pelo contexto geográfico-ambiental em que estão inseridas.

CONCLUSÕES:

Diante do exposto, percebe-se que o homem enfrenta uma crise única em sua história, que exige uma revisão de todo o modelo de produção e da relação entre o ser humano e a natureza que foram construídos ao longo dos séculos. Essas mudanças passam por um processo de reconhecimento do legado que a humanidade recebeu de todas as gerações anteriores, que deixaram todo um patrimônio que deve ser preservado e passado adiante, através da incorporação da ideia de dever para com as gerações futuras. Tal dever pauta-se na ideia do direito de existir e de ser tanto das gerações que estão por vir como de toda forma de vida na terra que, para ser efetivado, depende de uma renúncia de possibilidades por parte daqueles que estão em condições de fazê-lo. É possível perceber, também, que a propriedade privada não se apresenta como uma alternativa viável para que a questão seja enfrentada. Isso porque, tal forma de administrar os bens e os espaços, além de manter a lógica destrutiva do meio ambiente já instaurada, tende a buscar a obtenção de avanços apenas para seu proprietário, ainda que tais avanços individuais representem perda para o coletivo. Além disso, a propriedade privada pode causar uma maior dificuldade no acesso a bens e informações sobre a administração dessas áreas, o que dificulta a transparência de uma questão que concerne a todos. Ainda, outro problema trazido pela privatização de tais áreas é que o acesso a elas e aos seus bens seja cobrado. Ora, o patrimônio dessa natureza possui um caráter transindividual, e seu acesso deve ser garantido a todos, uma vez que o acesso a um meio ambiente equilibrado é

essencial para o pleno desenvolvimento do ser humano, sendo prerrogativa para a concretização de Direitos Humanos básicos. Assim, com base na premissa da responsabilidade que a geração presente possui para com as gerações que estão por vir, percebe-se que o ideal é a adoção de um sistema que quebre a lógica predatória instaurada e, nesse sentido, destaca-se a ideia de patrimônio proposta por Ost, que propicia a criação de um vínculo com os bens naturais, vínculo que se concretizaria através da participação popular na administração do patrimônio, enriquecida pela conscientização ambiental propiciada pela divulgação da natureza dialética que esse instituto tem, superando, assim, a crise na relação entre homem e meio ambiente que enfrentamos hoje.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram na produção deste trabalho, especialmente aos meus familiares e à rede de acadêmicos dedicados à causa ambiental que tive o prazer de conviver. Dentre eles, destaco o meu agradecimento aos membros do Grupo de Estudos em Ética Ambiental da UFF/VR; aos membros do Grupo de Estudo em Meio Ambiente e Direito; ao meu orientador nessa pesquisa, o professor Ozanan Carrara, por toda sua paciência e generosidade ao longo deste processo; e a minha companheira de pesquisa, Talissa Zegunis, que compartilhou das mesmas dúvidas ao longo dos trabalhos, e do mesmo desafio que é pesquisar e produzir além de todos os outras adversidades da rotina universitária. Esse trabalho é fruto do nosso esforço conjunto, e não seria possível sem o apoio de vocês. Muito obrigado!

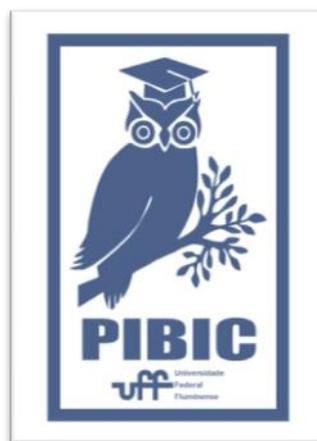


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Trajetória da Indústria Automobilística no Sul Fluminense: o caso PSA Peugeot-Citroën.

Autores: Letícia de França Paes

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS) / Departamento Multidisciplinar (VMD) / Laboratório de Multi-Aplicação em Gestão (LAMAG).

INTRODUÇÃO:

Considerada “a indústria das indústrias”, a indústria automobilística tem passado, desde o primeiro veículo fabricado pelo visionário Henry Ford, por mudanças organizacionais, ao mesmo tempo em que gera transformações que extrapolam os limites de suas fábricas, e influenciam não apenas o modo como trabalhamos, mas como consumimos e vivemos. A ascensão do modo de regulação fordista-Keynesiano, no pós-guerra, e a disseminação do novo paradigma da produção enxuta, do Toyotismo, frente à crise do capitalismo e do Estado de Bem-estar social nos anos 70/80, demonstram o peso do setor automobilístico (Harvey, 2011; Coriat, 1994; Womack et al., 2004).

A década de 90 trouxe novos desafios. Com o avanço do neoliberalismo e da competição globalizada, países de todo o globo viam a fragilidade de suas indústrias frente à queda das estratégias de substituição de importações e a redução das barreiras tarifárias. A indústria do automóvel enfrentava a reorganização internacional de sua produção. Novos mercados emergiram e “as empresas já não podiam se apoiar em mercados que eram

relativamente previsíveis em termos de nível e tipo de demanda”, tendo de optar entre adaptar seu modelo sócio produtivo aos contextos em que se inserissem, ou escolher locais que permitissem a continuação de seu modelo existente (Freyssenet e Lung, 2001, tradução nossa).

No Brasil, em 1995, entra em vigor o Novo Regime Automotivo (NRA), que reforçava a onda neoliberal dos anos 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a abertura comercial desregrada, enfraquecendo o processo de substituição de importações, e fortalecendo as multinacionais em detrimento da indústria nacional. Esse período marca também o início de um processo de reespecialização da indústria, um deslocamento para outras regiões e municípios afastados das áreas industriais mais tradicionais, como o ABC paulista (Lima, 2005; Ramalho, 2005).

É nesse contexto que acontece a inauguração da planta da montadora alemã Volkswagen Caminhões & Ônibus em Resende, no ano de 1996, bem como a chegada da francesa PSA-Peugeot-Citroën no município vizinho (Porto Real) em 2001, marcando o que pode ser

considerado o princípio polo automotivo do Sul Fluminense, que figura atualmente entre os grandes centros industriais do setor no país. A mesorregião conta hoje com outras três grandes montadoras, sendo elas: a coreana Hyundai Heavy- Industries (Itatiaia/2013), a japonesa Nissan Motor Co. Ltda. (Resende/2014), e a britânica Jaguar Land Rover¹ (Itatiaia/2016).

O presente projeto de iniciação científica tem por finalidade analisar a trajetória da aliança PSA Peugeot-Citröen em Porto Real, tendo por objeto a planta da PSA instalada no município.

Justifica-se a pesquisa pela relevância da análise da forma como se dão as relações de poder e a interação entre firmas, a partir de suas estratégias desenvolvidas globalmente, e aplicadas em locais e contextos distintos. Este trabalho está inserido numa agenda de discussões sobre a indústria automobilística na região, promovido pelo Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense, o GEDEF, vinculado à Universidade Federal Fluminense.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Por Cadeia de Valor Global (CGV) compreende-se a análise das atividades e insumos, empenhados na fabricação de um produto, desde sua concepção e design até a entrega a seu consumidor final. Para uma melhor compreensão do seu significado, um resgate da literatura sobre cadeias de valor demonstra como o termo torna-se mais amplo, conforme fenômenos - como a globalização - provocam mudanças na economia mundial.

Na economia globalizada de hoje, com interações industriais complexas, o estudo das Cadeias de Valor Globais permite a compreensão de como empresas organizam suas estruturas e estabelecem a dinâmica entre os diferentes atores envolvidos. O uso da CVG como recurso analítico torna-se útil na medida em que “possibilita o rastreamento de marcas inseridas em produção global, interligando atividades e atores geograficamente dispersos, demonstrando os papéis empenhados por países desenvolvidos e países em desenvolvimento” (Gereffi & Fernandez-Stark, 2016, tradução nossa).

As relações de poder na estrutura de governança apresentadas por Gereffi ilustram um caráter de construção social do mercado na medida em que se estabelece o curso de ação a ser seguido, como num jogo de previsão incerta das ações de outros atores, em uma tentativa de proteger a firma frente as incertezas do mercado, e essa tentativa faz parte da lógica política e social do mesmo.

Este é um ponto fundamental de divergência entre as teorias econômicas neoclássicas e a sociologia econômica, pois, enquanto as primeiras enxergam o mercado e a economia como abstratos e fechados em si mesmos, a visão sociológica da economia reconhece o mercado como uma construção social, com atores sociais (como as firmas) repletos de valores, relações de poder e redes (Fligstein, 2015).

Inserido num debate sobre o desenvolvimento do setor automotivo no Sul Fluminense, estudar o grupo PSA é compreender sua imersão na região a partir de sua planta no município de

¹ A Jaguar Land Rover é subsidiada pelo grupo indiano Tata Motors.

Porto Real. Compõem o Grupo PSA hoje quatro fabricantes: as francesas Peugeot, Citroën e DS, e a alemã Opel (com sua subsidiária Vauxhall).

A imersão da Peugeot no Sul Fluminense teve só no processo de implantação da fábrica, em 2001, um investimento de R\$ 300 milhões. O Centro de Produção Automobilístico de Porto Real (CPPR) consistiria em um condomínio industrial que abrigava o projeto “Tecnopolo I”, um espaço reservado aos seus principais fornecedores. Como de costume, na indústria automobilística, há a predominância de fornecedores franceses, que acompanham a nacionalidade da firma líder, sendo esses: Vallourec (França), Gefco Lear (França), Faurecia (França), Magnetto-Eurostamp (Itália), Copo Fehrer (Espanha) e Plastic Omnium (França). Desses, todos seguem instalados no Tecnopolo I até o momento.

Em 2009, a planta de Porto Real inaugurou também a Unidade de Usinagem de Motores “que tem capacidade total para produzir 130.000 blocos de ferro fundido e 80.000 cabeçotes de alumínio por ano, em três turnos” (PSA). E, em 2011, quando completava dez anos de sua fábrica na região Sul Fluminense, a unidade batia a marca de 1 milhão de motores fabricados no Brasil. A capacidade máxima da fabricação de motores que até então era de 220mil motores foi atingida no ano de 2010, sendo essa expandida para até 280mil motores a serem produzidos em Porto Real, motores esse que equipavam 12 automóveis das marcas Peugeot e Citroën (Peugeot 207, 207 SW, 207 Passion, Hoggar, 206, 307, Partner e Citroën C3, Aircross, Xsara Picasso, C4 e Berlingo).

No ano seguinte, em 2012, a PSA conquistava a marca de 2 milhões de veículos produzidos na planta e anunciava a construção do Tecnopolo 2, uma ampliação do seu parque de fornecedores, com o intuito de aumentar o uso de componentes locais em seus produtos. “Acreditamos que a consolidação dessas sinergias locais seja o motor do desenvolvimento regional e do grupo”, disse o então diretor industrial de qualidade e logística para a América Latina, Pierre Ianni. Além da expectativa de novas parcerias com fornecedores locais, a estratégia objetivava que houvesse a duplicação da capacidade de produção do CPPR, atingindo a marca de 300mil veículos e 400 mil motores por ano até 2015, com oito veículos novos das marcas Peugeot e Citroën em seu portfólio.

Em 2016, a PSA completava 15 anos de produção no Brasil, com mais de 1,3 milhão de veículos e 1,8 milhão de motores flex à gasolina produzidos na fábrica de Porto Real. A montadora mantém atualmente a ficha técnica de seu aniversário, que conta com duas marcas: Peugeot 208 e 2008, e Citroën C3 e AIRCROSS. São fabricados também os motores EC5 1.6l e EC5 EAT6 flexfuel e a gasolina que compõe os automóveis montados no Brasil e na Argentina.

A unidade fluminense possui também um centro de pesquisa próprio, o Rio de Janeiro Tech Center. O centro possui suas atividades integradas a outros dois centros: o São Paulo Tech Center (na cidade de São Paulo) e o Buenos Aires Tech Center (em Palomar, na Argentina). Os três formam o Latin América Tech Center, que desenvolve projetos de

produção de componentes menos nocivos ao meio ambiente. “São exemplos da colaboração entre essas equipes a modernidade dos motores flexfuel e os estilos inovadores do Citroën AIRCROSS e do Peugeot 2008, modelos desenvolvidos e produzidos no Brasil” (PSA). Além desses, o Grupo PSA possui mais quatro centros de tecnologia: um na China (Shanghai) e três na França (La Garenne, Vélizy, Carrières-sous-Poissy).

CONCLUSÕES:

Este projeto de iniciação científica teve por finalidade analisar os mecanismos de governança e estruturação da Cadeia de Valor Global (CVG) da aliança PSA Peugeot-Citroën, tendo por objeto a planta da PSA instalada no município de Porto Real. Trata-se do prosseguimento do que vem sendo realizado nos dois projetos anteriores: a análise das estratégias de montadoras instaladas no Sul Fluminense, como é o caso da PSA e da Nissan (trabalho realizado na bolsa de iniciação científica de vigência 2016-2017), bem como do Cluster Automotivo do Sul Fluminense (2015-2016).

A revisão da literatura permitiu o entendimento do conceito de Cadeia Global de Valor (CGV) abordado na corrente de Gereffi (2005) como o conjunto de atividades exercidas por firmas e trabalhadores, desde a concepção e planejamento de um produto até sua distribuição ao consumidor final. Na indústria automobilística as CGVs, aqui analisadas a partir da PSA, são cadeias orientadas pelos produtores, grandes empresas assumem a coordenação de fornecedores subcontratados,

caracterizando-se pela produção intensiva em capital e tecnologia.

O caso da PSA em Porto Real traz à tona algumas questões em relação à reorganização da indústria pós-globalização como, por exemplo, que os fornecedores de primeiro nível da empresa tenham sido trazidos junto à firma líder, sendo em grande maioria da mesma nacionalidade. Nesse sentido, a tipologia criada por Gereffi et.al. carrega consigo a limitação (apontada pelos próprios autores) do estudo dos projetos “internacionalização” em relação aos fatores que condicionam o upgrade das empresas dentro da cadeia, quando se observa que as maiores fatias de valor agregado permanecem nos países de origem da firma líder.



Ciências Humanas

Tensões curriculares em Ciências/Biologia e o trabalho docente: desafios da Educação Democrática no cenário de projetos de lei conservadores

Juliana Stein Nicoli, Mariana Lima Vilela e Fernando de Araújo Penna

Sociedade, Educação e Conhecimento/Faculdade de Educação/Grupo de Pesquisa “Currículo, Docência e Cultura”

INTRODUÇÃO:

Os processos de construção social dos currículos escolares se dão em complexas relações nas quais o currículo é campo de disputas políticas de poder. Nestas disputas, políticas curriculares normativas interferem na autonomia docente, sendo elaboradas e impostas com pouca valorização da participação dos atores sociais envolvidos nos processos educativos. Na última década, tais disputas explicitam o avanço do conservadorismo no debate público brasileiro, que vem contribuindo para fragilizar as finalidades sociais da escola como espaço público e democrático, ao pautarem-se na convicção de que o professor deve limitar-se a transmitir conteúdos de ensino.

A defesa de ideias conservadoras têm se materializado em Projetos de Lei e processos judiciais movidos contra professores e escolas. Neste contexto, currículos de Ciências e Biologia tem sido alvo de questionamentos, uma vez que os conteúdos destas disciplinas são interpelados por questões socioculturais. Há pelo menos uma década, as tensões entre os conteúdos de ensino e os valores a eles relacionados tem sido foco de pesquisas na área de ensino de Ciências e Biologia, assim como tem se tornado parte relevante de seus currículos. (Selles e Ferreira, 2005).

A presente pesquisa busca compreender disputas sobre os currículos e sobre a atuação do profissional docente destas disciplinas, tomando como material empírico materiais curriculares – livros didáticos de Ciências e Biologia - e entrevistas em grupo focal com licenciandos do curso de Ciências Biológicas e com professores de Ciências e Biologia em exercício. Os referenciais teóricos da pesquisa assentam-se sobre a perspectiva da construção social do currículo (Goodson, 1997); da Educação Democrática e as finalidades da educação – qualificação,

socialização e subjetivação (Biesta, 2013); e dos saberes docentes (Tardif, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Considerado como caso emblemático dentro do atual cenário de disputas sobre os currículos, o processo judicial movido contra um livro didático de Ciências destinado ao 8º ano de ensino fundamental em março de 2017 foi o ponto de partida para nossa análise. No caso em questão, o conteúdo de educação sexual foi considerado inadequado à idade dos estudantes por abordar temas sobre sexualidade e desenvolvimento do corpo durante a puberdade e conter ilustrações didáticas sobre prevenção ao câncer de mama e a fisiologia da ereção do pênis, os quais deveriam ser ensinados pelas famílias segundo os denunciadores. A partir deste caso, a pesquisa foi realizada em duas etapas:

- Análise do livro:

Com base nos referenciais teóricos da pesquisa, analisamos concepções de educação e os valores mobilizados na obra em questão. As informações de cunho científico são colocadas ao longo do texto relacionando-as ao meio social e ao desenvolvimento do próprio indivíduo. A abordagem de temas próprios da puberdade, como mudanças no corpo, sexualidades, padrões sociais e virgindade, buscam desmistificar temas sensíveis à vida de adolescentes e que quando pouco explorados podem ser propagadores de concepções equivocadas sobre os fenômenos fisiológicos do funcionamento do corpo, gerando comportamentos prejudiciais à saúde e que podem inclusive se tornarem fontes de sofrimento e culpa. Assim, o livro valoriza a finalidade de socialização (Biesta, 2013), ao

debaterem o respeito à diversidade no meio social. A finalidade de subjetivação também está presente quando indica o respeito e cuidado com o próprio corpo, sem deixar de desempenhar a finalidade de qualificação, uma vez que aborda os conceitos científicos de maneira contextualizada, além de instruir para um convívio democrático em sociedade.

- Entrevista em grupo focal:

A entrevista foi realizada com um grupo de licenciandos do curso de Ciências Biológicas da UFF com o objetivo de se debater os conteúdos do capítulo do livro analisado na seção anterior, bem como os argumentos do processo judicial movido. Nas discussões foram ressaltados aspectos positivos sobre a forma como o livro abordou temas considerados tabus como masturbação e orientação sexual, os quais foram tratados com naturalidade, o que foi considerado desejável uma vez que esses são assuntos que fazem parte da vida dos alunos da faixa etária a qual o livro se destina. O respeito à diversidade e a adequação da linguagem à também foram destacados. As denúncias ao livro foram consideradas exageradas, uma vez que os temas tratados pelos mesmos fazem parte da realidade dos alunos e devem ser debatidos em sala de aula para ampliar os conhecimentos em relação aos preconceitos e concepções equivocadas que circulam em relação a estas temáticas. O acesso às informações e abordagens do livro foram consideradas um direito dos alunos e o debate também apontou para a complexidade da atualidade no contexto de circulação de notícias falsas, porém amplamente divulgadas, e ao crescimento de discursos moralistas e conservadores na sociedade.

CONCLUSÕES:

Defender um Ensino de Ciências e Biologia que mobilize valores democráticos vai ao encontro de valorizar uma maior identificação dos alunos com o currículo escolar. E essa maior identificação depende da conjugação das três finalidades educacionais qualificação, socialização e subjetivação. (Biesta, 2013) O reducionismo de se supervalorizar da finalidade de qualificação caminha, porém, no sentido oposto.

Além disso, a falsa dicotomia entre instrução e educação defendidas pelas atuais reações conservadoras encobrem a defesa de

seus interesses privados, uma vez que quaisquer propostas educacionais tem intencionalidades políticas e as fazem de uma tal maneira. Assim, mesmo por trás de uma pretensa neutralidade, estas propostas são mobilizadoras de seus próprios valores, entre os quais desqualificam o profissional docente e conflitam com um ensino de Ciências e Biologia em seus aspectos socioculturais. Por isso, em momento atual de crise dos valores públicos é imperativa a defesa de uma Educação Democrática.

A análise do material didático aqui apresentado, assim como as leituras de licenciandos sobre as disputas curriculares atuais em Ciências e Biologia na escola contribui para explicitar e aprofundar argumentos em prol da construção de uma sociedade pautada no respeito à diversidade e na dignidade humana e a valorização desta discussão para o campo educacional e formação docente.

REFERÊNCIAS:

- BIESTA, G. A boa educação na era da mensuração. *Caderno de pesquisa*, 42(147): 808-825, 2013.
- GOODSON, I.F. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa - Currículo, 1997.
- SELLES, S.; FERREIRA, M. Disciplina escolar biologia: entre a retórica unificadora e as questões sociais. In: MARANDINO, M.; SELLES, S.; FERREIRA, M; AMORIM, A. (Orgs.). *Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa*. Niterói: Eduff, 2005, 50-62.
- TARDIF, M. *Saberes docentes & formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Agradecimentos:

Ao Cnpq, ao PIBIC, à Faculdade de Educação/UFF e ao Grupo de Pesquisa Currículo, Docência e Cultura.



Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Os impactos territoriais da política de isenção fiscal do Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI

Anna Maria Moraes, Leandro Bruno Santos

Departamento de Geografia de Campos/Núcleo de Estudos em Economia Política Geográfica (NEEPG)

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem por objetivo contextualizar e promover discussão acerca da guerra fiscal no Brasil, bem como compreender suas causas e impactos. O nosso recorte espacial e analítico é o impacto da política de isenção fiscal sobre o território fluminense. Trata-se de identificar os agentes beneficiados pela política de isenção fiscal, os ramos e setores nos quais atuam as empresas e grupos econômicos e sua distribuição no território. Além do que já foi mencionado, é importante frisar as agências e instituições que são responsáveis pela elaboração e implementação da política de isenção fiscal e elucidar a dinâmica econômica da indústria e a maneira como se configura pelo território. Não é demais esclarecer que a guerra fiscal não é um fenômeno novo, visto que, desde meados do século XX, mesmo no auge do planejamento estatal, já é possível observar suas nuances. É a partir da década de 1990, porém, que a mesma ganha força e expressão em todo território nacional, com a internacionalização da economia brasileira, decretando uma verdadeira disputa entre os estados federados, na busca de investimentos de grandes empresas e indústrias para seu território. A corroborar para a acentuação da guerra fiscal, pode-se evidenciar a ausência ou ineficácia de políticas e meios de regulamentação capazes de amenizar seu impacto negativo sobre os estados federados, principalmente aqueles considerados mais fracos. Vale ressaltar, ainda, o aspecto do federalismo brasileiro e como sua fragilidade reflete e contribui para o quadro de guerra fiscal. Torna-se evidente que a guerra fiscal é fruto da instabilidade e da própria disparidade econômica presente no âmbito nacional. Os procedimentos metodológicos adotados incluem levantamento e leitura bibliográficos (temas

como federalismo, guerra fiscal, uso corporativo do território, abertura econômica e crise do estado etc.), levantamento de dados secundários (SEFAZ, TCE, IBGE, entre outros), sistematização e análise dos dados secundários à luz das referências utilizadas. Vae dizer que os levantamentos e leituras bibliográficas foram de extrema importância para o desenvolvimento, avanço e consolidação, pois é a partir disso que temos um arcabouço teórico conceitual capaz de embasar e fundamentar a pesquisa. Há de se considerar ainda a participação em grupo de estudos voltados para a Geografia Econômica, organizado pelo Núcleo de Estudos em Economia Política Geográfica (NEEPG).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O objetivo principal desta pesquisa é justamente compreender e analisar os impactos territoriais da política de isenção fiscal sobre o Estado do Rio de Janeiro, por meio da análise de alguns indicadores, como arrecadação de ICMS, evolução dos estabelecimentos e empregos na indústria de transformação, investimentos anunciados, entre outros. Dessa forma, torna-se necessário entender como a política de subsídio fiscal é concedida, os principais agentes e setores econômicos beneficiados, a distribuição territorial dos subsídios. Além disso, é necessário ilustrar quem atua por detrás dos incentivos fiscais, isto é, o papel desempenhado pelas instituições - agências e órgãos públicos (CODIN, AGERIO etc.) - e organizações privadas (FIRJAN) responsáveis pela elaboração e implementação dessa política de estímulo aos investimentos. As instituições e organizações se determinam mutuamente, quer dizer, não é possível entender a política de isenção fiscal e o arranjo institucional de forma

desarticulada do papel exercido pelas organizações empresariais. Outro ponto que deve ser destacado é a singularidade do Estado do Rio de Janeiro, pois todo o discurso de atração de investimentos tem como pano de fundo ideias-força de esvaziamento econômico, concentração das forças produtivas etc. A metrópole do Rio de Janeiro sempre abarcou investimentos, infraestrutura econômica e social (rodovias, aeroportos, educação etc.) e recursos, contribuindo para a maior concentração populacional e econômica. Assim, há de se ressaltar a concentração de investimentos e indústrias na metrópole e seu entorno, embora, aos poucos, o interior esteja passando por um processo de ressignificação de seu território, que é propiciado pelo perfil de novas cidades, sobretudo as médias e de porte médios, dinamizadas pela instalação de investimentos industriais relacionados às indústrias automobilística e petrolífera. As sucessivas leis de subsídio fiscal, promulgadas nos anos 2000, apesar da justificada desconcentração territorial das forças produtivas, promoveram o reforço da concentração econômica, tendo em vista que 95% das renúncias aprovadas foram efetivadas privilegiando empreendimentos e empresas sediadas nas regiões de governo que exibem um maior adensamento produtivo do ERJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) recebeu 62%, entre os anos 2015 e 2016, seguida pelo Médio Paraíba (15,4%) e Centro-Sul (11,5%). Do ponto de vista setorial, os dados apresentados pelo relatório Observatório dos Benefícios mostram a seguinte distribuição: petróleo, combustíveis e lubrificantes (19,7%), têxtil e vestuário (13,6%), fármacos e perfumaria (13,4%), metalurgia e construção (12,3%), alimentos (9%) e supermercados/lojas de departamento (9%). Esses dados demonstram a ineficácia da política de isenção fiscal na diversificação da base produtiva do estado e sua incapacidade no adensamento de circuitos produtivos, tendo em vista o apoio a atividades já importantes na estrutura produtiva.

CONCLUSÕES:

Alguns resultados podem ser constatados, entre eles a concentração dos subsídios fiscais na RMRJ e no Médio Paraíba, já marcadas por concentração de estabelecimentos e empregos industriais no estado. Portanto, uma das pretensões iniciais da política de isenção, cujo objetivo era dinamizar o interior do estado

(especialmente o Norte e o Noroeste), sequer tem sido atingida, com a prevalência do uso do território sob a lógica do mercado. Além disso, notamos uma concentração dos incentivos para atividades de petróleo e comércio e serviços (atacados e varejos de alimentos, farmácias, joalherias etc.). Essa dimensão setorial permite duas conclusões: primeiro, a política de isenção fiscal tem tido pouco impacto na diversificação do aparelho produtivo da economia fluminense; segundo, o segmento de comércio e serviços, com exceção do emprego, tem pouco impacto no encadeamento produtivo, podendo, inclusive, ser instalado sem o incentivo.

Agradecimentos:

Em meio a uma onda de desvalorização da educação, ciência e pesquisa, é um privilégio ter sido contemplada com bolsa de iniciação científica. A temática é relevante para a compreensão do atual cenário do ERJ, além de contribuir para minha formação pessoal e acadêmica. Agradeço ao professor Leandro Bruno Santos, pela orientação e, principalmente, por mostrar-me que todas essas etapas contribuem para o meu processo de formação intelectual e profissional. Sem a sua ajuda, nada disso seria possível, então, muito obrigada. Ao CNPq/PIBIC, por me proporcionar a experiência da pesquisa, viver a universidade para além da sala de aula, por experiências riquíssimas e a própria ajuda de custos que é necessária para a minha permanência em uma universidade fora da minha cidade natal.

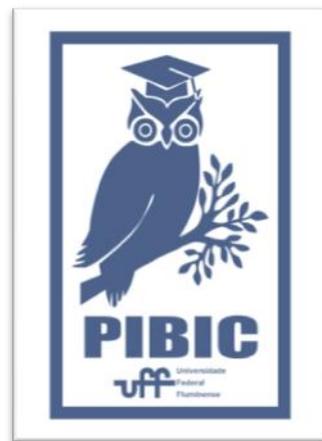


Figure 1: Logo PIBIC



Educação

Reprodução humana e sexualidade em livros didáticos de Biologia

Luisa Machado e Sandra Escovedo Selles

Faculdade de Educação/UFF

INTRODUÇÃO:

A história das disciplinas Ciências e Biologia mostra o quanto a abordagem de determinados conteúdos têm sido colocada em xeque por diferentes segmentos sociais que disputam controle sobre o currículo (GOODSON, 1997). Especialmente no Brasil, o ensino de Ciências e Biologia tem sido alvo de inúmeros ataques por parte de grupos conservadores que passaram a disputar temas associados ao ensino do corpo humano. Um desses grupos, autodenominado “escola sem partido”, se volta contra o ensino de reprodução humana e orientação sexual sob a alegação de que não se tratam de conteúdos curriculares obrigatórios.

Neste trabalho, busca-se compreender como o ensino do corpo humano tem abordado a reprodução humana e a orientação sexual em livros didáticos de Biologia publicados nas últimas três décadas. Inicialmente, revisitamos estudos nos quais autores examinaram livros didáticos buscando entender como gênero e sexualidade vêm sendo abordados ao longo desses anos. Optamos por focalizar as imagens de 10 livros didáticos de Biologia (codificados como L1 a L10) publicados entre as décadas de 1990 e 2010, visto que estes materiais podem ser “considerados guias curriculares que expressam influências de movimentos educacionais, científicos e cotidianos” (GOMES; SELLES; LOPES, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da análise empreendida observamos que todos os 10 livros de Biologia apresentam ilustrações gráficas de órgãos sexuais, de corpos nus, ou de métodos contraceptivos. Essas imagens encontram-se nas seções de Reprodução Humana dos livros de Biologia, indo ao encontro dos resultados do trabalho de Valiente (2016) que também as encontrou em

livros didáticos de Ciências publicados desde a década de 1970. De modo geral, os corpos representados nas ilustrações são recortados para apresentar os órgãos reprodutores masculino e feminino (Fig1). A maioria das imagens analisadas, ao destacar apenas órgãos e aparelhos de reprodução, concorre para uma abordagem fragmentada do corpo. Essa abordagem do corpo humano no ensino de Ciências e Biologia parece confirmar que se trata de uma das tradições curriculares dessas disciplinas, influenciadas pela forma como ocorreu a produção científica desses conhecimentos (TRIVELATO, 2005).

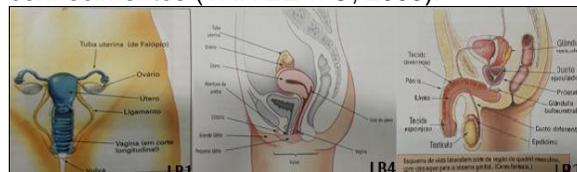


Fig1 Ilustrações dos sistemas reprodutores

A análise dos livros evidencia também que o ensino da reprodução humana vem incluindo seções que não apenas abordam a orientação sexual, mas também detalham as DST. Esta seleção curricular pode ser entendida como atendendo a finalidades sociais que consideram o valor do conhecimento sobre métodos contraceptivos como modo de prevenção de gravidez não planejada, e também de prevenção de doenças. Altmann (2013) registra que o ensino desse tema nas escolas é motivado pelo crescente número de gravidez na adolescência, além dos casos de DST entre os adolescentes.

Dos 10 livros analisados sete apresentam imagens dos métodos contraceptivos. Dentre os livros de Sônia Lopes, três deles (LB1, LB3 e LB4) dão um destaque maior para os métodos contraceptivos femininos. Essa abordagem contribui para a definição de papéis atribuídos a

homens e mulheres em nossa sociedade, os quais trazem a ideia de que prevenção da gravidez é uma questão feminina, “[...] para ela, pílulas, DIU, diafragma, camisinha feminina, hormônios injetáveis, laqueadura e muitos outros; para eles vasectomia e camisinha.” (ALTMANN, 2013 p. 306). Os livros de Cesar e Sezar não dão muita atenção para os métodos contraceptivos. Apenas o LB7 apresenta uma pequena imagem de laqueadura e vasectomia. Dentre os livros de Sérgio Linhares dois apresentam métodos contraceptivos: os livros LB9 e LB10 apresentam o diafragma, e a imagem ensina detalhadamente como utilizá-lo (Fig2). A atenção para com os métodos contraceptivos parece ser uma tendência que vem se estabilizando ao longo dos últimos 30 anos, fato também registrado por Valiente (2016).



Fig2 Métodos contraceptivos em LB1, LB7 e LB10

Apenas quatro livros analisados (LB2, LB3, LB4 e LB10) apresentam a camisinha masculina como método de prevenção, não só da gravidez como também das DST. Em todas as imagens que representam este método o pênis encontra-se ereto (Fig3). Em outras palavras, há pelo menos 30 anos os alunos e alunas da educação básica vêm imagens de ereção e de modos de uso da camisinha masculina. Somente o livro LB4 apresenta imagem da camisinha feminina, mas sem ensinar como usá-la.



Fig3 Camisinha masculina e feminina

CONCLUSÕES:

Neste trabalho, reunimos dados que nos permitem afirmar que a reprodução humana e a orientação sexual vêm sendo incluídas no ensino do corpo humano em aulas de Biologia, pelo menos há trinta anos. Reconhecemos que se trata de uma das tradições curriculares da disciplina Biologia, e sua incidência evidencia que as finalidades educacionais destas disciplinas tomam como referência as necessidades físicas e sociais dos jovens a quem se dirigem. A análise empreendida opera com evidências que desmontam alegações do movimento escola sem partido de que o ensino da reprodução humana não seria obrigatório.

REFERÊNCIAS:

- VALIENTE, C. V. **O corpo humano no currículo de Ciências: analisando os livros didáticos sob uma perspectiva sócio histórica**. 2016, 182f. Dissertação (Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade) UERJ, São Gonçalo, 2016.
- GOODSON, I. **A Construção Social do Currículo**, *EDUCA, Lisboa, 1997*.
- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e gêneros. **Cadernos Pagu**, Curitiba (21): 281-315, 2013.
- GOMES, M. M.; SELLES, S. E. e LOPES, A. C. Currículo de Ciências: estabilidade e mudança em livros didáticos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo (39): 477-492, 2013.
- TRIVELATO, S. L. F. Que corpo/ser humano habita nossas escolas? In: MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. e AMORIM, A. C. R. **Ensino de Biologia: conhecimento e valores em disputa**. EdUFF, Niterói p. 121-130, 2005.



Ciências Humanas

Injustiças Cognitivas: ressignificando os conceitos de cognição, memória e aprendizagem no cotidiano escolar

Thays Souza da Costa

LABORATÓRIO GRUPALFA- GRUPO DE PESQUISA ESCOLA, MEMÓRIA E COTIDIANO – GEPEMC

INTRODUÇÃO

Histórica e culturalmente, a padronização dos sistemas de ensino traduz o sujeito a partir da dicotomia corpo-mente e nega as interações com o meio, a cultura, o outro. Os processos de *ensinoaprendizagem* trazem ao subjetivo a responsabilidade pelas “falhas” deixadas ao longo da trajetória escolar. A absorção dessa realidade traduz uma pedagogia onde os que aprendem apenas podem fazê-lo a partir do que lhes foi ensinado, sem que este possa fugir à esta realidade. Logo, quando um sujeito encontra-se à margem do que é esperado, é tipificado com dificuldade de aprendizado.

A presente pesquisa foi realizada entre os anos de 2017 e 2018 na Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal Fluminense. Com o objetivo de analisar como essas crianças que existem de forma diferente existem e aprendem. Ao longo do processo, a pesquisa cartográfica se fez presente no sentido de auxiliar na construção de linhas de olhar, tendo em vista as mudanças nas rotinas e etc.

A Sala de Múltiplas Linguagens foi uma alternativa pensada para a tradicional Sala de Recursos, tendo como principal característica o atendimento à toda creche e não apenas às crianças classificadas com necessidades especiais. A **INTERAÇÃO** surge como principal conceito e é a partir daí que pensamos nossas práticas e ações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o primeiro momento, colocar as crianças a frente do processo fez-se essencial. Precisávamos que elas tivessem vontade de estar no lugar, numa relação de pertencimento num espaço pensado com e para elas, que se sentissem autoras de suas próprias realidades.

Convocamos pequenas assembleias com as crianças, e explicamos o funcionamento do local. A proposta inicial era o trabalho por Temas Itinerantes, onde as categorias mais escolhidas comporiam as temáticas da sala a fim de sustentar o desejo das crianças por mais e mais. Surgiram desde filmes infantis famosos a temas mais elaborados, como oceano, alienígenas e o universo.

Seguimos a perspectiva de Humberto Maturana para pensar as relações. Era necessário que víssemos e que mostrássemos às crianças quem era o outro de formas a fazê-las, como sugere o autor, “reconhecer o outro como legítimo outro”. Concomitantemente, através de uma visão freiriana, temos a amorosidade como norte da nossa perspectiva metodológica e pedagógica. Novamente a pergunta se faz necessária: Como aqueles que existem de forma diferente existem e aprendem? A partir daí, percebendo o outro em uma relação horizontal, interagimos.

CONCLUSÕES

Mesmo que o projeto não tenha chegado a sua fase final por questões várias, a interação - conceito que nos moveu adiante - fez-se presente. O planejamento de toda a sala, a construção de materiais, conversas com bolsistas, estagiários, funcionários, professoras e crianças foram de extrema importância para que pensássemos um ambiente que abarcasse toda a comunidade escolar.

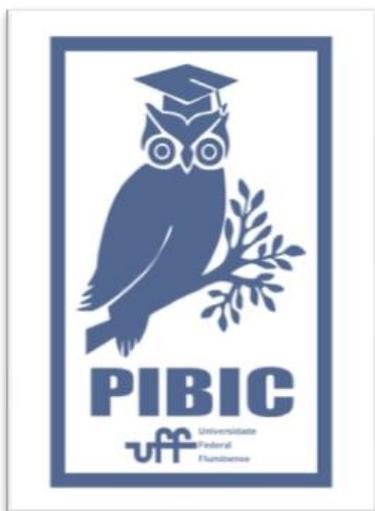
As interações que foram vividas, sem dúvida, configuraram experiências extremamente ricas. Experiências essas que influenciam positivamente no desenvolvimento das crianças e merecem um olhar mais atencioso dos docentes, bolsistas e estagiários.

Houveram - diversos - momentos onde encontrar um ponto em comum fora difícil. Achar um senso entre tantas ideias, entre tantas sugestões foi uma atividade árdua já que, inclusive para discutir sobre a sala, precisávamos conhecer, como grupo, como uma assembleia funcionava.

Ao acolher as crianças e mostrar-lhes que elas poderiam ser as protagonistas de seus próprios mundos, narrativas foram possibilitadas, espaços para debates e discussões foram inovados e conceitos foram refeitos.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à toda comunidade que constitui a Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal Fluminense, que nos cedeu um campo preciosíssimo de pesquisa e interações. Agradecemos, também, às crianças, que protagonizaram todos os ideais desde o princípio.





Grande área do conhecimento: Psicologia

Título do Projeto: Uma escuta da adolescência nas Ocupações de Escolas no Rio de Janeiro

Autores: Gabriella Araújo e Maria Eduarda Todorof.

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Educação (SFP)

INTRODUÇÃO:

Apresentamos uma pesquisa, construída na interface entre Psicanálise e Educação, em andamento na Universidade Federal Fluminense, cujo objetivo é investigar a relação entre o processo de subjetivação da adolescência e os laços sociais no contexto escolar, mais especificamente a partir do fenômeno recente das ocupações de escolas realizadas por estudantes de ensino médio em várias regiões do país. A adolescência é tomada como momento de um novo encontro com o Outro com efeitos nos modos do sujeito se enlaçar no social,. Isso implica em novos modos de se representar como singular no coletivo, através de novas narrativas e novos endereçamentos discursivos. O sujeito adolescente tem como desafio ir além do lugar ocupado no discurso familiar e nos discursos sociais que possam aliená-lo ou silenciá-lo.

Nosso pressuposto central neste projeto, a partir da psicanálise, é que o trabalho psíquico da adolescência ocorre numa interseção entre o individual e o social, razão pela qual a pesquisa sobre a adolescência tem nos convocado sempre a diversos diálogos com outros campos do saber (Coutinho, 2009). Partindo do paradigma psicanalítico, como tem sido apontado por vários autores (Alberti, 2004,

Cadoret, 2000, Costa, 2004, Coutinho, 2009, Rassial, 2000) a adolescência nos remete ao fato de que nosso corpo nada tem de natural, de modo que a puberdade impõe a construção de novos circuitos pulsionais a partir de novos laços sociais e de um novo encontro com o Outro e com os outros, incluindo-se aí o exercício de uma posição sexuada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O projeto de pesquisa no ano de 2018 teve como objetivo seguir com a análise do material de campo coletado desde o início do projeto, através de entrevistas e diários de campo. Foram analisadas as falas dos estudantes e, a partir delas, foram criados eixos de análise fundamentais para a investigação dos efeitos das ocupações nos estudantes:

A partir do dizer dos adolescentes articulado ao estudo teórico sobre a adolescência e o laço social e construímos as seguintes categorias de análise:

- 1) *Saber X Aprender* ; O saber como experiência, algo do vivido, sentido e partilhado, diferente do aprender conteúdos racionalmente
- 2) *Pertencimento X Segregação* ; Mesmo que apareça só um dos polos na fala, o outro está implícito. Em psicanálise, a experiência do pertencimento diz respeito de um lugar como sujeito no discurso social

e institucional.

- 3) *Identificações* ; laços horizontais, ao outro enquanto semelhante, de amizade, possibilidade de compartilhar vivências e transformá-las em experiências
- 4) *Alteridade* ; o outro enquanto diferente, leva ao “senso de coletividade”
- 5) *Outro familiar*: referência simbólica para o sujeito situada na família, onde se busca reconhecimento, autorização
- 6) *Outro público* ; referência simbólica para o sujeito situada no universo extrafamiliar (escola, comunidade), onde se busca reconhecimento, expressando novos enlaçamentos do sujeito no discurso social, novos ideais
- 7) *Ter voz* ; poder (se) falar, se aceitar, nova posição subjetiva diante do Outro familiar e público; experiência da falta no Outro; queda das idealizações e certezas imaginárias, constituição de ideais do eu; “mudei comigo mesma”
- 8) *Afetos* ; aquilo que não se sabe bem dizer, explicar, mas que foi “intenso”

O discurso dos alunos revela a constituição de novos laços sociais na escola, com a instituição, com colegas, professores e suas famílias. A sensação de “apropriar-se” da escola e da sua trajetória como aluno foi um dos temas mais presentes nas falas dos ocupantes, junto à sensação de integração e união entre os envolvidos dentro e fora da escola. A descrição de um “antes e um depois” das ocupações indica o questionamento e modificações da estrutura das relações estabelecidas entre eles e por eles dentro e fora da escola com repercussões nos modos dos adolescentes se situarem, se verem e se dizerem.

CONCLUSÕES:

No contexto das ocupações, os alunos puderam questionar as estruturas e a hierarquia escolar ao mesmo tempo em que se percebiam capazes de transformarem as mesmas. Desenvolveram o senso de coletividade, de política e de autogestão, assim como entraram em contato com o incômodo com as regras vigentes nas escolas.

Os novos laços sociais se fundaram tanto na identificação quanto nas experiências com a alteridade, permitindo a restituição de referências simbólicas sustentadas no coletivo. A relação com o Outro familiar e o Outro público se modifica e permite o “ter voz” como uma fala em nome próprio. Além disso, a presença de afetos muitas vezes até difíceis de serem nomeados parece ter sido um componente fundamental na mobilização e na sustentação de desejos singulares e coletivos tanto em relação ao movimento em si quanto em relação ao saber que ali pode ser transmitido e produzido.

Agradecimentos:





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Políticas Públicas de Educação Especial:
Experiências de Formação Docente e Inclusão na Escola Pública

Bolsista Autor: Bruno Pereira Batista de Lima (Bolsista
PIBIC/CNPq)

Orientadora: Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa (UFF)

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de
Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado
e Doutorado/Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Historicamente a segregação de indivíduos com deficiência foi afirmada pela sociedade por se achar que não são capazes de exercer bem tarefas e acabam recebendo um tratamento diferenciado dos demais. Por séculos os indivíduos com deficiência eram considerados como inválidos pela sociedade e acabavam, por diversas vezes, sendo abandonados em abrigos religiosos ou induzidos a morte. Este quadro, lamentável, permaneceu por muito tempo até que os primeiros movimentos a favor de um olhar diferenciado começassem a surgir. Diante desta cultura, vários movimentos em prol da inclusão são mobilizados e buscam o cumprimento de dispositivos legais, no Brasil e no mundo, que apoiem estes indivíduos com necessidades especiais.

As narrativas apresentadas neste relatório refletem o cotidiano vivenciado por professores, exigindo uma discussão sobre a importância do enfrentamento de atitudes preconceituosas contra alunos com deficiência. Sendo assim, se faz necessário pensar em uma escola com professores que reflitam sobre suas práticas e se contraponham às práticas discriminatórias, conforme menciona Costa, ao afirmar que: “Admitir a perspectiva formativa, por intermédio da experiência teórica e investigativa, contribuirá na humanização dos professores e alunos, ao se contrapor à dominação e a inconsistência social, marcas da sociedade de classes”. (COSTA, 2015, p. 22)

A partir de teorias de Adorno, Costa e Crochík, foi proposta a problematização, análise e avaliação da escola em que a pesquisa foi aplicada; observando as experiências pedagógicas dos professores nas salas de aula com alunos com deficiência estudando junto com colegas sem deficiência, além de identificar as concepções e atitudes frente à educação inclusiva nas escolas municipais de Niterói/RJ, considerando sua formação inicial e continuada, através de narrativas e entrevistas semiestruturadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Dr. Alberto Francisco Torres, que fica localizada no município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Seus objetivos foram: Avaliar experiências pedagógicas dos professores nas salas de aula com alunos com deficiência estudando com colegas sem deficiência; identificar concepções e atitudes frente à educação inclusiva nas escolas municipais de Niterói/RJ considerando sua formação inicial e continuada; problematizar as políticas públicas de educação e formação de professores na perspectiva da educação inclusiva e seus resultados na Escola Municipal Dr. Alberto Francisco Torres, através de questionários, entrevistas semiestruturadas e observações. Os questionários e as entrevistas foram realizados com duas professoras que atuam

como mediadoras de alunos com deficiência. Os resultados obtidos através dos questionários e observações revelam que todas as professoras acham a inclusão importante tanto para o aluno com deficiência quanto para os demais alunos, pois possibilita um compartilhamento de saberes e/ou diferenças, minimizando e/ou eliminando os estereótipos e barreiras existentes. A adequação do conteúdo também é realizada de acordo com a necessidade de cada aluno. Desta forma, superar as barreiras existentes nos currículos já não é mais uma opção, mas uma necessidade para que possamos pensar em uma educação justa e humana. É preciso olhar todo o entorno para entender seu processo, e assim, pensar em possibilidades que já não façam o professor seguir uma regra na forma de transmissão de conteúdo, mas que ele tenha autonomia para adequar da maneira que achar conveniente a necessidade e realidade do aluno, como afirmado por Costa (2010^b, p. 532) “Educar alunos com deficiência é tarefa a ser desenvolvida pelo professor no cotidiano escolar”

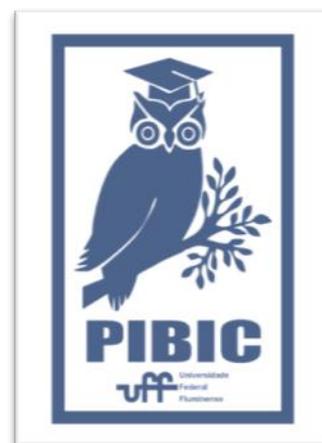
O desenvolvimento de novas formas de atuação em sala de aula de forma colaborativa e crítica permite aos indivíduos uma experiência emancipadora com atitudes acolhedoras e com um olhar humano, não mais como um indivíduo com deficiência, mas como uma pessoa com infinitas possibilidades e que, dentro das suas limitações, pode ter uma aprendizagem tão grande quanto os alunos sem deficiência. Ter um olhar para a formação inclusiva significa caminhar junto com o olhar humanístico e diferenciado, não de indiferença, mas de diferente que completa e enriquece ainda mais a sala de aula.

Estudos (COSTA, 2011, 2010^a, 2010^b, 2007, 2006, 2005, 2004, 2002^a, 2002^b, CROCHÍK, 2009, 2006) comprovam que a educação inclusiva é benéfica para discentes, docentes e corpo técnico/administrativo das instituições. Ou seja, toda a escola tende a ganhar quando deixam de lado a indiferença para fazerem juntos a diferença através de uma educação emancipadora e democrática. Devemos

pensar/agir no micro para transformar o macro juntos.

CONCLUSÕES

Mediante os estudos teóricos sob a orientação da Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa e as discussões no Grupo de Pesquisa/CNPq: “Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão”, podemos concluir que o professor que atua na Educação Inclusiva demanda tanto uma formação inicial quanto continuada para dinamizar sua prática pedagógica com base nas diferentes demandas dos alunos no cotidiano da sala de aula. É necessário que o professor esteja atento à diversidade cultural, cognitiva, física e sensorial de seus alunos, estando receptivo ao diálogo e ao compartilhamento de experiências para que, sobretudo, os alunos com deficiência se beneficiem da educação na perspectiva inclusiva, com oportunidades de terem sua deficiência respeitada e suas necessidades educacionais atendidas junto com seus colegas, sem deficiência, na sala de aula regular nas escolas públicas do município de Niterói. Sendo assim, a educação inclusiva é aquela que possibilita um desenvolvimento da aprendizagem dos alunos através de uma educação autônoma, emancipadora e justa para todos.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A espacialidade dos conflitos sociais no Brasil contemporâneo: as Jornadas de Junho de 2013

Autores: Glauco Bruce Rodrigues (Orientador) e Carolina Almeida Siqueira (Bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / Núcleo de Estudos sobre o Território e Conflitos Sociais

INTRODUÇÃO:

As manifestações, passeatas, protestos ou simplesmente Jornadas de Junho se referem a uma série de atos que ocorrem ao longo do ano de 2013 em todo território brasileiro. Popularmente conhecidas como Jornadas de Junho, essas manifestações levantaram uma série de questionamentos e uma busca por entender o que elas de fato representaram para o Brasil. Essa pesquisa visou, a partir da sistematização da maior quantidade de conflitos que conseguiu reunir, propor uma análise do que foram as Jornadas de Junho, como, onde e por quê começaram, qual era a sua dinâmica interna e quais foram suas conquistas.

Num primeiro momento, no início de 2013, observam-se as primeiras manifestações acerca do aumento da passagem de ônibus. Talvez, neste período, jamais se imaginasse as proporções que essas movimentações poderiam tomar. As reivindicações por melhorias nas

Políticas Públicas de Transporte foram o gatilho para que uma sequência de acontecimentos viessem em seguida, tendo em vista que o transporte público afeta diretamente a vida da sociedade num geral, com maior enfoque nos estudantes e trabalhadores, principalmente das grandes cidades. E foi quando esses atos alcançaram os grandes centros urbanos que se verificou de fato a importância deles no contexto sócio espacial e político brasileiro. A adesão maciça da população e a aumento das demandas marcaram Junho de 2013 como um mês de destaque na história do país. Não se via, nas últimas duas décadas de história brasileira, engajamentos sociais em torno de um ou múltiplos ideais como os observados nas Jornadas de Junho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Essa pesquisa foi realizada num primeiro momento com debates construtivos no grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre o Território e Conflitos Sociais Universidade

Federal Fluminense - PUCG. Foram propostas diversas leituras que poderiam trazer conceitos e propostas de como analisar o material que estava sendo coletado por meio das fontes midiáticas, de jornais, blogs, redes sociais e sites que mostravam fotos, vídeos e entrevistas ocorridas na época das Jornadas de Junho.

Numa etapa antecedente, fizemos a leitura do livro *O direito à cidade* de Henri Lefebvre, pontuando em grupo partes de especial interesse e gerando debates que permitissem a compreensão do que a manifestação pode representar num sentido de exercer a voz daqueles que buscam alcançar seus objetivos. Em seguida, iniciou-se uma sistematização dos conflitos que ocorreram ao longo do ano de 2013 numa tabela feita no Excel. Essa sistematização teve por base notícias de jornais de grande vinculação, bem como mídia alternativas, que traziam alguns detalhes a mais, permitindo uma melhor e mais aprofundada análise sobre como os atos, passeatas e diferentes formas de manifestações discorreram sobre as cidades espalhadas pelo Brasil.

A tabela de conflitos relacionou 1178 enfrentamentos, anexando a cada cidade em que se notou um protesto os motivos para tal, seus protagonistas, antagonistas, tipos de organização, tipos de manifestações, as estratégias de repressão e sua escala de ação

local e política. Por meio desta tabela, foram produzidos gráficos para que facilitasse a visualização tanto em sua expressividade (quantidade) quanto em sua temporalidade. Tanto o gráfico quanto a tabela facilitaram para a qualificação dos dados obtidos enquanto o problema em questão era analisado, tendo por base tanto as notícias e falas dos protagonistas ou antagonistas quanto o material de base teórica utilizado.

CONCLUSÕES:

Dessa forma, buscamos analisar as Jornadas de Junho nos anos de 2013 e 2014, focalizando em alguns atributos-chave para tentar compreender de forma mais lúcida o papel dessas manifestações no país. Tais manifestações, que se deram majoritariamente no espaço urbano, trouxeram diversas pautas que reclamavam o direito ao uso da cidade em oposição ao seu valor de troca. Podemos “pensar o urbano como uma multiplicidade de elementos heterogêneos que entram em relação uns com os outros”¹, o que explica como um mesmo movimento foi capaz de abrigar tantos diferentes perfis e pautas. A cidade e seus espaços se tornaram palco das reivindicações, renovando o papel de diversas praças e ruas, agregando a elas esse valor

¹RAMOS, Tatiana Tramontani. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. p. 17.

simbólico de espaço de luta, de conflito, de exercício da cidadania. Mas do que dar voz ao povo, as manifestações deram voz às cidades e seus espaços, mostrando que o papel do grande antagonista em todo esse processo, o Estado, é de garantir que a população tenha acesso digno ao que lhe é de direito, ou seja, aos locais que cabem à sociedade ocupar.

As Jornadas de Junho ficam então, nesse contexto, marcadas como um momento de ruptura do silêncio que vigorava no país há mais de duas décadas, uma vez que “os movimentos sociais urbanos são entendidos como uma resposta às carências e desigualdades estruturais do capitalismo responsáveis pela segregação sócio-espacial, concentração de equipamentos coletivos em áreas ricas e de classe média, etc.”².

Agradecimentos:

PIBIC - UFF

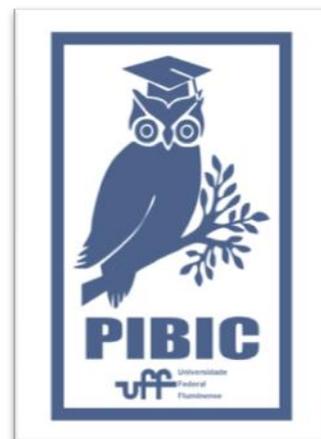


Figure 1: Logo PIBIC

²RAMOS, Tatiana Tramontani. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. p. 24.



Grande área do conhecimento: Humanas

Título do Projeto: Ideias e música em Schopenhauer a partir do quarteto de cordas de Raaben

Autores: Sandro Mira Toledo

Departamento/Unidade/Laboratório: Filosofia

INTRODUÇÃO:

A nossa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de examinar a metafísica da música de Schopenhauer, examinado assim as suas principais teses, assim como seus respectivos problemas. Não obstante, diferentemente do que sugere o título da atual pesquisa, em vez do autor Raaben, preferimos recorrer a outros teóricos da música, pois entendemos que as obras de Schoenberg e Bohumil Med, por exemplo, permitiriam ao leitor adentrar mais facilmente no denso pensamento de Schopenhauer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O presente trabalho é o resultado de uma investigação sobre a metafísica da música que Schopenhauer desenvolve a partir de um paralelismo entre as ideias e a música. Tencionamos, com esta pesquisa, mostrar a magnitude da música para o pensamento schopenhaueriano – uma magnitude evidenciada, pelo filósofo, a partir do efeito imediato e mais poderoso que tal arte é capaz de exercer sobre o íntimo do ser humano.

Nos primeiros meses da pesquisa, analisamos algumas características de um possível “sistema sonoro natural” e a relação entre a harmonia musical e a organização da natureza. Daí por diante, elucidamos o modo como Schopenhauer relaciona o movimento das vozes da harmonia com as objetivações da vontade e explicamos, por conseguinte, as razões que levam o filósofo alemão a considerar a música uma linguagem universal e uma arte superior às demais.

Em linhas gerais, a teoria schopenhaueriana defende que o efeito poderoso que a música exerce sobre o íntimo do ser humano se deve à relação imitativa entre essa arte dos tons e a essência do mundo. Entretanto, Schopenhauer

também aponta que sua metafísica da música não pode ser propriamente comprovada, mas apenas desenvolvida por analogia. Ou seja, como, de acordo com sua teoria, o *em-si* do mundo se objetiva imediatamente tanto nas ideias quanto na música, o filósofo alemão defende que deve existir entre as ideias e a música não uma semelhança imediata, mas uma analogia, um paralelismo.

Diante disso, Schopenhauer expõe, em sua metafísica da música, que a voz mais grave da harmonia – o baixo – é análoga à massa planetária, isto é, ao mundo inorgânico, enquanto que as fugidias vozes agudas correspondem às organizações orgânicas do mundo. Contudo, Schopenhauer ressalta que os tons agudos devem derivar das vibrações concomitantes e complementares do baixo. Em outras palavras, o filósofo alemão argumenta que, segundo a “lei da harmonia”, uma determinada nota grave deve ser acompanhada por tons agudos que ressoem com ela de modo efetivo e simultâneo, assim como os sons harmônicos (harmônicos superiores) vibram concomitantemente com seu tom fundamental. Com isso, o filósofo alemão constata que essa relação de derivação dos tons agudos a partir do baixo é análoga ao desenvolvimento gradual de todos os corpos e organizações da natureza a partir da massa planetária, isto é, na harmonia musical, podemos reconhecer toda a sequência gradual das Ideias em que a vontade do mundo se objetiva. Portanto, a massa planetária é, para Schopenhauer, o sustentáculo e a fonte do mundo assim como o baixo deve ser o da harmonia musical. Em outras palavras, o baixo é, para harmonia, o que a natureza inorgânica é para o mundo, isto é, o fundamento do mundo, a massa planetária que alicerça o todo e a partir da qual tudo se desenvolve.

Desse modo, a harmonia musical é constituída, segundo a filosofia schopenhaueriana, por quatro grandes vozes. Além do baixo, que

corresponde, como supracitado, à natureza inorgânica (mundo mineral), há duas vozes intermediárias, tenor e contralto, sendo a primeira análoga ao reino vegetal e a segunda, ao animal; e, por fim, soando acima de todas, está a soprano, a voz condutora da *melodia* principal e, por sua vez, análoga à natureza humana.

Em suma, é a partir desse paralelismo entre os graus da ideia e as vozes da harmonia musical que a metafísica da música schopen-haueriana é toda desenvolvida. Sendo assim, é partir dessa analogia que Schopenhauer explicita por que a música é uma *linguagem universal*, e por que essa arte soberana é capaz de exercer, sobre o nosso íntimo, um efeito imediato e mais poderoso do que qualquer outra arte.

CONCLUSÕES:

Tendo em vista a nossa investigação sobre a metafísica da música schopenhaueriana, elaborei, ao longo dos doze meses de pesquisa, um texto em que elucidado propriamente o desenvolvimento do paralelismo schopenhaueriano entre a música e as ideias, e onde explico as razões que levam o filósofo alemão a considerar a música uma linguagem universal e a elegê-la como a arte soberana. A partir de nossa pesquisa, pudemos entender que a música é, para Schopenhauer, a arte soberana por exprimir, num único estofado, todas as nuances da vontade do mundo, exercendo sobre o nosso íntimo um efeito imediato e mais vigoroso. Também explicamos, em nosso texto, como o filósofo associa a estrutura da harmonia do sistema tonal ocidental à organização da natureza, e como ele estabelece, dessa forma, um paralelo entre as vozes da harmonia (baixo, tenor, contralto e soprano) e os graus da ideia (mundo mineral, reino vegetal, reino animal e ser humano). Vimos ainda como o sistema tonal ocidental é fundamentado na série harmônica de um som natural, mas também como os ajustes do temperamento igual tornam questionável a defesa schopenhaueriana da naturalidade desse sistema tonal. Elucidamos também como Schopenhauer compara a importância da melodia para a música com a importância do ser humano para a natureza. E, por fim, explicitamos como, segundo a filosofia schopenhaueriana, a música exprime, na harmonia completa, a história secreta da

vontade do mundo – tal qual uma linguagem universal nítida e distinta.

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Vladimir Vieira, pelas preciosas discussões e pela confiança depositada em meu trabalho, e à Universidade Federal Fluminense pela oportunidade de realizar a pesquisa sobre a metafísica da música schopenhaueriana.

Também gostaria de agradecer aos professores do Departamento de Filosofia que têm sido fundamentais em minha formação: Alexandre da S. Costa, Bernardo B. C. de Oliveira, Danilo Marcondes de S. Filho, Diogo de F. Gurgel, José M. Arruda, Mariana de T. Barbosa, Patrick E. C. Pessoa, Pedro Sússekind e Richard Fonseca; assim como aos meus queridos amigos e debatedores de plantão: Roberto Dalmo, Leonardo Vieira, Vitor Balestro, Roberto Torviso, Ottavio Rodrigues, Marcus Continentino, Thiago Selem, Mauricio Maximino e Valdeir Guaraciaba.

Quanto aos conselhos ou contribuições musicais, gostaria de agradecer ao pianista e mestrando em Filosofia, Jonathan Almeida, e aos meus mestres: o maestro Eduardo Lessa, o violoncelista Ronildo Candido e o pianista Marcílio Meira.

Por fim, um agradecimento especial à minha namorada, Manoela Mayrink, pelo seu apoio e carinho durante toda esta jornada.

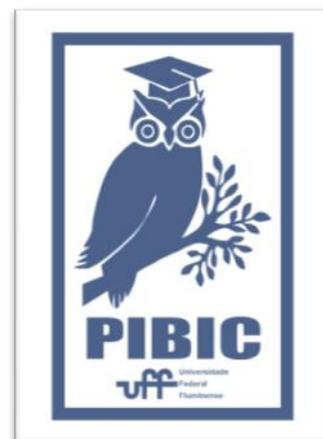


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Remoções e despejos: entre megaeventos e novas conflitividades no Brasil contemporâneo (2013-2016)

Luryan de Moura, Tatiana Tramontani Ramos

Departamento de Geografia UFF-Campos / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / Núcleo de Estudos

sobre Território e Conflitos Sociais

INTRODUÇÃO:

O objetivo desse trabalho é compreender a espacialidade das remoções por megaeventos – Copa do Mundo Fifa 2014 e Olimpíadas Rio 2016 - no Brasil contemporâneo (2013-2016), identificando os deslocamentos involuntários executados, ou seja, quais foram os removidos ou quais comunidades foram removidas efetivamente por empreendimentos ligados a obras de infraestrutura. Todos esses conflitos estão nitidamente delimitados no espaço geográfico ao longo das 12 cidades a sediar a Copa do Mundo Fifa 2014 e na cidade do Rio de Janeiro, que também é sede dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Destacamos também o recorte temporal como um período em destaque pelo aumento da conflitividade (Ramos, 2003) no país. Entendemos que para execução do espetáculo desses megaeventos com a justificativa do “esporte”, diversas ações pontuais e planejadas ligadas a violação de direitos humanos ocorrem nas cidades-sede, por isso a necessidade da investigação das remoções amparados pela Geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para compreender a espacialidade das remoções por megaeventos, ao qual destacamos nessa pesquisa, a Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, consideramos como fontes principais: Jornalismo independente e mídia alternativa (através da Agência Pública de Jornalismo, Rio on wath, Passa palavra, Comitês populares da Copa, Dossiês dos Comitês Populares e o projeto do Observatório das metrópoles “Metropolização e Mega-Eventos: impactos dos projeto de articulação Jogos Olímpicos/2016 e

Copa do Mundo/2014”), além de dados dos portais da transparência do Governo Brasileiro. Tratando-se da Copa do Mundo FIFA 2014, identificamos remoções nas 3 principais categorias: aeroporto, mobilidade urbana e estádios. De 87 empreendimentos avaliados nas 12 cidades-sede, 21 acarretaram remoção da população, ou seja, 25% desses empreendimentos ocasionaram remoção. Além disso, dentro desses dados não foram contabilizados os imóveis comerciais e terrenos, o que alteraria o resultado para mais ainda, já que no total 2.754 imóveis comerciais e terrenos foram também atingidos.

Como panorama geral identificamos de acordo com a Secretaria Geral da Presidência da República com informações do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal que foram atingidos em: (nº em famílias/idades habitacionais): Belo Horizonte (MG): 551; Rio de Janeiro (RJ): 2038; São Paulo (SP): 968; Curitiba (PR): 30; Porto Alegre (RS): 3218; Fortaleza (CE): 2096, Natal (RS): 345, Recife(PE): 1538; Cuiabá (MT): 20; Exceto Manaus(AM), Salvador (BA) e Brasília (DF) não foram identificadas remoções, totalizando 10.804 famílias atingidas por COPA DO MUNDO FIFA 2014. Além disso, pode se estimar de acordo com o censo do IBGE de 2010, que estima uma média de 3,3 moradores por habitação, que aproximadamente 35 mil seriam atingidas apenas por Copa do Mundo FIFA 2014.

Se somássemos esse valor aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, considerando os dados do Dossiê do Comitê Popular da Copa (2015), o número de família atingidas seria de 15.372. Com esse valor estimamos um valor de 50 mil pessoas atingidas por megaeventos esportivos no Brasil.

CONCLUSÕES:

Longe de trazer conclusões, estamos a todo o tempo investigando os dados, que foram pela falta de transparência do Governo Federal Brasileiro, de difícil obtenção. O mais importante é que conseguimos assim, através de dados empíricos e representações, compor, ainda que de uma forma ainda bastante superficial, a efetiva luta pela causa da moradia democrática, e mais que isso, encontramos na geografia, uma maneira de traçar análises que são como ferramentas políticas na grande luta contra as injustiças na esfera da moradia.

Observamos a relação de afetividade que cada indivíduo construiu com o espaço, onde permanecem insatisfeitos pois suas “emoções” estão ligadas ao local que existia e foi removido. Na pesquisa surgiram obstáculos para obtenção dos dados, por isso não conseguimos atingir um dos objetivos específico de construir mapas temáticos propostos nos objetivos iniciais do projeto da pesquisa. Ao menos, tentamos adicionar aos dados da Secretaria Geral da Presidência da República com informações do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal informações adicionais que trouxessem os números de famílias atingidas, que nos permite abstrair a espacialidade das remoções.

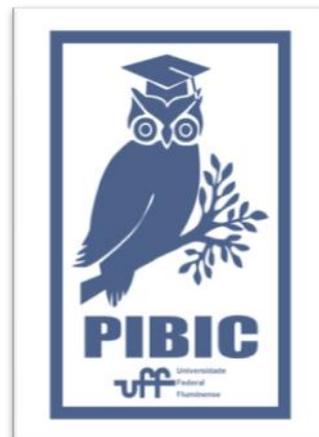


Figure 1: Logo PIBIC

Agradecimentos:

À professora Dr. Tatiana Tramontani, orientadora e idealizadora desse projeto, por me oferecer ferramentas teóricas-metodológicas para executar esse trabalho;

Ao professor Glauco Bruce Rodrigues, pelas orientações e ideias não institucionalizadas por esse programa;

Ao núcleo de Estudo do Território e Conflitos Sociais da UFF/Campos dos Goytacazes;

Ao PIBIC, pela aprendizagem no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

A PROPPI/UFF, financiadora dessa pesquisa, e;

Aos professores do curso de Geografia/UFF Campos, por oferecerem conhecimentos que também foram necessários a essa pesquisa.



Ciências Humanas

**IDENTIDADE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE RELIGIOSA:
da Igreja Católica São Salvador, Campos dos Goytacazes-RJ.**

Julio César Mascoto de Souza e Antonio Bernardes

**Departamento de Geografia UFF-Campos/Instituto de Ciências
da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Núcleo de Estudos**

de Geografia e Contemporaneidade.

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa teve como objetivo principal de analisar a presente territorialidade da 365ª Festa do Santíssimo Salvador. A Festa ocorreu em Agosto de 2017 na cidade de Campos dos Goytacazes, norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Ainda assim, para que entendermos a territorialidade da Festa e a formação do território na Praça, local onde a Festa é realizada também, desse modo analisar o processo de territorialidade-territorialidade-reterritorialidade, a partir das relações sociais realizadas a partir dos sujeitos religiosos, e também os sujeitos não religiosos, ou de outras religiões ou sem religião, de certo modo, territorializam a festa. Desse modo, as relações sociais voltadas ao sagrado implicam diretamente ao oposto dele, ou seja, é relevante elucidar o espaço profano. Assim, Eliade (1959) coloca que um não existe sem o outro.

Partindo da base teórica-metodológica para análise do território a partir das relações sociais vinculadas ao sagrado que tem como intuito principal elucidar os símbolos como configuração e representação simbólica que detém, sobretudo, poder estritamente associado à esfera cultural. Ou seja, dessa maneira, objetivamos por elucidar as relações sociais que são representadas a partir da territorialidade e elucidar os símbolos presentes no território. Assim, Podemos partir da subjetividade do grupo religioso que criam a partir através das simbologias afetivas que os sujeitos reconhecem no território. O território pode ser construído e reconhecido a partir da análise simbólica, ressaltando o subcampo da Geografia, a Geografia da Religião. E, tendo como base principal ao aparato teórico na Geografia Cultural Renovada que tem como objetivos anunciar as relações simbólicas que

são reconhecidas no espaço, nos lugares, em territórios, nas regiões etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da pesquisa de campo, onde aplicou-se questionários semiestruturado aos sujeitos que estavam presentes na festa durante o dia do santo padroeiro, a ser celebrado no dia 06 de agosto. De modo, que buscando a partir de preceitos qualitativos para elucidar o motivo pelo qual os sujeitos presentes na festividade veem que, ainda hoje, independentemente pelas insurgências de novos sujeitos e novas identidades, reconhecem a existência territorialidade vinculadas ao sagrado e ao profano. Por exemplo, durante a festividade ao poder público usufruem da Festa religiosa para que se torne uma Festa em comemoração ao santo padroeiro, mas, sobretudo, ao aniversário da cidade. Assim, são reconhecidas no território da Festa novos sujeitos e novas territorialidade. No entanto, segundo os sujeitos a Igreja é capaz de permanecerem suas essências e seu aspecto simbólico-cultural, a partir das relações que estão vinculadas ao sagrado, a religião, as representações simbólicas, que desse modo, compactuam para aspectos de uma cultura, isto é, a cultural do catolicismo. Dentre as territorialidades que não estão vinculadas ao sagrada, ou seja, vinculados ao profano se fazem presente dentro da territorialidade da Festa, mas isso não interfere na identidade territorial (HAESBAERT, 2011) e cultural. Os sujeitos contribuem para a permanência da identidade religiosa da Festa e da cultura local, territorializam a Festa com diferentes intuídos, de modo que, os símbolos se fazem presentes a partir dos símbolos reconhecidos a partir das

relações sociais e simbólicas que contribuem para a constiuição do território simbólico. Após análise dos resultados, mostram que 46 entrevistados (75%) se autodeclararam católicos, 1 entrevistado (2%) se autodeclara evangélico, um outro entrevistado (2%) se autodeclara umbandista, já os outros 13 (21%) se autodeclararam sem religião. Foi perguntado aos sujeitos sobre a importância simbólica e cultural da 365ª Festa do Santíssimo Salvador, assim 57 (94%) sujeitos entrevistados reconhecem a Festa como símbolo da cidade. Os sujeitos salientam que a Catedral está presente no cotidiano deles e, também da cidade. Seja por sua estrutura física ou cultural, é abarcada de símbolos e significados. Para eles, a Igreja abarca as relações políticas, e, torna-se, um símbolo poderoso que é admitido pela sociedade local, ou seja, a partir desse reconhecimento se vê presente o poder e reconhecimento desse agente modelador do espaço (ROSENDAHL, 2005). O território é construído pela heterogeneidade e do poder simbólica que o grupo reconhece perante ao espaço da Praça de São Salvador. Heterogêneo pelo fato que há a diferentes identidades e de sujeitos que estão ligados pelo viés religiosos e outros pelo viés profano, ou seja, este não tem ligação ao viés simbólico-cultural, entretanto, a territorialidade religiosa, como: as orações, danças, músicas etc. participam ativamente da subjetividade e também da materialidade da representação simbólica que o grupo expressa no território religioso da Igreja e no território da Praça durante a festividade. Ainda assim, de modo que a partir dos símbolos, o grupo denota o recorte da área que será utilizada para a celebração. Os sujeitos que territorializam a Festa, moram nas proximidades da Igreja, ou em bairros próximos ao centro. Entretanto há uma densidade de sujeitos que bairros mais distantes da cidade. Ainda assim, durante séculos a Festa territorializa o espaço da Praça denotando poder diretamente pelas representações simbólicas que se fazem presentes no território, seja elas materiais ou imateriais. /o intuito, principalmente parte do poder, no entanto, o poder está vinculado a relação do sagrado, o poder mais estrito ao simbólico e cultural. /de modo que, ao fim de

festividade ocorre a desterritorialização, isto é, o grupo social e a prefeitura não territorializam mais aquele espaço, e seu uso volta a ser sinalizado como anteriormente, um espaço de sociabilidade da população local. A reterritorialização ocorre durante todos os anos quando planeja a /festa

CONCLUSÕES:

A partir do aparato teórico metodológico, pode-se analisar o território da Igreja e a territorialidade da 365ª Festa do Santíssimo Salvador a partir a perspectiva da Geografia Cultural Renovada, de modo que, elucidamos as relações simbólica-culturais que são representadas a partir das relações sociais que estão diretamente associadas ao viés do sagrado. A partir do momento que a Igreja apropria-se do espaço público para realização da Festa a um ligação com o poder público local para autorização, com isso ocorrem novas territorialidades que implicam diretamente a relações simbólicas construindo a assim o território religioso da 365ª, que é construído a partir da cultura, da simbologia e das representações simbólica-culturais que detém poder de reconhecer e territorializar uma determinada. Os sujeitos que mais territorializam a Festa são católicas e residem no centro ou próximo ao centro. Entendemos, a construção e reconhecimento do território da Festa através do conceito de T-D-R. Isto é, além da do território ser culturalmente reconhecido, sobretudo, ele é territorializado durante anos durante a realização da Festa, Ao fim ocorre a desterritorialização e, conseqüentemente, quando o grupo social retorna em realizar a Festa acontece a reterritorialização sob o espaço da Praça, atribuindo aspectos simbólicos que contribuem para a territorialidade e reconhecimento do território da 365ª Festa do Santíssimo Salvador e de como perpetua uma identidade religioso que contribuem para os símbolos presentes na contemporaneidade, para com a construção e reconhecimento do território simbólico-cultural de uma Festa secular.

Agradecimentos:

Agrade ao PROPPI/UFF pelo fomento a pesquisa de Iniciação Científica e ao meu orientador Antonio Bernardes.

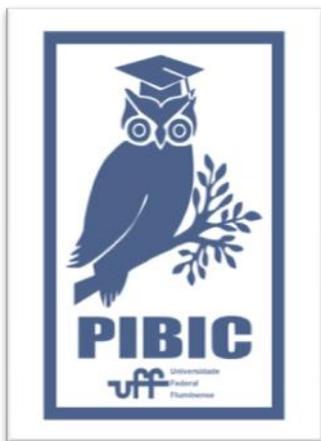


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

Resistência escrava e desobediência civil no contexto brasileiro

Leopoldo Ferreira Antunes (bolsista PIBIC/UFF/CNPq), Daniel Arruda Nascimento (orientador)

Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé (ICM)

INTRODUÇÃO

Busca-se por meio desta pesquisa analisar se as revoltas de escravos no Brasil escravista podem ser consideradas atos de desobediência civil, tais como conceituados pela filósofa Hannah Arendt. Para tal entendimento será preciso recorrer a uma conceituação prévia do Brasil escravista. Ao analisar se é possível considerar esses atos de luta pela liberdade atos de desobediência civil, é preciso conhecer o que caracteriza o conceito, de acordo com o pensamento de Hannah Arendt, em um artigo escrito para a revista *The New Yorker*, onde discute na filosofia o que caracteriza a desobediência civil. O artigo, escrito na década de 1970, é fruto de um debate que questionava o aumento da violência, e o uso da desobediência civil por minorias organizadas nos Estados Unidos, sendo o ponto em comum entre os dois a desobediência à lei. Hannah Arendt atribui como fundadores do pensamento de desobediência civil os próprios colonos que ao chegarem no “novo mundo” se associaram voluntariamente, em um novo pacto social, (nos remetendo aos ideais liberais de Locke). A desobediência civil estará totalmente alinhada com os fundamentos da Revolução Americana. Apresentamos algumas características do conceito de desobediência civil. Arendt (1970) apresenta ao início da discussão que os que buscam defender a desobediência civil, ou imputá-la como ilegal e imoral, não o podem fazer nem pela via da legalidade, nem pela via da moralidade, pois, se trata de uma motivação política. O contestador civil não age de acordo com sua moral individual, não busca a partir de sua desobediência testar a constitucionalidade de uma lei, “(...) ele nunca existe como um único indivíduo; ele só pode funcionar e sobreviver como membro de um grupo” (ARENDR, 1970, p. 54-55). A desobediência civil por sua vez, ainda que extra legal sempre, não busca o benefício

do indivíduo que a pratica, mas a coletividade em que esse indivíduo se organiza, e só então sua ação passa a ter valor, “(...) o contestador civil ainda que seja normalmente um dissidente da maioria, age em nome e para o bem de um grupo; ele desafia a lei e as autoridades estabelecidas no terreno da dissensão básica, e não porque, como indivíduo, queira algum privilégio para si, para fugir com ele” (ARENDR, 1970, p. 69). Ainda que extra legal, a desobediência civil não rompe com a legalidade, não questiona todo o conjunto legal, admitindo outras leis, mas questionando determinada lei, não recorre ao uso da violência, ao contrário de uma revolução, que busca modificar todo o sistema legal. Ainda que “o contestador civil compartilha com o revolucionário o desejo de ‘mudar o mundo’(...)” (ARENDR, 1970, p. 70), o revolucionário busca um novo sistema, e rejeita na totalidade as leis, emprega o uso da violência para transformar. A desobediência civil seria na lógica filosófica arendtiana uma forma de ação para mudança que não recorre à violência, mas que de igual maneira possui poder e formas de conseguir vitórias de suas pautas. Deve-se considerar que, para Arendt, violência não é sinônimo de poder ou de dominação, mas sim um meio do qual se utiliza para atingir alguma finalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de estabelecer a relação entre as resistências escravas e o conceito de desobediência civil, procedemos a seguir à análise das revoltas escravas. Por razões didáticas de apresentação, cuidamos as resistências de forma separada, mas elas coexistiram durante o escravismo brasileiro.

1) Suicídios, fugas individuais e assassinatos

Apesar de seu caráter de boicote ser nítido no suicídio ele ocupa somente o alçamento da moral individual do escravo, Hannah Arendt em seu artigo atribuiu à desobediência civil um caráter de ação não violenta, feita em coletivo, a fim de conservar o renovar a realidade, não renunciando a todo o conjunto legal. O suicídio é apenas um descontentamento moral do escravo com suas condições materiais, não sendo um ato de desobediência civil. De maneiras semelhantes são revoltas individuais e subjetivas, as fugas individuais, os pequenos furtos, assassinato de carrascos e senhores de escravos, que aconteciam frequentemente. Na filosofia de Hannah Arendt essas formas de revoltas individuais são extra legais, mas visam somente um benefício individual, cabendo a uma moral subjetiva, não sendo atos de desobediência civil, por mais que um furto de parte de uma colheita seja já uma forma de resistir as precárias condições em que o cativo se encontra.

2) Participação em movimentos organizados por outras classes

Um dos principais relatos de participação dos escravos em revoltas é a Inconfidência Baiana, onde a participação dos escravos é altamente documentada. Inspirados pelos ideais franceses liberais, grupos de intelectuais com panfletos, livros enciclopedistas, e de filósofos liberais, já chamava atenção da Coroa para uma possível insurreição, mas que somente pela participação desses intelectuais não seriam possíveis. O que se pode observar desse movimento, pelas suas características, é uma tentativa revolucionária, o que é categoricamente diferenciado da desobediência civil de Hannah Arendt. A filósofa reconhece que a revolução e a desobediência civil possuem uma finalidade comum de mudar o mundo, necessidade essa que é atribuída como algo essencial do ser humano, mas afirma que a revolução possui um caráter violento, e de negação de toda a ordem ali imposta, enquanto a desobediência civil seria apenas uma negação específica, realizada de maneira pacífica.

3) Quilombos

Formava-se no quilombo uma nítida forma de resistência ao sistema de trabalho do seu tempo, uma forma organizada em coletivo; o escravo que fugia, e se rebelava encontrava ali uma “fortaleza”, e se organizava junto. O caráter

de moral coletiva é inegável, bem como a sua luta por uma “transformação”, o que é essencial para a caracterização de uma ação de desobediência civil. No entanto, nesses refúgios onde os negros encontravam solidariedade, não era confrontado somente uma legislação em específico, mas todo o ordenamento jurídico em ordem, o quilombo era uma república africana em solo brasileiro. Possuíam uma estrutura social paralela, como já observado, tinham seus reis, um enfrentamento direto a todo o sistema escravista. Foram duramente reprimidos pelas autoridades reais imperiais durante todo o período escravista. Contradizendo o critério de Hannah Arendt de não negação do sistema como um todo por parte da desobediência civil.

4) Revoltas e insurreições de escravos

Essas insurreições possuem um caráter de objetivo específico, a revolta contra a escravidão, por parte de um grupo social prejudicados por ela (escravos), que buscam por meio de levantes espontâneos romper com um regime de trabalho. O regime de trabalho aqui é toda a sustentação econômica do país, sendo em consequência disso uma das bases jurídicas do país. O senhor possuía direito real sob o escravo, propriedade, com características próprias. Rebelar-se contra a escravidão era ferir o sistema jurídico em questão, não estão negando somente a um instituto da escravidão, mas o regime de trabalho escravo, as estruturas de uma sociedade, o que não consiste com as características atribuídas pela filósofa Hannah Arendt à desobediência civil. O critério de não violência também anula qualquer aferição de que essas revoltas poderiam ser caracterizadas enquanto desobediência civil.

5) Desobediências religiosas

Observa-se que a religião durante o escravismo não era somente uma questão de consciência individual, onde os seres poderiam livremente escolher suas crenças. O Estado Católico e feudal obrigava a uma só crença, ir contra a Igreja era ir contra o Rei e o Padroado. Os cultos não católicos não eram permitidos, e os escravos o faziam de forma escondida, quando proibidos. A liberdade religiosa recém-debatida por filósofos iluministas e liberais era amplamente combatida pela Coroa. O sincretismo surgiu então no Brasil enquanto forma de manter algumas crenças vindas do continente africano, que se esconderam em

meios aos ritos católicos. Na região de Uberlândia (MG), no século XIX, os escravos cultuavam Nossa Senhora do Rosário, que representava uma Orixá das religiões lorubás. A congada, estudada pelo pesquisador Jeremias Brasileiro em seu livro. é um exemplo onde podemos observar essa resistência no sincretismo. Ao analisar as formas de desobediência religiosas coletivas, manifestadas no sincretismo religioso aparenta-se em primeira vista que ela está em conformidade com o conceito da filósofa alemã: existe uma ação de forma coletiva, onde os desobedientes agem de forma não violenta, violando somente a legislação no que tange a proibição de práticas religiosas não católicas. No entanto, a filósofa apresenta mais um requisito importante da desobediência civil, seu caráter de denúncia e reivindicação direta e explícita de alguma mudança, ou de alguma conservação de direito, e não simplesmente qualquer forma de resistência à determinada injustiça legal. Os escravos não reivindicavam a liberdade religiosa por meio dessas desobediências disfarçadas e escondidas (quando percebidas), não podendo caracterizar, portanto enquanto desobediência civil essas formas coletivas de resistência das religiões africanas.

CONCLUSÕES

É possível perceber a variedade de forma que os cativos possuíam de resistirem ao sistema escravista, desde formas individuais, até as coletivas, que de forma espontânea pelo “calor do momento” eclodiam. Os escravos em nenhum momento dos séculos de escravidão aceitaram o regime senhorial, sempre encontrando maneiras de resistir, com violência, através de levantes e insurreições, ou de forma pacífica, através da manutenção de sua cultura e práticas religiosas. Alguns valores que Hannah Arendt atribuiu a desobediência civil não condizem com uma sociedade escravista, totalmente hierarquizada, onde o que se pretende não é uma transformação em nome do coletivo, mas sim uma conservação social frequente. O escravo não possuía personalidade jurídica, não era um cidadão. Por essas razões, as revoltas de escravos empregavam o uso de violência, e foram todas duramente reprimidas pelos governos, e resistiram em suas danças,

culinárias e religiões diversas narrativas dessas resistências. Concluímos que o conceito de Hannah Arendt é moldado em um contexto diferente do período de escravidão no Brasil. Trata-se de um conceito com raízes liberais, que possui suas origens no próprio movimento revolucionário de 1775 (Revolução Americana). Até mesmo seu antecessor no debate Henry Thoreau, em seu livro intitulado *A desobediência civil*, atribui essa forma de resistência aos ideais liberais de liberdade e procura pela felicidade. Em um contexto de dominação do ser, de sua consciência e de sua existência, as formas de resistir se tornam mais complexas, e frequentemente se manifestam de maneira violenta. A resistência escrava era nitidamente de caráter de lutas de classes, e não de alguma minoria que buscava alguma justiça. Ela é marcada na luta pela liberdade, em amplo sentido. A luta pela liberdade do trabalho escravo perpassa pela questão da liberdade religiosa do cativo, pelas fugas individuais, suicídios, revoltas e quilombos, todos motivados por uma questão de luta de classe: escravos contra os seus senhores.

REFERÊNCIAS

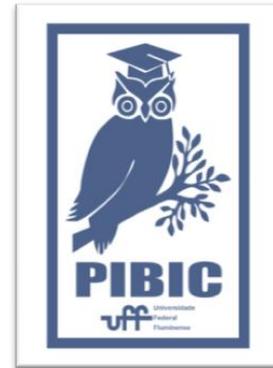
- ADVERSE, Helton. *Arendt a democracia e a desobediência civil*, Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 105, Belo Horizonte, 2012, p. 409-434.
- AMANTINO, Márcia. *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- ARENDRT, Hannah. *Desobediência civil*, The New Yorker, Nova York, 1970.
- ARENDRT, Hannah. *Da violência*, tradução de Maria Claudia Drummond, 1969-1970. Digitalizado em 2011.
- BRASILEIRO, Jeremias. *Congadas de Minas Gerais*, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*, São Paulo: Ciências Humanas, 1990.
- MOURA, Clóvis. *A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro*, Maceió: EDUFAL, 2003.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*, s/d. Disponível em <www.dropbox.com/s/78q2kt8n8anz9ww/O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clóvis_Moura_.pdf?dl=0>. Acesso em 13/08/2018.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*, tradução de Sérgio Karam, Porto Alegre: L&PM, 1997.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que concedeu a bolsa para a realização desta pesquisa. Gostaria de agradecer ao professor doutor Daniel Arruda Nascimento por me colocar no projeto de pesquisa onde pude pesquisar sobre o assunto. Agradeço também aos meus pais Marina Ferreira de Souza Antunes e Robson Carlos Antunes pela educação que me proporcionaram, essencial para conseguir elaborar esta pesquisa. De igual importância se fez o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da Cidade Universitária de Macaé (NEABI Macaé), do qual faço parte, onde fazemos pesquisas, extensões, e discussões sobre a temática negra e africana no Brasil.





Ciências Humanas

A Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes Assistência, caridade e relações de poder (1786-1810)

Mariana Mendes Christo

Departamento de História / CHT – Campos dos Goytacazes

INTRODUÇÃO:

A Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes ou Campos dos Goytacazes, expressões que faziam menção a área que compreendia a Capitania da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes era uma região considerada importante para a economia regional, apesar de distante do Rio de Janeiro e Salvador – os dois centros urbanos principais da América Portuguesa até o início do século XIX. Tais terras motivaram conflitos históricos até a segunda metade do século XVIII, momento em que tem seu panorama político mais estável. Junto a essa calma política, ocorre uma reestruturação da economia local: a pecuária cede espaço aos primeiros engenhos de açúcar, os quais irão se multiplicar no século seguinte, tornando a capitania na principal fornecedora de açúcar para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse fortalecimento da política e economia nessas terras, garante o destaque de uma elite local. É essa mesma elite que estará vinculada a formação da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes em 1792.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Este projeto propôs um estudo sobre a instituição da Santa Casa de Misericórdia da então capitania da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes e seus desdobramentos na sociedade local, durante os anos iniciais de sua estruturação (1786-1810). Pretendeu-se analisar as questões que motivaram a instalação da referida Misericórdia e suas relações com as dinâmicas sociais e políticas típicas de Antigo Regime, que conflitavam, por todo império português, com os esforços de mudanças intentados pela coroa. Sabendo que a Misericórdia de Campos tem sua origem vinculada à Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, reunida em 1786 por alguns

desses homens bons da capitania, e que só foi reconhecida a partir da aprovação de seu compromisso pela rainha D. Maria I, tem a provisão de sua confirmação expedida pelo Conselho Ultramarino em cinco de julho de 1791. Porém, somente em 1793 a Santa Casa de Misericórdia de Campos é oficialmente inaugurada com a eleição de seu primeiro provedor, o Mestre de Campo José Caetano Barcellos Coutinho. Nesse sentido, o direcionamento dessa pesquisa consistiu em realizar a análise de trajetórias de alguns dos primeiros provedores, considerando para tal as relações sociais e alianças políticas que estabeleciam com o objetivo de se manterem no topo da hierarquia social.

CONCLUSÕES:

A fundação da Santa Casa de Misericórdia possuía minuciosa relação com o estabelecimento dessas redes de poder. Durante o Antigo Regime português as relações de poder constituíam-se bases para a administração e tal configuração viabilizava o governo a distância. Reconhecendo a importância dos súditos que cruzavam o atlântico para a máquina propulsora que fazia o império português funcionar, a coroa abriu mão de uma unidade centralizadora em prol da manutenção de seus domínios. Desse modo se configurava um emaranhado de redes de clientela que uniam esses homens entre si e estes à monarquia, criando uma relação de interdependência que interligava todo o império.

Na busca pelos provedores e para melhor entendermos como se deu suas atuações na Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes, examinamos a documentação existente no Arquivo Público de Campos dos Goytacazes – Arquivo Waldir Pinto de Carvalho – e também no arquivo de posse da Câmara

Municipal do mesmo município. O trabalho consistiu em fazer o reconhecimento do material, fotografar e transcrever as informações encontradas para alimentar o banco de dados referente à Santa Casa de Misericórdia de Campos.

Agradecimentos:

Sabemos que o ofício do historiador não é fácil e que no decorrer de uma pesquisa vários percalços podem aparecer. Sabemos também que manter uma pesquisa adiante seria inviável sem apoio financeiro e institucional. Em momentos de crise, cortes de verbas da educação e pesquisa e descaso com o público, nunca foi tão importante poder contar com o apoio de órgãos e instituições que tem como função nutrir este bem tão valioso que é a pesquisa.

Há quem diga não ser a História uma ciência. Há quem diga não ser científico o fazer historiográfico. Mas ninguém pode dizer não ser a história a preservação da memória. Não ser a história a preservação da identidade e do patrimônio. Hoje, mais do que nunca, após assistirmos o completo descaso com nossos museus e arquivos infelizmente após o incêndio ocorrido no Museu Nacional em agosto de 2018, precisamos unir forças para que a pesquisa e o incentivo a ela não morra, desapareça e vire cinzas.

Agradeço àqueles que não mediram esforços para lutar por financiamentos à pesquisa e aqueles que ainda lutam para que eles existam. Agradeço ao PIBIC por valorizar esta pesquisa e permitir que ela ocorresse. Não se trata aqui apenas de mais um resumo, mas muito além disso, percorrer os caminhos em busca de informações sobre a Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes é manter viva a memória da região, assim como manter vivos seus arquivos e patrimônios.

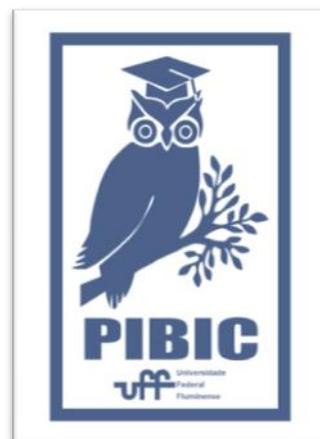


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Los 80: Ficção e realidade no projeto neoliberal de Pinochet

Autores: Profa. Elisa de Campos Borges e Beatriz de Souza Bravo

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de História, Departamento de

História, Niterói.

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o período ditatorial chileno a partir da série televisiva *“Los 80, más que una moda”*. A produção audiovisual retrata o Chile a partir do ano de 1982, por meio do cotidiano da família Herrera, que é formada pelos personagens da mãe Ana, o pai Juan e os filhos, Claudia, Martin e Félix. A partir das vivências específicas dos protagonistas, a série aborda inúmeros temas relacionados ao período da ditadura, como a repressão, os exilados, os protestos, a aplicação do projeto neoliberal, dentre outros. Analisamos a primeira temporada de *Los 80* que retrata o curto período do “milagre” econômico ocorrido em 1982, e, logo em seguida, a grave crise econômica, representada na série pela demissão de Juan, em decorrência da decretação de falência da fábrica em que trabalha, abalando as estruturas da sua família. Buscamos, então, entender o contexto do período a partir da representação da vida cotidiana do período por meio da série televisiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nosso objetivo era perceber a série enquanto fonte audiovisual para compreender o Chile ditatorial. Por mais que ela traga elementos da ficção, esta é permeada pela narrativa histórica ao estabelecer marcos importantes que dão ao espectador a possibilidade de compreender, formular e estabelecer reflexões e críticas entre o passado recente conectado ao tempo presente. Dessa forma, elaboramos uma tabela analítica com os principais temas abordados na série e que acrescentariam novas indagações em nossa pesquisa, principalmente aqueles que se referiam às consequências da aplicação neoliberal. Ao analisar uma obra audiovisual foi importante perceber não apenas a história narrada, mas as opções do diretor em relação à escolha dos atores, à trilha sonora,

ambientação, diálogos, cortes, close-up, as caracterizações de época, etc. Essas questões vão aos poucos compondo a totalidade da obra e demonstrando certas intencionalidades e problematizações que os envolvidos na produção se propõem a instigar a sociedade chilena à reflexão. A abertura da série, por exemplo, foi utilizada pelo diretor para contextualizar o período, com imagens históricas que guardam relação com cada episódio. Já o fundo musical escolhido para abertura de todas as temporadas da série foi *“El tiempo en las bastillas”* de Fernando Ubierno, ganhadora do XIX Festival Internacional de la Canción de Viña del Mar realizado no ano de 1978, em plena ditadura, interpretada por grupos musicais do Chile atual. Temos neste exemplo a clara intenção dos envolvidos na produção em já de início suscitar a relação entre passado-presente.

A partir da análise da série, conectamos a todo tempo com o que liamos na bibliografia escolhida, sobre a época da ditadura, o momento cultural dos anos 1980, o projeto econômico implementado, sua crise e consequências.

Nós compreendemos neste ano de pesquisa que uma das principais preocupações da Junta Militar governante chilena era estabelecer qual o projeto econômico implantar, uma vez que uma das principais justificativas para o golpe militar que derrubou um presidente democraticamente eleito, era resolver o caos que o país se encontrava. Após grandes discussões, e embate principalmente entre o general Augusto Pinochet, chefe do Exército - que defendia o projeto dos Chicagos Boys do neoliberalismo -, e o general Gustavo Leigh, chefe das Forças Aéreas - que defendia a continuidade de um certo protagonismo do Estado na economia -, a Junta definiu em 1978 o neoliberalismo como projeto global. O novo rumo econômico do Chile deveria impulsionar uma economia liberal, com o mínimo de intervenção estatal e estimuladora

do consumismo, principalmente a partir do crédito disponibilizado pelos bancos. Na série, isso é retratado já no primeiro episódio, onde a televisão a cores era a nova sensação chilena. Juan, assim como muitas famílias de classe média e baixa, se endivida para comprar uma para sua esposa, como presente de aniversário de casamento. A televisão torna-se, portanto, uma metáfora para mostrar o período de milagre econômico chileno, em 1982 que levou o país a uma pretensa euforia. Contudo, esse resultado da política neoliberal não dura muito, e, no mesmo ano o Chile é atingido por uma grave crise. Esta é, por sua vez, representada pela falência de uma série de empresas, dentre elas, a que o protagonista Juan trabalhava, gerando um alto índice de desemprego no país.

Ao longo da série é abordada a busca do pai por um emprego ao mesmo tempo em que a mãe se insere no mercado de trabalho informal, a partir de uma sociedade com sua vizinha, onde as duas revendem bens de consumo não duráveis comprados na Argentina. A entrada da Ana no mercado de trabalho representa mudança na lógica da família tradicional chilena, onde é reservada às mulheres o papel de dona de casa. Neste sentido, notadamente, a série assume um discurso que, além da aplicação neoliberal ter provocado uma grave crise econômica, ela alterou a dinâmica de muitas famílias de classe média. A partir dessa narrativa, o diretor da série explora o sentimento de certo abandono expressado pelas figuras masculinas, como o pai e os filhos. Se por um lado a série mostra Félix, receoso de nunca mais ver a mãe quando esta viajou à Argentina para comprar os produtos para revendê-los, por outro lado, mostra a filha orgulhosa da mãe por ter a iniciativa de trabalhar rompendo com a ideia de que a mulher tem a função de permanecer em casa para cuidar da família, enquanto o homem é o responsável pela questão material. Considerando o Chile um país machista e os Herrera representado como uma família patriarcal, o fato da Ana trabalhar mudou sensivelmente o cotidiano do grupo. Assim, fica claro nesta narrativa que a mudança no papel da mulher na sociedade não ocorre pela tomada de consciência sobre a questão de gênero, mas por pura necessidade econômica que acaba forçando uma situação.

Juan consegue, após muita procura, um emprego em uma loja de vestuário masculino, que nada tinha relação com sua especialidade enquanto trabalhador fabril. A sua remuneração no novo trabalho era inferior comparado com o

anterior. Isso era comum na política neoliberal, pois a baixa qualificação para os empregos justificava a baixa remuneração, aumentando o lucro das grandes empresas e prejudicando os trabalhadores. Toda essa situação vai repercutir, inicialmente, na baixa estima do personagem.

Dessa forma, as nossas discussões perpassaram entre o projeto neoliberal de Pinochet, e suas consequências, a partir do cotidiano da família Herrera.

CONCLUSÕES:

Buscamos, dessa forma, entender o projeto neoliberal e sua consequente crise a partir da análise da série *Los 80* e de bibliografias referentes ao nosso tema de estudo. A fonte audiovisual é muito interessante e nos leva a uma análise diferenciada para perceber os diversos aspectos representados na obra. Além disso, a série consegue colocar diferentes pautas da época ditatorial representada em uma temporada, dando indícios ao telespectador de como se organizava a sociedade chilena, os mercados, as escolas, as vestimentas dos cidadãos, e suas principais preocupações econômicas, sociais e políticas que refletem ainda os principais problemas do Chile atual. Claramente é possível, a partir da observação e análise da série, realizar conexões entre a aplicação neoliberal que levou a uma reconfiguração das políticas de estado e as principais reivindicações da sociedade chilena atual.

Agradecimentos:

Agradeço ao CNPQ e à Universidade Federal Fluminense pela oportunidade da bolsa de iniciação científica, que contribuiu imensamente para minha formação acadêmica. Também sou grata à professora Elisa Borges, pela oportunidade, orientação e diálogo e por ter me aproximado e instigado meu interesse pela história do Chile.





CIÊNCIAS HUMANAS

A Sociologia Escolar e as Culturas: Problematizando a Sociologia Intercultural

Natalie Fonseca Vieira e Paulo Pires de Queiroz (Orientador)

DEPARTAMENTO SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO – SSE / FEUFF

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar a sociologia escolar e a sua relação com as culturas presentes no cotidiano da escola básica. Trata-se de um estudo crítico-reflexivo a partir do conceito de interculturalidade concatenando-o à formação de professor, à reflexividade e à educação intercultural. O desenho da pesquisa legitima-se no desdobramento das pertencas desses conceitos e de suas relações com a observação da dinâmica do fenômeno estudado.

No tocante ao aspecto cultural que marca o cotidiano escolar brasileiro é preciso pensar em uma sociedade mais democrática, em que não haja segregação e subalternação nas/das relações instituídas e instituintes dentro do espaço escolar. Na dialética entre igualdade e diferença, superar qualquer forma de desigualdade e reconhecer as diferenças culturais é a necessidade fundamental para se pensar uma escola inclusiva e para todos. Nesse sentido, faz-se necessário pontuar algumas premissas que desenham um conjunto de interações, a saber:

a) É necessária a superação do universalismo e do relativismo cultural. Nenhuma cultura deve

impor-se a outra, enquanto cultura dominante a todos. Precisamos estabelecer diálogos interculturais sobre preocupações em comum;

b) Considerar que não existe característica que exclua uma cultura em detrimento de outra; todas as culturas possuem seus princípios e devem ter seus direitos humanos assegurados;

c) Ser sensível a ideia de incompletude de todas as culturas, elas precisam de interação;

d) Perceber que não há cultura monolítica. Os grupos culturais não são homogêneos e padronizados;

e) Identificar que todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica: princípio da igualdade e princípio da diferença.

Em vista a esse conjunto de interações, há uma lacuna na pesquisa nacional e um desafio no tocante a formação dos professores de sociologia escolar no país. A pesquisa acerca da formação de professores no país abrange diversificadas e recorrentes tendências temáticas e conceituais há algumas décadas (André, 2002 e 2010; Lélis, 2010; Lüdke, 2002; Silva, 1991; Warde, 1993). Nesse conjunto, destacam-se estudos sobre os

cursos de formação de professores e os profissionais docentes. Ademais, são emergentes no país os estudos da educação escolar e da formação de professores à luz de alguma concepção de interculturalidade nas últimas décadas (Canen, 1999; Fleuri, 2002; Moreira, 2005; Moreira e Candau, 2008; Rodrigues e Abramowicz, 2013; Xavier e Canen, 2005). Esse cenário resulta por certo do diálogo cada vez mais recorrente da pesquisa educacional com os estudos da diferença cultural e de sua complexa gestão no âmbito da sociedade global. Ao mesmo tempo em que os estudos sobre formação docente e educação intercultural se tornam mais recorrentes, multiplicam-se também as demandas acerca da investigação sobre os desafios que envolvem a formação intercultural dos professores da escola básica.

A despeito das atenções dos pesquisadores nacionais às questões relativas aos modelos formativos docentes e à educação intercultural, as intersecções entre esses campos e a Sociologia escolar formam um nicho investigativo ainda a ser explorado no país.

A disciplina de Sociologia é um objeto de pesquisa em franca ascensão no país nos últimos dez anos. Desde a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos de ensino médio em todo país, determinada pelo Parecer nº 01/06 do Conselho Nacional de Educação e ratificado pela lei nº 11.684/08, tem sido cada vez mais recorrentes os estudos sobre a Sociologia escolar, inclusive sobre processos de formação docente. Como não poderia diferir em relação

aos outros cursos de licenciatura no país, esses trabalhos apontam que o modelo tecnicista de formação docente predomina também na formação do professor de Sociologia. Na contramão desse paradigma, esta proposta de pesquisa tem como finalidade contribuir com a proposição de práticas críticas e reflexivas sobre a docência na Sociologia escolar, em intensa articulação com os seus contextos formativos e profissionais.

Não surpreende que a interculturalidade ainda não esteja dentre as preocupações dos pesquisadores da formação docente em Ciências Sociais, pois essa particular abordagem do fenômeno cultural também é uma lacuna nas investigações nacionais sobre a Sociologia escolar. Por certo, os interesses do campo acadêmico das Ciências Sociais pela escola como um campo de pesquisa foram escassos por décadas, mesmo em épocas em que a disciplina escolar de Sociologia teve sua existência concreta garantida. Nos dias atuais, o cenário é outro. Hoje, são emergentes os estudos sobre a construção formativa, curricular e pedagógica da Sociologia escolar. E, diante desse novo momento, é de capital importância propor um modelo formativo que esteja comprometido com a viabilização da interculturalidade na formação de um novo profissionalismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os efeitos do desenvolvimento de dinâmicas dialógicas interculturais e práticas de ensino de

sociologia nas representações sociais sobre a educação intercultural de sujeitos licenciandos em Ciências Sociais e professores de sociologia da escola básica. Em termos específicos, buscou-se empreender, conjuntamente com sujeitos discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e professores de sociologia da escola básica, oficinas pedagógicas interculturais, por meio de processos de pesquisa-ação. Cinco categorias desenharam a investigação na tentativa de compreender os efeitos das dinâmicas dialógicas e práticas de ensino interculturais capazes de promover a formação e a identidade do professor de sociologia do Ensino Básico:

- a) Identidade do Professor de Sociologia da Escola Básica;
- b) Formação Profissional do Professor de Sociologia da Escola Básica;
- c) Dinâmicas Dialógicas;
- d) Práticas de Ensino Intercultural e
- e) Cotidiano Escolar.

Percebeu-se que são diversas as significações que contemplam interculturalidade e o cruzamento entre educação intercultural, formação docente e reflexividade crítica. Nesse sentido, ficou claro que a formação de professores na tendência reflexiva se configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal-profissional dos professores e das instituições escolares.

Os resultados apontam para uma necessidade de outros estudos nesse contexto. Mostraram, também, que os debates, as discussões das práticas e dos discursos são fontes para

resignificar as teorias produzidas pelas diferentes ciências da educação.

Urge a necessidade de pesquisas e estudos nessa direção que favoreçam a circulação de diferentes tipos de investigações e de práticas que possibilitem uma multirreferencialidade do fenômeno. Nesse sentido, valorizar o trabalho docente significando dotar os professores de sociologia da escola básica de perspectivas de análise que os ajudem a compreender os contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais nos quais se dá a atividade docente.

CONCLUSÕES:

O debate acadêmico atual tem se voltado à análise da prática docente, indagando-se por que, nas práticas pedagógicas e nas organizações escolares, se praticam teorias outras que não necessariamente aquelas produzidas pelas recentes investigações das ciências da educação. Em decorrência, tem colocado em foco a formação dos professores – a formação inicial e a formação continuada.

Em relação à formação inicial tem demonstrado que os cursos de formação, ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e atividades de estágios distanciados da realidade das escolas, numa perspectiva burocrática e cartorial que não dá conta de captar as contradições presentes na prática social de educar, pouco tem contribuído para gerar uma nova identidade profissional docente.

No que se refere à formação continuada, a prática mais frequente tem sido a de realizar cursos de suplência e/ou atualização dos conteúdos de ensino. Esses programas têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente e, conseqüentemente, as situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos. Este estudo buscou compreender até que ponto os professores e futuros professores de sociologia da escola básica estão empenhados em ressignificar os processos formativos a partir da reconsideração dos saberes necessários à docência, colocando a prática pedagógica e docente escolar como objeto de análise.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à Universidade Federal Fluminense pela oportunidade, através do seu Programa PIBIC, de possibilitar significativa experiência de crescimento acadêmico para nós, licenciandos, durante o processo de iniciação científica. Aproveitamos para agradecer a PROPPI, ao CNPQ e a todas as instâncias envolvidas nesse processo e dizer que as experiências vivenciadas são extremamente relevantes à formação profissional.

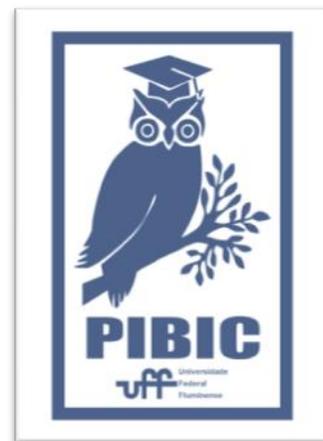


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS

**Título do Projeto: POLÍTICAS DA PERCEPÇÃO: CONTRIBUIÇÕES
TRANSDISCIPLINARES PARA O ESTUDO DA GÊNESE E DA
TRANSFORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE**

**Autores: DANILO AUGUSTO SANTOS MELO
ISRAEL CARVALHO TEBET**

**Departamento: DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, LANPP – LABORATÓRIO
NÔMADE DE PERCEPÇÃO E PENSAMENTO**

INTRODUÇÃO:

É evidente, em nossa pesquisa, a preocupação em afirmar a vida, a realidade, a própria matéria e, enfim, a subjetividade em seus aspectos moventes. Todavia, desde o início, fica claro como os processos perceptivos, em vias utilitárias, tendem a operar uma descontinuidade no movimento próprio da realidade a fim de operar sobre a matéria e garantir uma ação de maior êxito frente às exigências de manutenção da vida.

Assim, compreendido o caráter utilitário da percepção em sua gênese e as condições que temos de transformá-lo, nos dedicamos a estudar o método de investigação metafísica que a filosofia bergsoniana propõe para apreender o aspecto movente da realidade, material e psíquica, além de autores como Gilles Deleuze, David Lapoujade e outros textos em que Bergson, ao falar de Ravaisson, William James e Claude Bernard, traz discussões que nos forneçam material suficiente para continuar nosso trajeto em pesquisa sobre os processos de constituição e mudança da percepção e da subjetividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Tal método é caracterizado por um contato imediato com o real em sua mobilidade. Dessa forma, é um pensamento que orienta a subjetividade pelo tempo - uma vez que entende-se o tempo por seu aspecto contínuo, indiviso e portador de novidade: isto é, afirma-se a subjetividade por sua qualidade temporal de mudança, seguindo uma tendência que lhe é própria; isso em oposição àquilo que entende-se por espaço - modo descontínuo, operador de cortes e instaurador de estados fixos determinado por uma perspectiva utilitária do vivente.

Se nos opomos à concepção espacializada é para denunciar e combater a limitação que carrega o espaço para compreender a totalidade da subjetividade em seu aspecto movente e criador. No espaço, os termos são postos em homogeneidade, divididos conforme o interesse prático vigente, descontinuados para formarem um horizonte superficial, onde toda novidade é reduzida à semelhança ou ao idêntico.

Com isso, nos atentamos a uma tendência da realidade material e subjetiva que limita a

experiência humana: tratam-se dos vínculos utilitários que se constituem como um fechamento da experiência humana aos interesses práticos. Apesar de oferecerem ao homem uma certa adaptação e, assim, uma dominação acerca dos problemas que as necessidades básicas da vida impõe, é importante compreender que os círculos fechados produzidos por este modo de operar sobre a existência impedem o homem de superar sua própria condição inteligente e lançar-se na direção de uma existência criadora.

A direção de nosso estudo, portanto, se orienta ao tempo, onde a subjetividade perde seu estatuto individualizante, enrijecido na imutabilidade, para se ampliar como duração, em uma “pluralidade de ritmos” que participa de indefinidas composições de relações.

Dessa forma, a importância deste pensamento consiste em investir nessa relação temporal da subjetividade com a liberdade, onde, ao durar e mudar, não se vê presa aos modelos de existir já existentes, porém se expressa como incessante produção de alteridade e novos modos de ser.

CONCLUSÕES:

Concluimos que, apesar de enxergarmos os riscos e paradoxos dos vínculos utilitaristas e, com isso, a limitação da análise espacial acerca da subjetividade, é necessário investir neste pensamento que afirma a diferença como o grau mais elevado da vida. Seja pela arte ou pela filosofia, encontramos vias concretas na experiência que possibilitam viver e penetrar a

mudança que constitui a realidade e que, portanto, viabilizam um processo relacional aberto para a novidade impregnada de imprevisibilidade, numa criação onde a subjetividade e o mundo emergem conjuntamente.

Agradecimentos:

Agradeço ao orientador Danilo Melo e a todos que possibilitaram, de alguma forma, a realização desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A representação feminina na política do Norte Fluminense: uma análise comparativa

Autores: Sabrina Rangel Nunes Mattos de Carvalho / Claudio Araujo de Souza e Silva

Departamento/Unidade/Laboratório: COC/ESR

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre candidatos a cargos políticos do gênero feminino e do gênero masculino nos municípios do Norte Fluminense e na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2016. As informações foram extraídas, em formato de microdados, do repositório de dados da plataforma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram analisados os dados referentes ao gênero dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador. Fizemos o levantamento sobre candidatos eleitos, não eleitos, suplentes, incluindo candidatos aptos e não aptos, haja vista que nosso objetivo principal é interpretar de forma geral todo o universo de pessoas ligadas a política institucional, seja como candidato por algum partido ou como político já eleito e, partir daí, analisar as desproporções existentes em relação à variável gênero. Segundo o TSE, todas as informações contidas no banco são de responsabilidade dos candidatos que as preencheram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Brasil possui legislação específica para garantir maior participação de pessoas do gênero feminino na política. Além disso, segundo dados do TSE, 52% do eleitorado

brasileiro é do gênero feminino. No entanto, há uma grande desigualdade entre o gênero feminino e o gênero masculino não apenas entre os ocupantes de cargos políticos, mas também entre aqueles que pleiteiam os cargos. Nosso objetivo nesta pesquisa é mostrar como estas desproporções são retratadas nos municípios do Norte Fluminense e no Rio de Janeiro. Como mostra a tabela 1, no ano 2000 existia 4 vezes mais candidatos do gênero masculino que do gênero feminino no Norte Fluminense. Nos pleitos que se sucederam essa desproporção diminuiu, porém, ainda é bastante significativa. Nas eleições de 2016, o gênero feminino representava menos que a metade do gênero masculino no Norte Fluminense, exceto Quissamã e São João da Barra, que em 2016 conseguiram ter uma razão menor entre candidatos do gênero masculino e feminino.

Tabela 1 – Total candidatos do gênero masculino e feminino no Norte Fluminense

	SEXO		Total
	FEMININO	MASCULINO	
2000	330	1233	1563
2004	315	1031	1347
2008	282	892	1175
2012	601	1340	1941

	2016	594	1274	1868
Total		2122	5770	7894

Fonte: TSE

Conforme mostra a tabela 2, podemos ver que no município do Rio de Janeiro não é diferente, o gênero feminino é pouco representado, não havendo diferença significativa se compararmos com o Norte Fluminense.

Tabela 2 - Razão entre candidatos homens e mulheres entre os anos 2000 e 2016

	2000	2008	2016
Campos dos Goytacazes	3,8	3,1	2,2
São Francisco de Itabapoana	6,3	4,1	2,1
Macaé	3,1	2,7	2,3
Cardoso Moreira	3,7	2,5	1,9
Carapebus	3,1	4,4	2,1
São Fidelis	5,0	4,1	2,3
Quissamã	5,6	6,1	1,8
Conceição de Macabu	3,2	3,0	2,3
São João da Barra	3,3	2,4	1,9
Rio de Janeiro	3,6	3,4	2,2

Fonte: TSE

É possível ver a diferença, ou seja, a razão entre o gênero masculino e o gênero feminino por ano e municípios. O cálculo de razão é realizado

utilizando o número absoluto de candidatos do gênero masculino dividido pelo número absoluto de candidatas do gênero feminino por município. Foram excluídos da tabela os anos de 2004 e 2012 por motivos de adequação ao modelo de apresentação. Para a soma dos candidatos no período entre os anos 2000 e 2016, podemos afirmar, por exemplo, que Campos dos Goytacazes tem 2,6 mais candidatos do gênero masculino do que do gênero feminino, enquanto o Rio de Janeiro tem 2,8 mais candidatos do gênero masculino do que do gênero feminino. Por fim, cabe destacar que em cargos majoritários, como o de prefeito, o gênero feminino tem representação mínima ou quase inexistente. O município de São Fidélis, por exemplo, nunca teve uma candidata do gênero feminino para a prefeitura entre 2000 e 2016. Outros municípios como Carapebus e Cardoso Moreira tiveram apenas uma candidata do gênero feminino durante o período analisado. Enquanto que no Rio de Janeiro o número de candidatos do gênero masculino foi seis vezes maior que o número de candidatas do gênero feminino ao longo desse tempo.

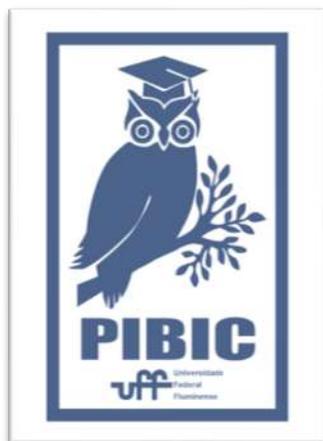
CONCLUSÕES:

Em que pese todo apoio legal e o esforço feito por alguns partidos políticos e movimentos sociais para maior conscientização sobre as desigualdades de representação de gênero na política brasileira, percebe-se a partir dos dados, que as desproporções ainda são bastante preocupantes. É importante destacar ainda que literatura acadêmica sobre a História política do Rio de Janeiro compreende a capital do estado como um espaço em que as pautas progressistas da política aparecem e se consolidam com mais força em relação ao interior do estado. No entanto, os dados

apresentados nesta pesquisa mostram que o município do Rio de Janeiro não se diferencia dos municípios do Norte Fluminense no que se refere a maior inclusão e participação do gênero feminino na política institucional.

Agradecimentos:

Gostaríamos de agradecer a Proppi e ao PIBIC pela possibilidade de apresentação deste trabalho. Ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF, por viabilizar a realização das pesquisas acadêmicas. Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFF/Campos, pelas ótimas relações de trabalho. A Faperj, por fornecer a bolsa de iniciação científica para esta pesquisa. E finalmente, a todos aqueles que, apesar dos tempos sombrios, ainda acreditam na importância dos investimentos públicos em Ciência e Tecnologia para o futuro do país.





Grande área do conhecimento : Ciências Humanas (7.00. 00. 00- 0)

Título do Projeto: Violência Escolar: discriminação, *bullying* e responsabilidade

Bolsista autora: Rita de Cássia Galvão Pavan (Bolsista/ CNPq)

Orientadora: Prof^a Dr^a Valdelúcia Alves da Costa (UFF)

Prof^a. Colaboradora: Prof^a Dr^a Érika Souza Leme (UFF)

Unidade/Programa: Faculdade de Educação/Programa de Pós Graduação em Educação

INTRODUÇÃO:

A violência escolar impede de viver uma vida segura e digna, necessária para o exercício da cidadania. Essa violência é compreendida como fruto da sociedade que historicamente perpetua as desigualdades por meio de suas diversas instituições, uma delas a escola. Tal compreensão justifica a vinculação da pesquisa com a formação escolar, que pode formar indivíduos resistentes à violência ou propícios a ela. Para isso, estabelece-se a relação entre violência sob a forma de diversos atos de agressão entre os alunos, sob a forma de *bullying*, e sob a forma de preconceito.

Neste contexto escolar, há ainda a constituição de duas formas de hierarquias estabelecidas entre os alunos, uma oficial, determinada pelo destaque nas notas escolares, e a outra, não oficial, estabelecida por habilidades corporais, força e beleza física, e pela popularidade dos alunos. Contudo, a competição individual é suscitada socialmente e fortalecida na vida escolar.

Como medida de enfrentamento da violência, propomos a defesa à Educação Inclusiva e a convivência com diversas minorias, portanto, pessoas com deficiência, imigrantes de países pobres, dentre outros, para que possam permanecer nas classes de ensino regulares. Para a elaboração desta proposta, no decorrer deste estudo, identificamos a Lei 13.663 (2018), no art. 1º, que dispõe: “Promover

medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas e estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.” Tal processo, nos faz investigar o alcance dessa política por intermédio do desenvolvimento de ações locais.

Se a violência tem sido constante, a escola é uma das instituições que tem como tarefa primordial desenvolver a civilidade entre os seus alunos, com base na discussão e no entendimento sobre a pluralidade de ideias de normas aceitas coletivamente.

O *bullying* e o preconceito são determinados socialmente por meio da imposição de uma cultura que possibilita a formação de estruturas de personalidades propícias ao seu desenvolvimento. Essa sociedade leva os seus membros a competirem constantemente, não favorecendo a autonomia que possibilitaria outras formas de entendimento dos problemas existentes que evitaria a violência como solução.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa está sendo desenvolvida em oito escolas localizadas em Niterói/ RJ, sendo seis escolas municipais, o Colégio Universitário Geraldo Reis(COLUNI/ UFF) e uma escola estadual da Rede FAETEC. O público- alvo são

estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, tendo também estudantes em situação de inclusão, na faixa etária de 14-16 anos. A fim de relacionarmos tais manifestações com o desempenho acadêmico, nos voltamos a conhecer a opinião de professores de Artes, Educação Física e Língua Portuguesa sobre preconceito e *bullying* na escola.

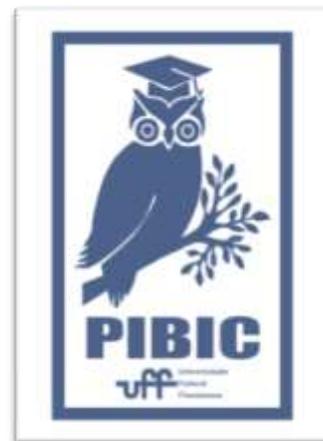
Os instrumentos de coleta de dados utilizados são: questionário de caracterização das escolas para identificar o grau de inclusão e a relação com a manifestação do preconceito, a frequência da violência, do *bullying* e autonomia dos estudantes; roteiro de entrevista semi estruturada com professores para avaliar o que pensam sobre preconceito, *bullying* e educação inclusiva; questionário de dados pessoais dos estudantes para traçar o perfil referente ao gênero, idade, tempo que estuda na escola, além de questões sobre a caracterização da violência escolar para identificação das causas na perspectiva dos agressores e das vítimas dessas formas de violência representada pelo *bullying* e o preconceito.

Diante do exposto, as escolas, em parceria com a Universidade e a comunidade têm a intencionalidade de refletir sobre os possíveis determinantes da violência, como a presença das hierarquias escolares, a defesa de uma ideologia autoritária e a autonomia frente à autoridade do professor. Segundo Crochik(2017) as principais propostas a serem formuladas com base nos resultados da pesquisa: refletir acerca do conteúdo e da prática desenvolvidos na disciplina de Educação Física, para que essa seja uma educação para a sensibilidade corporal e não somente para força corporal, insistir na importância do aprendizado dos conteúdos curriculares e das habilidades a serem desenvolvidas, pois permitem que o estudante não se envolva com a violência existente na escola e que também não desenvolva preconceito ao pensar sobre as regras existentes na escola; pois se elas não forem justas, racionais, e se não forem incorporadas de maneira refletida, podem contribuir para uma formação rígida de personalidade, como também defender a educação inclusiva, nas diversas modalidades propostas, pois o convívio com os

estudantes de diferentes capacidades e habilidades pode ser um antídoto contra a violência escolar.

CONCLUSÕES:

Mediante os estudos teóricos e a coleta de dados empíricos nas escolas participantes, podemos concluir que os indivíduos que sofrem *bullying* se tornam deprimidos e com baixa auto-estima, podendo gerar variadas consequências psíquicas, desde uma angústia acentuada até o suicídio. O contato com a educação escolar, no Município de Niterói, por meio dessa pesquisa, estimula a aproximação entre a Universidade Federal Fluminense, as Escolas Municipais da Rede Pública e o Colégio Universitário Geraldo Reis, como forma de compreender a violência escolar, expressa no *bullying* e no preconceito; como também refletir sobre alguns de seus possíveis determinantes: as hierarquias escolares, a defesa de uma ideologia autoritária, a autonomia frente à autoridade do professor, e propor métodos para o seu enfrentamento no cotidiano das escolas.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Observatório Municipal de Educação Inclusiva: Estudo em Rede Pedagógica nas Escolas Públicas de Niterói

Bolsista Autora: Millena Cristina Areas (Bolsista/FAPERJ)

Orientadora: Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa (UFF)

Profa. Colaboradora: Erika Souza Leme

Unidade/Programa: Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação/UFF

INTRODUÇÃO

Face à segregação de indivíduos com deficiência, fenômeno histórico do qual a escola não está ileso, esta pesquisa se volta para a análise crítica do conhecimento historicamente produzido em torno da educação inclusiva, englobando legislação e políticas públicas de educação inclusiva em atendimento às demandas sociais, culturais e humanas de pessoas que apresentam deficiências físicas, sensoriais e cognitivas. Assim, este projeto tem por objetivo avaliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte à educação inclusiva no âmbito das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) nas escolas municipais de Niterói/RJ. Para tal, este estudo tem como questões centrais conhecer e analisar em quais aspectos o AEE tem apoiado a educação, além de investigar quais possibilidades educacionais oferecem as SRMs no suporte à educação inclusiva de alunos com deficiência, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, com ênfase no pensamento de Adorno e Horkheimer. Considerando a herança segregacionista do cenário socio-histórico brasileiro, uma vez que indivíduos com deficiência por muito tempo tiveram como destino o confinamento nas

instituições/escolas especiais, assumir compromisso com a luta pela educação inclusiva significa confrontar os limites sociais que respaldam a exclusão e o preconceito. Portanto, com vistas a avaliar os impactos do AEE, como suporte à educação inclusiva, sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência, este projeto se volta ao funcionamento das SRMs nas escolas municipais de Niterói/RJ por intermédio das narrativas e dos processos de avaliação dos professores sobre os alunos incluídos nas classes regulares, considerando que as SRMs não funcionam de forma isolada em uma escola abstrata, mas fazem parte dos demais setores de atendimento educacional, cultural e artístico que a escola deve oferecer aos seus alunos, com ou sem deficiência. A perspectiva metodológica do projeto consiste na produção do conhecimento científico em Rede Pedagógica de Pesquisa Colaborativa (RPC), ou seja, desenvolver pesquisa ‘com’ os professores e não ‘sobre’ os professores, promovendo condições de uma aproximação solidária entre Universidade e Escola.

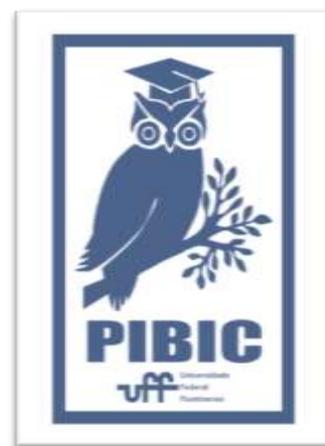
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo seu início em 2017, o projeto se organiza em etapas diversas, que englobam: revisão de literatura, sobretudo os documentos oficiais sobre as políticas públicas da educação especial/MEC, decretos e leis sobre as SRMs e o AEE, dentre outros, bem como estudos dos textos teóricos de Adorno e Horkheimer que analisam criticamente as categorias e questões civilizatórias presentes na formação do indivíduo; aplicação dos questionários e participação nos encontros e entrevistas semiestruturadas no grupo focal com os professores das SRMs e salas regulares das escolas municipais de Niterói/RJ na coleta de dados para posterior análise de suas concepções sobre a inclusão de alunos com deficiência; visitação e observações nas SRMs e salas regulares nas quais há alunos incluídos nas escolas municipais de Niterói/RJ quanto à sua organização e atitudes docentes no atendimento às suas necessidades educacionais especiais. A pesquisa se encontra na etapa de aprofundamento teórico por meio da revisão de literatura. Portanto, ainda não foi possível a obtenção de resultados. Como procedimentos de coleta de dados deste estudo, serão consideradas inicialmente as atividades de organização dos grupos de trabalho coletivo e entrevistas com grupos focais das escolas públicas de Niterói/RJ. Participam do estudo professores de SRMs dos municípios, gestores das escolas estudadas e professores das classes comuns, que têm alunos com deficiência incluídos recebendo apoio do AEE nas SRMs no contraturno das escolas públicas dos municípios envolvidos na pesquisa.

CONCLUSÕES

Diante da relevância social, acadêmica e formativa deste projeto de pesquisa, espera-se que os resultados tragam abrangente leque de contribuições em âmbito nacional, estadual e municipal. Este estudo almeja, sobretudo, à identificação as estratégias pedagógicas desenvolvidas nas SRMs, por intermédio do AEE, no suporte à inclusão de alunos com

deficiência nas classes regulares das escolas públicas, bem como a disponibilização de subsídios para a elaboração de políticas públicas de educação, formação de professores que contemplem programas de formação continuada em SRMs, em atendimento à demanda dos professores das redes de ensino por conhecimento sobre educação dos alunos com deficiência com o apoio do AEE na perspectiva inclusiva e na organização das escolas públicas. A coleta e sistematização das informações municipais que subsidiem tomadas de decisões para as políticas públicas de inclusão escolar, permitirá, por exemplo, a identificação de demandas para a formação de professores, dos limites e possibilidades do AEE nas SRMs e a avaliação/supervisão do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência incluídos na escola pública, refletindo o compromisso da pesquisa com o enfrentamento aos limites sociais que ainda cancelam o preconceito e a segregação na sociedade contemporânea.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: AS REVOLUÇÕES ATLÂNTICAS: O COMLOT DE FRANCESES E ESCRAVOS NO RIO DA PRATA (1795)

Autores: Jessica Coutinho Mendes

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de História – Escritas da História- Historiografias do Sul.

INTRODUÇÃO:

O presente relatório parcial apresenta os resultados do trabalho da graduanda Jéssica Coutinho Mendes, no período de sua participação enquanto bolsista de iniciação científica na pesquisa intitulada "XXX", orientada pela professora doutora Maria Verónica Secreto Ferreras, no período de março de 2018 a agosto de 2018.

O projeto se propõe a analisar uma "Suposta" revolta envolvendo franceses e seus escravos em Buenos Aires no findar dos tempos coloniais, no contexto de crise do império e conformação dos estados, onde surgiram revoltas que manifestam perda de legitimidades e surgimentos de outras.

As reformas da dinastia Bourbon foram feitas para atenuar a crise de legitimidade, com intenções de transformações políticas na Colônia, eram parte de reformas mais

amplas, que buscavam consolidar os limites e a segurança do Império. Com o intuito de atenuar a crise, acabou agravando-a, uma vez que revelou falhas de um sistema que não apenas não correspondia à realidade colonial, mas entrava em concorrência com outras ideias políticas mais avançadas.

Algumas medidas tomadas passavam por proibir "a leitura, a circulação e a posse de livros de conteúdo considerado sedicioso", assim como o tratado de paz assinado entre França e Inglaterra. Listas de livros proibidos foram elaboradas e, assim, buscava-se blindar contra ideias. Outra intenção era impedir que notícias das transformações na Europa chegassem às Américas. Até meados do século XVIII, o "problema 'atlântico'" se mostrava com as dificuldades em torno do controle e combate ao contrabando, e da manutenção do monopólio comercial. Já na segunda

metade do mesmo século, a necessidade de controlar a da circulação de pessoas, ideias, livros e textos configurou-se como primordial à manutenção do império.

Neste contexto, ideias que contivessem alguma intenção de libertação seriam consideradas subversivas. Dado este fato, os franceses passaram a representar uma hipotética ameaça percebida por agentes coloniais da Espanha, e mesmo o diminuto número de franceses em Buenos Aires foi alvo de investigações. Suas vidas foram investigadas a fim de revelar se suas ideias representavam um real perigo à legitimidade do Império espanhol.

Encontrar a circulação de ideias perpassa a leitura de documentos oficiais e a interpretação dada pelas autoridades a assuntos considerados delicados e de suposto perigo para a colônia. Neste sentido, as próprias instituições tornam-se alvo de análise, uma delas é a Polícia da Corte no Rio de Janeiro. Criada exatamente com o intuito de mostrar a força da monarquia na nova capital do Império, suas ações demonstram como era importante a manutenção do poder e da ordem em cada canto da cidade. Desta forma, entende-se que a circulação não se dava entre os continentes apenas através de viajantes, mas também pelas instituições oficiais implantadas pelos governos.

A disciplinarização pretendida com a criação da polícia interferia em todos os aspectos da vida através de uma prática administrativa interventiva que visava um maior controle direto do governo em relação à população. A partir dessa instituição, buscava-se uma governabilidade de cunho mais prático, na qual as leis pudessem ser observadas sem tantos conflitos jurisdicionais. A prática policial acaba se adequando ao contexto da nação, que no início do século XIX era instável, o que se manifesta no foco dado aos distúrbios e aos indivíduos que ameaçavam a ordem.

As suspeitas de revoltas eram constantes em território colonial, e, especialmente após a Revolução Francesa, tornou-se uma ameaça constante. A exemplo dos suspeitos de Buenos Aires, o Rio de Janeiro também tinha os seus, o que mostra a conexão entre a expansão das ideias revolucionárias e sua repressão a nível continental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O método a ser utilizado neste trabalho consiste no levantamento e consulta de bibliografia específica acerca do tema, que será cruzada com fontes produzidas na época. As fontes da época tem a potencialidade de revelar detalhes das investigações, seus métodos e procedimentos, levando a uma melhor

compreensão de como se portavam e como pensavam os agentes coloniais para que suscitassem uma suspeita tão grande sobre um número tão pequeno de cidadãos franceses na América espanhola e portuguesa.

RESULTADOS

A análise bibliográfica e das fontes revela que a palavra liberdade estava atrelada a uma ameaça a soberania do império. A ideia que se tinha de uma possível revolta passava, primordialmente, por obras ou discussões estrangeiras, tendo isso gerado um grande receio em relação aos franceses habitantes de Buenos Aires. O recenseamento de da cidade em 1778 mostra que nela 24.083 habitantes, sendo a maior parte formada por brancos e uma população negra crescendo devido ao tráfico, na medida em que esse se tornava mais intenso. Já o número de franceses em Buenos Aires em fins do século XVIII gira em torno de 164, segundo Ch. R. de la Croix-Riche Chanet.

Tal ameaça, mesmo que injustificada pelo baixo número de franceses residentes na cidade revela uma ideia sofisticada de interação entre os impérios, mesmo que em vias de evitá-la. Desta forma, desequilíbrios nas primeiras interpretações acerca das “revoluções atlânticas”, onde pesos diferentes são dados aos lados

oriental e ocidental, assim como as partes sul e norte. Entende-se viável a reconstrução de uma série de conexões no contexto americano e atlântico, até mesmo a costa pacífica, procurando evidenciar espaços que são frequentemente marginalizados nos processos de análise.

Em fins do século XVIII, Buenos Aires se encontrava mais interligada com um contexto mais global, pois a partir de 1778 o porto da cidade estava habilitado para comerciar devido ao regulamento de livre comércio entre Espanha e América. Já em 1791, a Coroa liberou o comércio de escravos para o vice-reino. Como visto do recenseamento, a população negra vinha aumentando, o que gerou o crescimento da população escrava.

O fim do século XVIII é um período em que surgem novos atores políticos, historicamente marginalizados, como negros e índios, surgem como novos atores políticos. O aparecimento de escravos na documentação como peças-chave da investigação são menos prova da culpa francesa do que da circulação de ideias e apropriação destas por tais escravos. Os movimentos revolucionários e a retórica da liberdade ecoaram de diferentes formas para os diferentes agentes históricos, e é inegável, diante da análise bibliográfica e das fontes que a circulação de ideias e informações entre

Europa e América é causa de temos para agentes coloniais e de esperança para grupos desfavorecidos.

Em comum com os números de Buenos Aires, a população escrava no Rio de Janeiro aumentou significativamente no início do século XIX, assim como o número de estrangeiros e também o controle destes, que deveria se reportar à Intendência de Polícia assim que aportassem na cidade. A instituição policial torna-se um importante meio de controle, pelo qual a coroa insere-se diretamente no cotidiano citadino, e através da qual pode-se obter importantes informações sobre a repressão de ideias potencialmente perigosas, como no caso dos franceses apenas pela sua nacionalidade. Desta forma, nota-se um intercâmbio da repressão através de diferentes territórios

CONCLUSÕES:

A pesquisa trouxe, até o presente momento, ricas contribuições para a compreensão do contexto e do ambiente em que circulavam ideias de revolucionárias. A busca de uma perspectiva de leitura que insere os sujeitos negros escravos neste contexto é de suma importância para enriquecer os estudos a respeito das revoluções atlânticas. Observou-se também que a criação de instituições governativas

oferecem uma perspectiva da repressão, e, logo, da expansão das ideias que pretendiam combater em nível continental. Além da contribuição para estes estudos, traz algo que é de valor inestimável para a nova historiografia, que é a proposta de trabalhar conexões entre processos históricos em tempos e espaços amplos. Esta investigação já contribuiu em seus resultados para somar às pesquisas sobre o tema, e tem ainda mais a contribuir daqui em diante.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas / Sociologia

Título do Projeto: O Papel dos Trabalhadores da FEM nas greves da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Autores: Sabrina Moura de Oliveira Dias (orientadora) e Bruno Cecílio (bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento Multidisciplinar (VMD-ICHS)

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa tem como ponto de partida a compreensão das greves de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em geral, e de grupos específicos de trabalhadores, a partir da utilização de documentos originais reunidos e catalogados pela Comissão Municipal da Verdade (CMV) Dom Valdir Calheiros. A Companhia Siderúrgica Nacional é conhecida nacionalmente tanto por seu papel na produção siderúrgica, sendo a primeira grande usina integrada do país, como pelo ambiente explosivo de greves, paralisações e dura repressão que marcaram os anos finais da década de 1980 e início dos 1990. A pesquisa estabeleceu como principais objetivos: compreender as greves, e o papel de um grupo específico de grevistas, os trabalhadores da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). Estima-se que alguns grupos ligados a funções e áreas específicas do trabalho na siderúrgica desempenharam papel importante na organização e liderança dos movimentos grevistas. Para além de membros das comissões de fábrica e de sindicalistas, o trabalho tem ainda por objeto o levantamento da participação de lideranças espontâneas nos movimento paredista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Inaugurada no início dos anos de 1960, a FEM tinha por objetivo criar produtos específicos para a construção civil (Lopes, 2003¹). A empresa surgiu como um departamento da CSN especializado em fabricação e montagem metálica. Embora inicialmente os trabalhadores da FEM e da CSN compartilhassem as mesmas condições, com o passar do tempo esses grupos passaram a ser diferenciados. É importante ressaltar o fato de que durante a década de 1980, os funcionários da FEM, principalmente os de manutenção do Departamento de Manutenção Mecânica (DMM) e da fábrica ganharam fama como “a força das greves”, como os agitadores e desencadeadores das manifestações dentro da usina. São marcantes na bibliografia o apontamento de locais onde esses movimentos se davam com maior contundência como elucida a narrativa de Veiga e Fonseca “*no DMM (Departamento de Manutenção Mecânica), é o pessoal da FEM com uma gerência que se chama GEMONT (Gerência de Montagem), havia mais ou menos 2 mil funcionários. Eles fizeram uma greve lá dentro*”. A sigla SOM fazia referência à Superintendência de Oficinas Mecânicas um galpão enorme em um pátio amplo localizado onde atualmente é parte do estacionamento ao lado do novo

¹ LOPES, Alberto. A aventura da forma: urbanismo e utopia em Volta Redonda. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

Escritório Central. Descrito a época como um ambiente muito conservado com canteiros gramados e flores plantadas esse imenso espaço também abrigava outros galpões de superintendências como o Departamento de Rolamento de Motores (DRM) e a Superintendência de Manutenção de Máquinas Pesadas, pás mecânicas, tratores etc. (SMA) (Veiga e Fonseca, 2008).

CONCLUSÕES:

A pesquisa ainda em curso, em convergência com a leitura de outros autores (Bedê, 2010²; Relatório Final da CMV-VR³, 2015; Veiga e Fonseca, 2008⁴), identifica que a participação dos trabalhadores da FEM nas mobilizações grevistas na UPV nos anos 1980 não foi acidental, mas sistemática e persistente. O papel de vanguarda desempenhado por estes trabalhadores era reconhecido pelo sindicato e pela empresa à época mesmo da eclosão dos movimentos. Embora o quadro de funcionários da subsidiária fosse substantivamente inferior em termos numéricos àquele dos funcionários da CSN nos anos 1980, a participação relativa dos trabalhadores da FEM nas greves foi expressiva, o que parece reflexo de seu papel de destaque na produção e de certa condição de autonomia relacionado ao desempenho de funções estratégicas e qualificadas. Nos depoimentos coletados, a menção à qualificação dos trabalhadores da FEM não raro se mistura à exaltação de seu papel e

peso nos movimentos dos anos 1980. Embora não tenhamos discutido de maneira pormenorizada a trajetória da FEM dentro da estrutura da CSN, desde a sua criação nos anos 1960 até a sua extinção em 2002 é possível perceber um processo de redução gradual e progressiva de sua importância no processo produtivo e na estrutura da usina. De seu início como departamento, a FEM foi alçada a subsidiária da CSN e, embora inicialmente os organogramas da usina demonstrassem que a empresa encontrava-se subordinada diretamente ao Diretor Industrial (DI) e, abaixo apenas das divisões do 2º Escalão - ocupando, portanto, o terceiro escalão da Usina, ao lado das Superintendências - a partir de meados dos anos de 1970 e estendendo-se até o final da década de 1980, a FEM deixa de estar subordinada diretamente ao Presidente e Diretor Industrial e passa a ser alocada/subordinada a direções, secretarias e superintendências de atividades controladas, quadro que se mantém durante a década de 1990. A mudança na posição da empresa nos documentos administrativos da produção parece denotar certa perda de prestígio e de poder da subsidiária dentro da usina.

Agradecimentos:

Gostaríamos de agradecer a FAPERJ pelo financiamento dessa pesquisa através da concessão de bolsa de Iniciação Científica.

² BEDÊ, Edgard A. T. Formação da classe operária em Volta Redonda. Volta Redonda, nova gráfica editora, 2010.

³ COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE VOLTA REDONDA. *Relatório Final (2013-2015)*, Volta Redonda, 2015.

⁴ VEIGA, Sandra. M; FONSECA, Isaque. Volta Redonda: entre o aço e as armas. IMO's gráfica e editor ltda (2008).

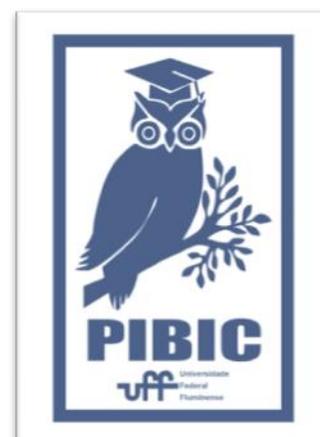


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Decifrando o “Desenvolvimento sustentável e mineração responsável” nos vídeos institucionais das empresas de mineração

Autores: Rômulo Resende Machado; Gabriela Scotto

COC/ESR

INTRODUÇÃO:

A apropriação da noção de desenvolvimento sustentável por parte das grandes empresas mineradoras (e sua posterior institucionalização em um conjunto de práticas) - apesar do paradoxo intrínseco a tal formulação - é possível graças à dissociação discursiva que se realiza, por um lado, entre a mineração, como atividade econômica baseada na extração e exploração de um recurso não renovável, e por outro, as noções de natureza, meio ambiente e finitude dos recursos naturais. Em síntese, a “mineração sustentável” é possível na medida em que não se mencione a dimensão extrativista de tal atividade, e que o “desenvolvimento sustentável” aponte na direção de uma representação da Natureza na qual os minérios não fazem parte.

Tal dissociação discursiva se traduz num conjunto expressivo de dispositivos imagéticos tais como fotografias, vídeos no youtube, peças comerciais para televisão, páginas institucionais na internet, etc. (Boltanski, 2009). Uma parte expressiva desses dispositivos é destinada a um público amplo para o qual se apresentam narrativas sobre a sociedade, seu presente e seu futuro, sobre a importância de preservar a natureza e sobre as contribuições da mineração para “o mundo em que vivemos” e para o “planeta”.

Esta pesquisa tem objetivo geral avançar na análise antropológica dos dispositivos imagéticos sobre desenvolvimento sustentável, com especial atenção para as formas que assumem as relações entre as representações sobre a mineração e as representações da natureza. Destinados a um público amplo, a maioria desse material visual produz narrativas sobre desenvolvimento sustentável, sobre as contribuições da mineração para a sociedade, ao mesmo tempo

em que constroem imagens sobre a natureza e o meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No Brasil, as empresas de mineração vêm investindo não poucos recursos em publicidade (televisão, impressa, internet), fato que não deixa de ser chamativo se pensamos que o público para quem essas peças se dirigem não é de potenciais consumidores de algum produto. As publicidades “vendem” a empresa, procuram criar simpatias e adesões, mas para fazer isso, recorrem a um conjunto de imagens e valores que estão “fora” do mundo empresarial e produtivo. Elas disputam uma visão do mundo, produzem representações da sociedade (BECKER, 1997). Essa tendência observada para o caso das empresas mineradoras não parece ser exclusiva desse setor. Ventura e Vieira (2006) chamam à atenção para as campanhas publicitárias dos bancos, nos últimos anos, principalmente na televisão. Eles observam que a publicidade enfatiza uma nova forma de atuação: “bancos que sonham, que fazem mais do que o possível (ABN Amro Real), que conscientizam o cliente sobre a adequada utilização do crédito (Itaú), que o ensinam a não pagar tarifas e nem parecem banco (Unibanco), como exemplos.” Segundo os autores, há inúmeros outros exemplos que poderiam ser listados, e que evidenciaríamos um “reposicionamento das organizações bancárias”, mas não apenas (Ventura e Vieira, 2006, p.1). Se por um lado alguns dos elementos imagéticos e discursivos dos bancos são similares aos da publicidade das empresas de mineração, por outro, parece haver um conjunto deles que seriam específicos das narrativas

sobre a mineração e desenvolvimento sustentável.

Para avançar nessa direção propomos pensar os comerciais publicitários das empresas de mineração como narrativas contemporâneas que carregam não apenas uma “apresentação” da empresa para a sociedade, mas também “representam” o mundo em que vivemos, e narram uma história sobre a relação entre a mineração, a sociedade e a natureza.

CONCLUSÕES:

O universo de análise está composto por um tipo de material que consiste em pequenos filmes publicitários (60 segundos) os quais integram as chamadas “campanhas institucionais” das empresas. Este tipo de material interessa por ser direcionado a um público “externo” ao campo da mineração que identificarei como “sociedade” (em contraste aos trabalhadores da empresa, a outras empresas, aos acionistas, ou a outros “stakeholders”). Os comerciais não só apresentam, para o público que assiste pela televisão (ou pelo Youtube). Interessa em particular este tipo de narrativa audiovisual por se tratar de peças publicitárias que, num tempo muito breve, apresentam para um espectador - não necessariamente familiarizado com a mineração, nem com o setor mineral-, a empresa e suas contribuições para a “sociedade”, para o “planeta”, o “meio ambiente” e para as “gerações futuras”, mas também representam a Natureza e a Cultura, constroem e delineiam um inventário de “representações, fabricações e estereótipos” (Barreira, 2009, p.31).

Referencias bibliográficas

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A cidade como narrativa. Lisboa: ICS, 2013.

BARRETO, Maria Laura. (2001) Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil. Rio de Janeiro: CETEM/MCT.

BECKER, Howard. “Falando sobre a sociedade”. In: BECKER, H. (Ed.). Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BENJAMIN, W. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura.

Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

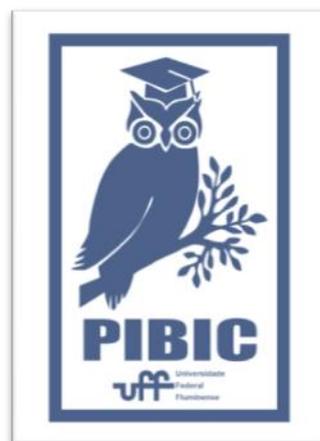
BOLTANSKI, L e CHIAPELLO, E. (2009) O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

SCOTTO, Gabriela. "Discursos globais e produção social do local: o desenvolvimento sustentável e a mineração responsável como prática discursiva e modelo para a ação empresarial". In: LOPES, José R. et.I. (orgs.). Políticas culturais e ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas. Porto Alegre: CirKula, 2016. pp.125-146.

VENTURA, E. e VIEIRA, M. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil Autoria. In: EnANPAD, 30. Salvador/BA,

Agradecimentos:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.





Grande Área: Ciências Humanas / Sociologia

Os impactos da terceirização sobre a negociação coletiva

Ana Clara Matias Rocha, Maria Carolina Barcellos e Sabrina de Oliveira Moura Dias (orientadora)

**Departamento Multidisciplinar de Volta Redonda – VMD –
Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)**

INTRODUÇÃO:

Saindo de uma época *sui generis*, do ponto de vista político e sindical, que foi a década de 80 para o Brasil, nos anos 1990, entra-se numa década marcada pelas políticas neoliberais¹ que intensificam a utilização de mecanismos de flexibilização do trabalho tais como a terceirização. Impulsionada pelo modelo Toyota, a terceirização foi ampliada por ser considerada uma forma eficiente de lidar com a gestão do trabalho. Entre as vantagens enumeradas pelos defensores da terceirização estão: especialização dos serviços, redução de custos, redução da mobilização sindical e das reclamações trabalhistas. Grande parte da literatura sociológica, por sua vez, identifica na terceirização uma forma de precarização das relações de trabalho. Embora considere-se, de maneira geral, que a subcontratação enfraquece as relações de trabalho, e precariza as condições dos trabalhadores, ainda é escassa a literatura que trata das formas pelas

quais a terceirização enfraquece as relações sindicais do ponto de vista da negociação coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Partimos da ideia de que a fragilização sindical tem como pano de fundo a diversificação/pulverização dos acordos coletivos dentro de uma mesma categoria, ou entre categorias diferentes. A terceirização fragmenta a negociação coletiva², e os sindicatos ainda estariam despreparados para lidar com a perda da ideia de categoria, e para fazer frente a esta pulverização. A pesquisa, ainda em andamento, traz algumas considerações sobre a questão da terceirização e das relações sindicais. Com base nas entrevistas realizadas, e no mapeamento das negociações coletivas do Sindicato do Metalúrgicos do Sul Fluminense (SINDMETAL-SF) durante o período de 2007-2018, chegamos a algumas questões preliminares. A utilização de Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) em lugar dos Acordos Coletivos

¹ CARDOSO, Adalberto, M. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

² MARCELINO, P. R. (2013), Trabalhadores terceirizados e luta sindical. 1a ed. Curitiba, Ed Appris.

Trabalho (ACTs) poderia figurar como uma forma de reconstruir a identidade coletiva e dos interesses cindida pela terceirização. Por estarem todos “envoltos” na mesma negociação e equiparados, os trabalhadores teriam maior disposição para a união e para eventuais mobilizações grevistas. Por outro lado, há um dilema permanente entre os sindicalistas, uma vez que as diferenças em termos de poder e de recursos das empresas terceirizadas poderiam ser exploradas através da negociação de ACTs mais vantajosos com as prestadoras de serviços mais importantes. Neste sentido, a utilização de ACTs ou de CCTs para a negociação das condições dos trabalhadores terceirizados não pode ser entendida de maneira maniqueísta. Os sindicatos parecem utilizar uma ou outra destas formas de negociação, a depender de fatores como tamanho e poder da empresa e capacidade de aglutinação dos interesses das bases. O levantamento dos ACTs e CCTs negociados pelo SINDMETAL-SF no período de 2007 a 2018 aponta uma tendência de ampliação do número de ACTs firmados com empresas e prestadoras de serviços, tanto com a Companhia Siderúrgica quanto com as montadoras que vem se estabelecendo na região. Parte desta ampliação deriva, além da terceirização, do fato de que nos últimos anos há um aumento no número de acordos e aditivos firmados com as empresas fora das datas-bases.

CONCLUSÕES:

O enquadramento sindical realizado com base no registro de atividade principal da empresa se mostra como um obstáculo à formação de identidades coletivas mais amplas e à convergência de interesses de uma categoria, visto que uma mesma empresa terceirizada pode desenvolver diversas atividades. Este tipo de enquadramento tem gerado disputas entre diferentes sindicatos pela representação dos trabalhadores. Na região Sul Fluminense, a terceirização tem ocasionado também o deslocamento da representação sindical, o que pode explicar, ao menos em parte, a perda da capacidade de mobilização e de articulação de grandes categorias como a dos metalúrgicos e da construção civil.

Agradecimentos:

Agradecemos à FAPERJ pela concessão de bolsa de IC que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa.

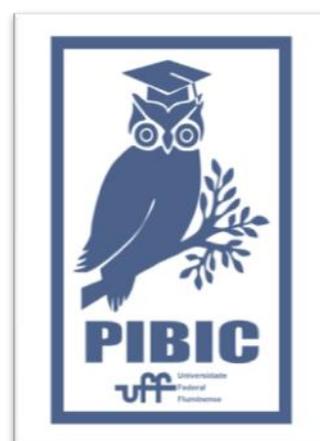


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto Memórias e Testemunho: investigações sobre comunismo, trabalho e repressão no Sul Fluminense

Autores: Eliana Gonçalves de Sousa

Departamento/Unidade/Laboratório: Multidisciplinar

INTRODUÇÃO:

Partimos nesta pesquisa à investigação da experiência operária no Sul-Fluminense durante a ditadura civil-militar priorizando o período entre 1964-1978, enquadrado por estudos e memórias como sendo de "passividade" da classe trabalhadora e de predomínio de setores ditos "pelegos" no movimento sindical. Revisitando estes anos, porém – acompanhando trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual do Rio e Municipal de Volta Redonda–, vemos emergir histórias de vida, lutas e resistências atravessadas por formas de controle e repressão empresarial-militar. Surgindo com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a partir de 1941, a cidade-operária de Volta Redonda assume posição de destaque no cenário nacional, tornando-se também lugar privilegiado de análise em torno dos trabalhadores e suas organizações. Volta Redonda evidencia a classe trabalhadora como principal alvo do golpe de 1964, desde seu princípio (SANTANA; ESTEVEZ, 2016). Contudo, as lutas de militantes históricos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à tradição trabalhista são sobrepostas pelas experiências do período de redemocratização e do Novo Sindicalismo (SANTANA, 1999). Desejamos, portanto, contribuir para a visibilidade dessas trajetórias vividas entre 1964 e 1978, em que se relacionam, por um lado, sindicato, igreja católica e organizações revolucionárias; e por outro, militares, poder municipal e CSN. Neste trabalho, publicizamos parte do percurso em andamento da pesquisa “Comunismo, Trabalho e Repressão no Sul Fluminense”, sob orientação

de Alejandra Estevez e financiamento da FAPERJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O presente projeto se beneficia e dá continuidade às investigações levadas a cabo pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda Dom Waldyr Calheiros (CMV-VR) e pelo grupo de pesquisa da UFF-VR, que investigou as atividades do I Batalhão de Infantaria Blindada do Exército (1º BIB). Junto a outros atores, projetos de pesquisa e extensão, compomos o Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (CEMESF) localizado na UFF Campus Volta Redonda, que abriga dentre seu acervo os testemunhos reunidos pela CMV-VR.

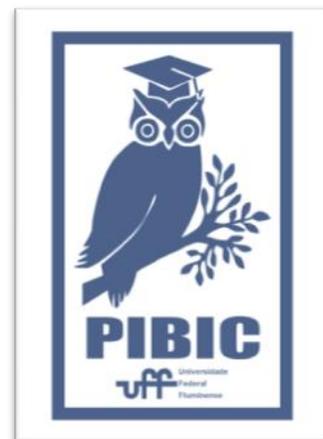
A escuta, transcrição e leitura desses testemunhos, realizada a partir da pesquisa, permite acessar, em alguma medida, os impactos de diferentes modos de violações de direitos no corpo e na experiência dos presos políticos e de seus familiares. Passos e Rauter (2017) atentam ao acirramento do absurdo da violência quando institucionalizada pelo Estado. Trata-se de uma violência que produz marcas que não se constituem só como físicas: podem passar pela perda de território existencial, pela transformação da resistência política em resistência à vida, em culpa ou em remorso – podem produzir um corpo mortificado (PASSOS & RAUTER, 2017).

Também nos testemunhos encontramos articulações de denúncia e combate às violações, estratégias de vida e de oposição ao regime ditatorial militar. Aparecem,

dentre muitos outros, atores como Genival Luiz da Silva, Estrella Dalva Bohadana e Dom Waldyr Calheiros que estabelecem um diálogo entre o sindicato, organizações revolucionárias e a Igreja católica. Partimos então para uma análise atenta ao lugar de Volta Redonda em dinâmicas políticas do território nacional e internacional, bem como a acontecimentos históricos, cooperações e divergências que dão a complexidade do cenário para além de uma dicotomia estrutura x resistência. Principalmente neste âmbito contribui o Grupo de Estudos Ditaduras no Cone-Sul, parte da pesquisa, como momento de imersão nas diferentes narrativas memorialísticas e análises historiográficas sobre as dinâmicas políticas de sustentação e oposição ao golpe e à ditadura.

CONCLUSÕES:

Na construção do resgate do período histórico de 1964 a 1978, podemos realocar ações, atores e contextos evidenciando suas importâncias e complexidades. Neste exercício, são criadas contribuições para estratégias no campo da memória, verdade e justiça, principalmente nos territórios de Volta Redonda e Barra Mansa, dentro e para além da universidade. Os planos atuais e futuros do desenvolvimento da pesquisa incluem investigações a partir dos testemunhos já colhidos, de apontamentos a narrativas que devem ser ouvidas ou aprofundadas e de discursos encontrados em diversos acervos e materiais da imprensa. Dessa forma, aumentamos a pluralidade de vozes sobre o período ditatorial, reafirmando nosso compromisso com o direito à memória e ao conhecimento histórico sobre o passado autoritário recente.





História do Brasil Republicano

Título do Projeto: Apolônio de Carvalho e a interpretação do marxismo na coluna “teoria e a prática”

Autora: Ananda Cristina dos Santos Lima

**Instituto de História/BR-PHCP (Brasil Republicano –
Pesquisadores em História Cultural e Política)**

INTRODUÇÃO:

Apolônio de Carvalho foi um militante comunista atuante nos conflitos políticos do mundo em que viveu, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e, após 1964, organizador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário junto com Jacob Gorender e Mário Alves. O presente projeto apresenta os resultados da pesquisa sobre o seu pensamento nos primeiros anos da década de 1960, afinado que estava com a política do PCB. A fonte documental utilizada para pesquisa é o jornal do partido, *Novos Rumos*, no qual encontra-se a coluna escrita por Apolônio de Carvalho, “Teoria e Prática”. Nos seus textos, ele ocupa-se em explicar determinadas categorias marxistas, sendo estas muitas vezes, porém, condicionadas ao contexto histórico do movimento comunista alinhado com a União Soviética

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O PCB sempre utilizou os jornais como um forte meio de comunicação. Nesse sentido, um ano após a “Declaração de Março de 1958” foi fundado o jornal *Novos Rumos*, estruturado de acordo com a nova política, que permaneceria ativo até o golpe militar em 1964 (FERREIRA, 2013, p. 208). Dentro do seu conteúdo, havia uma coluna específica, “Teoria e Prática”, escrita pelo militante Apolônio de Carvalho. O objetivo era tratar da visão teórica do partido acerca do marxismo e leninismo, interpretando conceitos, métodos e respondendo aos questionamentos de leitores (FERREIRA, 2013, p. 210). Na edição n. 154¹ foi publicada uma coluna dialogando com a forma pela qual o marxismo e o leninismo lidam com o culto à personalidade. Apolônio de

Carvalho tem como o princípio fundamental a força nas massas trabalhadoras, o que não exclui o papel do dirigente, mas não o vê como um personagem único e superior. Assim, critica profundamente a vaidade. Um exemplo dado pelo autor é a própria crise do comunismo em 1956, uma alusão à figura de Stalin e ao momento de desestalinização.

Em diferente edição², Apolônio dá continuidade e trabalha com a ideia de que a burguesia nacionalista não consegue e não tem força para fazer a revolução democrático-burguesa sozinha, pois está nas mãos da luta organizada guiá-la, ou seja, as massas trabalhadoras em união com o partido de vanguarda. É reforçado, então, os objetivos dessa luta, que são os mesmos objetivos do PCB: a reforma agrária, a expansão das liberdades democráticas, a luta anti-imperialista, e a defesa da paz. Na edição n. 238³, já em 1963, Apolônio de Carvalho responde à pergunta de um leitor de Porto Alegre. Ele questiona se haveria algum exemplo de transição pacífica para o socialismo. Primeiro, Apolônio trabalha o conceito de via pacífica baseado em sua leitura de Marx e Lênin. Tal via não seria a única forma de se desenrolar a revolução, diferentemente de como se interpretava a luta armada anteriormente. O novo método de ação era baseado na correlação de forças políticas internas e externas, e um exemplo dessa transição, dado pelo Apolônio, foi a Revolução dos Conselhos na Hungria⁴, em 1919. Com o passar do ano de

¹ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 154, 19 a 25 de jan. 1962, p. 4.

² *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 188, 20 de set. 1962, p. 4.

³ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, n. 238, 13 a 19 de set. 1963, p. 5.

⁴ A “Revolução dos Conselhos” foi o evento que fundou a “República Húngara dos Conselhos” ou “República Soviética Húngara”, em 1919, baseada numa ditadura do proletariado e governada por Béla Kun.

Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/martens/1991/veludo/cap04.htm>>. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

1963 até às vésperas do golpe em 1964, “Teoria e Prática” continuou sendo uma coluna ativa.

CONCLUSÕES:

O meio comunista viveu um momento de grandes mudanças após a morte do Stalin, culminando no “Relatório Secreto” do XX Congresso do PCUS em 1956. Teóricas e práticas, elas foram condensadas em um novo “método de ação revolucionário” baseado na política de coexistência pacífica entre a URSS e os EUA, desenvolvido por Khrushchov, e exteriorizado aos partidos e seções ligados a Moscou. Assim, a nova política atingiu um dos principais partidos brasileiros de esquerda na época. Absorvida, analisada, criticada e parcialmente adotada, ela afetou o PCB de forma a desenvolver a “Declaração de Março de 1958”, na qual assumiam-se acordos com os trabalhadores, a burguesia e, principalmente, o ideal de uma transição pacífica para o socialismo. O partido fez suas próprias adaptações à realidade política brasileira e o momento pelo qual passava. Posta em segundo plano, a revolução armada não era mais a principal bandeira erguida, mas jamais deixou de ser considerada uma opção. A nova política elaborada torna-se visível na análise de fontes, além de estar refletida nas palavras de um dos integrantes, Apolônio de Carvalho.

Agradecimentos:

Os mais sinceros agradecimentos à fundação CAPES pelo financiamento da pesquisa, uma dentre muitas que já incentivou, e que, por mais sombrio que seja o futuro, possa continuar a incentivar. Ao meu professor orientador, Jorge L. Ferreira, que também me proporcionou material, tempo, oportunidades, além de longas e boas discussões durante esse percurso. E que esse tenha sido apenas o primeiro de muitos futuros projetos que empenharemos juntos. Também agradeço à UFF, que se tornou um segundo lar nos últimos três anos, pois sem ela não estaríamos todos aqui.

